

READY\$

CULTURALS

NUM

MUNDO EM

MUDANÇA

CULTURAL NETWORKS IN
A CHANGING WORLD

FICHA TÉCNICA CREDITS

REDES CULTURAIS NUM MUNDO EM MUDANÇA

Livro de Atas do Seminário Internacional
realizado em 09 de julho de 2025, no Cineteatro
António Lamoso, Santa Maria da Feira

CULTURAL NETWORKS IN A CHANGING WORLD

Book of Proceedings of the International
Seminar held on 9 July 2025, in the António
Lamoso Theatre, Santa Maria da Feira

COORDENAÇÃO COORDINATION

Suzana Menezes

TRADUÇÃO TRANSLATION

Maria José Ferreira

FOTOGRAFIA PHOTOGRAPHY

Vinícius Ferreira

DESIGN GRÁFICO GRAPHIC DESIGN

Suricata Design Studio

EDIÇÃO EDITOR

Área Metropolitana do Porto

DATA DE EDIÇÃO PUBLISHED

2025

O Seminário “**Redes Culturais num Mundo em Mudança**” contou com o apoio de:

The Seminar “**Cultural Networks in a Changing World**” was supported by:



GRANORTE



Redes Culturais num Mundo em Mudança /10

[Cultural Networks in a Changing World /12](#)

Programa do Seminário /14

[Seminar Programme /16](#)

SESSÃO DE ABERTURA | OPENING SESSION /18

JORGE VULTOS SEQUEIRA /19

Discurso do Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira
e Presidente do Conselho Metropolitano do Porto /21

[Speech by the Mayor of S. João da Madeira and President of the
Porto Metropolitan Council /23](#)

AMADEU ALBERGARIA /25

Discurso do Presidente da Câmara Municipal
de Santa Maria da Feira /27

[Speech by the Mayor of Santa Maria da Feira /30](#)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES /33

Discurso da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto /35

[Speech by the Minister of Culture, Youth and Sport /39](#)

KEYNOTE SPEAKER /43

GLENN MICALLEF /44

Discurso do Comissário Europeu para a Equidade
Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto /46

[Speech by the European Commissioner for Intergenerational
Fairness, Youth, Culture, and Sport /51](#)

PAINEL 1

**REDES CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
NUM MUNDO EM MUDANÇA /56**

PANEL 1

**CULTURAL NETWORKS AND TERRITORIAL DEVELOPMENT
IN A CHANGING WORLD /57**

GIL FERREIRA /58

Discurso do Vereador da Cultura do Município
de Santa Maria da Feira /61

[Speech by the Councillor for Culture at the
Municipality of Santa Maria da Feira /71](#)

SUZANA MENEZES /80

Discurso da Secretária Metropolitana para a Cultura,
Património e Criatividade /82

[Speech by the Metropolitan Executive Officer for Culture,
Heritage, and Creativity /90](#)

PAINEL 2

UM “CULTURE COMPASS” OU UM “CULTURAL DEAL” PARA UMA EUROPA DEMOCRÁTICA, UNIDA E RESILIENTE? /96

PANEL 2

A “CULTURE COMPASS” OR A “CULTURAL DEAL” FOR A DEMOCRATIC, UNITED, AND RESILIENT EUROPE? /97

CRISTINA FARINHA /100

Análise Crítica da Moderadora do Paine 2 /102

[Critical Analysis by the Moderator of Panel 2](#) /107

INÊS BETTENCOURT DA CÂMARA /112

Culture Action Europe /114

[Culture Action Europe](#) /118

VANESSA FRAGA PROL /122

Europa Nostra /124

[Europa Nostra](#) /129

CATARINA VAZ PINTO /134

Fundação Cultural Europeia /136

[European Cultural Foundation](#) /138

PAINEL 3

A CULTURA NUMA EUROPA POLARIZADA. QUE PAPEL PODEM TER AS REDES CULTURAIS? /140

PANEL 3

CULTURE IN A POLARIZED EUROPE: WHAT ROLE CAN CULTURAL NETWORKS PLAY? /141

MARTA MARTINS /144

Análise Crítica da Moderadora do Paine 3 /146

[Critical Analysis by the Moderator of Panel 3](#) /148

JULIA PAGEL /150

NEMO – Rede de Organizações de Museus Europeias /152

[NEMO - Network of European Museum Organisations](#) /156

TELMA LUÍS /160

Circostrada /162

[Circostrada](#) /168

FRANCISCA CARNEIRO FERNANDES /174

PEARLE* /177

[PEARLE*](#) /181

VITTORIO BIANCO /185

A Rede Europeia de Centros Culturais /187

[The European Network of Cultural Centres](#) /195

PAINEL 4

**REDES CULTURAIS NACIONAIS. ONDE NOS POSICIONAMOS
E COMO ESTAMOS A INTERNALIZAR OS GRANDES TEMAS
DA ATUALIDADE? /203**

PANEL 4

**NATIONAL CULTURAL NETWORKS. WHERE DO WE
STAND AND HOW ARE WE INTERNALISING TODAY'S
MAJOR CHALLENGES? /204**

SUSANA MENEZES /207

Análise Crítica da Moderadora do Painel 4 /209

[Critical Analysis by Panel 4 Moderator /211](#)

LUÍS FILIPE SANTOS /213

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas /216

[General Directorate for Book, Archives and Libraries /221](#)

ALEXANDRE PAIS /226

Museus e Monumentos de Portugal /228

[Museums and Monuments of Portugal /231](#)

AMÉRICO RODRIGUES /234

Direção-Geral das Artes /237

[Directorate-General for Arts /245](#)

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO /253

[CLOSING CONFERENCE /254](#)

JORGE BARRETO XAVIER /255

Discurso cultural, voz, redes e poder num mundo
em mudança /258

[Cultural discourse, voice, networks and power
in a changing world /284](#)

UMA NOTA FINAL /309

[A FINAL NOTE /314](#)

CONSTRUINDO REDE /318

[BUILDING NETWORK /318](#)

Nota

Os textos e conteúdos das comunicações nas suas versões originais são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Note

The texts and content of the communications in their original versions are the sole responsibility of their authors.

REDES CULTURAIS NUM MUNDO EM MUDANÇA

Os primeiros 25 anos deste novo milénio foram marcados por mudanças sísmicas na organização das nossas sociedades. A cada dia, somos confrontados com uma nova vaga de desafios climáticos, sociais, tecnológicos e políticos que põem à prova os valores fundamentais sobre os quais assentam as democracias contemporâneas. A polarização social, a desinformação, a instrumentalização da cultura e da memória, a erosão da confiança nas instituições e o alastrar de narrativas extremistas e regressivas estão a desenhar um presente fragmentado, onde o espaço para o diálogo, para a crítica e para a diversidade parece diminuir.

Neste contexto, a Cultura, **enquanto campo de criação de sentido, espaço simbólico e prática de cidadania**, vê-se diretamente interpelada. Perante as tentativas de captura ideológica, censura ou neutralização política da expressão artística, torna-se cada vez mais urgente proteger a liberdade cultural, garantir condições dignas para quem cria e reafirmar a Cultura como um bem público essencial, promotor de coesão, empatia e esperança coletiva.

A nível europeu, várias vozes se erguem perante este estado de emergência, defendendo um novo **Acordo Cultural** que reconheça a Cultura como motor de resiliência democrática, inovação social e transformação sustentável. Defendida por redes como a Culture Action Europe, esta visão tem procurado evidenciar a importância de um setor cultural e criativo forte como meio essencial para enfrentar os desafios estruturais do nosso tempo — desde os efeitos das tecnologias digitais e da inteligência artificial até à necessidade de maior justiça intergeracional e inclusão social.

Neste processo, destaca-se também a proposta estratégica do **Culture Compass**, sob a liderança do Comissário Europeu Glenn Mulcaire. Esta proposta procura articular dimensões fundamentais como a liberdade artística, a coesão interna, a sustentabilidade, a inovação digital e a segurança, num quadro coerente, transversal e

orientado para o futuro. Com foco na participação, na diversidade e na construção de políticas públicas mais integradas e colaborativas, o Culture Compass afirma o papel da Cultura como elemento estruturante da vida democrática e motor de transformação a longo prazo.

E é aqui que entram as redes culturais.

Mais do que meras plataformas logísticas ou mecanismos de financiamento, as redes culturais devem ser entendidas como estruturas de solidariedade ativa, lugares de partilha, aprendizagem e construção coletiva. São ecossistemas vivos que conectam práticas, territórios, organizações e pessoas, criando alianças capazes de defender a autonomia cultural, fortalecer os direitos culturais e influenciar políticas públicas que protejam a diversidade e a liberdade de criação.

Além disso, num tempo em que o setor cultural enfrenta desafios cada vez mais complexos (precariedade, falta de financiamento sustentável, pressão sobre a liberdade artística, riscos de instrumentalização ideológica), as redes têm um papel crucial na criação de comunidades de prática mais resilientes e capacitadas. Seja através da defesa dos direitos laborais, da promoção da inclusão, da inovação metodológica e sistémica ou do combate à exclusão, estas redes contribuem, ativamente, para transformar o setor num verdadeiro agente de mudança social e democrática.

O seminário **“REDES CULTURAIS NUM MUNDO EM MUDANÇA. O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?”**, realizado em 9 de julho de 2025, no Cineteatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira, pretendeu refletir sobre estes eixos estratégicos à luz dos desafios da nossa contemporaneidade, convidando-nos a pensar o papel das redes na promoção de uma cultura de proximidade, baseada na escuta, na cocriação e na ação coletiva. Mais do que perguntar para que servem, importou questionar o que podem tornar possível, numa altura em que precisamos de respostas concretas e imaginativas para enfrentar os riscos que se acumulam e agravam todos os dias.

Porque a Cultura, para continuar a ser espaço de liberdade e dignidade, pensamento crítico e inovação, precisa de redes fortes. E as redes, para serem relevantes, precisam de ser mais do que estruturas, precisam de ser movimentos.

Suzana Menezes

Curadoria Científica do Seminário
Secretária Metropolitana para a Cultura,
Património e Criatividade, Comissão Executiva
Metropolitana do Porto

CULTURAL NETWORKS IN A CHANGING WORLD

The first twenty-five years of this new millennium have been marked by seismic shifts in the organisation of our societies. Each day, we are confronted with a new wave of climatic, social, technological and political challenges that put to the test the fundamental values upon which contemporary democracies are built. Social polarisation, disinformation, the misuse of culture and memory, the erosion of trust in institutions, and the spread of extremist and regressive narratives are shaping a fragmented present, where the space for dialogue, critique, and diversity appears to be narrowing.

Within this context, Culture, **as a field for sense-making, a symbolic space, and a citizenship practice**, finds itself directly addressed. Facing the attempts of ideological capture, censorship, or the political neutralisation of artistic expression, it becomes ever more urgent to protect cultural freedom, ensure dignified conditions for those who create, and reaffirm Culture as an essential public good, one that fosters cohesion, empathy, and collective hope.

At the European level, several voices have risen in response to this state of emergency, calling for a new **Cultural Deal** that recognises Culture as a driver of democratic resilience, social innovation, and sustainable transformation. Advocated by networks such as Culture Action Europe, this vision seeks to highlight the importance of a strong cultural and creative sector as an essential means of addressing the structural challenges of our time, from the effects of digital technologies and artificial intelligence to the need for greater intergenerational equity and social inclusion.

In this process, the strategic proposal of the **Culture Compass**, led by European Commissioner Glenn Micallef, also stands out. This proposal aims to articulate key dimensions such as artistic freedom, internal cohesion, sustainability, digital innovation, and security within a coherent, cross-cutting, and forward-looking framework. Focusing on participation, diversity, and the development of more

integrated and collaborative public policies, the Culture Compass asserts the role of Culture as a structuring element of democratic life and as a long-term engine of transformation.

And this is where cultural networks come in.

More than mere logistical platforms or funding mechanisms, cultural networks should be understood as structures of active solidarity, spaces for sharing, learning, and collective construction. They are living ecosystems that connect practices, territories, organisations, and individuals, forging alliances capable of defending cultural autonomy, strengthening cultural rights, and influencing public policies that safeguard diversity and freedom of creation.

Moreover, at a time when the cultural sector faces increasingly complex challenges (precariousness, lack of sustainable funding, pressure on artistic freedom, and the risks of ideological manipulation) networks play a crucial role in creating more resilient and empowered communities of practice. Whether through the defence of labour rights, promotion of inclusion, methodological and systemic innovation, or fight against exclusion, these networks actively contribute to transforming the sector into a genuine agent of social and democratic change.

The seminar **“CULTURAL NETWORKS IN A CHANGING WORLD: WHAT ARE THEY AND WHAT ARE THEY FOR?”**, held on 9 July 2025 at the António Lamoso Theatre, in Santa Maria da Feira, sought to reflect on these strategic lines considering the challenges of our times. It invited us to reflect upon the role of networks in fostering a culture of proximity, based on listening, co-creation, and collective action. More than asking what they are for, it was essential to question what they can make possible, at a time when we are in urgent need of concrete and imaginative responses to the risks that accumulate and intensify by the day.

For Culture to remain a space of freedom and dignity, critical thought and innovation, it needs strong networks. And for networks to be relevant, they must be more than structures, they must become movements.

Suzana Menezes

Scientific Curator of the Seminar
Metropolitan Executive Officer for Culture,
Heritage and Creativity, Porto Metropolitan
Executive Board

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

9 de julho,
Cineteatro António Lamoso,
Santa Maria da Feira

SESSÃO DE ABERTURA

Jorge Vultos Sequeira

Presidente do Conselho
Metropolitano AMP

Amadeu Albergaria

Presidente da Câmara Municipal
de Santa Maria da Feira

Margarida Balseiro Lopes

Ministra da Cultura, Juventude
e Desporto

KEYNOTE SPEAKER

Glenn Micallef

Comissário Europeu para Equidade
Intergeracional, Juventude, Cultura
e Desporto

PAINEL 1 REDES CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NUM MUNDO EM MUDANÇA

Gil Ferreira

Vereador da Cultura do Município de
Santa Maria da Feira

Suzana Menezes

Secretária Metropolitana para a Cultura,
Património e Criatividade, Comissão
Executiva Metropolitana do Porto

PAINEL 2 UM “CULTURE COMPASS” OU UM “CULTURAL DEAL” PARA UMA EUROPA DEMOCRÁTICA, UNIDA E RESILIENTE?

Moderação

Cristina Farinha

Inês Câmara

Culture Action Europe

Vanessa Fraga Prol

Europa Nostra

Catarina Vaz Pinto

Fundação Cultural Europeia

CONFERÊNCIA

**“Cultura em tempos de mudança:
o papel da Sociedade Civil”**

Maria Calado

Presidente da Direção do Centro
Nacional de Cultura

PAINEL 3
A CULTURA NUMA EUROPA
POLARIZADA. QUE PAPEL
PODEM TER AS REDES
CULTURAIS?

Moderação

Marta Martins
ARTEMREDE

Julia Pagel
NEMO – Rede de Organizações
de Museus Europeias

Telma Luís
Circostrada

Francisca Carneiro Fernandes
PEARLE

Vittorio Bianco
Rede Europeia de Centros Culturais

Alexandre Pais

Presidente da Museus e Monumentos de
Portugal | Rede Portuguesa de Museus

Américo Rodrigues

Diretor-geral das Artes | Rede de Teatros
e Cineteatros Portugueses & Rede
Portuguesa de Arte Contemporânea

CONFERÊNCIA DE
ENCERRAMENTO

**“Discurso cultural, voz, redes e
poder num mundo em mudança”**

Jorge Barreto Xavier

Conselheiro Cultural da Embaixada
de Portugal e Diretor do Camões
– Centro Cultural Português de Paris

PAINEL 4
REDES CULTURAIS NACIONAIS.
ONDE NOS POSICIONAMOS
E COMO ESTAMOS A
INTERNALIZAR OS GRANDES
TEMAS DA ATUALIDADE?

Moderação

Susana Menezes
Diretora do Teatro Luís de Camões

Luis Filipe Santos
Diretor-geral do Livro, dos Arquivos e das
Bibliotecas (DGLAB) | Rede Nacional de
Bibliotecas Públicas

SEMINAR PROGRAMME

9 July

António Lamoso Theatre
Santa Maria da Feira

OPENING SESSION

Jorge Vultos Sequeira

*President of the Porto Metropolitan
Council (AMP)*

Amadeu Albergaria

*Mayor of the Municipality
of Santa Maria da Feira*

Margarida Balseiro Lopes

Minister of Culture, Youth and Sport

KEYNOTE SPEAKER

Glenn Micallef

*European Commissioner for
Intergenerational Fairness, Youth,
Culture and Sport*

PANEL 1

**CULTURAL NETWORKS
AND TERRITORIAL DEVELOPMENT
IN A CHANGING WORLD**

Gil Ferreira

*Councillor for Culture, Municipality
of Santa Maria da Feira*

Suzana Menezes

*Metropolitan Executive Officer for Culture,
Heritage and Creativity, Porto Metropolitan
Executive Board*

PANEL 2

**A "CULTURE COMPASS" OR
A "CULTURAL DEAL" FOR A
DEMOCRATIC, UNITED AND
RESILIENT EUROPE?**

Moderator

Cristina Farinha

Inês Câmara
Culture Action Europe

Vanessa Fraga Prol

Europa Nostra

Catarina Vaz Pinto

European Cultural Foundation

CONFERENCE

**"Culture in Times of Change:
The Role of Civil Society"**

Maria Calado

President of National Culture Centre

PANEL 3**CULTURE IN A POLARISED EUROPE. WHAT ROLE CAN CULTURAL NETWORKS PLAY?***Moderator***Marta Martins**
ARTEMREDE**Julia Pagel***NEMO – Network of European Museum Organisations***Telma Luís***Circostrada***Francisca Carneiro Fernandes**
PEARLE**Vittorio Bianco***European Network of Cultural Centres***Alexandre Pais***President of Museums and Monuments of Portugal | Portuguese Network of Museums***Américo Rodrigues***Director-General for Arts | Portuguese Theatre Network & Portuguese Network of Contemporary Art***CLOSING CONFERENCE****“Cultural Discourse, Voice, Networks and Power in a Changing World”****Jorge Barreto Xavier***Cultural Counsellor to the Portuguese Embassy and Director of Camões – Portuguese Cultural Centre in Paris***PANEL 4****NATIONAL CULTURAL NETWORKS: WHERE DO WE STAND AND HOW ARE WE INTERNALISING TODAY'S MAJOR CHALLENGES?***Moderator***Susana Menezes***Director of Luís de Camões Theatre***Luis Filipe Santos***Director-General for Book, Archives and Libraries (DGLAB) | Portuguese Public Library Network*

**SESSÃO
DE ABERTURA**

OPENING SESSION



JORGE VULTOS SEQUEIRA

JORGE VULTOS SEQUEIRA

É um advogado e político português, nascido no Alentejo, que reside em S. João da Madeira desde os 11 anos.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua atividade cívica como presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária João da Silva Correia.

Em 2017, foi eleito presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, cargo que ainda exerce após reeleição em 2021. É, também, Presidente do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana do Porto.

Na sua carreira política, foi chefe de gabinete do subsecretário de Estado da Administração Interna no XVII Governo Constitucional.

Atualmente, é Chefe da Delegação de Portugal no Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa para o mandato de 2022 a 2026.

Foi, ainda, formador em Direito Processual Penal no Centro de Estágio do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.

is a Portuguese lawyer and politician, born in the Alentejo region, who has lived in S. João da Madeira since the age of eleven.

He holds a degree in Law from the University of Coimbra and began his civic engagement as President of the Students' Association of the João da Silva Correia Secondary School.

In 2017, he was elected Mayor of S. João da Madeira, a position he still holds following his re-election in 2021. He is also President of the Metropolitan Council of the Porto Metropolitan Area.

Throughout his political career, he served as Chief of Staff to the Subsecretary of State for Home Affairs in the 17th Constitutional Government of Portugal.

He is currently Head of the Portuguese Delegation to the Congress of Local and Regional Authorities of the Council of Europe for the 2022–2026 term.

He has also worked as trainer in Criminal Procedure Law at the Training Centre of the Portuguese Bar Association (Porto region).

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA E PRESIDENTE DO CONSELHO METROPOLITANO DO PORTO

JORGE VULTOS SEQUEIRA

A Área Metropolitana do Porto, ao organizar este evento, pretende afirmar a importância das políticas culturais nos tempos hodiernos e pretende afirmar a necessidade de reforço da centralidade das políticas culturais.

A defesa da cultura é hoje uma questão de emergência nacional, porque vivemos um período em que a desinformação, o obscurantismo, a destruição da verdade, a radicalização, a negação de valores fundamentais da dignidade da pessoa humana progridem a passos largos.

E o que nos pode salvar do Holocausto, do confronto, desse obscurantismo, é a defesa da cultura: a cultura como instrumento de entendimento, de cooperação entre as pessoas e os povos, a cultura como sistema de defesa dos valores do Estado de Direito Democrático e dos valores da cooperação internacional.

Esta é a cultura que queremos.

Anne Applebaum, num dos seus últimos livros, *A Autocracia*, ao falar do advento da Internet, dizia que quando a Internet se impôs como meio de difusão generalizada de comunicação e permitiu a troca de informação entre todas as pessoas e todos os povos, acreditou-se ingenuamente que a Internet, esse instrumento que facilitou o acesso à informação, iria levar os bons valores aos Estados totalitários, iria levar os bons valores aos países autocráticos.

Acreditou-se ingenuamente que seria assim: que a Internet seria uma ferramenta importante para a difusão da liberdade e da democracia. Foi uma ingenuidade.

Porque o que efetivamente sucedeu é que foram os radicais e os sistemas totalitários que se apoderaram dessa tecnologia, que hoje a estão a utilizar para invadir e destruir as democracias.

Vivemos sob o poder absoluto do algoritmo, vivemos num período de desinformação. A degradação das fontes de informação é um problema gravíssimo para a democracia e só há uma forma de resolver este gravíssimo problema que hoje enfrentamos: é reforçar a cultura como instrumento de verdade, como instrumento de solidariedade, como instrumento de cooperação.

A cultura que queremos não é uma cultura que seja decorativa ou que seja um mero entretenimento ou que seja subserviente ou escrava de um determinado poder político. Não é uma cultura que exalte o nacionalismo. Não é uma cultura que exalte a superioridade de uma etnia sobre a outra.

É uma cultura que esteja ao serviço dos valores que nos protegem da guerra, que assegurem a paz e o entendimento entre os povos.

E não é necessária nenhuma demonstração, nenhuma prova, nenhuma evidência da atualidade, da gravidade e da premência destas questões que hoje nos afetam.

A realização deste evento em Santa Maria da Feira, uma terra de grandes tradições históricas com uma excelente programação cultural, que se afirmou, aliás, no país, em consequência de uma aposta cultural estratégica que fez há muitos anos, a realização deste evento é o nosso grito, é o nosso apelo à Comissão Europeia, ao Governo, a todos os agentes culturais para que entrem nesta batalha civilizacional.

Eu quero agradecer a todos os oradores que aqui se encontram.

Quero agradecer vivamente ao Comissário Europeu, que está a desenhar uma política cultural europeia muito vocacionada para garantir a liberdade das pessoas e dos cidadãos europeus e para garantir a coesão europeia e a cooperação entre os povos. Esse é o único caminho que temos para subsistir enquanto União Europeia.

Quero agradecer, também, à Sra. Ministra da Cultura a sua presença e desejar-lhe o maior êxito no exercício das suas funções.

Quero, ainda, agradecer, ao Município de Santa Maria da Feira, o acolhimento neste magnífico espaço.

Quero agradecer à Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, na pessoa da Sra. Doutora Suzana Menezes, que é a responsável científica por este programa, e dizer que na Área Metropolitana do Porto, em conjugação com todas as autoridades que nos circundam, como a CCDR, nós estamos apostados em traçar este caminho que é, repito e repiso, o único que nos pode salvar do radicalismo e do horror que alguns avidamente hoje anunciam.

Muito obrigado e uma boa conferência para todos.

SPEECH BY THE MAYOR OF S. JOÃO DA MADEIRA AND PRESIDENT OF THE PORTO METROPOLITAN COUNCIL

JORGE VULTOS SEQUEIRA

By organising this event, the Porto Metropolitan Area seeks to affirm the importance of cultural policies in the present day and to highlight the need to reinforce their centrality.

The defence of culture has today become a matter of national urgency, for we are living through a period in which disinformation, obscurantism, the destruction of truth, radicalisation, and the denial of the fundamental values of human dignity are advancing at an alarming pace.

What can save us from Holocaust, from confrontation, from this obscurantism is the defence of culture: culture as an instrument of understanding and cooperation among individuals and peoples; culture as a system for safeguarding the values of the Democratic Rule of Law and the principles of international cooperation.

This is the culture we aspire to.

Anne Applebaum, in one of her most recent books, *Autocracy*, wrote that when the Internet emerged as a widespread medium of communication and made it possible for information to circulate freely among all people and nations, it was naively believed that this technology, which facilitated access to knowledge, would carry good values into totalitarian states, that it would bring the principles of freedom and democracy to autocratic regimes.

It was naively assumed that this would be the case: that the Internet would serve as a vital tool for the dissemination of freedom and democracy. Ingenuous, indeed.

What happened was quite the opposite: radicals and totalitarian systems appropriated this technology and now employ it to infiltrate and undermine democracies.

We live under the absolute power of the algorithm; we live in an age of disinformation. The degradation of sources of information constitutes a most serious threat to democracy, and there is only one way to address this critical challenge we now face, by strengthening culture as an instrument of truth, solidarity, and cooperation.

The culture we seek is not one that is merely decorative, nor one that serves as a form of entertainment, nor that is subservient to or enslaved by any political power. It is not a culture that glorifies nationalism, nor one that exalts the superiority of one ethnicity over another.

It is a culture that stands in defence of the values which protect us from war, that ensures peace, and that fosters mutual understanding among peoples.

No demonstration, proof, or further evidence is required to grasp the immediacy, gravity, and urgency of these issues that affect us.

To hold this event in Santa Maria da Feira, a town of great historical traditions and offering an outstanding cultural programme that has established itself nationally as a result of a long-term strategic investment in culture, represents our call, our appeal to the European Commission, to the Government, and to all cultural players to join this civilisational struggle.

I wish to extend my gratitude to all the speakers gathered here today.

I would like to express my sincere thanks to the European Commissioner, who is shaping a European cultural policy strongly oriented towards guaranteeing the freedom of individuals and European citizens, and towards ensuring European cohesion and cooperation among peoples. This is the only path available to us if we are to endure as a European Union.

I also wish to thank the Minister of Culture for her presence and to offer my best wishes for success in the exercise of her duties.

My thanks also go to the Municipality of Santa Maria da Feira for hosting us in this magnificent venue.

I would like to thank the Executive Board of the Porto Metropolitan Area, particularly Suzana Menezes, who serves as the scientific curator of this programme, and to state that within the Porto Metropolitan Area, in coordination with all the surrounding authorities such as the CCDR, we are fully committed to follow this path, which, I reiterate and emphasise, is the only one capable of saving us from the radicalism and horror that some so eagerly proclaim today.

Thank you very much, and I wish you all an excellent conference.



AMADEU ALBERGARIA

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Vereador com o Pelouro das Obras Municipais e Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira (desde 2013 até 2021).

Foi Deputado na Assembleia da República (2009-2019) e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Entre 2003 e 2009 foi Vereador da Educação, Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Foi dirigente associativo e colaborador com diversas instituições do concelho de Santa Maria da Feira e da região Norte.

holds a degree in Law from the Faculty of Law of the University of Coimbra.

He is the Mayor of Santa Maria da Feira.

He previously served as Deputy Mayor of Santa Maria da Feira and as Councillor for Municipal Works, as well as President of the Municipal Assembly of Santa Maria da Feira (from 2013 to 2021).

He was a Member of the Portuguese Parliament (2009–2019) and Vice-President of the Parliamentary Group of the Social Democratic Party (PSD).

Between 2003 and 2009, he was Councillor for Education, Culture, Sport and Youth at the Municipality of Santa Maria da Feira.

He has also held leadership positions in local associations and collaborated with various institutions in the Municipality of Santa Maria da Feira and the northern region of Portugal.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

AMADEU ALBERGARIA

A todos os que aqui se encontram e que se dedicam ao trabalho em rede, à cultura e à valorização da diversidade que nos une, quero deixar uma palavra de agradecimento. Representam a esperança numa Europa em paz, num mundo em paz. E a todos vos digo: quem constrói em rede, combate a guerra.

Muito bom dia. Sejam bem-vindos a Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira é a terra-mãe de Portugal. É assim reconhecida porque foi a partir do seu castelo – o mais belo castelo medieval do país –, cabeça da antiga Terra de Santa Maria, anterior à nacionalidade, que se fez sentir o grito de liberdade que acabou por dar nome ao nosso querido Portugal.

Séculos depois, este concelho, com cerca de 140 mil habitantes, tornou-se o décimo mais exportador do país e é, atualmente, líder mundial na transformação da cortiça, representada simbolicamente no mobiliário que vos acolhe nesta sala.

Com mais de 18 mil empresas, Santa Maria da Feira é, por excelência, uma terra de liberdade, de iniciativa privada e de forte identidade industrial. Esta pujança económica, por si só, bastaria para nos afirmar como um território desenvolvido. Mas esta terra, de tradição operária, fez há décadas uma escolha que moldou o seu percurso coletivo: fez da cultura um motor de desenvolvimento. E foi essa aposta que nos trouxe até aqui.

Com essa decisão, descobrimos que a cultura é um investimento com retorno: económico, social e humano. Gera emprego e emprego feliz. Muitos jovens feirenses encontraram no setor cultural o seu caminho profissional. A cultura mobiliza cidadãos, reforça a identidade, alimenta o sentimento de

pertença e tem sido, para nós, um instrumento poderoso de inclusão social, envolvendo famílias e comunidades em projetos transformadores.

Foi também através da cultura que regenerámos o centro histórico da nossa cidade, hoje conhecido como “Cidade Palco”. Muito antes de se generalizar o debate sobre acessibilidade, Santa Maria da Feira eliminou barreiras físicas no coração da cidade para que cada recanto pudesse acolher um espetáculo, uma experiência artística.

Pertenci à geração que sonhou com esta transformação. Não tínhamos grandes orçamentos nem equipamentos culturais, mas tínhamos vontade e a certeza, nascida da experiência industrial, de que a cultura traria retorno. As ruas e praças tornaram-se palcos e assim nasceram alguns dos nossos maiores projetos:

- O Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, um tributo às artes performativas no espaço público, com forte ligação à cena europeia;
- A Viagem Medieval, que transformou a nossa história em património vivo e em referência nacional nas recriações históricas;
- Perlim, um dos maiores eventos de Natal em Portugal, pensado para encantar crianças e adultos, criado na Quinta do Castelo, especialmente requalificada para o efeito.

Estes eventos, em especial o Imaginarius, mostraram-nos que havia muito mundo para além de Portugal. No início, foi um mundo de encantamento e aprendizagem. Mas também descobrimos que tínhamos potencial, capacidade e que muito do que fazíamos, fazíamos bem. Começámos, por iniciativa própria, a criar as nossas redes culturais. Estabelecemos parcerias com companhias de teatro e agentes culturais, apresentámos candidaturas diretas à União Europeia, compreendemos o valor do trabalho em rede e, hoje, temos parceiros por toda a Europa e ganhámos dimensão internacional.

Neste percurso, sentimos também a necessidade de investir em infraestruturas culturais.

Recuperámos o Cineteatro António Lamoso, cuja origem remonta aos anos 70, quando um grupo de pessoas quis ver cinema na cidade. Durante anos, a sala esteve praticamente ao abandono. Quando quisemos iniciar uma programação de sala, encontrámos cadeiras partidas, infiltrações no telhado, ausência de bastidores. Mas mesmo assim, mantivemos o desejo de acolher artistas. Um grupo notável de voluntários permitiu que os espetáculos acontecessem: pedíamos que não chovesse, recomendávamos casacos no inverno e, no verão, abríamos as portas para circular o ar. Hoje, este espaço está totalmente recuperado e recebe uma programação regular.

Criámos também a Biblioteca Municipal, a nossa primeira política cultural pública. Segundo dados oficiais, é a que mais investe em aquisição de livros e aquela que mais empréstimos realiza. É bonito constatar que muitos dos nossos jovens escolhem a biblioteca como o seu ponto de encontro.

Assumimos a gestão do Europarque, onde se encontra uma das melhores salas culturais do país, comparável ao CCB, em Lisboa, ou à Casa da Música, no Porto, e devolvemo-la à programação cultural e à ligação com a comunidade.

Criámos o Imaginarius Centro de Criação (ICC), um espaço que acolhe artistas emergentes de toda a Europa, permitindo-lhes desenvolver aqui as suas criações artísticas.

Há décadas que temos uma Banda Sinfónica, composta pelos melhores jovens instrumentistas do concelho. Temos também uma Orquestra Sinfónica e, no Europarque, está sediada a Orquestra Filarmónica Portuguesa, formação profissional de excelência, na qual continuamos a apostar. O Ballet Contemporâneo do Norte, companhia profissional de dança, tem sede no Cineteatro António Lamoso.

Temos também centenas de associações culturais, três escolas de ensino especializado da música e uma rede de formação que nos permite afirmar, com orgulho, que há músicos formados em Santa Maria da Feira a integrar orquestras em todo o mundo.

No campo do património, continuamos a investir na preservação e valorização da nossa memória coletiva. Reabilitámos a Igreja da Misericórdia, estamos a criar o Centro Interpretativo do Castro de Romariz, preparamos a requalificação do Convento dos Lóios e vamos avançar com a maior intervenção de que há memória no nosso Castelo, que queremos ver como um dos monumentos mais visitados do país.

Mas, acima de tudo, o mais valioso deste percurso é que nasceu, em Santa Maria da Feira, uma nova geração que já não consegue viver sem Cultura. Sem os seus eventos. Sem esta identidade construída em rede. E é isso o mais importante.

Por tudo isto, reafirmamos hoje o nosso compromisso com a cultura. Renovamos a nossa disponibilidade para continuar a construir redes, a estabelecer parcerias, a cooperar.

Senhora Ministra, afirmamos aqui a nossa convicção: queremos que Santa Maria da Feira seja um dos mais relevantes polos culturais do país. Para isso, pode contar connosco. Temos os equipamentos. Temos as equipas. Temos a estabilidade e a robustez financeira. E sabemos que Portugal precisa e deseja de mais polos culturais com ambição nacional.

Pode contar connosco. Temos a certeza de que também contamos com o Governo de Portugal.

Muito obrigado a todos pela vossa presença.

SPEECH BY THE MAYOR OF SANTA MARIA DA FEIRA

AMADEU ALBERGARIA

To all of you dedicated to networked work, to culture, and to the appreciation of the diversity that unites us, I wish to express my gratitude. You represent hope for a Europe at peace, for a world at peace. And to all of you I say: those who build networks fight against war.

Good morning, and welcome to Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira is the birthplace of Portugal. It is recognised as such because it was from its castle, the most beautiful medieval castle in the country, at the heart of the ancient Land of Santa Maria, predating our nationhood, that the cry of freedom first arose, ultimately giving name to our beloved Portugal.

Centuries later, this municipality, with around 140,000 inhabitants, became the tenth largest exporter in the country and is now a global leader in cork processing, represented in the furniture that welcomes you here today.

With over 18,000 companies, Santa Maria da Feira is, above all, a land of freedom, private enterprise, and strong industrial identity. This economic vitality alone would be enough to define us as a developed territory. Yet this working-class community made, decades ago, a choice that shaped its collective path: it made culture a driver of development. And it is that choice that brings us here today.

Following that decision, we discovered that culture is an investment with tangible economic, social, and human returns. It creates employment, fulfilling employment. Many young residents of Santa Maria da Feira have found in the cultural sector their professional vocation. Culture mobilises citizens, strengthens identity, nurtures a sense of belonging, and has been, for us, a powerful instrument of social inclusion, engaging families and communities in transformative projects.

It was also through culture that we renewed the historical centre of our city, today known as “Cidade Palco” (stage city). Long before accessibility became a widespread public concern, Santa Maria da Feira had already removed physical barriers in the heart of the city so that every corner could host a performance or an artistic experience.

I belong to the generation that dreamt of this transformation. We had no large budgets, nor cultural facilities, but we were determined and certain, out of our industrial experience, that culture would bring a return. Streets and squares became stages, and thus some of our most significant projects were born:

- Imaginarius – International Street Theatre Festival, a tribute to the performing arts in public space, with strong ties to the European scene.
- Viagem Medieval (Medieval Journey), which transformed our history into living heritage and a national reference in historical re-enactment.
- Perlim, one of Portugal's largest Christmas events, designed to enchant children and adults alike, created in the Quinta do Castelo, the castle park, which was specially recovered for this purpose.

These events, particularly Imaginarius, revealed to us a wider world beyond Portugal. At first, it was a world of wonder and learning. But we soon realised that we had potential, capacity, and that much of what we did, we did well. On our own initiative, we began to create our own cultural networks. We established partnerships with theatre companies and cultural agents, submitted direct applications to the European Union, and came to understand the value of networking. Today, we have partners across Europe and an established international presence.

Along this journey, we also felt the need to invest in cultural infrastructure.

We restored the António Lamoso Theatre, whose origins date back to the 1970s, when a group of citizens sought to bring cinema to the city. For years, the theatre stood almost abandoned. When we tried to restart its programme, we found broken seats, a leaking roof, and no backstage area. Yet we maintained our determination to host artists. A remarkable group of volunteers made it possible for performances to take place: we prayed for dry weather, advised coats in winter, and opened the doors in summer to let the air circulate. Today, this venue is fully renovated and hosts a regular programme.

We also created the Municipal Library, our first public cultural policy. According to official data, it is the library that invests most in book acquisition and registers the highest number of borrowed books. It is heartening to note that many of our young people now choose the library as their meeting place.

We took over the management of the Europarque, which houses one of the finest cultural venues in the country, comparable to the CCB, in Lisbon, or Casa da Música, in Porto, and we have restored its cultural programming and connection with the community.

We founded the Imaginarius Creation Centre - ICC, a space that welcomes emerging artists from across Europe, enabling them to develop their artistic projects here.

For decades, we have maintained a symphonic band composed of the municipality's most talented young musicians and we also have a symphonic

orchestra. The Portuguese Philharmonic Orchestra, a professional ensemble of excellence in which we continue to invest, is based at the Europarque. The North Contemporary Ballet - BCN, a professional dance company, is based at the António Lamoso Theatre.

We also have hundreds of cultural associations, three music schools for specialized education, and a broad training network that allow us to state with pride that musicians trained in Santa Maria da Feira now perform in orchestras all over the world.

In the field of heritage, we continue to invest in preserving and valuing our collective memory. We have rehabilitated the Church of Misericórdia and are developing the Romariz Settlement Interpretation Centre. We are preparing the renewal of the Convent of Lóios and will soon undertake the most extensive intervention ever carried out at our Castle, which will hopefully become one of the most visited monuments in the country.

Above all, however, the most valuable outcome of this journey is that a new generation has emerged in Santa Maria da Feira, one that can no longer imagine living without Culture, without its events, without this identity built through networks. And that is what truly matters.

For all these reasons, we restate today our commitment to culture. We renew our will to continue building networks, establishing partnerships, and fostering cooperation.

Madam Minister, this is our conviction: we want Santa Maria da Feira to be one of the most significant cultural hubs in the country. For that, you can count on us. We have the facilities. We have the teams. We have stability and financial strength. And we know that Portugal both needs and desires more cultural centres of national ambition.

You can count on us. And we are confident that we can also count on the Government of Portugal.

Thank you all for your presence.



MARGARIDA BALSEIRO LOPES

MARGARIDA BALSEIRO LOPES

Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, desde junho de 2025.

É doutoranda em Direito na Universidade Católica Portuguesa, pós-graduada em Fiscalidade pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, mestre em Direito e Gestão pela Universidade Católica Portuguesa e licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Entre 2022 e 2024, desempenhou funções como consultora na Deloitte Portugal. Em abril de 2024, assumiu funções como Ministra da Juventude e Modernização, no XXIV Governo Constitucional. Iniciou a atividade profissional, em 2012, como consultora fiscal numa das BIG4.

Foi deputada na Assembleia da República entre 2015 e 2022, tendo integrado várias comissões parlamentares, como a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

A nível partidário, Margarida Balseiro Lopes integra a Comissão Política Nacional do PSD desde 2022, e desempenhou as funções de Presidente da JSD entre 2018 e 2020.

has served as Minister for Culture, Youth and Sport since June 2025.

She is a doctoral candidate in Law at the Catholic University of Portugal, holds a postgraduate qualification in Taxation from the Faculty of Law of the same university, a Master's degree in Law and Management from the Catholic University of Portugal, and a Law degree from the Faculty of Law of the University of Lisbon.

Between 2022 and 2024, she worked as a consultant at Deloitte Portugal. In April 2024, she took up the position of Minister for Youth and Modernisation in the 24th Constitutional Government. She began her professional career in 2012 as a tax consultant at one of the Big Four firms.

She was a Member of the Portuguese Parliament between 2015 and 2022, serving on several parliamentary committees, including the Committee on Budget and Finance and the Committee on Education, Science, Youth and Sport.

At the party level, Margarida Balseiro Lopes has been a member of the National Political Committee of the Social Democratic Party (PSD) since 2022 and served as President of the Social Democratic Youth (JSD) between 2018 and 2020.

DISCURSO DA MINISTRA DA CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

MARGARIDA BALSEIRO LOPES

É um gosto poder estar aqui convosco e ter a oportunidade de participar nesta conversa sobre o papel da cultura.

Num tempo em que tantas certezas parecem desvanecer-se, é particularmente importante encontrarmo-nos para afirmar convicções.

Vivemos numa época marcada por transformações aceleradas, por tensões geopolíticas e por incertezas que atravessam fronteiras e desafiam instituições. Mas é precisamente nestes momentos que devemos regressar ao essencial.

E a cultura é – e deve continuar a ser – essencial.

A cultura é memória, identidade e expressão. Mas é também visão, criação e capacidade de imaginar o que ainda não existe. É, por isso, não apenas um reflexo da sociedade, mas um dos seus alicerces.

Quando investimos na cultura, não investimos apenas no setor – investimos na coesão, na cidadania e na capacidade transformadora das nossas comunidades.

Este Seminário, promovido pela Área Metropolitana do Porto, tem o mérito de colocar a cultura no centro da reflexão sobre o desenvolvimento regional e europeu. Agradeço, por isso, o convite que me foi dirigido e saúdo, de forma muito especial, todos os que tornaram possível este momento de partilha e reflexão.

Permitam-me ainda uma palavra de reconhecimento ao Senhor Comissário para a Justiça Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto. A sua presença entre nós sublinha a importância de mantermos a cultura no centro da agenda europeia – não como um adorno ou acessório, mas como verdadeiro motor de coesão, inovação e futuro. O trabalho que lidera na Comis-

são é exigente e essencial, e pode contar com o empenho de Portugal para reforçar o lugar da cultura no projeto europeu e nas políticas que moldam o nosso destino comum.

A premissa que sustenta este encontro é clara: estamos a assistir a um processo de mudança estrutural na sociedade, que coloca novas pressões, novas exigências e também novas oportunidades para o setor cultural.

Vivemos uma fase de transição marcada não só por transformações nos paradigmas tecnológicos e nas dinâmicas sociais, mas também por um contexto europeu e global particularmente incertos, que exigem à cultura uma renovada capacidade de diálogo e resistência.

Neste cenário, não podemos permitir que a Cultura seja negligenciada ou remetida para segundo plano.

Pelo contrário. Devemos reafirmar, com convicção, que sem cultura não há democracia. Sem cultura, não há cidadania plena. Sem cultura, não há espaço para o pensamento livre ou para a construção de uma pertença coletiva.

Porque é a cultura que nos permite ver o outro. Com empatia, com curiosidade e com respeito. É a cultura que nos permite pensar o presente. Com rigor e lucidez. E é a cultura que nos permite interrogar o futuro. Com imaginação, com responsabilidade e com ousadia.

É com ela que exercitamos o espírito crítico, que reconhecemos a diversidade, que damos forma aos valores em que acreditamos.

No centro da cultura está o pensamento livre. E o pensamento livre incomoda.

- Incomoda quem não tolera a pluralidade, quem se sente ameaçado pela dúvida, pela crítica e pela criação.
- Incomoda os que procuram impor uma só visão do mundo e que veem na cultura um obstáculo ao controlo e à obediência.
- Incomoda os que preferem o silêncio à expressão, a uniformidade à diversidade, a censura ao confronto de ideias.

Por isso mesmo, em tempos de tensão política e social, a cultura é tantas vezes o primeiro alvo. Porque nela reside a capacidade de resistir à opressão, de manter viva a liberdade de pensar e de questionar.

Defender a cultura é, por isso, defender a liberdade. A liberdade de pensar, de imaginar, de questionar. É proteger o direito de todas as pessoas a participar na construção da sociedade em que vivem. É, essencialmente, garantir que continuamos a viver em democracia.

A cultura forma consciências. Alimenta o pensamento crítico. Cria espaços para o desacordo construtivo. Uma democracia sólida precisa de cidadãos informados, atentos e criativos – e é isso que a cultura ajuda a formar. Sem cultura, a participação empobrece, o debate esvazia-se e o sentido de comunidade enfraquece.

Proteger a cultura não é apenas garantir a liberdade artística. É criar tempo e lugar para questionar, para exprimir diferenças e para confrontar ideias.

E, por isso, temos de assegurar que todos têm acesso a esse espaço comum onde se partilham memórias e se projeta o futuro.

Porque uma visão de cultura desprovida de ambição, que abdica de sonhar o que ainda não existe, perde a sua razão de ser. Um modelo cultural que abdique da promessa – ou pelo menos do anseio – de um mundo melhor, esvazia o sentido do património que herdámos. Sem esse impulso criativo, o património cultural arrisca-se a ser apenas uma herança estática, desligada do presente.

É por isso que a defesa da cultura não pode assentar apenas em palavras. Exige compromissos concretos. Exige políticas públicas sólidas, estruturadas e sustentáveis. Políticas que respondam aos desafios reais do setor: que assegurem melhores condições de trabalho, que valorizem os profissionais da cultura e que garantam o acesso efetivo à criação e à fruição cultural em todo o território.

Hoje, o setor cultural precisa de políticas de futuro. Políticas que integrem a cultura nas grandes prioridades do nosso tempo e que assegurem a sua presença ativa em áreas como:

- A transição digital, promovendo a literacia e uma relação ética e consciente com a tecnologia;
- A sustentabilidade, integrando práticas responsáveis que reforcem o compromisso ecológico;
- A coesão social, através da valorização do envolvimento direto das comunidades;
- E a educação, aprofundando a articulação entre escolas e instituições culturais.

A cultura não está à margem destes desafios – é parte da resposta. É através dela que educamos para o diálogo, para a empatia e para a pluralidade. É através dela que construímos comunidades mais justas, mais conscientes e mais solidárias.

Nada disto se faz sozinho. Só é possível avançar com o compromisso e a colaboração de todos. As redes culturais, que vemos aqui hoje reunidas, representam bem essa dinâmica coletiva:

- ligam territórios, práticas, saberes e comunidades;
- promovem a descentralização da oferta artística;
- e reforçam o acesso à cultura, valorizando a diversidade dos contextos locais.

Estas redes, em conjunto com as entidades intermunicipais, são fundamentais para afirmar a cultura como um pilar de identidade, de inovação e de coesão social. Reforçam a convicção de que o desenvolvimento cultural deve ser, antes de mais e acima de tudo, um projeto de proximidade e de participação.

Neste mesmo espírito, importa reconhecer o papel central das novas gerações. Os jovens não são apenas o futuro da cultura - são o seu presente. São eles que experimentam, que inovam, que desafiam e que nos obrigam a repensar os limites do que entendemos como prática cultural. São eles que introduzem novas linguagens, novos formatos, novas formas de partilha e de participação.

Por isso, temos de construir as políticas culturais com os jovens - e não apenas para os jovens. Só assim podemos garantir uma cultura mais plural, mais inclusiva e verdadeiramente sintonizada com o tempo que vivemos.

É também com esse propósito que o Governo português está a desenvolver, com os jovens, a Agenda Nacional da Juventude - um instrumento de política pública pensado para ouvir, envolver e dar espaço às suas ideias, preocupações e propostas.

Porque dar voz aos jovens é mais do que uma declaração de princípio: é uma forma concreta de os envolver na definição das políticas que os afetam.

E a cultura não ficou de fora deste processo: foi, aliás, uma das dez áreas em que os jovens foram diretamente ouvidos no âmbito da construção da Agenda.

Valorizar os jovens é isto: garantir que têm lugar e voz nas decisões que impactam o seu presente e ajudam a desenhar o nosso futuro.

É sob esta visão de abertura e de diálogo que devemos tratar a cultura com a centralidade que ela exige e merece. Como um bem essencial, um direito de todos... um pilar da nossa democracia.

O futuro que queremos construir exige mais cultura. Mais ambição, mais coragem e mais consistência. Porque é na cultura que se ensaiam as respostas aos grandes desafios do nosso tempo. É através dela que afirmamos o tipo de sociedade que queremos ser.

E é essa escolha que afirmamos hoje. Com convicção. Com responsabilidade. E com determinação.

Muito obrigada.

SPEECH BY THE MINISTER OF CULTURE, YOUTH AND SPORT

MARGARIDA BALSEIRO LOPES

It is a pleasure to be here with you and to have the opportunity to take part in this discussion on the role of culture.

At a time when so many certainties seem to be fading, it is particularly important that we come together to reaffirm our convictions.

We live in an age marked by fast transformation, geopolitical tension, and uncertainties that transcend borders and challenge institutions. Yet it is precisely in such moments that we must return to what is essential.

And culture is and must remain essential.

Culture is memory, identity, and expression. But it is also vision, creation, and the ability to imagine what does not yet exist. It is, therefore, not merely a reflection of society but a part of its very foundation.

When we invest in culture, we invest not only in a sector but in cohesion, citizenship, and the transformative capacity of our communities.

This seminar, promoted by the Porto Metropolitan Area, deserves recognition for placing culture at the centre of reflection on regional and European development. I am grateful for the invitation to participate and wish to extend my warm greetings to all who made this moment of sharing and reflection possible.

Allow me also to express my appreciation to the European Commissioner for Intergenerational Fairness, Youth, Culture, and Sport. Your presence among us underscores the importance of keeping culture at the heart of the European agenda, not as an accessory or embellishment, but as a true driver of cohesion, innovation, and the future. The work you lead within the Commission is demanding and essential, and Portugal is ready to support the strengthening of culture's place within the European project and the policies shaping our shared destiny.

The premise underlying this meeting is clear: we are witnessing a process of structural change within society that brings new pressures, new demands and new opportunities for the cultural sector.

We are living through a period of transition, marked not only by transformations in technological paradigms and social dynamics but also by a European and global context of great uncertainty, which calls upon culture to demonstrate renewed capacity for dialogue and resilience. In such a scenario, we cannot allow culture to be neglected or relegated to the background.

Quite the opposite. We must reaffirm, with conviction, that without culture there is no democracy. Without culture, there can be no full citizenship. Without culture, there is no space for free thought or for the construction of collective belonging.

It is culture that allows us to see the others with empathy, curiosity, and respect. It is culture that enables us to think about the present with rigour and clarity. And it is culture that allows us to question the future with imagination, responsibility, and courage.

Through culture we exercise critical thought, recognise diversity, and give shape to the values we believe in.

At the heart of culture lies free thought. And free thought is unsettling.

- It unsettles those who cannot tolerate plurality, who feel threatened by doubt, by criticism, and by creativity.
- It unsettles those who seek to impose a single vision of the world and who view culture as an obstacle to control and obedience.
- It unsettles those who prefer silence to expression, uniformity to diversity, censorship to the confrontation of ideas.

For this very reason, in times of political and social tension culture is often the first target, for holding the capacity to resist oppression and to keep alive the freedom to think and to question.

To defend culture, therefore, is to defend the freedom to think, to imagine, to question. It is to safeguard the right of every person to take part in shaping the society in which they live. Above all, it is to ensure that we continue to live in democracy.

Culture shapes consciences. It nourishes critical thinking. It creates spaces for constructive disagreement. A strong democracy requires informed, engaged, and creative citizens – and that is what culture helps to cultivate. Without culture, participation withers, debate becomes hollow, and the sense of community weakens.

To protect culture is not only to guarantee artistic freedom but also to create the time and space to question, to express differences, and to confront ideas.

We must therefore ensure that everyone has access to this common space where memories are shared and the future is imagined.

A vision of culture stripped of ambition, one that renounces the dream of what does not yet exist, loses its very purpose. A cultural model that abandons the promise, or at least the aspiration, of a better world empties the meaning of the heritage we have inherited. Without that creative impulse, cultural heritage risks becoming a static legacy, detached from the present.

For this reason, the defence of culture cannot rest on words alone. It demands concrete commitments. It requires solid, structured, and sustainable public policies. Policies that respond to the real challenges of the sector: ensuring better working conditions, valuing cultural professionals, and guaranteeing effective access to both cultural creation and enjoyment across the country.

Today, the cultural sector needs forward-looking policies, that integrate culture into the major priorities of our time and secure its active presence in areas such as:

- Digital transition, promoting literacy and an ethical, conscious relationship with technology.
- Sustainability, through responsible practices that reinforce ecological commitment.
- Social cohesion, by enhancing the direct involvement of communities.
- And education, by deepening the connection between schools and cultural institutions.

Culture does not stand on the edge of these challenges; it is part of the solution. It is through culture that we educate for dialogue, empathy, and plurality. It is through culture that we build fairer, more aware, and more cohesive communities.

None of this can be achieved alone. Progress is only possible through collective commitment and collaboration. The cultural networks gathered here today embody that collective dynamic:

- They connect territories, practices, knowledge, and communities.
- They promote the decentralisation of artistic activity.
- They strengthen access to culture, valuing the diversity of local contexts.

These networks, together with inter-municipal entities, are essential in affirming culture as a pillar of identity, innovation, and social cohesion. They reinforce the conviction that cultural development must, above all, be a project of proximity and participation.

In this same spirit, it is vital to acknowledge the central role of new generations. Young people are not only the future of culture, but they are also its present. They are the ones who experiment, innovate, challenge, and compel us to rethink the limits of what we understand as cultural practice. They introduce new languages, new formats, new ways of sharing and participating.

Therefore, we must build cultural policies together with young people, not merely for them. Only in this way can we ensure a culture that is more plural, more inclusive, and truly attuned to the times we live in.

It is with this purpose that the Portuguese Government is developing, together with young people, the National Youth Agenda, a public policy instrument designed to listen to, engage with, and give space to young people's ideas, concerns, and proposals.

Giving voice to young people is more than a statement of principle, it is a concrete way of involving them in shaping the policies that affect them.

And culture was not left out of this process. It was one of the ten areas in which young people were directly consulted to build the Agenda.

To value young people is to ensure that they have both a place and a voice in the decisions that impact their present and help to shape our future.

It is with this vision of openness and dialogue that we must treat culture with the centrality it both demands and deserves, as an essential good, a right for all, and a pillar of our democracy. The future we seek to build requires more culture, more ambition, more courage, and greater consistency. For it is through culture that we rehearse the answers to the great challenges of our time. It is through culture that we restate the kind of society we wish to be. And it is that choice that we pronounce here today, with conviction, responsibility and determination.

Thank you very much.



KEYNOTE SPEAKER



GLENN MICALLEF

GLENN MICALLEF

É um político maltês que exerce funções como Comissário Europeu para a Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto desde 2024.

É responsável pelo desenvolvimento de estratégias de equidade intergeracional, pela coordenação dos diálogos de políticas de juventude, pela melhoria das condições de trabalho dos artistas e profissionais da cultura e pelo avanço do Modelo Europeu do Desporto. Lidera ainda iniciativas sobre o combate ao cyberbullying e os direitos das crianças e trabalha em matéria de prospetiva estratégica para preparar a União Europeia para desafios futuros.

Glenn Micallef ocupou cargos de elevada responsabilidade no governo de Malta, incluindo o de Diretor-Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros e o de Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, tendo negociado legislação europeia de grande relevância e assegurado financiamento significativo da União Europeia para Malta.

É detentor de graus académicos avançados em Política, Direito e Economia Europeus pela Universidade de Malta.

is a Maltese politician who serves as European Commissioner for Intergenerational Fairness, Youth, Culture, and Sport since 2024.

He leads efforts on developing strategies for intergenerational fairness, coordinating youth policy dialogues, improving the working conditions of artists and cultural professionals, and advancing the European Sport Model. He also heads initiatives on cyberbullying and child rights and works on strategic foresight to prepare for future challenges.

Glenn Micallef held senior positions in the Maltese government, including as Director-General at the Ministry of Foreign Affairs and Chief of Staff to the Prime Minister, where he negotiated major EU legislation and secured significant EU funding for Malta.

He holds advanced degrees in European Politics, Law, and Economics from the University of Malta.

DISCURSO DO COMISSÁRIO EUROPEU PARA A EQUIDADE INTERGERACIONAL, JUVENTUDE, CULTURA E DESPORTO

GLENN MICALLEF

Agradeço o convite para falar aqui hoje. É um verdadeiro privilégio estar na Área Metropolitana do Porto, uma região onde a identidade cultural, a tradição e a criatividade são celebradas e vividas ativamente, um lugar adequado para refletirmos sobre o papel da cultura e das redes culturais nas nossas sociedades e num mundo em rápida transformação.

Permitam-me começar com uma verdade simples: a cultura não é um luxo, não é um privilégio reservado a alguns, é uma necessidade.

A cultura está no centro da nossa identidade. É o fio que entrelaça os valores que partilhamos. Dá-nos raízes em tempos de incerteza, dá-nos voz e ajuda-nos a compreender quem somos individual e coletivamente.

Num mundo definido por mudanças tecnológicas aceleradas, pelo agravamento das desigualdades, pela crise climática e até pela guerra, a cultura continua a ser um dos nossos recursos vitais. A cultura dá-nos chão. A cultura liga-nos. A cultura dá-nos esperança e propósito.

Vemos esse poder da cultura por todo o lado e também o sentimos aqui, na Área Metropolitana do Porto, uma região que exemplifica como as identidades locais podem florescer dentro de um espírito comum mais amplo.

Quer sejam as vibrantes celebrações do São João que animam o Porto todos os verões, as tradições medievais de Santa Maria da Feira ou o património literário e musical de Amarante, a cultura aqui não está confinada a museus ou monumentos. Respira nas ruas, nos festivais, nas histórias e na vida quotidiana das pessoas.

Esta região mostra-nos algo essencial: cultura não é preservar o passado, mas viver o passado, o presente e o futuro em comunidade, em criação. Cada município acrescenta a sua voz a uma harmonia mais ampla, uma harmonia que respeita a diferença ao mesmo tempo que constrói património comum. Este mosaico de línguas, tradições e expressões promove o diálogo intercultural e a coesão social, tanto em territórios urbanos como rurais.

E isto não é apenas um sentimento poético, é um modelo. Um modelo de como a cultura pode construir pontes onde a política e as políticas públicas, por vezes, não conseguem. É um exemplo vivo da razão pela qual a Europa é, e deve continuar a ser, uma potência cultural global.

Por isso, estes são o momento e o cenário perfeitos para uma conversa séria e estratégica sobre o papel da cultura e da cooperação cultural a nível local, nacional e europeu.

E este é o momento certo, especialmente agora, num tempo marcado por:

- Mudanças tecnológicas rápidas, que trazem tanto oportunidades como riscos;
- Transformações demográficas profundas nas nossas sociedades;
- Uma crise do custo de vida que pressiona o quotidiano;
- Dificuldades habitacionais crescentes;
- Uma crise silenciosa e persistente de saúde mental, sobretudo entre os jovens;
- E, acima de tudo, um tempo de guerra.

Sim, guerra, não apenas territorial, mas uma guerra de ideias. Uma guerra de desinformação. Uma guerra contra os nossos valores. Uma guerra contra a ciência climática. Uma guerra contra a cultura e a liberdade artística.

É por isso que estamos aqui hoje. Porque, neste contexto, a cultura não é uma nota de rodapé. Não é a música de fundo dos debates políticos.

É uma estratégia de primeira linha.

E tem de o ser.

Na minha intervenção de hoje, gostaria de me centrar em três pontos essenciais:

A. A contribuição da cultura para as nossas sociedades e democracias

B. A importância da cooperação cultural

C. Os próximos passos – uma bússola para o futuro

A. A contribuição da cultura para as nossas sociedades e democracias

Nas palavras de Victor Hugo, “nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou.”

Revoluções, movimentos pela paz e o progresso social foram todos impulsionados por ideias, por cultura, que despertam o espírito humano.

E, no mundo de hoje, essas ideias são mais importantes do que nunca. Winston Churchill afirmou: “Para cada um, o lar é o fundamento do seu ser... a imagem de tudo o que um homem defende.”

A cultura é essa ideia de “lar”. É o nosso patrimônio, são as nossas histórias, o nosso sentido de pertença. É algo que vale a pena defender, sobretudo em tempos de conflito.

Permitam-me partilhar uma reflexão pessoal, que moldou profundamente o meu pensamento.

Durante uma visita à Ucrânia, testemunhei em primeira mão como a cultura está sob ataque deliberado. As forças russas não estão apenas a atingir infraestruturas, estão a atacar estrategicamente espaços culturais. Isso não é um dano colateral, é um esforço calculado para minar a identidade, a unidade e a moral.

Ouvi histórias como a de Andriy Lyubka, escritor e poeta ucraniano, que me falou do seu amigo Maksym.

Maksym era um artista e filósofo talentoso que deixou o seu trabalho criativo para defender a Ucrânia. Morreu como soldado voluntário. Morreu a lutar não por território, mas por valores: pela cultura, pela liberdade, pela democracia.

É por isso que nunca devemos tratar a cultura como algo secundário. Demasiadas vezes, nas discussões políticas de alto nível, a cultura é usada para preencher lacunas nos programas: um espetáculo num jantar, uma visita a um local patrimonial, uma referência simbólica à tradição local.

Mas a cultura não é, nem deve ser, um adorno decorativo. É um motor estratégico. É um alicerce sobre o qual podemos construir sociedades resilientes, inclusivas e criativas.

Devemos dizê-lo claramente: sempre que a democracia é atacada, a cultura é o primeiro alvo. Por isso, a cultura tem de ser a primeira linha de defesa.

Inspiremo-nos nesta região, não apenas para proteger a vida cultural, mas para a ativar como força de solidariedade, de inovação e de renovação democrática em toda a Europa.

B. A importância da cooperação cultural

Isto leva-me ao meu segundo ponto: a cooperação cultural.

As redes culturais, muitas das quais aqui representadas hoje, são o sangue vital do projeto europeu, ligam artistas, pensadores, comunidades e instituições.

Permitem que iniciativas locais, mesmo em áreas remotas, se conectem com movimentos mais amplos, dando visibilidade a quem, de outra forma, poderia permanecer invisível. Constroem pontes entre gerações, promovem a aprendizagem entre pares, fortalecem a Europa de baixo para cima.

Vocês não são apenas transmissores de arte, são arquitetos do diálogo, engenheiros da empatia e guardiões da liberdade.

Mas para que a cultura prospere é necessário criar as condições certas.

A cultura não pode ser um pensamento tardio nas políticas públicas. Tem de estar no centro da forma como imaginamos as nossas economias, as nossas sociedades e o nosso papel no mundo.

Autoridades nacionais, municípios, entidades regionais, instituições europeias e redes como as vossas, todos devemos trabalhar juntos. Devemos assumir, em conjunto, esta missão partilhada.

C. Os próximos passos – uma bússola da cultura para a Europa

Para orientar este trabalho, precisamos de direção, precisamos de uma bússola. Uma Bússola da Cultura para a Europa construída em torno de quatro eixos claros:

1. Valores — acima de tudo, liberdade artística: Não há cultura sem liberdade e não há democracia sem cultura. Como afirma o artigo 13.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: “As artes e a investigação científica são livres.” Isto não é um princípio abstrato, é uma condição viva para a criação, preservação e fruição da cultura. Num tempo em que a liberdade de expressão é atacada, mesmo em algumas partes do nosso continente, devemos reafirmar o nosso compromisso inegociável com a liberdade artística e a liberdade de criação.

2. Pessoas: Costuma dizer-se que “a cultura não paga as contas”, que é um luxo. Mas sejamos claros: a cultura deve pagar as contas. Cria empregos, dinamiza economias locais, inspira turismo e impulsiona a inovação. Mas, mais do que isso, gera orgulho, coesão e confiança. É por isso que melhorar as condições de trabalho dos artistas e profissionais da cultura é uma das minhas principais prioridades, porque não há arte sem artistas, nem cultura sem profissionais da cultura.

3. Transformação: Destacam-se duas transformações: a tecnológica e a climática. As tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, trazem novas ferramentas e novos riscos. Temos de garantir que a cultura não fica para trás. Isto significa apoiar competências digitais, aplicar salvaguardas como as previstas no Regulamento IA e assegurar que os artistas possam prosperar, e não ser substituídos, neste novo ecossistema. No que respeita ao clima, o património cultural está literalmente em risco. Inundações, in-

cêndios e fenómenos meteorológicos extremos estão a danificar os nossos monumentos, arquivos e tradições. Mas a cultura também pode ser uma força de mudança, ajudando as comunidades a compreender o que está em causa e, mais importante, como agir.

4. Relações: A cultura deve estar no coração da nossa política externa. Dos mais próximos ao alargamento, da diplomacia ao desenvolvimento, a cultura ajuda-nos a construir compreensão mútua, a criar parcerias e, acima de tudo, a contribuir para a paz. Não é um complemento “brando”. É um pilar estratégico de uma Europa forte, estável e democrática.

Minhas senhoras e meus senhores, o acesso à cultura é um direito humano. Não deve existir apenas nas capitais ou em círculos de elite, deve florescer em cada aldeia, em cada região, em cada comunidade. E gostaria de terminar com uma citação de Bono: “A Europa é um pensamento que tem de se tornar um sentimento.” Esse sentimento acontece através da cultura.

Deixem-me dar-vos um último exemplo, de Nápoles, Itália.

No bairro de Rione Sanità, durante muito tempo marcado pelo abandono, visitei um grupo de jovens que fundou a Cooperativa La Paranza. Restauraram as Catacumbas de São Genaro, transformando um local de morte num símbolo de renascimento e esperança. Hoje, recebem centenas de milhares de visitantes e reinvestem em educação, emprego e, acima de tudo, em esperança.

Isso é cultura. Isso é poder.

É o que acontece quando a cultura está enraizada na comunidade. E este é apenas um exemplo entre muitos que temos na Europa, como o projeto URNA, em Malta, entre tantos outros.

Por isso, trabalhemos juntos para financiar a cultura, para a defender, para a viver, não como um ornamento da sociedade, mas como o seu coração pulsante. Lembremo-nos que as ideias e a cultura são o garante da paz.

Muito obrigado. Sigamos em frente, juntos, unidos, resilientes e inspirados.

SPEECH BY THE EUROPEAN COMMISSIONER FOR INTERGENERATIONAL FAIRNESS, YOUTH, CULTURE, AND SPORT

GLENN MICALLEF

Thank you for the invitation to speak here today. It is a true privilege to be in the Área Metropolitana do Porto.

A region where cultural identity, tradition, and creativity are celebrated, and actively lived.

A fitting place to reflect on the role of culture and cultural networks in our societies and in a rapidly changing world.

Let me start with a simple truth: Culture is not a luxury. It is not a privilege reserved for the few. It is a necessity.

Culture is central to our identity. It is the thread that weaves our shared values. It grounds us in times of uncertainty, gives us voice, and helps us make sense of who we are — individually and collectively.

In a world that is defined by fast-paced technological change, deepening inequality, a climate crisis, and even war, culture remains one of our most vital resources. Culture grounds us. Culture connects us. Culture gives us hope and purpose. We see this power of culture all around us —and it is also very vivid right here in the Porto Metropolitan Area. A region that exemplifies how local identities can thrive within a larger shared spirit.

Whether it's the vibrant São João celebrations that electrify Porto each summer, the medieval traditions of Santa Maria da Feira, or the literary and musical heritage of Amarante — culture here is not confined to museums or monuments. It breathes through the streets, the festivals, the stories, and the daily lives of people.

This region shows us something vital: Culture is not about preserving the past. It is about living the past, the present, and the future - in community,

in creation. Each municipality adds its voice to a broader harmony — one that respects difference while building common ground. This mosaic of languages, traditions, and expressions fosters intercultural dialogue and social cohesion across urban and rural landscapes alike.

This is not just a poetic sentiment. It is a model. A model of how culture can build bridges, where politics and policy sometimes fall short. It's a living example of why Europe is and must remain a global cultural powerhouse.

And that's why this is the perfect moment and the perfect setting to have a conversation. A serious, strategic conversation, about the role of culture and cultural cooperation at the local, national, and European levels. And this is the right moment, especially now in a time defined by:

- Rapid technological shifts, which bring both opportunity and risk.
- Profound demographic changes across our societies.
- A cost-of-living crisis that pressures everyday lives.
- Soaring housing difficulties.
- A silent, creeping mental health crisis, especially among our youth.
- And above all, a time of war.

Yes, war —not just of territory, but a war of ideas. A war of disinformation. A war on our values. A war on climate science. A war on culture and artistic freedom. That is why we are here today. Because in this context, culture is not just a footnote. It is not background music to political summits.

It is frontline strategy.

And it must be a frontline strategy. So, in my intervention today, I would like to focus on three key points:

A. Culture's contribution to our societies and democracies

B. The importance of cultural cooperation

C. The next steps – a compass for the future

A. Culture's contribution to our societies and democracies

Victor Hugo once said: "Nothing is more powerful than an idea whose time has come."

Revolutions, peace movements, and social progress have all been driven by ideas by culture. That, stirs the human spirit. And in today's world, those ideas matter more than ever. Winston Churchill once remarked: "To each, home is the foundation of their being... the image of everything that a man fights for." Culture is that idea of "home." It is our heritage, our stories, our sense of belonging. It is worth defending. Especially and more importantly in times of conflict.

Allow me to share a personal reflection. One that has profoundly shaped my thinking. During a visit to Ukraine, I witnessed firsthand how culture is under deliberate attack. Russian forces are not just targeting infrastructure — they are strategically targeting cultural sites. This is not collateral damage. It is a calculated effort to undermine identity, unity, and morale.

I heard stories like that of Andriy Lyubka, a Ukrainian writer and poet, who spoke to me about his friend Maksym.

Maksym was a gifted artist and philosopher who left his creative work to defend Ukraine. He died a volunteer soldier. He died fighting not for territory, but for values — for culture, for freedom, for democracy.

This is why we must never treat culture as something secondary. Too often, in high-level political discussions, culture is used to fill the gaps in programmes a performance at dinner, a heritage site visit, a symbolic nod to local tradition.

But culture is and must not be a decorative afterthought. It is a strategic enabler. It is a foundation upon which we can build resilient, inclusive, and creative societies.

We must say this clearly: Whenever democracy is under attack, culture is always the primary target. Which is why culture must be a primary defense.

Let us take inspiration from this region —not only to protect cultural life, but to activate it as a force for solidarity. For innovation. And for democratic renewal across Europe.

B. The importance of cultural cooperation

This brings me to my second point: cultural cooperation. Cultural networks — many of which are represented here today — are the lifeblood of the European project. They connect artists, thinkers, communities, and institutions.

They enable local initiatives in remote areas to link with larger movements, giving visibility to those who might otherwise remain unheard. They build bridges across generations. They foster peer-to-peer learning. They strengthen Europe from the ground up. You are not just transmitters of art —you are architects of dialogue, engineers of empathy, and guardians of freedom. But for culture to thrive, the right conditions must be in place.

Culture must not be an afterthought in public policy. It must be at the core of how we imagine our economies, our societies, and our place in the world. National authorities, municipalities, regional bodies, EU institutions, and networks like yours — we must all work together. We must all take forward this shared mission.

C. The Next Steps – A Cultural Compass for Europe

To guide this work, we need direction. We need a compass. A Culture Compass for Europe. A cultural compass build with four clear directions:

1. Values — above all, artistic freedom: There is no culture without freedom. And no democracy without culture. As Article 13 of the EU Charter of Fundamental Rights states: “The arts and scientific research shall be free of constraint.” This is not an abstract principle. It is a living precondition for the creation, preservation, and enjoyment of culture. At a time when freedom of expression is under attack — even within some parts of our continent — we must reaffirm our non-negotiable commitment to artistic freedom and freedom of artistic expression.

2. People: It is often said that culture doesn’t pay the rent. That it’s a luxury. But let me be clear: Culture must pay the rent. It creates jobs, powers local economies, inspires tourism, and drives innovation. But more than that — it builds pride. It builds cohesion. And it builds trust. That is why improving the working conditions of artists and cultural professionals is one of my core priorities. Because there is no art without artists. No culture without cultural professionals.

3. Transformation: Two transformations stand out: Technology, Climate. Emerging technologies like Artificial Intelligence present new tools — and new risks. We must ensure that culture is not left behind. This means supporting digital skills, implementing safeguards like those in the AI Act, and ensuring that artists can thrive — not be replaced — in this new ecosystem. On climate, cultural heritage is literally under threat. Floods, fires, and extreme weather events are damaging our monuments, our archives, and our traditions.

But culture can also be a force for change, helping communities understand what’s at stake. And more importantly how to act.

4. Relations: Culture must be at the heart of our external policy. From neighbourhood to enlargement, from diplomacy to development, culture helps us build mutual understanding, create partnerships, and above all contribute to peace. It’s not a soft addition. It’s a strategic pillar of a strong, stable and democratic Europe.

Ladies and gentlemen,

Access to culture is a human right. It must not only exist in capital cities or elite circles. It must thrive in every village, every region, every community. And here I want to end with a quote from Bono: “Europe is a thought that needs to become a feeling.” That feeling happens through culture. Let me give one last example — from Naples, Italy.

In the Rione Sanità neighbourhood, long marked by neglect, I visited a group of young people that founded the La Paranza Cooperative. They restored the Catacombs of San Gennaro, turning a site of death into a symbol

of rebirth and hope. Today, they host hundreds of thousands of visitors and reinvest in education, employment, and most importantly in giving hope.

That is culture. That is power.

That is what happens when culture is rooted in community. And this is just one example of many that we have in Europe.

URNA in Malta is another example and there are so many more.

So let us work together.

To fund culture.

To defend it.

To live it.

Not as an ornament to society, but as its beating heart. Let us remember: Ideas — and culture — win peace.

Thank you. Let's go forward, together. United, resilient, and inspired.

PAINEL 1

REDES CULTURAIS E

DESENVOLVIMENTO

TERRITORIAL

NUM MUNDO EM

MUDANÇA

Num tempo de grandes transições — políticas, sociais, climáticas, digitais — pensar o território a partir da Cultura exige um novo compromisso coletivo. As redes culturais podem ser instrumentos poderosos para promover a coesão territorial, valorizar recursos locais, combater desigualdades e ativar formas sustentáveis de desenvolvimento. No entanto, esta promessa nem sempre se cumpre. Este painel propõe uma reflexão crítica sobre o papel transformador da Cultura nos territórios e sobre o modo como as redes locais, regionais ou internacionais podem ser catalisadoras de inovação, cooperação e sentido de pertença.

PARTICIPANTES

Gil Ferreira

Vereador da Cultura do Município de
Santa Maria da Feira

Suzana Menezes

Secretária Metropolitana para a Cultura,
Património e Criatividade, Comissão
Executiva Metropolitana do Porto

PANEL 1

CULTURAL

NETWORKS AND

TERRITORIAL

DEVELOPMENT IN A

CHANGING WORLD

In a time of major transitions — political, social, climatic, and digital — rethinking the territory through the lens of Culture demands a renewed collective commitment. Cultural networks can be powerful instruments for promoting territorial cohesion, enhancing local resources, tackling inequalities, and activating sustainable forms of development. However, this promise is not always fulfilled. This panel proposed a critical reflection on the transformative role of Culture within territories and on how local, regional, or international networks can act as catalysts for innovation, cooperation, and a shared sense of belonging.

PARTICIPANTS

Gil Ferreira

Councillor for Culture, Municipality of
Santa Maria da Feira

Suzana Menezes

Metropolitan Executive Officer for
Culture, Heritage and Creativity, Porto
Metropolitan Executive Board



GIL FERREIRA

GIL FERREIRA

É músico, docente, gestor cultural e político, nascido em 1981. Foi eleito em 2013 como político local no Município de Santa Maria da Feira, onde desempenhou, até 2021, funções de Vereador da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus e, desde 2022, de Vereador da Cultura, Educação, Juventude e Turismo.

No âmbito das suas funções públicas, é membro dos Grupos Temáticos de Educação, Cultura e Turismo do Eixo Atlântico, membro dos Conselhos de Vereadores – Educação, Cultura e Turismo – na Área Metropolitana do Porto, delegado do Município de Santa Maria da Feira no Conselho de Fundadores da Fundação Serralves, presidente da Assembleia Geral da empresa municipal Feira-Viva Cultura e Desporto E.M. e presidente do conselho diretivo da Orquestra e Banda Juvenil de Santa Maria da Feira. É também diretor executivo do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira.

Iniciou os seus estudos artísticos em 1997 na Academia de Música de Santa Maria da Feira, onde concluiu o 8.º grau em guitarra clássica. Em paralelo, entre 1998 e 2004 frequentou a Escola de Jazz do Porto. Licenciou-se em Guitarra pela

Universidade de Aveiro, instituição onde, em 2012, concluiu também o Mestrado em Pedagogia Musical, com a investigação académica intitulada “A iniciação à guitarra clássica em videoconferência”.

Em 2021, concluiu o Programa Intensivo de Gestão na Católica Porto Business School. Possui ainda certificações em Gestão de Projetos e como Chief Sustainability Officer pela mesma instituição.

Durante o seu percurso formativo, frequentou diversas masterclasses com maestros de renome, tais como Alberto Ponce, Roberto Ausel, Jozef Zsapka, Dejan Ivanovic, Pedro Rodrigues, Paulo Amorim e Paula Marques.

Participa em projetos culturais de voluntariado desde os treze anos e, entre 2007 e 2013, integrou o conselho executivo do Centro Cultural Orfeão da Feira, responsável por projetos como a Oficina d’Artes – Escola de Teatro, Música e Dança, a Temporada de Concertos de Jazz no Orfeão da Feira (2007–2012) e o Festival de Guitarra Terra de Santa Maria, onde desempenhou funções de diretor artístico.

Gil Ferreira is a musician, teacher, cultural manager and politician born in 1981.

He was elected in 2013, as a local policy maker in the Municipality of Santa Maria da Feira, where he held until 2021 functions as Councillor for Culture, Tourism, Libraries and Museums and since 2022 as the Councillor for Culture, Education, Youth and Tourism.

In behalf of his public functions he's member of the Thematic Groups of Education, Culture and Tourism in the Eixo Atlântico, a member of the Councils of Councillors - Education, Culture and Tourism - in the Metropolitan Area of Porto, delegate of the Municipality of Santa Maria da Feira in the Serralves Foundation Founders Council, president of the general assembly of the municipal corporation Feira-Viva Culture and Sports E.M. and president of the board of the Youth Orchestra and Band of Santa Maria da Feira. He is also the executive director of Imaginarius -International Street Theatre Festival of Santa Maria da Feira.

He began his artistic studies in 1997 at the Music Academy of Santa Maria da Feira, where he finished the 8th grade in classical guitar. In parallel, between 1998 and 2004,

he attended the Escola de Jazz do Porto. He graduated in Guitar Performance, from the University of Aveiro, institution where, in 2012, he concluded the Master's Degree in Music Pedagogy with the academic research "The initiation to classical guitar in video call."

In 2021 he concluded the Intensive Management Program at the Católica Porto Business School. He also has certifications in Project Management and as Chief Sustainability Officer from Católica Porto Business School.

During the learning process, he attended several masterclasses with maestros such as Alberto Ponce, Roberto Aussel, Jozef Zsapka, Dejan Ivanovic, Pedro Rodrigues, Paulo Amorim, Paula Marques.

He has been involved in cultural volunteer projects since he was 13 years old and, between 2007 and 2013, he belonged to the executive board of Orfeão da Feira Cultural Centre, in charge of projects such as Oficina d'Artes - Theatre, Music and Dance School, Jazz Concerts Season in Orfeão da Feira (2007 to 2012) or the Land of Santa Maria Guitar Festival as Artistic Director.

DISCURSO DO VEREADOR DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

GIL FERREIRA

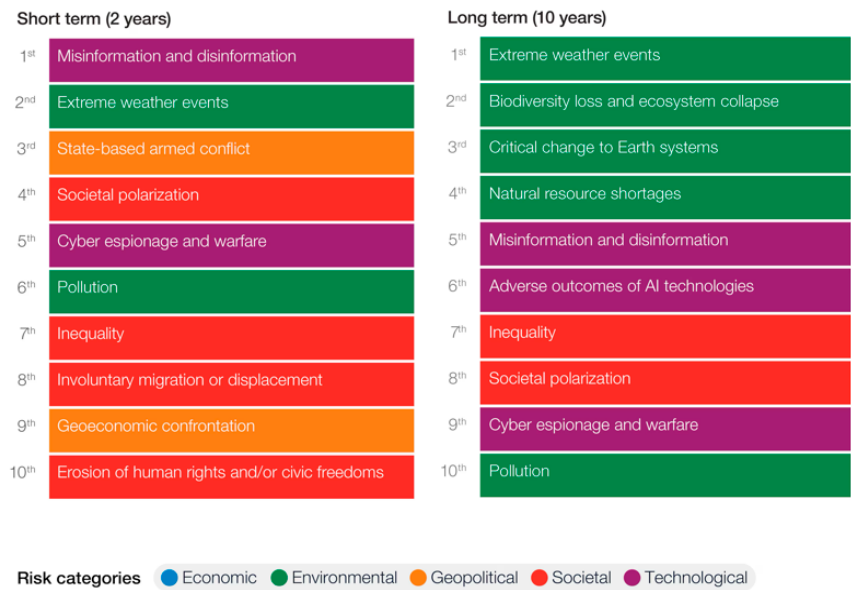
Redes culturais, políticas públicas e comunidades. Estratégias de articulação e exemplos de transformação a partir do caso de Santa Maria da Feira

Vivemos um tempo desafiante. As grandes transições geopolíticas, sociais, ambientais e tecnológicas particularmente no novo mundo computacional, na era da Inteligência Artificial, colocam-nos, ainda mais, perante dinâmicas voláteis, incertas, complexas e ambíguas. Um tempo em que a Cultura, na sua unicidade e pluralidade, é ameaçada quando, paradoxalmente, mais do que nunca, no agir político, necessita ser convocada! Ameaçada por riscos diversos, nomeadamente pela desinformação on-line, pela polarização social, pelos conflitos armados à escala global, pela imigração involuntária, pela erosão do respeito pelos direitos humanos ou pelos atentados a liberdades e garantias em estados soberanos outrora referências de democracia plena.

Global risks ranked by severity



Please estimate the likely impact (severity) of the following risks over a 2-year and 10-year period.



Source: World Economic Forum, Global Risks Perception Survey 2024-2025

A Cultura, enquanto lugar de possibilidades, diversidades e encontro dos povos, é catalisadora de cidadanias informadas, interventivas e comprometidas, é alicerce e condição *sine qua non* para a Democracia plena. É neste contexto que devemos interrogar o papel das redes culturais. Não apenas como estruturas operacionais, mas como ecossistemas de diversidade, desenvolvimento e democracia.

Santa Maria da Feira tem acreditado no poder transformador de fazer parte de redes Culturais à escala Europeia e Global, sobretudo numa cultura de ecossistema, pensamento regenerador e planeamento holístico. Temos feito um percurso, com consistência, estruturado em políticas culturais municipais de longo prazo, que potenciem a articulação do território e internacionalização, da tradição e contemporaneidade, e, sobretudo, da inovação e humanização.

Aliás, não fosse este o caminho, não estaríamos aqui hoje, neste seminário, a dar o testemunho, a defender e a partilhar o valor e o sentido das Redes Culturais.

Esta estratégia, de partilha e posicionamento, tem sido alimentada, particularmente a partir de 2014, pela participação ativa em três grandes redes culturais internacionais: a rede pan-europeia Circostrada Network, no domínio das artes de rua e do circo contemporâneo; a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que agrega cidades de todo o mundo em 7 clusters da criatividade; e, mais recentemente, enquanto membros fundadores, a Rota Europeia do Papel, associação que liga territórios com património histórico secular em torno da produção de papel.

Permitam-me começar pelo percurso com a Circostrada. Desde 2014, Santa Maria da Feira é membro desta que é a principal rede europeia nos domínios do circo contemporâneo e das artes de rua, com 150 membros em 40 países. A rede, cofinanciada pela Comissão Europeia e pelo Ministério da Cultura francês, atua em três eixos fundamentais: conexões internacionais, capacitação do setor e *advocacy*.

A nossa participação tem permitido ao Imaginarius (festival e centro de criação) afirmar-se como plataforma de criação, capacitação e difusão do setor das Artes de Rua e Circo Contemporâneo, com impactos significativos no ecossistema cultural local, nacional e internacional.

Na dimensão política, a admissão à rede Circostrada marca um ponto de viragem de um festival programador e produtor de conteúdos para uma estrutura integrada e ativa no centro da construção de políticas públicas, à escala europeia, para o setor das Artes de Rua e Circo Contemporâneo.

Um momento emblemático desta trajetória foi a coorganização com a Circostrada, em 2017, do seminário internacional FRESH STREET#2. Foi em Santa Maria da Feira, durante este seminário internacional, que o Governo português reconheceu, pela primeira vez, o Circo Contemporâneo e as Artes de Rua como disciplinas artísticas autónomas, integrando-as no sistema nacional de apoio às artes. Uma decisão com impacto nacional e reflexos na sustentabilidade e internacionalização do setor que nasceu a partir deste território em rede.

Para além das camadas de conhecimento de mais de uma década de participação ativa nesta rede, é a partir desta rede que temos integrado, com outros membros parceiros, projetos financiados pelo programa Europa Criativa de média e grande escala, dos quais destaco o Orfeo & Majnun (funde dois grandes mitos de amor da tradição cultural: o mito grego de Orfeu e Eurídice e a história de amor árabe de Layla e Majnun, promovendo o diálogo intercultural e inter-religioso assim como a participação cidadã num universo de mais de 600 ações de capacitação, ligando profissionais e amadores de sete países europeus), o Round About Europe (um projeto para artistas emergentes ou em fase de transição que, através de residências artísticas e sessões de mentoria, preparou um conjunto de agentes para um caminho mais autossuficiente e profissionalizado) e o Green Streets of Europe (um projeto que se propõe fundamentalmente a repensar práticas e a lançar as bases para um novo paradigma de circulação artística ambientalmente e socialmente mais comprometido).

Todos estes projetos em rede significaram, para além das conexões que permanecem entre instituições parceiras, um valiosíssimo processo de instalação de competências nas comunidades de Santa Maria da Feira, com particular enfoque nas oportunidades geradas para artistas e companhias locais.

Nestes três projetos de cooperação à escala europeia, entre 2017 até à data, o Imaginarius foi beneficiário direto de 351.771,27€ de apoio financeiro do programa Europa Criativa.

Projeto	Período	Montante global da candidatura [líder e parceiros]	Município de Santa Maria da Feira	Parceiros
Orfeo & Majnun	2017-2022	€3,999,736.00	€264,251.86	Festival d'Aix-en-Provence, La Monnaie / De Munt (BE) Krakow International Festival (PL), Operadagen Rotterdam (NL), Município de Santa Maria da Feira (PT), European Capital of Culture Valletta 2018 (MT) e Wiener Konzerthaus (AT);
Round about Europe	2018-2022	€251,728.87	€31,504.41	Imaginarium (PT), Korespondance, (CZ), Out There, (UK), Passage Festival, (DK) and Helsingborg (SE) e Spoffin Festival (NL);
Green Streets of Europe	2023-2026	€334,966.00	€56,015.00	Passage Festival (DK), Dunkers Kulturhus (SE), Halmstad International Gattateaterfestival (SE), Imaginarium (PT), Korespondance, (CZ), Out There, (UK), Spoffin Festival (NL); Varazdin Tourist Board (CRO)
		€4,586,430.87	€351,771.27	

Quadro 1.
Projetos financiados pelo programa Europa Criativa, dos quais o Município de Santa Maria da Feira foi beneficiário enquanto parceiro, no período de 2017 a 2026.

Mais recentemente, transformámos a nossa participação na Noite Europeia do Circo num programa de desenvolvimento criativo para um espaço não convencional, convocando mais uma instituição e dimensão ao processo, o Museu de Santa Maria de Lamas, cujas características singulares permitem o desenvolvimento de novas camadas de mediação com particular enfoque nas novas gerações e não públicos.

Atualmente o Imaginarium, enquanto membro da Circostrada Network, tem assento no comité de coordenação da rede.

O segundo exemplo que quero partilhar convosco é o trabalho desenvolvido desde 2017, que culminou com a admissão de Santa Maria da Feira à rede de Cidades Criativas da UNESCO, na área da Gastronomia, em 2021.

A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) tem como missão colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro das estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, promovendo simultaneamente a cooperação internacional entre cidades que reconhecem a cultura como motor de transformação.

A missão da Rede de Cidades Criativas UNESCO (UCCN) desdobra-se em seis objetivos fundamentais:

1. Reforçar a criação, produção, distribuição e disseminação de atividades, bens e serviços culturais, a nível local e internacional;
2. Desenvolver centros de criatividade e inovação e ampliar oportunidades para criadores e profissionais da cultura;
3. Melhorar o acesso e a participação de todos na vida cultural, com especial atenção a grupos vulneráveis ou marginalizados;
4. Integrar a cultura e a criatividade nos planos e políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável;
5. Favorecer a cooperação internacional, o intercâmbio de boas práticas e conhecimento entre cidades;
6. Contribuir para a concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas, com especial enfoque no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: “Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”.

O nosso enquadramento está comprometido com todos os pontos da declaração de missão da rede, contribui para a concretização da Agenda 2030, promove atividades alinhadas com referenciais tais como a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Estratégia da União Europeia do “Prado ao Prato” ou a Nova Agenda Urbana.

Santa Maria da Feira tem desenvolvido um plano de ação ancorado em seis eixos estratégicos: educação alimentar e nutricional, investigação sobre o património gastronómico local, formação e qualificação, programas de residências artísticas em diferentes áreas da criatividade e do conhecimento, cooperação internacional e sensibilização pública – *cultural awareness*.

Do plano de ação, permitam-me destacar:

- O Programa de Alimentação Saudável, Consciente e Sustentável, partindo da máxima de Hipócrates – “*Que o alimento seja o teu medicamento*”, na base fundamental do projeto procurando uma Cultura de hábitos e estilos de vida saudáveis e sustentáveis. Em 2024 promovemos 92 sessões de educação alimentar para 482 crianças do pré-escolar e 25 ações com famílias;
- Implementámos o Programa Municipal “Prato Sustentável” - programa mitigou a emissão de 11 toneladas de CO₂, o equivalente a 16 viagens de avião ida e volta entre Lisboa e Paris;

- O Clube de Gastronomia na Biblioteca Municipal e uma plataforma MOOC com o curso “Comer bem na escola e em família”;
- O Hub de Investigação e Salvaguarda do Património Gastronómico, com mapeamento dos receituários locais, a classificação nutricional dos produtos autóctones e o desenvolvimento de novas iguarias locais;
- A produção de um filme documental sobre o pão doce de Santa Maria da Feira e a sua relação umbilical com as comunidades; já em circulação nos festivais de cinema documental tais como Bergamo Food Film Festival;
- A conferência internacional Food 4 Thought, em abril 2025, que contou com 27 especialistas de 6 países que refletiram sobre temas como: alterações demográficas e agricultura; consumo sustentável; saúde e bem-estar; e dicotomia entre tradição e inovação, tema a partir do qual foi produzido um Manifesto pela Criatividade na tradição gastronómica uma declaração pública orientadora de políticas públicas intersectoriais;
- Os programas de intercâmbio como o Diversity FOOD, que permitiu, através da parceria com ONGD Rosto Solidário, a capacitação da comunidade de Kulima (em Angola) para a produção de pão com ingredientes locais como a mandioca e a batata-doce, assim como a construção de 3 fornos comunitários para benefício desta população.
- O programa de residências artísticas temperART, que recebeu um total de 25 candidaturas de artistas, empreendedores tecnológicos e chefs de cidades criativas em 5 continentes, apoiando dois projetos de criação em residência no entrecruzamento da Gastronomia com as *Media Arts* e do Circo Contemporâneo com a Gastronomia, mas sobretudo no cruzamento de culturas.

Neste percurso, também a gastrodiploacia tem sido um elemento central enquanto estratégia de disseminação da cultura feirense.

Entre 2022 e 2024, realizámos 17 atividades internacionais, em 11 cidades e 8 países, num total de mais de 53 mil quilómetros percorridos. Levámos a gastronomia portuguesa, desde a encruzilhada de sabores da região medieval das Terras de Santa Maria à cozinha de costa Atlântica, à dimensão etnográfica da alimentação associada ao trabalho agrícola e à comida de conforto dos operários fabris, à inovação promovida pelos jovens chefs formados nas nossas escolas profissionais e cursos de formação. Levamos ao Mundo a nossa língua, os nossos produtos, a nossa marca de território transformador da cortiça e, acima de tudo, as nossas memórias de palato.

Unimos culturas, porque quem partilha a comida, partilha a paz.

Por fim, a mais recente iniciativa em rede: a Associação da Rota Europeia do Papel. Constituída formalmente em setembro de 2024, esta associação europeia tem por missão valorizar e ligar territórios com patrimónios materiais e imateriais associados ao papel e à sua história. Santa Maria da Feira, enquanto cidade fundadora, assume aqui um papel de charneira —

articulando os seus recursos culturais, educativos e patrimoniais, com destaque para o Museu do Papel Terras de Santa Maria, a indústria papelreira da região e os ativos da Cidade Criativa, com as agendas europeias para a sustentabilidade, inovação criativa e regeneração territorial.

A Associação da Rota Europeia do Papel liga as cidades de Angoulême, Fabriano, Heidelberg, Capellades, Barcelona e Santa Maria da Feira. Juntas, estas cidades propõem-se a promover investigação científica, ações educativas, práticas artísticas contemporâneas, turismo cultural e inovação em torno da memória e futuro do papel — como matéria, como suporte simbólico, como elemento de identidade.

A associação tem a ambição de submeter uma candidatura ao programa Itinerários Culturais do Conselho da Europa no outono de 2025 e já desenvolveu uma candidatura ao Europa Criativa cujos resultados se esperam no final do mesmo ano. O início das atividades culturais e científicas em rede está calendarizado para o início de 2026, incluindo projetos de cocriação, residências artísticas, exposições, publicações e ações de mediação com públicos diversos, em especial os jovens.

É, pois, uma rede que cruza património, educação, sustentabilidade, turismo e criação contemporânea — em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Green Deal Europeu e a missão dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa.

Sobre as redes culturais e o seu papel impulsionador na transformação dos territórios, em articulação com políticas públicas e comunidades locais.

Em 2015 lançámos o Programa de Apoio a Projetos Culturais, vocacionado para os agentes culturais locais, que valorizava expressivamente o trabalho em rede e introduzia novos domínios criativos tais como as Artes de Rua e o Circo Contemporâneo. Paralelamente, introduzimos a Chamada de Apoio à Criação Local, que, para além de incentivar a criação artística para o espaço público, abria novos horizontes para a difusão de projetos locais nas redes de festivais parceiros do Imaginariu no espaço cultural europeu.

O Imaginariu Centro de Criação – Arte e Espaço Público, não é apenas filho do projeto maior, o festival que lhe dá identidade, mas também do resultado de estar nas redes. Desde logo no seu modelo de governança, num aplicar de boas práticas e referenciais internacionais aos processos de apoio à criação, suporte à difusão, instrumentos de financiamento, assim como nos processos de capacitação e mediação cultural dedicados às comunidades.

Em 2020 evoluímos para o Programa de Apoio à Cultura que abarca todo o ecossistema cultural e criativo, desde pessoas singulares (artistas independentes) a pessoas coletivas (organizações sem fins lucrativos), no qual incrementamos o valor das redes culturais, no caso em concreto, não só apoiando estruturas com atuação no território de Santa Maria da Feira, mas também incentivando à disseminação e internacionalização dos agentes culturais e criativos no Mundo, assim como abrindo a possibilidade que associações na diáspora pudessem beneficiar de apoios anuais e plurianuais para disseminar ou entrecruzar elementos da identidade cultural feirense no mundo.

Também a *open call* internacional temperART, no horizonte alargado das 355 candidaturas de 72 países do mundo, é um exemplo de articulação das políticas públicas com as redes culturais e de como se ligam as comunidades locais a novos centros. Mais do que o apoio financeiro este é um instrumento para o acesso universal, diversidade, capacitação, participação cultural das comunidades e inovação.

As redes, além dos efeitos intangíveis de desenvolvimento nos territórios, nas dimensões do acesso ao conhecimento, das oportunidades de participação e, sobretudo, das conexões multiculturais, têm, quando articuladas com políticas públicas efetivas de medio e longo prazo, impactos colaterais significativos exercendo efeito *spillover* na economia.

No caso concreto de Santa Maria da Feira e de acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, o volume de negócios do setor cultural em Santa Maria da Feira passou de 2,7 milhões de euros em 2013 para mais de 22 milhões de euros em 2023. Um crescimento de mais de 700% em dez anos.

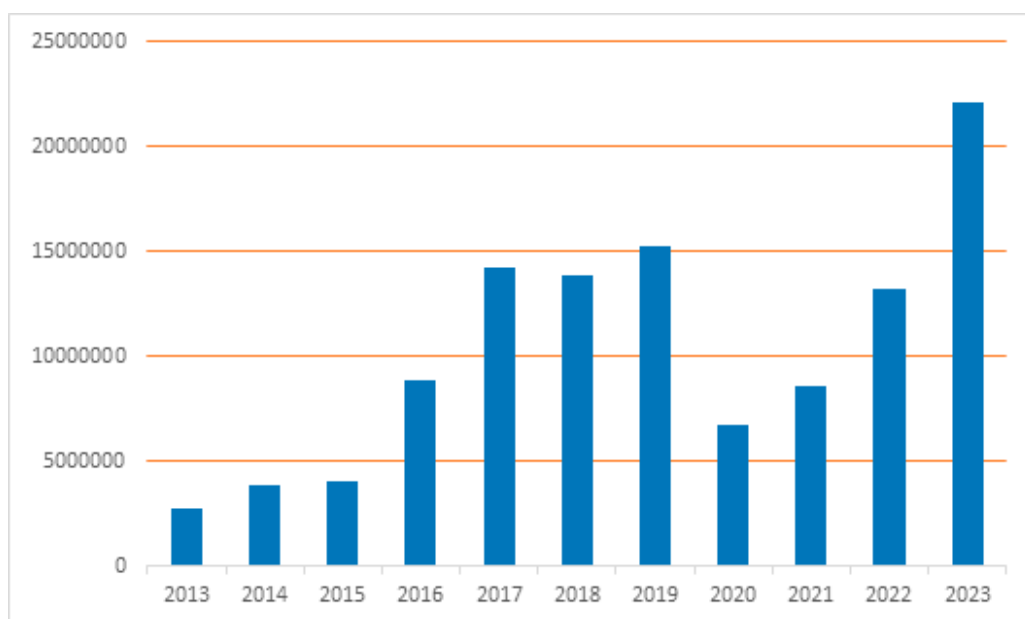


Gráfico 1.
Evolução do volume de negócios das empresas de Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas do concelho de Santa Maria da Feira entre 2013 e 2023.
INE 03/07/2025

Num tempo marcado pela fragmentação e pela urgência de reconstrução do sentido coletivo, as redes culturais são mais do que estruturas operacionais. Na minha perspectiva são espaços de compromissos — éticos, territoriais e políticos.

Se é verdade que as redes permitem circulação, partilha e capacitação, é ainda mais verdade que o seu verdadeiro valor reside na sua capacidade de ligar políticas públicas a comunidades reais. A nossa participação nas Redes Culturais tem contribuído de forma decisiva para a construção de políticas públicas e programas mais participativos, regeneradores e transformadores.

Devo destacar ainda, da nossa integração nestas redes culturais, o contributo para a construção de sentimento de pertença europeia e global, alavancagem do pensamento crítico e visão coletiva de futuro.

A experiência acumulada por Santa Maria da Feira — no seio da Circostada, da Rede de Cidades Criativas da UNESCO e, mais recentemente, da Rota Europeia do Papel — mostra-nos que as redes culturais têm impacto real enquanto estratégia de desenvolvimento integral e multidimensional.

Da experiência de Santa Maria da Feira, como recomendações para a articulação de redes culturais, políticas públicas e comunidades de forma transversal e sustentável proponho a assunção de 9 pontos fulcrais ao nível da governação municipal e regional:

1. Entender e posicionar a Cultura como bem essencial para as comunidades;
2. Investir na capacitação dos atores locais;
3. Integrar a Cultura, transversalmente, em múltiplos setores da política pública;
4. Fazer advocacia cultural capaz de influenciar políticas públicas com base em conhecimento partilhado e experiências de terreno;
5. Estabilizar e diversificar o financiamento destinado aos processos de participação cidadã e cocriação com dotações relevantes e condições de acesso transparentes;
6. Criar, proteger e reforçar ecossistemas de colaboração que gerem possibilidades de mobilidade e cooperação transnacional;
7. Fomentar modelos de governação multinível das estruturas e projetos, mais participativos, regenerativos e resilientes que fortaleçam a confiança e a coesão das entidades públicas, setor privado, agentes culturais e cidadãos;
8. Valorizar o potencial regenerador e de coesão da participação cultural das comunidades;
9. Ter com a comunidade, no dia a dia, o compromisso da Cultura e uma cultura de compromisso.

BIBLIOGRAFIA:

Jesse Caemmerer Aengus Collins Roberto Crotti Philipp Groskurth Kateryna Karunska Till Leopold Sriharsha Masabathula Saadia Zahidi. (2025). The Future of Growth Report 2025. www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/

Circostrada e Freshstreet#2 workgroup. (2017). Freshstreet#2 report - FROM INNOVATION TO SUSTAINABILITY. <https://www.circostrada.org/en/ressources/fresh-street2>

Instituto Nacional de Estatística. (2013 - 2023). Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual. <https://www.ine.pt/> acedido a 09/07/2025

SPEECH BY THE COUNCILLOR FOR CULTURE AT THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA DA FEIRA

GIL FERREIRA

Cultural Networks, Public Policies and Communities: Strategies of Co-ordination and Examples of Transformation based on the case of Santa Maria da Feira

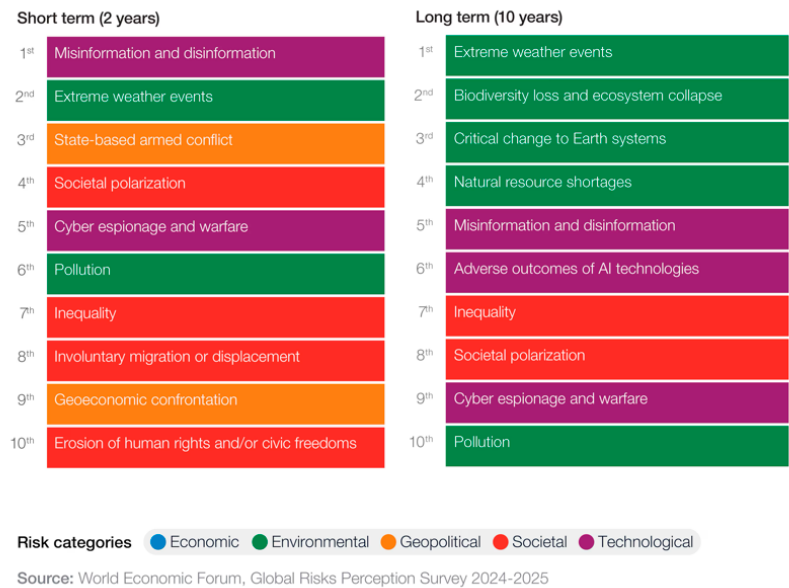
We are living challenging times. The major geopolitical, societal, environmental, and technological transitions, particularly within the emerging computational world and the era of Artificial Intelligence, confront us with increasingly volatile, uncertain, complex, and ambiguous dynamics. It is a time in which Culture, in its unity and plurality, finds itself under threat at the very moment when, paradoxically, it must be most urgently called upon within political action. It is endangered by diverse risks, notably online disinformation, social polarisation, armed conflicts on a global scale, involuntary migration, the erosion of respect for human rights, and assaults on freedoms and guarantees within sovereign states that were once regarded as landmarks of full democracy.

Global Risks Report 2025

Global risks ranked by severity



Please estimate the likely impact (severity) of the following risks over a 2-year and 10-year period.



Culture, as a space of possibilities, diversity, and gathering of people, acts as a catalyst for informed, engaged, and committed citizenship; it constitutes a cornerstone and a *sine qua non* condition for full democracy. It is within this context that we must interrogate the role of cultural networks, not merely as operational structures, but as ecosystems of diversity, development, and democracy.

Santa Maria da Feira has placed its trust in the transformative power of participating in cultural networks at European and global levels, particularly within a culture of ecosystems, regenerative thinking, and holistic planning. We have followed a consistent path, structured around long-term municipal cultural policies that foster territorial coordination and internationalisation, tradition and contemporaneity, and, above all, innovation and humanisation.

Indeed, had this not been the path, we would not be here today, at this seminar, bearing witness, defending, and sharing the value and significance of Cultural Networks.

This strategy of sharing and positioning has been particularly reinforced since 2014 through active participation in three major international cultural networks: the pan-European **Circostrada Network**, in the field of street arts and contemporary circus; the **UNESCO Creative Cities Network**, which brings together cities worldwide across seven creativity clusters; and, more recently, as founding members, the **European Paper Route**, an association connecting territories with centuries-old historical heritage in paper production.

Allow me to begin with our journey with Circostrada. Since 2014, Santa Maria da Feira has been a member of the main European network in con-

temporary circus and street arts, comprising 150 members across 40 countries. Cofinanced by the European Commission and the French Ministry of Culture, the network operates along three fundamental lines: international connections, sectoral capacity building, and advocacy.

Our participation has enabled **Imaginarius** (festival and creative centre) to establish itself as a platform for creation, capacity building, and dissemination in the field of Street Arts and Contemporary Circus, with significant impacts on the local, national, and international cultural ecosystem.

From a political perspective, admission to the Circostrada network marked a turning point, transforming a festival focused on programming and content production into an integrated structure actively involved at the heart of European public policy development for the Street Arts and Contemporary Circus sector.

A landmark moment in this trajectory was the co-organisation, with Circostrada, of the international seminar **FRESH STREET#2** in 2017. It was in Santa Maria da Feira, during this international seminar, that the Portuguese Government, for the first time, recognised Contemporary Circus and Street Arts as autonomous artistic disciplines, incorporating them into the national arts support system. This decision had national repercussions, influencing the sustainability and internationalisation of a sector that originated from this networked territory.

Beyond the layers of knowledge accumulated over more than a decade of active participation in this network, it is through Circostrada that we have integrated, alongside other partner members, projects funded by the Creative Europe programme on medium and large scales, with special mention to: **Orfeo & Majnun**, which merges two great cultural tradition love myths, the Greek myth of Orpheus and Eurydice and the Arab love story of Layla and Majnun, promoting intercultural and interfaith dialogue as well as civic participation across over 600 capacity-building actions, connecting professionals and amateurs from seven European countries; **Round About Europe**, a project for emerging or transitional artists, which, through artistic residencies and mentoring sessions, prepared a cohort of practitioners for a more self-sufficient and professionalised path; **Green Streets of Europe**, a project primarily aimed at rethinking practices and laying the foundations for a new paradigm of artist mobility that is environmentally and socially more responsible.

All these networked projects have generated, beyond enduring connections among partner institutions, a highly valuable process of skills development within the communities of Santa Maria da Feira, with particular emphasis on opportunities created for local artists and companies.

In these three European-scale cooperation projects, from 2017 to the present, **Imaginarius** has been the direct beneficiary of €351,771.27 in funding from the Creative Europe programme.

Project	Period	Global application amount [leader and partners]	Municipality of Santa Maria da Feira	Partners
Orfeo & Majnun	2017-2022	€3,999,736.00	€264,251.86	Festival d'Aix-en-Provence, La Monnaie / De Munt (BE) Krakow International Festival (PL), Operadagen Rotterdam (NL), Municipality of Santa Maria da Feira (PT), European Capital of Culture Valletta 2018 (MT) and Wiener Konzerthaus (AT)
Round about Europe	2018-2022	€251,728.87	€31,504.41	Imaginarius (PT), KoresponDance, (CZ), Out There, (UK), Passage Festival, (DK) and Helsingborg (SE) and Spoffin Festival (NL);
Green Streets of Europe	2023-2026	€334,966.00	€56,015.00	Passage Festival (DK), Dunkers Kulturhus (SE), Halmstad International Gattateaterfestival (SE), Imaginarius (PT), KoresponDance, (CZ), Out There, (UK), Spoffin Festival (NL); Varazdin Tourist Board (CRO)
		€4,586,430.87	€351,771.27	

Table 1.
Projects funded by the Creative Europe programme, of which the Municipality of Santa Maria da Feira was a beneficiary as a partner, between 2017 and 2026.

More recently, we have transformed our participation in the **European Night of Circus** into a creative development programme for a non-conventional space, involving an additional institution in the process: the **Museum of Santa Maria de Lamas**, whose unique characteristics allow for the development of new layers of mediation, with particular emphasis on younger generations and non-traditional audiences.

Currently, **Imaginarius**, as a member of the Circostrada Network, holds a seat on the network's coordinating committee.

The second example I wish to share with you concerns the work developed since 2017, culminating in Santa Maria da Feira's admission to the **UNESCO Creative Cities Network (UCCN)** in the field of Gastronomy in 2021. The UCCN's mission is to place creativity and cultural industries at the cen-

tre of sustainable urban development strategies, while simultaneously promoting international cooperation among cities that recognise culture as a driver of transformation.

The mission of the UCCN unfolds into six fundamental objectives:

1. **To strengthen** the creation, production, distribution, and dissemination of cultural activities, goods, and services at both local and international levels.
2. **To develop** centres of creativity and innovation and expand opportunities for creators and culture professionals.
3. **To improve** access to and participation in cultural life for all, with particular attention to vulnerable or marginalised groups.
4. **To integrate** culture and creativity into urban sustainable development plans and public policies.
5. **To foster** international cooperation, exchange of best practices, and knowledge sharing between cities.
6. **To contribute to** the implementation of the **United Nations 2030 Agenda**, with particular emphasis on **Sustainable Development Goal 11**: “Make cities inclusive, safe, resilient, and sustainable.”

Our framework aligns with all points of the network’s mission statement, contributes to the implementation of the 2030 Agenda, and promotes activities consistent with benchmarks such as the **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**, the European Union “Farm to Fork” Strategy, and the **New Urban Agenda**.

Santa Maria da Feira has developed an action plan anchored in six strategic lines: food and nutritional education, research on local food heritage, training and qualification, artistic residencies across different areas of creativity and knowledge, international cooperation, and public cultural awareness.

From this action plan, allow me to highlight:

- The Healthy, Conscious and Sustainable Eating Programme, inspired by Hippocrates’ maxim - “Let food be thy medicine”, which underpins the project’s fundamental aim of fostering a culture of healthy and sustainable habits and lifestyles. In 2024, 92 food education sessions were held for 482 preschool children, along with 25 sessions with families.
- Implementation of the municipal programme “Sustainable Plate”, which mitigated the emission of 11 tonnes of CO₂, equivalent to 16 round-trip flights between Lisbon and Paris.
- The Gastronomy Club at the Municipal Library and a MOOC platform offering the course “Eating Well at School and at Home”.
- The Hub for Research and Safeguarding of Food Heritage, involving mapping of local recipes, nutritional classification of indigenous products, and development of new local dishes.

- Production of a documentary film on the sweet bread of Santa Maria da Feira and its deep connection to local communities, already featured in documentary film festivals such as the Bergamo Food Film Festival.
- The international conference Food 4 Thought, in April 2025, which brought together 27 experts from six countries to reflect on topics such as demographic change and agriculture, sustainable consumption, health and wellbeing, and the dichotomy between tradition and innovation. From this conference emerged the Creativity in Food Tradition Manifesto, a public declaration guiding intersectoral public policies.
- Exchange programmes such as Diversity FOOD, which, in partnership with the NGO Rosto Solidário, enabled the Kulima community in Angola to develop bread-making using local ingredients such as cassava and sweet potato, and the construction of three community ovens to be used by the population.
- The temperART artistic residency programme, which received a total of 25 applications from artists, tech entrepreneurs, and chefs from Creative Cities across five continents, supporting two creation projects in residency intersecting Gastronomy with Media Arts and Contemporary Circus with Gastronomy, but above all crossing cultures.

Throughout this journey, gastrodiploacy has also been a central element, serving as a strategy for disseminating the culture of Santa Maria da Feira. Between 2022 and 2024, we carried out 17 international activities across 11 cities in eight countries, covering over 53,000 kilometres. We showcased Portuguese food, from the confluence of flavours in the medieval region of Terras de Santa Maria, to Atlantic coast cuisine, to the ethnographic dimension of food linked to agricultural labour, and the comfort food of industrial workers, to innovation promoted by young chefs trained in our professional schools and training courses. We shared with the world our language, products, territorial brand of transformative cork production, and, above all, our palate memories.

We united cultures, because those who share food share peace.

Finally, the most recent network initiative: the European Paper Route Association. Formally established in September 2024, this European association aims to valorise and connect territories with tangible and intangible heritage related to paper and its history. Santa Maria da Feira, as a founding city, assumes a pivotal role, aligning its cultural, educational, and heritage resources, notably the Terras de Santa Maria Paper Museum, the regional paper industry, and Creative City assets, with the European agendas for sustainability, creative innovation, and territorial regeneration.

The European Paper Route Association links the cities of Angoulême, Fabriano, Heidelberg, Capellades, Barcelona, and Santa Maria da Feira. Together, these cities seek to promote scientific research, educational activities, contemporary artistic practices, cultural tourism, and innovation around the memory and the future of paper as material, iconic support and identity element. The association aims to apply to the Cultural Routes of the

Council of Europe programme in autumn 2025 and has already prepared a submission to Creative Europe, with results expected by the end of that year. The start of networked cultural and scientific activities is scheduled for early 2026, including co-creation projects, artistic residencies, exhibitions, publications, and audience mediation activities, particularly targeting youth.

It is, therefore, a network that intersects heritage, education, sustainability, tourism, and contemporary creation, in line with the Sustainable Development Goals, the European Green Deal, and the mission of the Cultural Routes of the Council of Europe.

Regarding cultural networks and their role in driving territorial transformation, in coordination with public policies and local communities:

In 2015, we launched the Support Programme for Cultural Projects, aimed at local cultural agents, which expressly valued networked work and introduced new creative domains such as Street Arts and Contemporary Circus. We also introduced the Call for Support for Local Creation, which, in addition to encouraging artistic creation for public spaces, opened new horizons for disseminating local projects within the networks of the Imaginari-us festival's partners across the European cultural space.

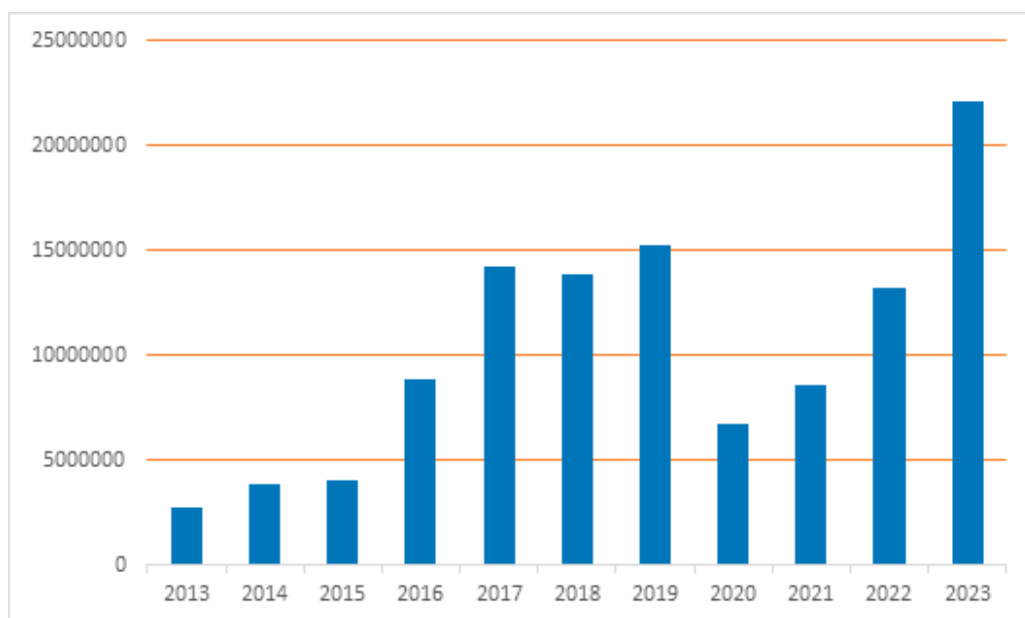
The Imaginari-us Creation Centre – Art and Public Space is not only the offspring of the larger project, the festival to which it owes its identity, but also the result of being embedded in networks. This is evident in its governance model, which applies international best practices and standards to creation support processes, dissemination support, funding instruments, as well as capacity-building and cultural mediation processes dedicated to communities.

In 2020, we evolved into the Culture Support Programme, encompassing the entire cultural and creative ecosystem, from individuals (independent artists) to collective entities (non-profit organisations). This programme enhances the value of cultural networks—not only supporting structures operating within Santa Maria da Feira but also promoting dissemination and internationalisation of cultural and creative agents worldwide and enabling diaspora associations to receive annual and multi-year support to disseminate or cross elements of Santa Maria da Feira's cultural identity throughout the world.

The international temperART open call, attracting at large 355 applicants from 72 countries, exemplifies the articulation of public policies with cultural networks and how local communities are connected to new centres. Beyond financial support, it serves as a tool for universal access, diversity, capacity building, community cultural participation, and innovation.

Cultural networks, beyond their intangible effects on territorial development in terms of access to knowledge, participation opportunities, and multicultural connections, have, when aligned with medium- and long-term public policies, significant collateral impacts, exerting a spillover effect on the economy.

In the specific case of Santa Maria da Feira, according to official data from Statistics Portugal, the turnover of the cultural sector increased from €2.7 million in 2013 to over €22 million in 2023, an increase of more than 700% in ten years.



Graphic 1.

Evolution of the turnover of the artistic, performance, sport and recreational activities companies in the municipality of Santa Maria da Feira between 2013 and 2023. STATISTICS PORTUGAL (INE) 2025/07/03

In a time marked by fragmentation and by the urgent need to restore a sense of collective purpose, cultural networks are more than operational structures. From my perspective, they are ethical, territorial, and political areas of commitment.

While it is true that networks facilitate circulation, sharing, and capacity building, it is even more true that their real value lies in their ability to connect public policies to actual communities. Our participation in cultural networks has contributed decisively to the development of more participatory, regenerative, and transformative public policies and programmes.

I should also highlight, because of our integration into these cultural networks, their contribution to fostering a sense of European and global belonging, as well as to strengthening critical thinking and a collective vision for the future.

The accumulated experience of Santa Maria da Feira within Circostrada, the UNESCO Creative Cities Network, and, more recently, the European Paper Route demonstrates that cultural networks have a tangible impact as a strategy for comprehensive and multidimensional development.

Drawing on Santa Maria da Feira's experience, I propose nine key recommendations at municipal and regional governance level, aiming at the sustainable and cross-cutting alignment of cultural networks, public policies, and communities:

1. To understand and position Culture as an essential asset for communities.
2. To invest in the capacity building of local actors.
3. To integrate Culture across multiple sectors of public policy.
4. To conduct cultural advocacy capable of influencing public policies based on shared knowledge and field experience.
5. To stabilise and diversify funding for citizen participation and co-creation processes, ensuring significant allocations and transparent access conditions.
6. To create, protect, and strengthen collaborative ecosystems that generate opportunities for mobility and transnational cooperation.
7. To promote more participatory, regenerative, and resilient multi-level governance models for structures and projects, thereby reinforcing trust and cohesion among public entities, the private sector, cultural actors, and citizens.
8. To value the regenerative and cohesion-building potential of community cultural participation.
9. To maintain, with the community, a daily commitment to Culture and a culture of commitment.

BIBLIOGRAPHY:

Jesse Caemmerer Aengus Collins Roberto Crotti Philipp Grosskurth Kateryna Karunska Till Leopold Sriharsha Masabathula Saadia Zahidi. (2025). The Future of Growth Report 2025. www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/

Circostrada e Freshstreet#2 workgroup. (2017). Freshstreet#2 report - FROM INNOVATION TO SUSTAINABILITY. <https://www.circostrada.org/en/ressources/fresh-street2>

Instituto Nacional de Estatística. (2013 - 2023). Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual. <https://www.ine.pt/> consulted on 09/07/2025



SUZANA MENEZES

SUZANA MENEZES

É Secretária Metropolitana para a Cultura, Património e Criatividade, na Comissão Executiva Metropolitana do Porto, desde abril de 2024.

Entre 2019 e 2023 foi Diretora Regional de Cultura do Centro.

Entre 1995 e 2018 exerceu funções na Câmara Municipal de S. João da Madeira, tendo sido chefe de divisão da cultura entre 2009 e 2018, assumindo a direção e gestão de recursos humanos, gestão cultural e a gestão científica da Biblioteca Municipal e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, Museu da Chapelaria e Museu do Calçado, Paços da Cultura e Casa da Criatividade. Entre 2011 e 2015 assumiu, cumulativamente, a função de Diretora Executiva da Oliva Creative Factory. Foi responsável pela criação e direção do Museu da Chapelaria e do Museu do Calçado.

É licenciada em Comunicação Social, Mestre em Museologia e Doutorada em Estudos Culturais.

Integrou em 2014, o Núcleo de Investigação em Políticas Culturais, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e é autora de várias publicações e artigos e palestrante em cursos, seminários e colóquios, nacionais e internacionais.

has been the Metropolitan Executive Officer for Culture, Heritage and Creativity at the Porto Metropolitan Executive Board since April 2024.

Between 2019 and 2023, she served as Regional Director of Culture for the Centre Region.

From 1995 to 2018, she held various positions at the Municipality of S. João da Madeira, serving as Head of the Culture Department between 2009 and 2018, overseeing human resources management, cultural management, and the scientific management of the Municipal Library and School Library Support Service, the Hat Museum and the Shoe Museum, Paços da Cultura, and the Casa da Criatividade. Between 2011 and 2015, she concurrently held the position of Executive Director of the Oliva Creative Factory. She was responsible for the creation and director of the Hat Museum and the Shoe Museum.

She holds a degree in Social Communication, a master's degree in Museology, and a PhD in Cultural Studies.

DISCURSO DA SECRETÁRIA METROPOLITANA PARA A CULTURA, PATRIMÓNIO E CRIATIVIDADE

SUZANA MENEZES

“Os piores perderam o medo e os melhores perderam a esperança”

Esta frase não é minha, mas de Hannah Arendt e podemos encontrá-la no livro “As origens do totalitarismo”.

Escrita há 74 anos, esta frase adquire, hoje, uma perigosa atualidade, enraizada no conjunto de desafios que caracterizam o nosso tempo – dos climáticos aos sociais, dos tecnológicos aos políticos – e que têm posto à prova os valores fundamentais sobre os quais assentam as nossas democracias.

Vivemos tempos inquietantes. Tempos em que os pilares sociais que nos orientavam — os da liberdade, da diversidade, da confiança pública, do direito à crítica — estão sob tensão.

A polarização social, a desinformação tóxica e sistémica, a instrumentalização ideológica da cultura e da memória, a erosão da confiança nas instituições e a disseminação impune de narrativas extremistas, estão a desenhar um presente fragmentado e fértil para o avanço de retóricas populistas e de normalização da linguagem do ódio.

E tudo isto, não são sinais isolados, mas antes peças de um mesmo puzzle, perigoso, fraturante e regressivo.

Se dúvidas houvesse, o mais recente relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) confirma, para Portugal, aquilo que talvez ainda hesitemos em reconhecer: um acentuado aumento do discurso de ódio.

Os piores perderam, de facto, o medo.

A ponto de vermos artistas agredidos à porta de teatros, escritores e bibliotecários ameaçados, livros infantis atacados.

A ponto de a cultura —que devia ser um espaço de diálogo e de liberdade — passar a ser vista como uma ameaça ou como campo de batalha.

Um dia após o outro fomos assistindo, incredulamente, a uma sucessão de acontecimentos alarmantes. E digo “incredulamente” porque, de certo modo, fomos levados a acreditar, nos últimos 50 anos, que estas dinâmicas estariam confinadas a outras geografias ou contextos.

Hoje sabemos que não. Elas estão largamente disseminadas e Portugal não é exceção.

Quero, contudo, acreditar que se os piores perderam o medo, os melhores ainda não perderam a esperança. E, sobretudo, não perderam a voz.

Prova disso foi a carta aberta que cinco organizações culturais portuguesas dirigiram, em junho deste ano, às Ministras da Administração Interna, da Justiça e da Cultura.

Nessa carta, expressaram a profunda indignação do setor cultural face à violência simbólica e material de grupos extremistas que são movidos por uma só agenda: instalar um clima de medo e de silenciamento.

Porém, com efetiva lucidez, os autores desta carta sinalizam que as livrarias e as bibliotecas, os museus e os teatros, as feiras do livro e os espaços culturais não podem ser condicionadas pela violência e pelo desrespeito pela lei, sendo dever do Estado garantir a legalidade, proteger os cidadãos, reafirmar o compromisso com a democracia e defender direitos fundamentais da liberdade de expressão e de pensamento.

Assinada por mais de 3.000 pessoas, esta carta é muito mais do que uma denúncia: é uma convocatória.

Uma convocatória a não recuar. A não calar. A não ceder.

Uma convocatória a fazer da Cultura — uma vez mais, e sempre — o lugar da dignidade, da consciência, do questionamento e da esperança.

E isto porque, a Cultura, sendo política, não pode ser politizada.

Ela é política porque está implicada no mundo, toma parte nos debates que moldam a vida comum, intervém de forma consciente na construção do presente e do futuro coletivo. A Cultura é política quando questiona, quando propõe caminhos e ilumina zonas de sombra. É política quando ajuda a pensar a liberdade, a justiça, a memória, a identidade e a diferença.

Porém, a Cultura não pode ser politizada ou instrumentalizada, não pode ser capturada por lógicas de poder que restringem a sua autonomia e a sua diversidade.

Quando a Cultura se torna uma ferramenta de propaganda ou de exclusão, ela perde a sua natureza crítica e emancipadora. Deixa de ser espaço de pluralidade para se tornar palco de obediência.

Por todas estas razões, este é um tempo de escolha: de escolhermos se queremos um setor cultural frágil, vulnerável e instrumentalizável ou um setor capaz de proteger e projetar o melhor de nós, enquanto sociedades livres, abertas e diversas.

E esta escolha não é abstrata, nem meramente simbólica.

Ela manifesta-se nas políticas públicas que desenhamos, nas palavras que escolhemos dizer, nas instituições que decidimos proteger.

Dito de outro modo, o nosso compromisso com a Cultura não pode ser neutro e tão pouco adiado, sejam quais forem as agendas que se sobreponham pela sua urgência.

Como bem salientou o relatório “State of Culture”, promovido pela Culture Action Europe, sendo a cultura um pilar da democracia, ela não pode ser sistematicamente subfinanciada, politicamente instrumentalizada e simbolicamente fragilizada. Pelo contrário, ela deve ser entendida como infraestrutura verdadeiramente essencial para o desenvolvimento sustentável, justo e resiliente que defendemos para a Europa.

Neste contexto, mais do que nunca, as redes culturais assumem um papel insubstituível. Não apenas como estruturas de cooperação técnica ou de partilha de boas práticas, mas antes, como comunidades políticas de sentido. Como espaços de empoderamento coletivo. Como plataformas de escuta, de ação e de resistência.

Em bom rigor, as redes culturais têm a capacidade de fazer o que, tantas vezes, os mecanismos institucionais tardam a fazer: identificam riscos, articulam vozes, defendem princípios, mobilizam recursos e constroem respostas.

Têm a capacidade de garantir que ninguém fica isolado — nem os artistas, nem os técnicos, nem as pequenas estruturas, nem os territórios mais periféricos.

E têm, sobretudo, a responsabilidade de afirmar, com coragem e visão, que a Cultura é, juntamente com a Educação, uma das mais poderosas infraestruturas da Democracia.

É, aliás, por esta razão, que a Cultura, enquanto espaço simbólico de cidadania, se vê diretamente interpelada, encontrando-se no epicentro das tensões políticas.

Ela é, simultaneamente, um espaço ameaçado e um campo de possibilidades. Por um lado, é alvo direto de diferentes tentativas de instrumentalização política, de imposição de narrativas, de censura encapotada. Por outro lado, é precisamente no campo cultural que se joga a nossa capacidade de resistir à homogeneização, de afirmar a diversidade, de manter viva a memória crítica.

Assim, perante as tentativas de captura ideológica ou de neutralização política da expressão artística, torna-se urgente proteger a liberdade cultural e reafirmar a Cultura como um Bem Público global (Unesco), promotor de coesão, empatia e esperança coletiva.

Neste sentido, insistimos, mais do que meras estruturas logísticas ou de financiamento, as redes culturais devem ser entendidas como ecossistemas de inteligência coletiva e de construção de sentido, que conectam práticas, territórios, organizações e pessoas, criando alianças capazes de defender a autonomia, fortalecer os direitos culturais e influenciar políticas públicas que protejam a diversidade e a liberdade de criação.

Seja através da defesa dos direitos laborais, da promoção da inclusão, da inovação metodológica e sistêmica, da capacitação ou do combate à exclusão, as redes culturais assumem-se, hoje, como poderosas plataformas de legitimação, de *advocacy* e de incidência política.

Por outro lado, as redes culturais podem ser, também, importantes instrumentos de desenvolvimento territorial, porquanto atuam como catalisador de inovação e mudança, estimulando novos modos de fazer e promovendo o pensamento crítico.

Redes culturais bem organizadas como infraestruturas de conhecimento e de articulação de diferentes níveis de governação, e como plataformas de experimentação e inovação, têm a capacidade:

- De articular recursos dispersos, promovendo a colaboração entre agentes culturais, instituições, autarquias, escolas, universidades e comunidades locais;
- De gerar massa crítica, fomentando a circulação de ideias, projetos e profissionais;
- De qualificar a ação cultural pública e reduzir assimetrias, introduzindo práticas partilhadas de programação, planeamento, avaliação e gestão;
- De traduzir políticas públicas nacionais e europeias em respostas concretas nos territórios.

Porém, como sabemos, não basta que as redes existam.

É preciso que estas redes sejam valorizadas e reconhecidas, que sejam financiadas de forma estável e integradas no desenho das políticas culturais nacionais e regionais.

Ou seja, as redes culturais precisam de modelos de governança partilhada, que reconheçam a diversidade de atores e respeitem a autonomia de cada um. Precisam de modelos que promovam a corresponsabilidade, o planeamento colaborativo e a avaliação participativa.

Do ponto de vista da sua sustentabilidade, é urgente abandonar a lógica do financiamento pontual e adotar modelos baseados em missões e objetivos de longo prazo. O financiamento não pode servir apenas a execução de atividades — deve servir para o fortalecimento institucional e para a capacitação das equipas.

Finalmente, é preciso reconhecer e incorporar o valor do tempo, porque sem tempo, não há relação. E sem relação, não há rede.

Num momento em que se fala tanto de inovação, de sustentabilidade, de coesão ou de transição digital, seria bom começarmos por reconhecer que, sem cultura, não há verdadeira transformação social e territorial, o que é o mesmo que dizer que não existe política de desenvolvimento territorial sem Cultura.

E quando digo Cultura, não me refiro a programação cultural, a equipamentos, a agendas festivas ou a estratégias de marketing territorial— refiro-me a uma política cultural estruturada, articulada e transversal, que reconhece a Cultura como catalisadora de pertença, de transformação e de imaginação coletiva.

Trabalhar com a área da Cultura não é investir em dinamização. É investir em significado. É investir em relações. É investir em futuros possíveis.

E, nestes termos, como podem as redes culturais impulsionar a transformação dos territórios?

Penso que a resposta a esta pergunta exige uma visão integradora e devemos começar precisamente por onde a mudança realmente acontece: nas nossas cidades e nas nossas comunidades. A ação local é, em si, a base para um novo tipo de colaboração— uma colaboração que se conecta horizontalmente, canalizando energia cívica e impulsionando mudanças sistémicas.

E as redes culturais são, na sua essência, estruturas horizontais e policêntricas, que operam pela partilha e pela mediação. Quando articuladas com políticas públicas e com os atores locais, tornam-se motores de inovação e de coesão.

Bons exemplos disso são as redes intermunicipais de bibliotecas, de museus, de teatros, que têm permitido não apenas racionalizar recursos, mas pensar em comum, ampliando o acesso, consolidando identidades plurais e criando comunidades de prática que aprendem juntas.

Mas isso exige tempo. Exige confiança. E exige investimento contínuo. O que é o mesmo que dizer: exige políticas públicas robustas e adequadas.

Se queremos que as redes culturais desempenhem o papel que aqui lhes reconhecemos – como estruturas de coesão, cidadania e transformação territorial – então, também as políticas públicas devem contribuir ativamente para a sua consolidação e para a sua articulação com os demais instrumentos de desenvolvimento territorial.

Como? Identifico, fundamentalmente, cinco eixos estratégicos:

1.º Reconhecendo formalmente as redes culturais como infraestruturas estratégicas da política cultural — As redes, sejam territoriais, setoriais ou temáticas, têm um papel estrutural no mapeamento de necessidades, na circulação de recursos, na qualificação de competências e na defesa dos direitos culturais. Devem, por isso, ser encaradas como lugares de pensamento crítico, e não meros espaços de reprodução de agendas. Este reconhecimento — político e administrativo — é o primeiro passo para lhes garantir estabilidade, legitimidade e sustentabilidade. Sem esse reconhecimento, as redes permanecem no domínio da informalidade, vulneráveis a descontinuidades, com impacto limitado no ecossistema cultural.

2.º Criando programas de apoio específicos ao funcionamento e desenvolvimento de redes — Grande parte das redes em Portugal (e em muitos países europeus) sobrevive sem apoio sistemático e estruturado. O seu funcionamento depende, quase sempre, do esforço voluntário dos seus membros, o que compromete planeamento, representação e continuidade. Ao contrário dos projetos pontuais, as redes precisam de tempo, recursos e continuidade para gerar impactos estruturais. A sua sustentabilidade deve ser assumida como um compromisso ético: não há redes sólidas sem condições dignas de trabalho para quem as sustenta. Apoiar o funcionamento regular das redes é garantir que a inovação, o conhecimento e a articulação territorial não se perdem no curto prazo.

3.º Desenvolvendo modelos de governança participativa entre redes, administração pública e sociedade civil — As redes devem ser reconhecidas como interlocutores legítimos e ativos das políticas públicas. Isso implica criar canais regulares de escuta, co-construção e avaliação partilhada. Sem esses canais estruturados, a política cultural corre o risco de se desligar da realidade cultural, tornando-se tecnocrática ou capturada por interesses circunstanciais.

4.º Integrando as redes culturais nos planos de desenvolvimento territorial como dispositivos de coesão e inovação — As redes devem constar dos planos regionais e intermunicipais de desenvolvimento como instrumentos de ativação de recursos locais, de mediação cultural e de promoção da diversidade e da inclusão. Porque sem cultura, não há desenvolvimento territorial justo ou sustentável. E sem redes, não há cultura em escala — apenas ações dispersas e frágeis, sem continuidade nem capacidade sistémica.

5.º Garantindo mecanismos de monitorização, avaliação e valorização do trabalho em rede — Sem dados, o valor do trabalho em rede continua invisível. É urgente criar metodologias de avaliação que permitam monitorizar o seu impacto, identificar desafios, evitar redundâncias e fundamentar decisões públicas. O que não se mede tende a ser ignorado e as redes, para existirem com legitimidade política e social, têm de demonstrar a sua relevância de forma mensurável e estratégica.

Estas cinco recomendações não são, do nosso ponto de vista, utópicas, mas realistas e urgentes. Resultam de práticas concretas, de processos colaborativos em curso e da convicção de que só com redes fortes e políticas públicas coerentes poderemos garantir uma Cultura questionadora, transformadora e estrutural para o futuro das nossas sociedades.

Como tenho insistido em tantos fóruns, a Cultura não é um ornamento: ela é estrutura.

É a linguagem comum que nos permite reconhecer e compreender a diferença, projetar possibilidades de futuro, narrar quem fomos e interrogar quem queremos ser.

A Cultura é o território onde ainda podemos sonhar juntos, mesmo quando tudo à nossa volta parece empurrar-nos para o isolamento, para a fragmentação e para o medo.

Se queremos construir uma Europa verdadeiramente democrática, resiliente e inclusiva, penso que temos de reconfigurar as formas como nos organizamos, como cooperamos, como distribuímos os recursos e como partilhamos as narrativas.

E as redes culturais, acredito, podem ser esse espaço de interdependência, solidariedade e ação transformadora.

Termino com uma palavra de agradecimento.

Ao Município de Santa Maria da Feira - parceiro imprescindível na organização deste seminário, pela hospitalidade, profissionalismo e compromisso constante.

Aos nossos media partners, a TSF e o Porto Canal, que se associaram, desde a primeira hora, a esta iniciativa, compreendendo a relevância crítica do debate que propomos.

Aos conferencistas, oradores e moderadoras deste seminário, especialistas, profissionais e ativistas que, com generosidade e sentido de missão, aceitaram preparar e partilhar as suas reflexões e experiências.

Um agradecimento renovado à Senhora Ministra da Cultura e ao Senhor Comissário Europeu, por terem aceitado, com tão significativa generosidade, o nosso convite. A sua presença confere a este encontro uma dimensão política que é, também ela, profundamente simbólica.

E, finalmente, permitam-me um grande agradecimento à equipa técnica da AMP e à equipa da Cultura do Município de Santa Maria da Feira, responsáveis pela produção deste seminário, à equipa do Cineteatro António Lamoso, à equipa de tradução simultânea e de tradução de língua gestual portuguesa, às equipas de streaming, vídeo e fotografia e à empresa Granorte, que no backstage nos disponibilizam as melhores condições possíveis.

A todas e todos vós que se juntaram, presencial ou digitalmente, agradeço, a vossa presença.

Como curadora científica deste seminário, espero que este seja o lugar onde comecemos a desenhar respostas. Não respostas acabadas, mas caminhos partilhados, plurais e justos. Apesar do ruído e da névoa dos tempos, continuo a acreditar que há margem para o diálogo, para a construção coletiva e para a Cultura como promessa de comunidade.

E é por isso que hoje, juntos, devemos ser capazes de levantar a voz — não apenas em nome da Cultura, mas em nome da esperança que não devemos perder.

Muito obrigada a todas e a todos vós e tenham um excelente dia em Santa Maria da Feira.

SPEECH BY THE METROPOLITAN EXECUTIVE OFFICER FOR CULTURE, HERITAGE, AND CREATIVITY

SUZANA MENEZES

“The worst have lost their fear, the best their hope.”

This sentence is not mine. It belongs to Hannah Arendt and can be found in her book *The Origins of Totalitarianism*.

Written 74 years ago, this sentence takes on a dangerously contemporary relevance, rooted in the myriads of climatic, social, technological, political challenges that define our time, which are testing the fundamental values upon which our democracies rest.

We live in unsettling times. Times in which the societal pillars that once guided us, freedom, diversity, public trust, and the right to critique, are under strain.

Social polarization, systemic and toxic disinformation, the ideological manipulation of culture and memory, erosion of trust in institutions, and the unchecked spread of extremist narratives are shaping a fragmented present fertile for the advance of populist rhetoric and the normalisation of hate speech.

These phenomena are not isolated signs but pieces of a single, dangerous, divisive, and regressive puzzle.

If there were any doubt, the most recent report by the **European Commission against Racism and Intolerance (ECRI)** confirms, for Portugal, what we may still hesitate to acknowledge: a marked increase in hate speech.

Indeed, the worst have lost their fear.

We witness artists assaulted outside theatres, writers and librarians threatened, and children's books attacked. Culture, which should be a space of dialogue and freedom, is increasingly perceived as a threat or a battlefield.

Day by day, we have observed, with incredulity, a succession of alarming events. I say "incredulity" because, for the past fifty years, we were led to believe that these dynamics were confined to other geographies or contexts. Today, we know they are not, they are widespread, and Portugal is no exception.

Yet I choose to believe that while the worst have lost their fear, the best have not lost hope and, above all, have not lost their voice.

Evidence of this is the open letter sent in June this year by five Portuguese cultural organisations to the Ministers of Internal Affairs, Justice, and Culture. In that letter, they expressed the cultural sector's profound indignation at the symbolic and material violence of extremist groups whose sole agenda is to instil fear and silence.

Yet, with remarkable clarity, the authors of the letter emphasise that bookstores, libraries, museums, theatres, book fairs, and cultural spaces cannot be dictated by violence and lawlessness. It is the State's duty to uphold the law, protect citizens, reaffirm commitment to democracy, and defend the fundamental rights of freedom of expression and thought.

More than reporting the situation, this letter, signed by over 3,000 individuals, serves to summon people.

A call neither to retreat, nor to remain silent, or yield.

A call to make Culture once again, and always a space of dignity, consciousness, questioning, and hope.

Because Culture, being political, must not be politicised.

Culture is political because it is engaged in the world, it is part of debates shaping common life and consciously intervenes in the construction of our collective present and future. Culture is political when it questions, proposes paths, and illuminates areas of shadow. It is political when it helps us think about freedom, justice, memory, identity, and difference.

However, Culture must not be politicised or manipulated. It cannot be captured by power logics that restrict its autonomy and diversity. When Culture becomes a tool of propaganda or exclusion, it loses its critical and emancipatory nature, ceasing to be a space of plurality and becoming a stage of obedience.

For all these reasons, we face a choice: to have a fragile, vulnerable, and manipulated cultural sector, or to have a sector capable of protecting and projecting the best of us as free, open, and diverse societies.

This choice is neither abstract nor symbolic. It is revealed through the public policies we design, the words we choose to speak, and the institutions we decide to protect.

In other words, our commitment to Culture cannot be neutral or postponed, regardless of competing urgent agendas. As emphasised in the *State of Culture* report by **Culture Action Europe**, as a pillar of democracy culture cannot be systematically underfunded, politically manipulated, or symbolically weakened. On the contrary, it should be understood as an essential infrastructure for the sustainable, just, and resilient development we advocate for Europe.

In this context, more than ever, cultural networks assume an irreplaceable role. Not merely as structures for technical cooperation or sharing of best practices, but as political communities of meaning, as spaces for collective empowerment, as platforms for listening, action, and resistance.

In fact, cultural networks have the capacity to do what institutional mechanisms often fail to do: identify risks, combine voices, defend principles, mobilise resources, and create responses.

They ensure that no one becomes isolated, neither artists, technicians, small organisations, nor peripheral territories.

Above all, they carry the responsibility to affirm, with courage and vision, that Culture, alongside Education, is one of the most powerful infrastructures of Democracy.

This is why Culture, as a symbolic space of citizenship, finds itself directly challenged and at the epicentre of political tensions.

It is simultaneously a threatened space and a field of possibilities. On the one hand, it faces attempts of political manipulation, imposed narratives and covert censorship. On the other hand, it is precisely within the cultural field that our capacity to resist homogenisation, assert diversity, and sustain critical memory is exercised.

In the face of ideological capture or political neutralisation of artistic expression, it is urgent to protect cultural freedom and reaffirm Culture as a Global Public Good (UNESCO), promoting cohesion, empathy, and collective hope.

Hence, more than mere logistical or funding structures, cultural networks must be understood as ecosystems of collective intelligence and meaning making, connecting practices, territories, organisations, and people, creating alliances capable of defending autonomy, strengthening cultural rights, and influencing public policies that protect diversity and creative freedom.

Cultural networks constitute today powerful platforms of legitimacy, advocacy, and political influence, whether through the defence of labour rights, promotion of inclusion, methodological and systemic innovation, capacity building, or fighting exclusion.

Moreover, cultural networks are important instruments for territorial development, acting as catalysts for innovation and change, stimulating new ways of working and promoting critical thinking. Well-organised cultural networks acting as knowledge and coordination infrastructures across governance levels and as platforms for experimentation and innovation have the capacity to:

- Coordinate dispersed resources, promoting collaboration among cultural agents, institutions, municipalities, schools, universities, and local communities.
- Generate critical thinking, fostering the circulation of ideas, projects, and professionals.
- Improve public cultural action and reduce asymmetries by introducing shared practices in programming, planning, evaluation, and management.
- Translate national and European public policies into concrete local responses.

However, as we know, networks alone are not sufficient. They must be valued and recognised, stably funded and integrated into the design of national and regional cultural policies.

Cultural networks require shared governance models that recognise the diversity of actors and respect each one's autonomy, promoting co-responsibility, collaborative planning, and participatory evaluation.

From a sustainability point of view, it is urgent to abandon occasional support and adopt models based on long-term missions and objectives. Funding should not serve merely to implement activities; it should strengthen institutions and build team capacity.

Finally, it is necessary to recognise and incorporate the value of time; without time, there is no relationship, and without relationships, there is no network.

In an era dominated by discussions on innovation, sustainability, cohesion, and digital transition, it is important to acknowledge that without culture, there can be no true social or territorial transformation, which is to say, there is no territorial development policy without Culture.

When I speak of Culture, I do not refer to cultural programming, facilities, festivals, or territorial marketing strategies. I refer to a structured, articulated, and transversal cultural policy that recognises Culture as a catalyst for belonging, transformation, and collective imagination. To work in the cultural domain is not simply to invest in activities, but to invest in meaning, relationships, and possible futures.

How, then, can cultural networks drive territorial transformation?

I believe the answer requires an integrative vision, beginning precisely where change truly occurs, in our cities and communities. Local action forms the basis for a new kind of collaboration, a horizontal collaboration that channels civic energy and drives systemic change.

Cultural networks, by nature, are horizontal and polycentric structures, operating through sharing and mediation. When aligned with public policies and local actors, they become engines of innovation and cohesion. Good examples include inter-municipal networks of libraries, museums, and the-

atres, which have not only rationalised resources but also promoted joint thinking, expanded access, consolidated plural identities, and created communities of practice that learn together.

This, however, requires time, trust, and regular investment, that is, robust and adequate public policies.

If we want cultural networks to fulfil the role recognised here as structures of cohesion, citizenship, and territorial transformation, then public policies must actively support their consolidation and integration with other territorial development instruments.

I identify five strategic lines:

1. To formally recognise cultural networks as strategic infrastructures of cultural policy — Territorial, sectoral, or thematic networks play a structural role in mapping needs, moving resources, qualifying skills and defending cultural rights. They should be regarded as spaces for critical thinking, not mere agenda-reproduction. Such political and administrative recognition is the first step towards stability, legitimacy, and sustainability. Without it, networks remain informal, vulnerable to discontinuity, and limited in their impact.

2. To create specific support programmes for network operation and development — Many networks in Portugal (and across Europe) survive without systematic support, relying on volunteer efforts, which compromises planning, representation, and continuity. Unlike short-term projects, networks require time, resources, and continuity to generate structural impact. Sustainability should be an ethical commitment: there are no strong networks without dignified working conditions for those sustaining them. Supporting regular network operation ensures that innovation, knowledge, and territorial coordination are not lost in the short term.

3. To develop participatory governance models among networks, public administration, and civil society — Networks should be recognised as legitimate, active interlocutors in public policy. This requires regular channels for listening, co-creation, and shared evaluation. Without these, cultural policy risks becoming disconnected, technocratic, or captured by circumstantial interests.

4. To integrate cultural networks into territorial development plans as instruments of cohesion and innovation — Networks should feature in regional and inter-municipal development plans as instruments to mobilise local resources, mediate culture, and promote diversity and inclusion. Without culture, there is no just or sustainable territorial development. Without networks, culture cannot scale; it remains fragmented and fragile.

5. To ensure mechanisms for monitoring, evaluation, and recognition of networking — Without data, the value of networks remains invisible. Evaluation methodologies are urgently needed to monitor impact, identify challenges, avoid redundancy, and inform public decisions. What is not measured is ignored, and networks must demonstrate measurable and strategic relevance to prevail with political and social legitimacy.

These five recommendations are, in our view, realistic and urgent. They stem from concrete practices, ongoing collaborative processes, and the conviction that only with strong networks and coherent public policies can we guarantee a questioning and transformative Culture, structural for the future of our societies.

As I have repeatedly stressed, Culture is not an ornament: it is structure.

It is the common language that allows us to recognise and understand difference, plan future possibilities, tell who we were, and question who we wish to become. Culture is the territory where we can still dream together, even when everything around us seems to push towards isolation, fragmentation, and fear.

To build a truly democratic, resilient, and inclusive Europe, we must reconfigure how we organise, cooperate, distribute resources, and share narratives. I believe cultural networks can be the space of interdependence, solidarity, and transformative action.

I must conclude with a word of appreciation.

To the Municipality of Santa Maria da Feira, an indispensable partner in organising this seminar, for its hospitality, professionalism, and unwavering commitment.

To our media partners, TSF and Porto Canal, who supported this initiative from the outset, recognising the critical importance of this debate.

To the seminar speakers, moderators, experts, professionals, and activists, who generously accepted to prepare and share their reflections and experiences.

A renewed thanks to the Minister of Culture and the European Commissioner for accepting our invitation with such generosity. Your presence confers a profoundly symbolic political dimension to this meeting.

Finally, heartfelt thanks to the technical team of the AMP, the Culture team of the Municipality of Santa Maria da Feira, the António Lamoso Theatre team, the simultaneous and sign language interpreters, the streaming, video, and photography teams, and Granorte, who provided backstage support.

To all of you who joined us, in person or online, I thank you for your presence.

As the scientific curator of this seminar, I hope this is the place where we begin to shape responses: not final answers, but shared, plural, and fair paths. Despite the noise and fog of our times, I still believe there is room for dialogue, for collective construction, and for Culture as a promise of community.

And it is for this reason that today, together, we must raise our voices, not only in the name of Culture but in the name of the hope we must not lose.

Thank you all, and I wish you an excellent day in Santa Maria da Feira.

PAINEL 2

UM “CULTURE COMPASS” OU UM “CULTURAL DEAL” PARA UMA EUROPA DEMOCRÁTICA, UNIDA E RESILIENTE?

A cultura está hoje no centro de múltiplos debates sobre o futuro da Europa: democracia, inclusão, inovação, liberdade, sustentabilidade, coesão social. Mas estará verdadeiramente no centro das políticas públicas e dos investimentos estruturais?

Este painel pretende refletir sobre duas grandes propostas estratégicas em construção — o *Culture Compass* da Comissão Europeia e o *Cultural Deal for Europe* das organizações da sociedade civil — e debater a forma como estas agendas podem e devem convergir para reforçar o papel da Cultura como eixo estruturante do projeto europeu.

PARTICIPANTES

Moderação
Cristina Farinha

Inês Câmara
Culture Action Europe

Vanessa Fraga Prol
Europa Nostra

Catarina Vaz Pinto
Fundação Cultural Europeia

PANEL 2

A “CULTURE COMPASS” OR A “CULTURAL DEAL” FOR A DEMOCRATIC, UNITED, AND RESILIENT EUROPE?

Today, Culture lies at the heart of multiple debates about the future of Europe: democracy, inclusion, innovation, freedom, sustainability, and social cohesion. But is it truly at the centre of public policies and structural investments?

This panel aims to reflect on two major strategic initiatives currently under development: the European Commission’s Culture Compass and the Cultural Deal for Europe, promoted by civil society organisations, and to discuss how these agendas can and should converge to strengthen the role of Culture as a structuring pillar of the European project.

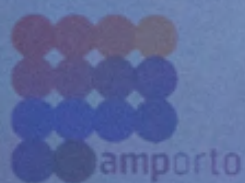
PARTICIPANTS

Moderator
Cristina Farinha

Inês Câmara
Culture Action Europe

Vanessa Fraga Prol
Europa Nostra

Catarina Vaz Pinto
European Cultural Foundation



área metropolitana do porto

APCSC



santa maria da feira
câmara municipal

GRANORTE



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

REDES

09.07.2025

CULTURAIS

NUM

MUNDO EM

MUDANÇA





CRISTINA FARINHA

CRISTINA FARINHA

Doutorada em Sociologia, é especialista em políticas culturais com mais de duas décadas de experiência na formulação, implementação e avaliação de projetos culturais e programas públicos em toda a Europa e internacionalmente. O seu trabalho abrange funções de aconselhamento estratégico junto de instituições da UE, governos locais e organizações internacionais, com forte enfoque em monitorização e avaliação, capacitação e governação participativa. Cristina possui sólida experiência no setor cultural e criativo, incluindo desenvolvimento de políticas, mapeamento de ecossistemas, advocacy e apoio à inovação, com projetos que abrangem a Europa e seus países vizinhos, África e Sudeste Asiático. Está também amplamente envolvida em iniciativas que conectam cultura e desenvolvimento urbano, participando ativamente na iniciativa das Capitais Europeias da Cultura e facilitando o intercâmbio de conhecimentos sobre património cultural e ecossistemas urbanos criativos. Os seus interesses incluem o reforço do papel da cultura e da criatividade na governação e no desenvolvimento; a promoção da mobilidade e cooperação internacional justas e sustentáveis; e a capacitação, advocacy e disseminação de conhecimento nos setores cultural e criativo.

PhD in Sociology, Cristina Farinha is a cultural policy expert with over two decades of experience in the formulation, implementation, and evaluation of cultural projects and public programmes across Europe and internationally. Her work spans strategic advisory roles for EU institutions, local governments, and international organisations, with a strong focus on monitoring & evaluation, capacity building, and participatory governance. Cristina has a strong expertise in the cultural and creative sector, including policy development, ecosystem mapping, advocacy and innovation support, with projects covering Europe and its neighbours, Africa and Southeast Asia. She is also widely engaged in initiatives that connect culture and urban development, being deeply involved with the European Capital of Culture initiative and facilitating peer learning on cultural heritage and creative urban ecosystems. She is interested in the strengthening of the role of culture and creativity in governance and development; the promotion of fair and sustainable mobility and international cooperation; and capacity development, advocacy and knowledge dissemination in the cultural and creative sectors.

ANÁLISE CRÍTICA DA MODERADORA DO PAINEL 2

CRISTINA FARINHA

E se a integração europeia comesse (finalmente) a ser orientada pela e para a cultura?

Gostaria de começar por agradecer à Área Metropolitana do Porto (AMP) por nos juntar em torno da cultura, da Europa e das redes no dia 9 de julho de 2025 em Santa Maria da Feira; aproveitando para saudar o trabalho relevante de colaboração que ao nível metropolitano, estes municípios estão a desenvolver nesta área. É efetivamente, neste momento, fundamental debater, dar a conhecer e contribuir para influenciar o rumo da política cultural Europeia, o tema central deste painel de discussão.

Esta breve reflexão pretende dar conta, em jeito de “atas”, do tema e das questões propostas às oradoras do Painel 2 intitulado “Uma Bússola Cultural ou um Pacto Cultural para uma Europa Democrática, Unida e Resiliente?”.

A abrir a jornada ouvimos atentamente, entre outros, o Comissário Europeu para a Justiça Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, Glenn Micallef, falar sobre o *Culture Compass*, a nova bússola cultural para a Europa. Trata-se de um esquema que a Comissão Europeia pôs em marcha em 2025 para debater e formular a nova política cultural Europeia - a ser aprovada no final do ano. A sua missão é atualizar e aumentar a consistência da política já existente e a sua coordenação com outras áreas políticas.

Todavia, um papel renovado para a cultura no seio do projeto Europeu não é um facto adquirido, pelo que a missão deste Comissário, neste momento de negociações, não é tarefa ganha. Num mundo turbulento, em que a Europa tem de se reposicionar e redefinir o seu papel na esfera global, a competitividade, defesa e segurança destacam-se como as prioridades de uma maioria. Na iminência de refletir cada vez mais as tendências em curso nos Estados-Membros, as políticas das instituições europeias, no que diz respeito ao entendimento do que significa e pode ser o papel da cultura poderão revelar-se cada vez mais conservadoras. Será que ainda não chegou o momento de uma política cultural assumida no seio do projeto Europeu?

Partindo do princípio, consensual pelo menos no âmbito do setor, que a cultura deve ser reconhecida como uma bússola para a própria Europa e não apenas para o setor cultural, este painel pretendeu discutir três questões: as prioridades e valores desta política e o seu papel; a forma como poderá proteger e fortalecer o setor cultural e criativo; e o papel específico das redes.

As oradoras deste Painel 2 representaram três grandes redes, reconhecidas como atores principais ao longo das últimas décadas na área da discussão Europeia sobre a cultura:

- A Ação Cultura Europa, Inês Bettencourt da Camara, ex-Presidente e membro da rede em nome da “Mapa de Ideias”;
- A Europa Nostra, Vanessa Fraga Prol, responsável pela Advocacia e Parcerias;
- A Fundação Cultural Europeia, Catarina Vaz Pinto, membro do Conselho de Administração.

Foram escolhidas não por acaso, mas precisamente por serem as entidades iniciadoras de um movimento da sociedade civil denominado **Cultural Deal, Pacto Cultural para a Europa**, que data de 2020. Este Pacto pretendeu promover o papel essencial da cultura na definição do futuro da UE, defendendo a integração transversal da cultura em todas as áreas, refletindo o impacto do Pacto Ecológico Europeu (que constitui 2% do orçamento Europeu).

A primeira ronda de questões pretendeu discutir rumos, valores e desafios da política cultural europeia num futuro próximo:

- Quais as prioridades para a nova política europeia para a cultura?
- Que princípios/valores fundamentais devem orientar uma política cultural europeia?

O primeiro documento estratégico da UE, a Agenda Europeia para a Cultura num Mundo Globalizado, data apenas de 2007. Seguiu-se a Nova Agenda para a Cultura, de 2018, que agora a Bússola Cultural pretende renovar. A questão que coloquei foi: “Será que é desta? Não teremos perdido já o *momentum* histórico e político mais favorável?”

Após várias décadas de trabalho de reivindicação por parte de várias redes, entidades e profissionais deste setor, será que finalmente as instituições europeias vão assumir o papel relevante da cultura no projeto europeu? Poderá a UE assumir a liderança na defesa desta mudança tão necessária, uma vez que a nível nacional as expectativas são cada vez mais limitadas? Quais são os desafios e riscos mais prementes? Como evitar que este novo quadro, simbolizado por esta Bússola, se torne apenas mais um exercício institucional?

A cultura, vista essencialmente como entretenimento e, portanto, acessória e/ou um luxo de uma minoria, tem sido sempre marginal ao nível político, do nível local, nacional ao europeu. Nas últimas décadas, o setor, reformulado e alargado para incluir as indústrias criativas, tem vindo a justificar-se pela sua contribuição para o crescimento económico, e mais recentemente, a inclusão social, e a transição ecológica. Mas como concretizar estas expectativas? Como pode o setor assumir estas responsabilidades tendo um perfil tão frágil e sendo alvo de um investimento público tão mínimo? Poderá ser este o momento para valorizar seriamente o impacto cultural da política cultural?

Numa altura em que, politicamente, parece que a Europa se orienta precisamente no sentido contrário, como enfatizar e apoiar o lema original da política cultural europeia, a unidade na diversidade, face ao perigo de diabolização e instrumentalização da cultura pelos radicalismos nacionais – que a circunscrevem essencialmente como património a preservar?

Se a cultura deve ser reconhecida como uma bússola para a própria Europa: como assegurar que possa desempenhar um papel de ativo estratégico nas políticas e iniciativas da UE com objetivos societais, de competitividade e globais mais amplos? E poderá a cultura ter algum papel pertinente no campo da segurança e defesa, tornado atualmente prioritário? Que compromisso estará o setor disposto a fazer no âmbito da sua contribuição para a competitividade económica tão cara à UE? Que papel poderá e desejará desempenhar ao nível da inovação, uma área na qual surpreendentemente as artes e a criatividade são secundárias à ciência e tecnologia?

O que poderá ser esperado ao nível da política cultural para os municípios e as regiões num quadro cada vez mais centralizado e nacionalizado? A UE tem vindo já há algum tempo a dar atenção e atribuir cada mais importância ao seu papel no âmbito do projeto de integração europeia. Também na área da cultura, as autarquias, comunidades intermunicipais e regiões estão a adotar gradualmente uma missão fundamental desta área, sendo as entidades políticas mais próximas aos cidadãos, comunidades e territórios. E não é a dimensão cultural precisamente a expressão das pessoas na sua interação com os territórios?

A segunda ronda deste debate pretendeu concretizar mais além, propondo pensar na realidade do ecossistema cultural, e nas condições de trabalho necessárias para que possam efetivamente contribuir para as tão desejadas agendas.

- Que medidas/mecanismos/programas são hoje necessários para proteger e garantir ao setor cultural e criativo as condições sustentáveis e inclusivas de trabalho?

No âmbito da discussão sobre a Bússola Cultural, o novo quadro de financiamento para a cultura, e respetivo orçamento, é um dos temas mais con-

troversos. Como reformular os mecanismos de financiamento, nomeadamente, como garantir e fortalecer o programa Europa Criativa, é a questão do momento. Será que a UE irá manter o seu único programa-quadro específico para a cultura ou irá fundir a cultura com outros temas-áreas, relevantes seguramente, como a cidadania, no muito falado novo programa para 2028–2034 “AgoraEU”, que deverá combinar os programas Europa Criativa e CERV- Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores, para apoiar a cultura, media, e a sociedade civil? Irá o novo “AgoraEU” diminuir o foco e envelope financeiro específico para a cultura e/ou reforçar a sua instrumentalização?

Por outro lado, para que a cultura possa assumir o papel estratégico pretendido, que competências e capacidades serão necessárias para os profissionais da cultura? De que novas formas de partilha de conhecimentos necessitamos?

E finalmente, como garantir a liberdade de circulação e de expressão? Como proteger o estatuto e garantir condições de trabalho dignas e justas para o setor?

Por toda a Europa ecoam notícias de casos de censura, recusa de financiamento e/ou cancelamento de artistas e obras, politicamente motivadas. A Declaração de Bratislava, por exemplo, foi um apelo urgente lançado por trabalhadores culturais, artistas e organizações europeias em maio de 2025, pedindo uma ação da UE para proteger a liberdade artística e resistir à crescente interferência governamental nas artes. Esta Declaração fala mesmo numa desejada “Lei Europeia de Liberdade Artística” que garanta um quadro jurídico favorável; exige processos de financiamento público transparentes e independentes; e expressa solidariedade com aqueles que enfrentam censura e intimidação. Como pode a UE garantir o direito à livre expressão absolutamente necessária à criação e produção artística, criativa e cultural?

Finalmente, numa terceira ronda de debate, terminamos a falar sobre governança, pois necessariamente para mudar políticas e visões, precisamos de mudanças nos processos de trabalho, nos modos de fazer política, para “deixar a cultura entrar”. Como alargar o acesso e aumentar a participação na tomada de decisões políticas sobre a cultura ao nível da UE? Como podem os profissionais do setor fazer parte?

A questão central colocada foi:

- Como podem as redes culturais e agentes do setor influenciar as agendas políticas e estratégicas?

As questões discutidas centraram-se sobre o papel das redes neste mundo em mudança e na necessidade de reformular o diálogo estruturado regular do setor cultural e criativo com as instâncias europeias. A convocatória feita pela Comissão Europeia para recolher evidência para a Bússola Cultural recebeu 297 contributos de toda a Europa. Será uma resposta significativa para este setor profissional que se diz tão importante simbólica e até eco-

nomicamente e para esta área tão ampla que supostamente interage diretamente com os cidadãos? Como será redigida e discutida a esperada Bússola Cultural? Além da consulta, poderão as redes esperar um papel maior?

E finalmente, tal como os profissionais da cultura, quais são as necessidades e desafios das redes, como organizações, para garantir que possam cumprir a sua missão? Como manter uma voz livre para representar o setor? Numa perspetiva de interação cada vez mais natural entre o nível local e o europeu: de que forma poderão os municípios apoiar o trabalho e a participação nas redes europeias?

O debate no palco estendeu-se a um diálogo com a audiência, na sua maioria repleta de agentes culturais que vivem e trabalham mais ao nível local, regional e nacional do que ao nível europeu/internacional. Todavia, concluiu-se, nomeadamente, que importa ao setor cultural, mesmo operando principalmente ao nível local, estar conectado e alargar/reforçar os seus debates e horizontes ao nível europeu. Os desafios atuais - ambientais, sociais, económicos, migratórios, tecnológicos (Inteligência Artificial) - são essencialmente globais e não se podem resumir a soluções locais ou nacionais. A Europa não é uma realidade distante e estranha, nós somos e fazemos parte da Europa e dos seus passado, presente e futuro. Paradoxalmente os nacionalismos estão a crescer num momento em que a cooperação europeia e internacional é cada vez mais fundamental.

Se pretendemos que a cultura entre a sério nas políticas, devemos estar cada vez mais abertos ao diálogo. A participação ativa deve acontecer tanto no seio do setor, entre profissionais e organizações representativas desta inteligência coletiva como com as instituições e decisores políticos, assumindo responsabilidades culturais, cívicas e políticas.

Num momento em que a esperança no desenvolvimento de uma política cultural fortalecida ao nível nacional num médio prazo é limitada, os municípios, bem como as organizações da sociedade civil (como as redes), são as plataformas mais acessíveis dos cidadãos, em que podemos e devemos concretizar a nossa cidadania e experienciar a democracia. São também plataformas privilegiadas no diálogo com o projeto europeu.

CRITICAL ANALYSIS BY THE MODERATOR OF PANEL 2

CRISTINA FARINHA

What if European integration were (finally) to be guided by and for culture?

I would like to begin by thanking the Porto Metropolitan Area (AMP) for bringing us together around culture, Europe, and networks on 9 July 2025, in Santa Maria da Feira, and for acknowledging the valuable collaborative work that these municipalities have been developing in this field, at the metropolitan level. At this moment, it is indeed crucial to debate, share knowledge, and contribute to shaping the course of European cultural policy, the central theme of this discussion panel.

This brief reflection aims to record, in the manner of “minutes,” the topics and questions put to the speakers of Panel 2, entitled “A Culture Compass or a Cultural Deal for a Democratic, United, and Resilient Europe?”

In the beginning of this Seminar, we listened attentively, among others, to the European Commissioner for Intergenerational Fairness, Youth, Culture and Sport, Glenn Micallef, who spoke about the Culture Compass, the new cultural compass for Europe. This is an initiative launched by the European Commission in 2025 to debate and design the new European cultural policy, to be adopted by the end of the year. Its mission is to update and improve coherence of the existing policy and its coordination with other policy areas.

However, a renewed role for culture within the European project is not yet a given, and the Commissioner’s task, in this moment of negotiation, is far from an easy one. In a turbulent world where Europe must reposition itself and redefine its role in the global arena, competitiveness, defence, and security have emerged as the dominant priorities. As European institutions increasingly mirror the prevailing tendencies within Member States, their understanding of the meaning and role of culture may risk becoming ever more conservative. Has the time not yet come for a fully-fledged cultural policy at the heart of the European project?

Assuming, at least within the sector, a shared consensus that culture should serve as a compass for Europe itself, and not merely for the cultural sector, this panel sought to address three main questions:

1. The priorities, values, and purpose of such a policy.
2. How it might protect and strengthen the cultural and creative sector.
3. The specific role of networks.

The speakers of Panel 2 represented three major networks, recognised over the past decades as key actors in the European cultural debate:

- Culture Action Europe, represented by Inês Bettencourt da Câmara, former President and current member on behalf of Mapa de Ideias.
- Europa Nostra, represented by Vanessa Fraga Prol, in charge of Advocacy and Partnerships.
- The European Cultural Foundation, represented by Catarina Vaz Pinto, member of the Board of Directors.

They were chosen deliberately, as these are the founding entities of the Cultural Deal for Europe, a civil society movement launched in 2020. This initiative sought to promote the essential role of culture in shaping the future of the EU, advocating for the mainstreaming of culture across all policy areas, mirroring the impact of the European Green Deal (which accounts for 2% of the EU budget).

The first round of questions focused on the direction, values, and challenges of European cultural policy in the near future:

- What should be the priorities for the new European cultural policy?
- Which principles or fundamental values should guide it?

The EU's first strategic document in this area, The European Agenda for Culture in a Globalising World, dates only from 2007. It was followed by the New European Agenda for Culture in 2018, which the new Culture Compass now seeks to update. The question I posed was: "Is this finally the moment? Have we not already missed the most favourable historical and political momentum?"

After decades of advocacy by networks, institutions, and professionals across the sector, will European institutions now finally acknowledge the central role of culture in the European project? Could the EU assume leadership in driving this much-needed shift, given that expectations at national level are increasingly limited? What are the most pressing risks and challenges? And how can we ensure that this new framework, symbolised by the Compass, does not become just another institutional exercise?

Culture, often seen essentially as entertainment, and thus secondary, or even a luxury for a privileged minority, has remained politically marginal, from local to European levels. Over recent decades, the sector, redefined and expanded to include the creative industries, has justified its relevance through its contributions to economic growth, and more recently to social

inclusion and ecological transition. But how can these expectations be met? How can a sector with such a fragile structure and minimal public investment shoulder such broad responsibilities? Could this be the moment to truly value the cultural impact of cultural policy itself?

At a time when Europe appears to be moving politically in the opposite direction, how can we reassert and support the original motto of European cultural policy, unity in diversity, in the face of the growing manipulation and demonisation of culture by nationalist radicalisms that reduce it essentially to heritage to be preserved?

If culture is indeed to be recognised as a compass for Europe itself, how can we ensure it plays a strategic and active role in EU policies and initiatives with broader societal, competitiveness, and global goals? Could culture have a meaningful role within the current security and defence agenda, now so prominent? What level of commitment is the sector willing to undertake in contributing to the EU's economic competitiveness? And what role can it and does it wish to play in the field of innovation, where, surprisingly, the arts and creativity remain secondary to science and technology?

What can be expected for municipal and regional cultural policy in an increasingly centralised and nationalised framework? The EU has for some time been recognising and attributing growing importance to the local and regional levels within European integration. In the field of culture too, municipalities, intermunicipal communities, and regions are increasingly embracing this mission, being the political entities closest to citizens, communities, and territories. And is not culture precisely the expression of people in their interaction with their territories?

The second round of debate aimed to go further, turning to the reality of the cultural ecosystem and the working conditions required for it to effectively contribute to these ambitious agendas:

- What measures, mechanisms, or programmes are needed today to protect and guarantee sustainable and inclusive working conditions for the cultural and creative sector?

Within the discussion of the Culture Compass, the new funding framework for culture and its budget are some of the most controversial topics. How should funding mechanisms be rethought? How can we strengthen the Creative Europe programme? Will the EU maintain its only dedicated cultural framework programme, or will it merge culture with other areas, such as citizenship, within the much-discussed new programme for 2028–2034, AgoraEU, expected to combine Creative Europe and CERV (Citizens, Equality, Rights and Values), supporting culture, media, and civil society? Will this new programme dilute the specific focus and budget for culture, or further manipulate it?

At the same time, if culture is to assume the strategic role envisaged, what skills and capacities will cultural professionals need? What new forms of knowledge sharing will be required? And finally, how can freedom of movement and expression be ensured? How can the status and fair working conditions of the sector be protected?

Across Europe, reports of censorship, withdrawal of funding, and politically motivated cancellations of artists and artworks are growing. The Bratislava Declaration, launched in May 2025 by cultural workers, artists, and European organisations, was an urgent appeal for EU action to protect artistic freedom and resist increasing government interference in the arts. It calls for a European Artistic Freedom Act to ensure a supportive legal framework; demands transparent and independent public funding processes; and expresses solidarity with those facing censorship and intimidation. How can the EU safeguard the right to free expression, essential to artistic, creative, and cultural production?

Finally, the third round of discussion focused on governance, since changing policies and perspectives necessarily requires changing working processes and political practices, in short, “to let culture in.” How can access and participation in EU-level cultural policymaking be broadened? How can sector professionals be part of it?

The central question posed was:

- How can cultural networks and sector agents influence political and strategic agendas?

Discussions focused on the role of networks in a changing world, and on the need to redefine the structured dialogue between the cultural and creative sector and European institutions. The European Commission’s call for evidence on the Culture Compass received 297 contributions from across Europe. Will this result in a meaningful response for a professional sector considered so important both symbolically and economically, and for a field that interacts so directly with citizens? How will the forthcoming Culture Compass be drafted and debated? Beyond consultation, can networks expect a greater role?

And finally, just like cultural professionals, what are the needs and challenges faced by networks as organisations in ensuring they can fulfil their mission? How can they maintain a free and independent voice to represent the sector? From the increasingly intertwined perspective between the local and European levels, how might municipalities support participation in European networks?

The discussion extended into a dialogue with the audience, composed mainly of cultural agents working at local, regional, and national rather than European or international levels. Yet it was concluded that the cultural sector, even when operating locally, must remain connected and expand its debates and perspectives at the European level. The challenges we face today, environmental, social, economic, migratory, technological (Artificial Intelligence), are global, not solvable through purely local or national responses. Europe is not a distant or alien reality. We are part of Europe, of its past, present, and future. Paradoxically, nationalism is growing precisely at a moment when European and international cooperation is more essential than ever.

If we want culture to play a serious role in policymaking, we must be more and more open to dialogue. Active participation must take place both within the sector, among professionals and representative organisations, and with institutions and political decision-makers, embracing cultural, civic, and political responsibility.

At a time when hope for a strengthened national cultural policy in the medium term is limited, municipalities and civil society organisations (such as networks) remain the most accessible platforms for citizenship and democratic experience, and they are also privileged spaces for dialogue with the European project.



INÊS BETTENCOURT DA CÂMARA

INÊS BETTENCOURT DA CÂMARA

É museóloga e doutoranda em Património, Tecnologia e Paisagens Culturais. Explora a interseção entre museus, artes e mediação cultural, combinando investigação, criatividade e experimentação. Entre 2021 e 2025, presidiu à rede europeia Culture Action Europe.

Fundou a Mapa das Ideias em 1999, onde desenvolve projetos inovadores de mediação cultural, criando narrativas, exposições, jogos e experiências participativas. É membro do ICOM e da APOM. Docente no Instituto Politécnico de Tomar desde 2000, é também cofundadora da Reserva, onde coordena o Observatório do programa Oeiras Educa Mais. Mantém-se ativa em projetos de investigação, formação e cocriação cultural.

is a museologist and PhD candidate in Heritage, Technology, and Cultural Landscapes. Her work explores the intersection between museums, the arts, and cultural mediation, combining research, creativity, and experimentation. From 2021 to 2025, she served as President of the European network Culture Action Europe.

She founded Mapa das Ideias in 1999, where she develops innovative cultural mediation projects, creating narratives, exhibitions, games, and participatory experiences. Inês is a member of ICOM and APOM. She has been a lecturer at the Polytechnic Institute of Tomar since 2000 and is also co-founder of Reserva, where she coordinates the Observatory of the Oeiras Educa Mais programme. She remains actively engaged in research, training, and cultural co-creation projects.

CULTURE ACTION EUROPE

INÊS BETTENCOURT DA CÂMARA

Cultura em Transição: Rumo a uma Bússola para o Futuro Cultural da Europa

POR Lars Ebert, Secretário-geral, Culture Action Europe

Numa Europa posicionada na encruzilhada da urgência planetária, da fragilidade democrática e da transformação tecnológica, a cultura deve ser colocada no centro da imaginação política e da renovação cívica. Esta convicção, partilhada por Inês Câmara, antiga Presidente da Culture Action Europe e cofundadora da Mapa das Ideias, estabeleceu o fio condutor da sua contribuição na recente conferência internacional organizada pela Área Metropolitana do Porto.

Num momento de maior complexidade, em que o contrato sociopolítico da Europa está a ser redefinido, a Culture Action Europe (CAE) afirma o papel da cultura não como um setor ao serviço de agendas externas, mas como uma infraestrutura essencial para a própria sociedade, integrada numa economia fundacional. O trabalho desenvolvido pela CAE no âmbito do Plano Setorial da Bússola da Cultura procura ancorar esta visão na futura política cultural da UE.

Redes Culturais: Motores da Democracia Transnacional

A CAE opera num panorama de redes culturais europeias que funcionam como arquiteturas sociais transnacionais. Estas redes não são meras estruturas de promoção ou de capacitação, mas tecidos de conexão da sociedade civil europeia, espaços onde o discurso público é nutrido e os futuros coletivos são moldados. A força da CAE reside nas suas ações centralizadas, alimentadas pelo pluralismo, e nas abordagens descentralizadas de colaboração: desde grandes instituições até atores de base, cada um contribui para uma ecologia cultural partilhada.

A intervenção de Inês Câmara recordou-nos que estas redes não são evidentes por si mesmas, têm de ser trabalhadas ativamente. São igualmente frágeis e poderosas. As suas reflexões sobre a mudança do papel das insti-

tuições culturais, de guardiãs do património e da identidade para laboratórios de imaginação cívica e de desenvolvimento de sentido coletivo, refletem a longa defesa da democracia cultural levada a cabo pela CAE. Está em jogo não apenas o que preservamos, mas a forma como reimaginamos a pertença e a autoria numa Europa da diferença.

A Bússola da Cultura: Mapear o que Importa

Com publicação prevista para o outono de 2025, o Plano Setorial da Bússola da Cultura é o projeto de escrita coletiva mais ambicioso da CAE até hoje. Trata-se de uma articulação colaborativa de uma proposta estratégica que mostra como a cultura pode ser central para as principais prioridades da UE: competitividade, democracia e segurança. A questão é conseguir que não seja instrumentalizada por estas prioridades, mas, em vez disso, permitir leituras que reflitam os valores dos setores culturais na Europa: colaboração, equidade e resiliência. O projeto foi desencadeado pela ambição da Comissão Europeia de publicar a Bússola da Cultura para substituir a Nova Agenda Europeia para a Cultura, de 2018, como documento estratégico principal. O Plano Setorial procura transformar a habitual defesa reativa das redes numa postura proativa.

O documento resulta de meses de consulta na rede, incluindo encontros-chave como o *Beyond the Obvious*, em Turim, em junho de 2025, grupos de ação temática de membros da CAE e diálogo regular com decisores políticos e atores da sociedade civil. O objetivo é propor não apenas uma agenda, mas um quadro de sentido: uma bússola que permita à Europa navegar na incerteza sem abandonar os seus valores.

No centro deste quadro está a mudança de uma abordagem tópica, em que a cultura é vista através de lentes fragmentadas (por exemplo, indústria, inclusão ou sustentabilidade), para uma abordagem narrativa. Por outras palavras, defendemos o papel da cultura na construção do futuro. Ao fazê-lo, reafirmamos a sua posição basilar enquanto arquivo e horizonte: um repositório de experiências partilhadas e um método para desenhar futuros melhores.

Cultura e Competitividade: Uma Perspetiva Centrada no Humano

A atual Bússola para a Competitividade, publicada pela Comissão Europeia, afirma que “a força da Europa são as suas pessoas.” Concordamos, mas acrescentamos: a força da Europa reside também na sua capacidade cultural, na sua aptidão para articular, questionar e regenerar valores partilhados. A verdadeira competitividade deve basear-se não apenas na produtividade, mas no propósito; não apenas na inovação, mas na integridade.

A CAE insiste que a liberdade artística, as condições de trabalho justas e o investimento no património cultural comum não são periféricos ao desenvolvimento económico, são os seus pré-requisitos. Isto inclui a IA, que deve ser entendida não apenas como tecnologia, mas como terreno de reflexão ética e ação coletiva.

Cultura e Democracia: Do Acesso à Ação

Na sua intervenção em Santa Maria da Feira, Inês Câmara abordou aquilo que a CAE há muito identifica como défice na democracia cultural. Para além do acesso e da representação, a democracia precisa de participação, cocriação e governação coletiva. Na ausência de imagens partilhadas do futuro, a agência democrática enfraquece.

É necessária uma infraestrutura cultural que capacite a imaginação cívica: espaços de atrito e debate, não apenas de consumo e consenso. A CAE defende uma Bússola da Cultura que apoie as artes como força de construção do futuro, um espaço onde a história da Europa não é apenas contada, mas contestada, revista e coautorada coletivamente.

Apelamos às instituições da UE para repensar o apoio à investigação artística, à participação cultural e à produção cultural independente, não como luxos, mas como elementos basilares do tecido democrático.

Cultura e Segurança: Resiliência através do Significado

A segurança no século XXI deixa de ser definida exclusivamente por fronteiras territoriais ou indicadores económicos. É moldada por ecossistemas narrativos. Os regimes autoritários compreendem o poder estratégico da desinformação, da narrativa e da guerra simbólica. A Europa deve fazer o mesmo.

Neste contexto, a cultura torna-se uma questão de resiliência social: uma infraestrutura essencial, ainda que subtil, para a preparação societal, compreensão intercultural e mobilização comunitária. Como vimos na Ucrânia e noutros locais, os atores culturais são frequentemente os primeiros a intervir em crises e os tecelões de longo prazo da reparação social.

A CAE defende uma Bússola da Cultura que promova um modelo de preparação cultural, incluindo relações culturais internacionais, salvaguarda de direitos culturais e reconhecimento da cultura como vetor de desenvolvimento sustentável e construção da paz.

IA e o Horizonte da Imaginação

Uma das questões mais prementes abordadas na conferência e na futura Bússola é o impacto da Inteligência Artificial na produção cultural, autonomia e identidade. Embora a IA coloque desafios éticos e legais significativos (autoria, preconceito, vigilância), ela também nos convida a repensar a criatividade humana.

A CAE insta a UE a desenvolver ainda mais o seu Regulamento IA, incorporando perspetivas culturais não apenas como reflexões posteriores. Que tipo de conteúdo cultural e “inteligência artística” queremos que as máquinas aprendam? E como podem as artes ajudar-nos a navegar num futuro pós-humano, onde os limites de ação, consciência e autoria estão a ser redefinidos?

Uma Bússola, Não um Mapa

A cultura não é um bem fixo, é um processo dinâmico. A bússola que imaginamos não é uma diretiva de cima para baixo, mas uma ferramenta de navegação, um convite a recalibrar, cocriar e reimaginar. É também um apelo à coragem: a coragem de colocar a diligência, solidariedade e imaginação no centro da política europeia.

Como concluiu Inês Câmara, devemos resistir à tentação da simplificação. Os desafios que enfrentamos, ecológicos, tecnológicos, sociais, exigem respostas complexas, posicionadas e imaginativas. A cultura é um dos poucos domínios capazes de sustentar essa complexidade sem a fazer colapsar pelo controlo.

Na Culture Action Europe comprometemo-nos a garantir que esta complexidade seja não apenas reconhecida, mas apoiada, institucional e estruturalmente. Uma Bússola da Cultura adequada não aponta numa única direção, mas dá-nos opções; não nos mostra o nosso sentido de pertença, mas mostra-nos como podemos continuar o nosso processo de apropriação.

CULTURE ACTION EUROPE

INÊS BETTENCOURT DA CÂMARA

Culture in Transition: Toward a Compass for Europe's Cultural Future

BY Lars Ebert, Secretary General, Culture Action Europe

As Europe stands at the crossroads of planetary urgency, democratic fragility, and technological transformation, culture must be placed at the heart of political imagination and civic renewal. This belief, shared by Inês Câmara—former President of Culture Action Europe and co-founder of Mapa das Ideias—formed the guiding thread of her contribution to the recent international conference hosted by the Porto Metropolitan Area.

In a moment of intensified complexity, where Europe's socio-political contract is being redefined, Culture Action Europe (CAE) asserts the role of culture not as a sector in service of external agendas but as an essential infrastructure for society itself, as part of a foundational economy. CAE's current work on the Culture Compass: Sector Blueprint is an attempt to anchor this vision in future EU cultural policy.

Cultural Networks: Engines of Transnational Democracy

CAE operates within a landscape of European cultural networks that function as cross-border social architectures. These are not merely advocacy structures or capacity building providers, they are rather connective tissues of European civil society—spaces where public discourse is nurtured, and collective futures are shaped. The strength of CAE lies in its centralised actions that are fuelled by its pluralism and its decentralised approaches of collaboration and pluralism: from major institutions to grassroots actors, each contributes to a shared cultural ecology.

Inês Câmara's contribution reminded us that these networks are not self-evident. They require active cultivation. They are fragile and powerful in equal measure. Her reflections on the shifting role of cultural institutions—from custodians of heritage and identity to laboratories of civic imagination and collective 'becoming'—mirrored CAE's long-standing advocacy for cultural democracy. What is at stake is not only what we preserve, but how we reimagine belonging and authorship in a Europe of difference.

The Culture Compass: Mapping What Matters

Set for publication in autumn 2025, the Culture Compass Sector Blueprint is CAE's most ambitious collective writing project to date. It is a collaborative articulation of a strategy proposal that will show how culture can be central to the main EU priorities of the moment: Competitiveness, Democracy, and Security. The question is how to not be instrumentalised by them and instead enable readings of these terms that reflect the values of the Cultural Sectors in Europe which are rather Collaboration – Equity – and Resilience. It was triggered by the European Commission's ambition to publish Culture Compass to replace the 2018 New European Agenda for Culture as its leading strategy document. The Sector Blueprint tries to turn the usual re-active advocacy of networks into a pro-active stance.

The document emerges from months of consultation across our network, including key gatherings like Beyond the Obvious in Turin in June 2025, thematic Action Groups of CAE members and ongoing dialogues with policymakers and civil society actors. Our aim is to propose not just an agenda, but a framework of meaning: a compass that allows Europe to navigate uncertainty without abandoning its values.

At the heart of this framework is a shift from a topical approach—where culture is viewed through fragmented lenses (e.g., industry, inclusion, or sustainability)—toward a narrative approach. In other words: we argue for culture's role in future-making. In doing so, we reaffirm its foundational position as both archive and horizon: as a repository of shared experience, and as a method for imagining better futures.

Culture and Competitiveness: A Human-Centred view

The current Competitiveness Compass, published by the European Commission, states that “Europe's strength is its people.” We agree. But we add: Europe's strength lies also in its cultural capacity—its ability to articulate, question, and regenerate shared values. True competitiveness must be based not only on productivity but on purpose, not only on innovation but on integrity.

CAE insists that artistic freedom, fair working conditions, and investment in the cultural commons are not peripheral to economic development—they are its prerequisites. This includes AI that must be understood not simply as technology, but as terrains of ethical reflection and collective agency.

Culture and Democracy: From Access to Agency

In her Santa Maria da Feira intervention, Inês Câmara echoed what CAE has long described as a deficit in cultural democracy. Beyond access and representation, democracy needs participation and co-creation, and collective governance. In the absence of shared images of the future, democratic agency fades.

What is needed is a cultural infrastructure that enables civic imagination: spaces of friction and debate, not only consumption and consensus. CAE advocates for a Culture Compass that supports the arts as a future-making force—a space where Europe’s story is not only told, but contested, revised, and collectively authored.

We call on EU institutions to rethink support for artistic research, cultural participation, and independent cultural production—not as luxuries, but as foundational elements of the democratic fabric.

Culture and Security: Resilience through Meaning

Security in the 21st century is no longer defined solely by territorial borders or economic indicators. It is shaped by narrative ecosystems. Authoritarian regimes understand the strategic power of disinformation, storytelling, and symbolic warfare. So must Europe.

In this context, culture becomes a matter of social resilience: a soft but essential infrastructure for societal preparedness, intercultural understanding, and community mobilisation. As we’ve seen in Ukraine and elsewhere, cultural actors are often the first responders in crisis and the long-term weavers of social repair.

CAE advocates for a Culture Compass that promotes a model of cultural preparedness—including international cultural relations, the safeguarding of cultural rights, and the recognition of culture as a vector of sustainable development and peacebuilding.

AI and the Horizon of Imagination

One of the most pressing questions addressed in the conference—and in the forthcoming Compass—is the impact of Artificial Intelligence on cultural production, autonomy, and identity. While AI poses significant ethical and legal challenges (authorship, bias, surveillance), it also invites us to reconsider human creativity.

CAE urges the EU to further develop their AI ACT so that it incorporates cultural perspectives not only as afterthoughts. What kind of cultural content and ‘artistic intelligence’ do we want machines to learn from? And how can the arts help us navigate a posthuman future where the boundaries of agency, consciousness, and authorship are being redefined?

A Compass, Not a Map

Culture is not a fixed asset; it is a dynamic process. The Compass we envision is not a top-down directive, but a navigational aid—an invitation to recalibrate, to co-create, to reimagine. It is also a call for courage: the courage to place care, solidarity, and imagination at the centre of European policy.

As Inês Câmara concluded in her address, we must resist the temptation of simplification. The challenges we face—ecological, technological, societal—require complex, situated, and imaginative responses. Culture is one of the few domains capable of holding this complexity without collapsing it into control.

At Culture Action Europe, we are committed to ensuring that this complexity is not only recognised but supported, institutionally and structurally. A proper Culture Compass will not point in one direction, but give us agency of choice, it doesn't show us our belonging, but how to keep becoming.



VANESSA FRAGA PROL

VANESSA FRAGA PROL

É a recém-nomeada Gestora de Promoção e Parcerias na Europa Nostra, a voz europeia da sociedade civil dedicada ao património. Foi Chefe de Programas na Resposta a Emergência Cultural (CER), onde liderou iniciativas focadas em ajuda de emergência, formação de especialistas, desenvolvimento de polos regionais e defesa e promoção da proteção do património.

Com mais de 15 anos de experiência no sistema das Nações Unidas, Vanessa trabalhou nas áreas do desarmamento e da manutenção da paz. Em 2013, contribuiu para a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), galardoada com o Prémio Nobel da Paz pelos seus esforços na eliminação de armas de destruição em massa.

Gestora de projetos com certificação PRINCE2®, Vanessa é titular de mestrados em Património Mundial e Gestão de Projetos de Património para o Desenvolvimento pelo ITC-ILO, bem como em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid. Dedica-se a criar pontes entre a preservação do património, ajuda humanitária e construção da paz a nível global.

is the newly appointed Manager of Advocacy and Partnerships at Europa Nostra, the European voice for civil society committed to heritage. Prior to this, she was the Head of Programmes at Cultural Emergency Response (CER), where she led initiatives focused on emergency aid, expert training, the development of regional hubs, and advocacy for heritage protection.

With over 15 years of experience in the United Nations system, Vanessa has worked on disarmament and peacebuilding. In 2013, she contributed to the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW), which was awarded the Nobel Peace Prize for its efforts to eliminate weapons of mass destruction.

A PRINCE2® certified project manager, Vanessa holds master's degrees in World Heritage and Management of Heritage Projects for Development from ITC-ILO and in Information Sciences from Complutense University in Madrid. She is dedicated to bridging heritage preservation, humanitarian aid, and peacebuilding globally.

EUROPA NOSTRA

VANESSA FRAGA PROL

REDES CULTURAIS ENQUANTO INFRAESTRUTURAS DEMOCRÁTICAS: O papel das redes como a Europa Nostra no apoio ao desenvolvimento da futura Bússola da Cultura da Comissão Europeia, POR Vanessa Fraga Prol

Resumo

À medida que a Comissão Europeia se prepara para lançar a Bússola da Cultura, esta contribuição reflete sobre o papel essencial das redes da sociedade civil em garantir que o quadro seja transformador, inclusivo e acionável. Representando a Europa Nostra, a voz do setor do património na Europa, este documento apresenta quatro áreas prioritárias de alinhamento de políticas culturais e de património a todos os níveis. Destaca como o património, enquanto recurso cultural vivo, contribui para a democracia, resiliência e o desenvolvimento sustentável, e explora como plataformas estratégicas, como o Acordo Cultural para a Europa, oferecem ferramentas poderosas para a defesa e formulação de políticas centradas na cultura e no património.

Introdução

A Europa Nostra participou no seminário internacional **“Redes Culturais num Mundo em Mudança: O que São e Para que Servem?”**, realizado a 9 de julho de 2025 em Santa Maria da Feira, Portugal. Organizado pela Área Metropolitana do Porto em colaboração com o Município de Santa Maria da Feira, o evento explorou o valor das redes culturais e de património num mundo marcado pela incerteza democrática e transformação social.

No Painel 2, “Um ‘Culture Compass’ ou um ‘Cultural Deal’ para uma Europa Democrática, Unida e Resiliente?”, tive a honra de partilhar a perspetiva da Europa Nostra juntamente com parceiros da Culture Action Europe e da Fundação Cultural Europeia. Juntas, as nossas organizações lideram o Acordo Cultural para a Europa, uma campanha da sociedade civil para colocar a cultura e o património no centro do projeto europeu.

Europa Nostra: uma voz pelo património cultural e natural

A Europa Nostra é a rede de sociedade civil paneuropeia mais representativa a trabalhar na salvaguarda e promoção do património cultural e natural da Europa. Com mais de 300 organizações membros e associadas e mais de 1600 membros individuais em mais de 40 países, atuamos a todos os níveis, local, nacional e europeu, para garantir que o património seja reconhecido não apenas como legado do passado, mas como componente-chave do futuro da Europa.

O património incorpora valores de identidade, memória, diversidade e unidade. Como parte do ecossistema cultural mais amplo, promove o compromisso cívico, a coesão social, a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento inclusivo. Por esta razão, defendemos que o património deve ser plenamente integrado em todas as políticas e estratégias culturais, incluindo a futura **Bússola da Cultura**.

A Bússola da Cultura: um quadro estratégico

A Bússola da Cultura oferece uma oportunidade única de integrar o património numa estratégia europeia transversal. A Europa Nostra acredita que este quadro deve assentar em quatro pilares interligados, garantindo que cultura e património sejam entendidos como bens públicos partilhados e transformadores:

1. Património e direitos culturais na base da democracia

A participação na vida cultural e patrimonial é um direito humano fundamental. À medida que guerras, forças de mercado e extremismo político ameaçam a expressão cultural e o acesso ao património, devemos reafirmar o princípio de que a cultura e o património pertencem a todos. A Bússola da Cultura deve consagrar este direito na política da UE, apoiada por legislação, implementação nacional e financiamento acessível.

Reafirmado por:

“Devemos afirmar com firmeza que sem cultura não há democracia.” — Margarida Balseiro Lopes, Ministra da Cultura de Portugal.

“A cultura não é um luxo. Não é um privilégio reservado a poucos. É uma necessidade.” — Glenn Micallef, Comissário Europeu para Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto.

2. O património como motor da transformação verde, digital e social na Europa

Cultura e património não são setores passivos, são motores ativos de transformação. Através do Hub Europeu do Património, liderado pela Europa Nostra num consórcio, demonstramos como o património contribui não apenas como setor, mas também como vetor para ação climática, inovação digital e inclusão social. Os exemplos incluem:

- Verde: restauro e reutilização de edifícios patrimoniais para reduzir emissões (mitigação das alterações climáticas).
- Social: promoção da resiliência comunitária, coesão social e identidade através do envolvimento com o património.
- Digital: digitalização do património para melhorar o acesso, a educação e a cocriação.

A Bússola da Cultura deve refletir estes impactos, integrando património e cultura nos quadros de transformação da UE, incluindo o Pacto Ecológico, a Política de Coesão e o Programa Europa Digital.

3. Fortalecer a cooperação cultural europeia

A cooperação transfronteiriça, especialmente no setor do património, não só salvaguarda o nosso legado comum, como permite a partilha de conhecimento, recursos e práticas inovadoras. Iniciativas como o Hub Europeu do Património demonstram como a colaboração transnacional pode impulsionar a transformação local, ligando comunidades através de valores e objetivos comuns. Fortalece o entendimento mútuo, promove a solidariedade e reforça a ideia de uma Europa unida na diversidade.

4. Coesão territorial através do investimento em património

A regeneração liderada pelo património revitaliza cidades, vilas e zonas rurais. Santa Maria da Feira, onde se realizou este seminário, exemplifica isto: como Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO, aproveita eventos e tradições patrimoniais para gerar receita, atrair visitantes e fortalecer o orgulho local. A Bússola da Cultura deve apoiar políticas culturais baseadas no território, garantindo um desenvolvimento equilibrado em toda a Europa.

5. O património na educação, na investigação e nas políticas sociais

A Convenção de Faro enquadra o património como um recurso para a participação democrática, a identidade e a diligência comunitária. A Europa Nostra promove esta visão através de programas de formação, dos European Heritage Awards (Prémios Europeus do Património) e da mentoria de profissionais emergentes. Apelamos a que a Bússola da Cultura integre plenamente o património cultural nos sistemas educativos e de aprendizagem ao longo da vida, apoiando práticas de património lideradas pela comunidade, essenciais para a inclusão social, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos europeus.

Mecanismos de apoio

Para garantir que estas prioridades se traduzam em resultados concretos, qualquer futuro quadro estratégico para a cultura e o património deve ser acompanhado de mecanismos que apoiem a ação cultural baseada no património em toda a Europa:

- **Cogovernança estruturada** — as redes da sociedade civil e do património devem ser incluídas não apenas no desenvolvimento, mas também na implementação, monitorização e revisão das estratégias

culturais e patrimoniais. A formulação participativa de políticas é essencial para garantir propriedade e relevância.

- **Financiamento dedicado e visível** — devem ser integrados no Quadro Financeiro Plurianual (MFF) da UE e refletidos nas estratégias nacionais canais claros de investimento em ações culturais e patrimoniais. Os Estados-Membros devem ser incentivados a desenvolver planos plurianuais de trabalho que coloquem a cultura e o património no centro, alinhando objetivos estratégicos europeus com realidades locais e nacionais.
- **Medição de impacto e responsabilização** — os planos estratégicos devem incluir indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar a contribuição da cultura e do património para democracia, sustentabilidade e inclusão. A nível global, a Europa Nostra apoia a crescente reivindicação de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dedicado à Cultura, com indicadores específicos, permitindo que a Europa beneficie de e contribua para índices de referência internacionais partilhados.

Fortalecer o papel das redes

Redes da sociedade civil como a Europa Nostra não são apenas plataformas de conhecimento ou associações setoriais, são atores estratégicos essenciais que fornecem recomendações de base para o desenvolvimento de políticas. Através da liderança do Acordo Cultural para a Europa, em colaboração com a Culture Action Europe e a Fundação Cultural Europeia, colaboramos para:

- Estabelecer a cultura e o património cultural como prioridade nos mais altos níveis das instituições da UE.
- Garantir um compromisso de alocar pelo menos 2% do orçamento da UE à cultura e ao património cultural.

Defendemos veementemente que a cultura e o património cultural devem estar no centro da construção do futuro da Europa, reconhecendo o seu papel crucial em áreas-chave como transformação digital, competitividade económica, sustentabilidade e fortalecimento da resiliência democrática. Integrando a cultura nestes domínios, a Europa pode explorar todo o seu potencial para inovar e para se adaptar a um mundo em rápida mudança.

Para apoiar esta visão, apelamos ao desenvolvimento e à implementação de um Quadro Estratégico para a Cultura que seja abrangente, frequentemente referido como a Bússola da Cultura. Este quadro deve promover ativamente a transformação verde, digital e social, impulsionando inovação que posicione a Europa como líder global nestes desafios essenciais. Através deste quadro, as políticas culturais não só apoiarão as indústrias criativas, mas também contribuirão para objetivos sociais mais amplos.

É vital que sejam alocados recursos substanciais à cultura e ao património cultural. O aumento do financiamento para as artes deve refletir de forma adequada o seu papel fundamental na construção de uma Europa unida e

resiliente. Este investimento permitirá que as instituições culturais enfrentem narrativas polarizadoras, promovam solidariedade, defendam a liberdade e a dignidade humana e contrariem efetivamente o avanço do populismo, extremismo e desigualdade no continente.

Apelamos ainda à adoção de um Quadro Financeiro Plurianual (MFF) que reconheça genuinamente o valor da cultura e do património cultural para o futuro da Europa, incluindo o aumento do financiamento geral para cultura para pelo menos 2% do orçamento da UE. Em paralelo, é essencial um reforço significativo do programa Europa Criativa para apoiar os setores culturais e criativos na exploração do seu pleno potencial e na contribuição para o desenvolvimento democrático, social e económico da Europa.

Conclusão

À medida que a Europa enfrenta profundas transformações sociais, ambientais e democráticas, devemos afirmar que a cultura e o património não são luxos, mas pilares fundamentais do futuro europeu. Seja através do Acordo Cultural para a Europa ou de futuros quadros estratégicos da UE, temos a oportunidade de integrar esta visão nas políticas, estruturas de financiamento e no compromisso cívico.

A Europa Nostra está pronta para colaborar com parceiros, decisores políticos e comunidades para construir um projeto europeu enraizado em direitos culturais, valores patrimoniais e renovação democrática.

O nosso património partilhado é mais do que um legado do passado, é a base para inovação, coesão e um futuro europeu comum.

Para mais informações: www.europanostra.org | www.culturaldeal.eu

EUROPA NOSTRA

VANESSA FRAGA PROL

CULTURAL NETWORKS AS DEMOCRATIC INFRASTRUCTURES: The role of networks as Europa Nostra in supporting the development of the forthcoming culture compass of the European Commission, BY Vanessa Fraga Prol

Abstract

As the European Commission prepares to launch the Culture Compass, this contribution reflects on the essential role of civil society networks in ensuring the framework is transformative, inclusive, and actionable. Representing Europa Nostra—the voice of the heritage sector in Europe—this paper outlines four priority areas for aligning cultural and heritage policies at all levels. It highlights how heritage, as a living cultural resource, contributes to democracy, resilience, and sustainable development, and explores how strategic platforms such as the Cultural Deal for Europe offer powerful tools for culture and heritage-led advocacy and policymaking.

Introduction

Europa Nostra participated in the international seminar “**Cultural Networks in a Changing World: What Are They and What Are They For?**”, held on 9 July 2025 in Santa Maria da Feira, Portugal. Organised by the Metropolitan Area of Porto in collaboration with the Municipality of Santa Maria da Feira, the event explored the value of cultural and heritage networks in a world marked by democratic uncertainty and social transformation.

In Panel 2, “A Cultural Compass or a Cultural Deal for a Democratic, United and Resilient Europe?”, I had the honour of sharing Europa Nostra’s perspective alongside partners from Culture Action Europe and the European Cultural Foundation. Together, our organisations lead the Cultural Deal for Europe, a civil society-led campaign that advocates for placing culture and heritage at the heart of the European project.

Europa Nostra: a voice for cultural and natural heritage

Europa Nostra is the most representative pan-European civil society network working for the safeguarding and promotion of Europe's cultural and natural heritage. With more than 300 member and associate organisations and over 1,600 individual members across more than 40 countries, we engage at all levels—local, national, and European—to ensure that heritage is recognised not only as a legacy of the past, but as a key component of Europe's future.

Heritage embodies values of identity, memory, diversity and unity. As part of the wider cultural ecosystem, it fosters civic engagement, social cohesion, environmental responsibility and inclusive development. For this reason, we advocate that heritage must be fully integrated into all cultural policies and strategies—including the forthcoming Culture Compass.

The Culture Compass: a strategic framework

The Culture Compass offers a unique opportunity to embed heritage within a cross-cutting European strategy. Europa Nostra believes this framework must rest on four interconnected pillars, ensuring that culture and heritage are understood as shared, transformative public goods:

1. Heritage and cultural rights as a foundation for democracy

Participation in cultural and heritage life is a fundamental human right. As wars, market forces and political extremism threaten cultural expression and access to heritage, we must reaffirm the principle that culture and heritage belong to all. The Culture Compass should enshrine this right in EU policy, continuing to be backed by legislation, national implementation and accessible funding.

Reaffirmed by:

“We must firmly affirm that without culture, there is no democracy.” — Margarida Balseiro Lopes, Minister of Culture of Portugal.

“Culture is not a luxury. It is not a privilege reserved for a few. It is a necessity.” — Glenn Micallef, European Commissioner for Intergenerational Fairness, Youth, Culture and Sport.

2. Heritage as a driver of the green, digital and social transformation in Europe

Culture and heritage are not passive sectors—they are active drivers of transformation. Through the European Heritage Hub, which Europa Nostra leads in a consortium, we demonstrate how heritage contributes not only as a sector but also as a vector to climate action, digital innovation and social inclusion. Examples include:

- Green: restoring and reusing heritage buildings to reduce emissions (climate change mitigation).

- **Social:** fostering community resilience, social cohesion and identity through heritage engagement.
- **Digital:** digitising heritage to enhance access, education and co-creation.

The Culture Compass must reflect these impacts by embedding heritage and culture into EU transformation frameworks, including the Green Deal, Cohesion Policy and Digital Europe Programme.

3. Enhancing European cultural cooperation

Cross-border cooperation—particularly in the heritage sector—not only safeguards our common legacy but also enables the sharing of knowledge, resources, and innovative practices. Initiatives such as the European Heritage Hub demonstrate how transnational collaboration can drive transformation on the ground, linking communities across borders through shared values and common goals. It strengthens mutual understanding, fosters solidarity, and reinforces the idea of a Europe united in its diversity.

4. Territorial cohesion through heritage investment

Heritage-led regeneration revitalises cities, towns and rural areas. Santa Maria da Feira, where this seminar was held, exemplifies this: as a UNESCO Creative City of Gastronomy, it leverages heritage events and traditions to generate revenue, attract visitors, and strengthen local pride. The Culture Compass should support such place-based cultural policies, ensuring balanced territorial development across Europe.

5. Heritage in education, research and social policy

The Faro Convention frames heritage as a resource for democratic participation, identity and community care. Europa Nostra advances this vision through training programmes, the European Heritage Awards, and mentorship of emerging professionals. We urge the Culture Compass to fully integrate cultural heritage into education systems and lifelong learning, and to support community-led heritage practices as essential to social inclusion and wellbeing as well as quality of life of European citizens.

To ensure these priorities translate into meaningful outcomes, any future strategic framework for culture and heritage must be accompanied by enabling mechanisms that support heritage-based cultural action across Europe:

- **Structured co-governance** - Civil society and heritage networks must be included not only in the development, but also in the implementation, monitoring and revision of cultural and heritage strategies. Participatory policymaking is essential to ensure both ownership and relevance.
- **Dedicated and visible funding** - Clear investment channels for cultural and heritage actions must be embedded in the EU's Multiannual Financial Framework (MFF) and reflected in national strategies.

Member States should be encouraged to develop multiannual work plans that place culture and heritage centrally, aligning European strategic objectives with local and national realities—particularly in areas such as conservation, cultural education, community engagement, and heritage-led innovation. These plans should promote long-term vision, cross-sectoral coordination, and inclusive participation, ensuring that European values are reflected in tangible actions on the ground.

- **Impact measurement and accountability** - Strategic plans should include both qualitative and quantitative indicators to assess the contribution of culture and heritage to democracy, sustainability, and inclusion. At global level, Europa Nostra supports the growing call for a dedicated UN Sustainable Development Goal (SDG) on Culture with specific indicators, which would enable Europe to benefit from and contribute to shared international benchmarks.

Strengthening the role of networks

Civil society networks such as Europa Nostra are not merely knowledge platforms or sector associations; they are pivotal strategic actors providing grassroots recommendations for policy development. Through our leadership in the Cultural Deal for Europe, alongside Culture Action Europe and the European Cultural Foundation, we collaborate collectively to:

- Establish culture and cultural heritage as a priority at the highest levels of the EU institutions.
- Secure a commitment to allocate at least 2% of the EU budget to culture and cultural heritage.

We strongly advocate for culture and cultural heritage to be placed at the heart of shaping Europe's future. This includes recognising their crucial role across key areas such as digital transformation, economic competitiveness, sustainability, and the strengthening of democratic resilience. By embedding culture into these domains, Europe can harness its full potential to innovate and adapt in a rapidly changing world.

To support this vision, we call for the development and implementation of a comprehensive Strategic Framework for Culture, often referred to as the Culture Compass. This framework should actively promote green, digital, and social transformation, driving innovation that positions Europe as a global leader on these essential challenges. Through such a framework, cultural policies will not only support creative industries but also contribute to broader societal goals.

It is vital that substantial resources are allocated to culture and cultural heritage. Increased funding for the arts must accurately reflect their fundamental role in building a united and resilient Europe. This investment will empower cultural institutions to confront polarising narratives, foster solidarity, uphold freedom and human dignity, and effectively counteract the rise of populism, extremism, and inequality across the continent.

Furthermore, we urge the adoption of a Multiannual Financial Framework (MFF) that genuinely recognises the value of culture and cultural heritage for Europe's future. This means increasing the overall funding for culture to at least 2% of the EU budget. Alongside this, a significant boost to the Creative Europe programme is essential to support cultural and creative sectors in realising their full potential and contribution to Europe's democratic, social, and economic development.

Conclusion

As Europe faces profound social, environmental, and democratic transformations, we must affirm that culture and heritage are not luxuries, but fundamental pillars of Europe's future.

Whether through the Cultural Deal for Europe or future EU strategic frameworks, there is an opportunity to embed this vision into policy, funding structures, and civic engagement.

Europa Nostra stands ready to collaborate with partners, policymakers, and communities to build a European project rooted in cultural rights, heritage values, and democratic renewal.

Our shared heritage is more than a legacy of the past; it is a foundation for innovation, cohesion, and a common European future.

For more information: www.europanostra.org | www.culturaldeal.eu



CATARINA VAZ PINTO

CATARINA VAZ PINTO

É licenciada em Direito e pós-graduada em Estudos Europeus.

Vereadora da Cultura Câmara Municipal de Lisboa (2009 – 2021). Consultora para a cultura e as artes (2001-2005, 2021-). Administradora não executiva da Fundação Cultural Europeia (2021-) Coordenadora Executiva do Programa Gulbenkian Criatividade e Criação Artística/Fundação Calouste Gulbenkian (2003-2007). Diretora-executiva da Pós-graduação em 'Gestão Cultural nas Cidades'/IN-DEG/ISCTE (2001-2004). Secretária de Estado da Cultura (1997-2000). Diretora-executiva Fórum Dança (1991-1995).

holds a degree in Law and a post-graduate degree in European Studies.

She served as City Councillor for Culture at the Lisbon City Council (2009–2021). She has worked as a consultant for culture and the arts (2001–2005; 2021–present) and is a non-executive member of the board of the European Cultural Foundation (2021–present). She was Executive Coordinator of the Gulbenkian Creativity and Artistic Creation Programme at the Calouste Gulbenkian Foundation (2003–2007), and Executive Director of the postgraduate programme “Cultural Management in Cities” at INDEG/ISCTE (2001–2004). She served as Secretary of State for Culture (1997–2000) and as Executive Director of Fórum Dança (1991–1995).

FUNDAÇÃO CULTURAL EUROPEIA

CATARINA VAZ PINTO

UM “CULTURE COMPASS” OU UM “CULTURAL DEAL” PARA UMA EUROPA DEMOCRÁTICA, UNIDA E RESILIENTE?, POR Catarina Vaz Pinto

A Fundação Cultural Europeia é uma fundação com sede em Amsterdão criada em 1954 por três europeístas convictos: o filósofo suíço Denis de Rougemont, um dos arquitetos da Comunidade Europeia, Robert Schumann, e Sua Alteza o Príncipe Bernard da Holanda.

A missão da fundação foi desde sempre a de estimular o sentimento europeu através da educação e da cultura com vista a ‘preservar e a promover a compreensão mútua e a solidariedade democrática entre os povos da Europa’.

Ao longo da sua existência, a Fundação Cultural Europeia tem desenvolvido inúmeras iniciativas e programas, sempre com o objetivo de colocar a cultura e as políticas culturais na agenda europeia. Para além da concessão de bolsas e de subsídios, da promoção de intercâmbios, destaca-se a criação do Programa Erasmus e mais recentemente o ‘Cultural Deal for Europe’.

O Cultural Deal surgiu em 2019, numa iniciativa copromovida pela Fundação Cultural Europeia, pela Europa Nostra e pela Culture Action Europe que se uniram para contestar na altura o risco de desaparecimento de um comissário europeu com o pelouro da cultura e para reivindicar o aumento do orçamento para o setor. Ambos os objetivos foram então alcançados, tendo esta rede continuado a mobilizar as atenções para a necessidade de uma posição cada vez mais relevante da cultura no projeto europeu.

A afetação ao setor cultural de 2% dos Planos de Recuperação e Resiliência criados no âmbito da crise COVID 19 foi mais uma vitória significativa desta rede.

No atual contexto de ascensão dos populismos, de ameaças ao sistema democrático e de tensão geopolítica, é cada vez mais claro que a Europa se deve assumir, não apenas como um projeto económico e político, mas

também como um projeto cultural. A cultura é essencial para reforçar a identidade europeia, para criar valores partilhados e dar um rosto humano à Europa. É através da cultura que se promove a ligação entre as pessoas, entre as comunidades e se cria um sentido de pertença. Esse é o verdadeiro poder estruturante da cultura.

A elaboração do Culture Compass é um sinal muito positivo sobre o reconhecimento crescente do papel da cultura no projeto europeu. Contudo, o Culture Compass tem de ser mais do que uma agenda, uma estratégia ou um roteiro. Tem de ser uma visão ambiciosa para a Europa, assente nos valores da democracia, solidariedade, sustentabilidade, diversidade, na qual os cidadãos se reconheçam, encontrem esperança e inspiração. E que reconheça, não só o valor intrínseco da cultura, mas o seu contributo para as outras políticas europeias, nomeadamente, na área da segurança, da coesão social, nas transformações digital e ecológica, no domínio das relações externas.

Por outro lado, o Culture Compass não pode ser dissociado do novo Quadro Multianual de Financiamento 2028-2034 também em negociação, nem da existência neste de um Cultural Deal que garanta ao setor cultural um nível de financiamento adequado às necessidades e expectativas criadas.

É, pois, necessário aproveitar o momento atual para manter a colaboração entre redes culturais. A mensagem clara, coerente e consistente que tem sido transmitida através desta colaboração já se revelou decisiva para influenciar decisões no passado, é essencial o reforço dessa capacidade de influência no futuro.

Para além disso, é preciso galvanizar novas ‘coligações de vontades’, promover novas parcerias entre atores públicos, privados e do setor da filantropia, promover novas parcerias entre atores culturais e atores não culturais, que sejam capazes de respostas robustas aos desafios dos tempos conturbados em que vivemos.

EUROPEAN CULTURAL FOUNDATION

CATARINA VAZ PINTO

A CULTURE COMPASS OR A CULTURAL DEAL FOR A DEMOCRATIC, UNITED, AND RESILIENT EUROPE?, BY Catarina Vaz Pinto

The European Cultural Foundation is an Amsterdam-based foundation established in 1954 by three committed Europeanists: the Swiss philosopher Denis de Rougemont, one of the architects of the European Community, Robert Schuman, and His Royal Highness Prince Bernhard of the Netherlands.

The foundation's mission has always been to stimulate a European spirit through education and culture, aiming to "preserve and promote mutual understanding and democratic solidarity among the peoples of Europe."

Throughout its existence, the European Cultural Foundation has developed numerous initiatives and programmes, always with the objective of placing culture and cultural policies on the European agenda. In addition to granting scholarships and subsidies and promoting exchanges, it has been notable for the creation of the Erasmus Programme and, more recently, the Cultural Deal for Europe.

The Cultural Deal emerged in 2019, in an initiative co-promoted by the European Cultural Foundation, Europa Nostra, and Culture Action Europe. These organizations joined forces to contest the risk, at the time, of eliminating a European Commissioner for Culture and to advocate for an increased budget for the sector. Both goals were achieved, and this network has continued to mobilize attention to the need for a stronger cultural role within the European project. The allocation to the cultural sector of 2% of the Recovery and Resilience Plans created in response to the COVID-19 crisis was another significant victory for this network.

In the current context of rising populism, threats to democratic systems, and geopolitical tension, it is increasingly clear that Europe must be not only an economic and political project but also a cultural one. Culture is essential to strengthen European identity, create shared values, and give Europe a human face. Connections between people and communities are fostered through culture, creating a sense of belonging. This is the true structuring power of culture.

The development of the Culture Compass is a very positive signal of the growing recognition of culture's role in the European project. However, the Culture Compass must be more than an agenda, a strategy, or a roadmap. It must be an ambitious vision for Europe, grounded in the values of democracy, solidarity, sustainability, and diversity, in which citizens can see themselves, find hope, and feel inspired. It should recognize not only the intrinsic value of culture but also its contribution to other European policies, particularly in areas such as security, social cohesion, digital and ecological transitions, and external relations.

Moreover, the Culture Compass cannot be separated from the upcoming 2028–2034 Multiannual Financial Framework, still under negotiation, nor from the inclusion of a Cultural Deal within it that guarantees the cultural sector adequate funding aligned with its needs and expectations.

It is therefore essential to seize the current moment to maintain collaboration between cultural networks. The clear, coherent, and consistent message transmitted through this collaboration has already been decisive in influencing past decisions, and it is crucial to strengthen this capacity to influence in the future.

Furthermore, it is necessary to galvanize new “willpower coalitions”, promote new partnerships between public, private, and philanthropic actors, and foster collaboration between cultural and non-cultural actors that can deliver robust responses to the challenges of the turbulent times we live in.

PAINEL 3 **A CULTURA** **NUMA EUROPA** **POLARIZADA.** **QUE PAPEL** **PODEM TER** **AS REDES** **CULTURAIS?**

A crescente polarização política e ideológica na Europa tem impactos profundos na vida cultural, na liberdade de expressão, na memória histórica, na mediação simbólica, na diversidade de narrativas. As redes culturais europeias têm-se afirmado como espaços de resistência e de criação de alternativas, defendendo os valores democráticos e os direitos culturais num tempo de incerteza. Este painel convida-nos a pensar criticamente o papel destas redes face à radicalização, à exclusão e à instrumentalização cultural.

PARTICIPANTES

Moderação
Marta Martins
Artemrede

Julia Pagel
NEMO – Rede de Organizações de Museus Europeias

Telma Luís
Circostrada

Francisca Carneiro Fernandes
PEARLE

Vittorio Bianco
Rede Europeia de Centros Culturais (ENCC)

PANEL 3

CULTURE IN

A POLARIZED

EUROPE: WHAT

ROLE CAN

CULTURAL

NETWORKS

PLAY?

The growing political and ideological polarization in Europe has profound impacts on cultural life, freedom of expression, historical memory, symbolic mediation, and the diversity of narratives. European cultural networks have established themselves as spaces of resistance and alternative creation, defending democratic values and cultural rights in a time of uncertainty. This panel invites us to critically reflect on the role of these networks in the face of radicalization, exclusion, and cultural manipulation.

PARTICIPANTS

Moderator
Marta Martins
Artemrede

Julia Pagel
NEMO – Network of European Museum Organisations

Telma Luís
Circostrada

Francisca Carneiro Fernandes
PEARLE

Vittorio Bianco
European Network of Cultural Centres

SEMINÁRIO

RE

CUI

MUN

MUL

santa maria da feira
câmara municipal

GRANORTE



DES

09.07.2025

TURALS

NIUM

DO EM

DANÇA





MARTA MARTINS

MARTA MARTINS

É Gestora Cultural, licenciada em Direito (FDUL), pós-graduada em Gestão Cultural nas Cidades (INDEG-ISCTE) e mestre em Estudos Culturais (FCH-UCP).

Desde 2010 é Diretora Executiva da Artemrede, uma rede cultural portuguesa com 20 anos de atividade e 18 associados, onde desempenha funções de planeamento estratégico, gestão e programação cultural, conceção e coordenação de projetos intermunicipais e intersectoriais, tanto a nível europeu como nacional.

Entre 2005 e 2010 foi Gestora de Produção na Artemrede. Anteriormente trabalhou no Departamento da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa e colaborou com a Quaternaire Portugal e com várias associações culturais.

Como oradora, participou em diversas conferências e seminários nas áreas de políticas culturais e práticas culturais.

is a Cultural Manager, with a degree in Law (FDUL), postgraduate degree in Cultural Management in Cities (INDEG-ISCTE) and Master in Cultural Studies (FCH-UCP).

Since 2010 she has been the Executive Director of Artemrede, a Portuguese cultural network with 20 years of activity and 18 associates, in which she has performed functions of strategic planning, management and cultural programming, design and coordination of inter-municipal and intersectoral projects, both at European and national level.

Between 2005 and 2010 she was Production Manager at Artemrede. Before that she worked at the Youth Department of the Municipality of Lisbon and collaborated with Quaternaire Portugal and with different cultural associations.

As a speaker she has participated in several conferences and seminars in the fields of cultural policies and cultural practices.

ANÁLISE CRÍTICA DA MODERADORA DO PAINEL 3

MARTA MARTINS

“A Cultura numa Europa Polarizada. Que Papel Podem Ter as Redes Culturais?”

Neste painel, explorou-se, através de exemplos de quatro redes culturais internacionais, como as redes podem afirmar-se como espaços de resistência face ao crescimento da polarização política e ideológica, bem como aos ataques à liberdade de expressão, à criação, à memória histórica e à diversidade de narrativas. Enquanto representante da Artemrede - uma rede cultural de municípios com 20 anos de atividade - sou testemunha ativa de que, mesmo quando os obstáculos parecem intransponíveis, o coletivo continua a ser, e cada vez mais, o lugar onde podemos reunir forças, dialogar, dissentir e transformar. Foi assim, inspirador, conversar com outras redes e perceber que, um pouco por toda a Europa, organizações culturais de diferentes dimensões e missões se unem para resistirem a ameaças locais, mas também para fortalecerem a sua ação na defesa e concretização dos direitos culturais.

Julia Pagel, da NEMO - Network of European Museum Organisations, falou sobre o papel dos museus como guardiões de memórias e narrativas históricas, que os torna alvos frequentes de instrumentalização política. Referiu casos concretos de pressões políticas sobre a curadoria e a gestão museológica, como nomeações direcionadas ou cortes orçamentais. Em resposta, a NEMO tem oferecido apoio, partilha de recursos e materiais que reforcem a autonomia e a resiliência dos profissionais do setor.

Telma Luís, da Circostrada, destacou a centralidade do espaço público para as artes de rua e o circo contemporâneo. Levou à reflexão sobre quem tem acesso ao espaço público, quem define os seus limites, e como esse espaço pode ser (re)conquistado como lugar de liberdade cultural. A rede tem promovido discussões críticas e apoiado os seus membros em contextos regulatórios adversos, fortalecendo a presença das artes no espaço comum.

Francisca Carneiro Fernandes, da Pearle – Live Performance Europe, abordou as restrições à liberdade de circulação dos artistas, alertando para os impactos negativos de barreiras legais e políticas. A Pearle atua promovendo a formação e capacitação dos seus associados e intervém junto de instâncias legislativas europeias, com o objetivo de garantir condições justas de mobilidade e sustentabilidade no setor das artes performativas.

Vittorio Bianco, da ENCC – European Network of Cultural Centres, partilhou o exemplo de um centro cultural na Sérvia que enfrentou repressão por apoiar protestos antigovernamentais. A ENCC respondeu com apoio à diversificação de fontes de financiamento, ações de advocacy e programas de formação, sublinhando o papel fundamental dos centros culturais locais na mediação social e na promoção da inclusão.

Numa pergunta transversal, os oradores refletiram sobre como equilibrar a neutralidade institucional com a necessidade de tomar posição em contextos polarizados. Defenderam que neutralidade não deve ser sinónimo de silêncio; antes, é importante cultivar uma imparcialidade ativa, baseada na construção de consensos e na confiança.

Na conclusão, cada rede apresentou uma recomendação prioritária para os decisores políticos da UE e nacionais, visando a proteção da liberdade cultural. Entre as sugestões estiveram a diversificação e simplificação do acesso a fundos, o reconhecimento legal da liberdade artística, a valorização dos direitos culturais como essenciais e a criação de mecanismos eficazes de monitorização da implementação dos valores fundamentais da União Europeia.

Ficaram, no entanto, algumas perguntas por responder e urge continuar este debate, se queremos construir redes como, mais do que meras estruturas funcionais, verdadeiros espaços de ativismo, solidariedade e imaginação coletiva:

- Como garantir que as redes culturais mantêm a sua independência face à instrumentalização política e económica?
- Que mecanismos de solidariedade inter-redes podem ser aprofundados em tempos de crise?
- Estarão as instituições culturais preparadas para assumir um papel mais explícito na defesa da democracia?
- Como envolver verdadeiramente as comunidades na defesa dos direitos culturais?
- O que significa, hoje, “ser público” num contexto de privatização crescente dos espaços e das narrativas?

Estas e outras perguntas continuarão a marcar o debate sobre o papel da cultura numa Europa em transformação - e desafiam-nos a pensar coletivamente as respostas.

CRITICAL ANALYSIS BY THE MODERATOR OF PANEL 3

MARTA MARTINS

“Culture in a Polarized Europe: What Role Can Cultural Networks Play?”

This panel explored, through examples from four international cultural networks, how networks can assert themselves as spaces of resistance in the face of growing political and ideological polarization, as well as attacks on freedom of expression, artistic creation, historical memory, and narrative diversity. As a representative of Artemrede, a cultural network of municipalities with 20 years of activity, I am an active witness that, even when obstacles seem insurmountable, the collective remains, more than ever, the space where we can gather strength, dialogue, dissent, and transform. It was inspiring to speak with other networks and realize that across Europe, cultural organizations of different sizes and missions unite not only to resist local threats but also to strengthen their role in defending and implementing cultural rights.

Julia Pagel, from NEMO – Network of European Museum Organisations, spoke about the role of museums as guardians of historical memories and narratives, which makes them frequent targets of political instrumentalization. She cited concrete examples of political pressures on curatorial and museum management practices, such as targeted appointments or budget cuts. In response, NEMO has provided support, shared resources, and materials that reinforce the autonomy and resilience of sector professionals.

Telma Luís, from Circostrada, highlighted the centrality of public space for street arts and contemporary circus. She prompted reflection on who has access to public space, who defines its boundaries, and how this space can be (re)claimed as a place of cultural freedom. The network has promoted critical discussions and supported its members in adverse regulatory contexts, strengthening the presence of the arts in shared spaces.

Francisca Carneiro Fernandes, from Pearle – Live Performance Europe, addressed restrictions on artists' freedom of movement, highlighting the negative impacts of legal and political barriers. Pearle promotes training and capacity-building for its members and engages with European legislative bodies to ensure fair mobility and sustainable conditions in the performing arts sector.

Vittorio Bianco, from ENCC – European Network of Cultural Centres, shared the example of a cultural centre in Serbia that faced repression for supporting anti-government protests. ENCC responded with support for diversifying funding sources, advocacy actions, and training programmes, emphasizing the essential role of local cultural centres in social mediation and promoting inclusion.

Answering a common question, the speakers reflected on how to balance institutional neutrality with the need to take a stand in polarized contexts. They argued that neutrality should not mean silence; rather, it is important to cultivate an active impartiality, based on consensus-building and trust.

In conclusion, each network presented a priority recommendation for EU and national policymakers aimed at protecting cultural freedom. Suggestions included diversifying and simplifying access to funding, legally recognizing artistic freedom, valuing cultural rights as fundamental, and creating effective mechanisms to monitor the implementation of the European Union's core values.

However, some questions remain unanswered, and it is urgent to continue this debate if we want to build networks that are, more than mere functional structures, true spaces of activism, solidarity, and collective imagination:

- How can cultural networks maintain their independence in the face of political and economic instrumentalization?
- What inter-network solidarity mechanisms can be strengthened in times of crisis?
- Are cultural institutions prepared to take a more explicit role in defending democracy?
- How can communities be genuinely involved in defending cultural rights?
- What does it mean today to “be public” in a context of increasing privatization of spaces and narratives?

These and other questions will continue to shape the debate on the role of culture in a transforming Europe and challenge us to think collectively about the answers.



JULIA PAGEL

JULIA PAGEL

É Secretária-Geral da NEMO, a Rede de Organizações de Museus Europeias. A NEMO atua como guarda-chuva europeu para as organizações nacionais de museus e representa mais de 30.000 museus na Europa.

Desde 2019, é membro do Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre Património Cultural e integra diversos conselhos consultivos de iniciativas europeias de património cultural, como a Europeia e o Hub Europeu do Património. Julia iniciou numerosos projetos de cooperação internacional no campo dos museus, centrados no desenvolvimento de capacidades profissionais e na transformação digital e sustentável.

is secretary general of NEMO, the Network of European Museum Organisations. NEMO acts as European umbrella for the national museum organisations and speaks for over 30.000 museums in Europe.

Since 2019, she has been a member of the EU Commission Expert Group on Cultural Heritage, and she serves as member of different European cultural heritage initiatives advisory boards, such as European and the European Heritage Hub. Julia has initiated numerous international cooperation projects in the museum field around professional capacity building, digital and sustainable transformation.

NEMO – REDE DE ORGANIZAÇÕES DE MUSEUS EUROPEIAS

JULIA PAGEL

Em toda a Europa e para além da Europa, os museus confrontam-se cada vez mais com interferências políticas. Embora a natureza e a intensidade dessas pressões variem amplamente, a tendência é clara: os museus, por lidarem com história, memória e identidade, estão a tornar-se campos de batalha de conflitos culturais e ideológicos mais amplos.

Vou começar por destacar apenas alguns (dos muitos) exemplos:

- Na Grécia, um deputado atacou fisicamente obras em exibição na Galeria Nacional de Atenas, alegando que a exposição *The Allure of the Bizarre* (O Fascínio do Bizarro) insultava sentimentos religiosos.
- Na Eslováquia, o Ministério da Cultura demitiu as chefias de importantes instituições culturais nacionais, incluindo o Museu Nacional Eslovaco e a Galeria Nacional, substituindo-as por pessoas sem experiência profissional. Os funcionários relataram o colapso institucional, parceiros estrangeiros retiraram a sua cooperação e seguiu-se uma renúncia em massa em janeiro de 2025.
- Na Alemanha, funcionários de memoriais, como antigos campos de concentração, enfrentaram assédio físico e digital de grupos extremistas, incluindo ameaças de morte.
- Na Estónia, um diretor de museu em Narva enfrenta um mandado de prisão da Rússia após exibir conteúdos críticos a Putin e analisar narrativas da Segunda Guerra Mundial perto da fronteira russa.
- Nos Estados Unidos, foi retirado o financiamento público a museus que implementavam iniciativas DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão).

Embora cada caso deva ser analisado no seu contexto nacional e institucional específico, os exemplos mostram uma ampla gama de influências políticas, através da governança (nomeação de chefias), controlo orçamental, interferência em programação e escolhas curatoriais ou intimidação direta. Em conjunto, estes casos sinalizam uma erosão mais ampla da liberdade cultural que exige atenção e ação coordenadas.

A NEMO respondeu a esta tendência alarmante ouvindo, documentando, identificando e abrindo várias linhas de ação. Em janeiro de 2025, publicámos o nosso Barómetro da influência política em museus na Europa. Com base em mais de 150 respostas de 31 países, o relatório revelou que 6 em cada 10 sentem que a sua visão ou programação é afetada por pressão política.

Os resultados apontaram para quatro principais áreas de influência política:

- Financiamento e restrições orçamentais: os museus dependentes de financiamento governamental enfrentam o controlo indireto através de cortes orçamentais ou alocações condicionais.
- Programação e exposições: há lugar a alteração de temas, a cancelamentos ou a uma suavização condicionada à vontade política ou para evitar controvérsia.
- Governança: as mudanças de chefia são políticas, com nomeações feitas sem processos adequados ou padrões profissionais.
- Pressão pública e grupos de interesse: os funcionários experenciam censura ou autocensura.

Em resposta, a NEMO tomou as seguintes medidas:

- Criação de espaços seguros para intercâmbio entre pares, onde profissionais de museus possam partilhar confidencialmente casos de interferência política e aprender uns com os outros.
- Mapeamento dos recursos existentes para ajudar as instituições a navegar em contextos politicamente sensíveis.
- Intervenção a nível europeu: estabelecemos contactos com o Conselho da Europa, a UNESCO, a Comissão Europeia (incluindo o Comissário Micallef) e o Parlamento Europeu (incluindo a Presidente Metsoila) para sensibilizar sobre esta tendência.
- Cooperação no setor cultural: estamos a trabalhar com colegas do teatro, da música e das artes visuais para amplificar a nossa voz coletiva e exigir salvaguardas mais fortes.
- Orientação legal e ética: estamos a investigar normas internacionais e quadros legais para apoiar os profissionais dos museus na defesa da sua independência.
- Lançamento de uma página de recursos no site da NEMO com ferramentas e materiais para museus sob pressão política.

- Publicação de investigação avançada: foi lançado um artigo científico baseado nos resultados do barómetro, disponibilizando uma análise adicional dos mecanismos de influência política.

Recomendações para decisores políticos europeus e nacionais

A Europa possui princípios robustos e proteções legais que defendem a liberdade de expressão e a independência cultural. Além disso, os museus têm normas profissionais e quadros éticos claros que orientam o seu funcionamento e trabalho.

A Carta dos Direitos Fundamentais da UE afirma, no seu Artigo 11, a liberdade de expressão e de informação, garantindo o direito de receber e transmitir ideias sem a interferência de autoridades públicas. O seu Artigo 13 protege a liberdade das artes e ciências, estabelecendo que a expressão artística e a investigação científica devem ser livres de constrangimentos e que a liberdade académica deve ser respeitada.

O Tratado da União Europeia, no seu Artigo 2, define os valores fundamentais da União, incluindo o respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, pelo Estado de direito e pelos direitos humanos.

A Convenção Europeia de Direitos Humanos do Conselho da Europa reforça estas liberdades no seu Artigo 10, garantindo o direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de manter opiniões e partilhar informações sem interferência governamental.

A Convenção de Faro do Conselho da Europa destaca o direito dos indivíduos e das comunidades de aceder e participar no património cultural e enfatiza a necessidade de participação democrática na governação do património.

A Recomendação da UNESCO sobre Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade define os museus como instituições públicas vitais e exige a salvaguarda da sua independência curatorial e operacional de acordo com padrões profissionais e éticos.

A Definição de Museu e o Código de Ética dos Museus do ICOM estabelecem as responsabilidades fundamentais dos museus enquanto instituições confiáveis, inclusivas e profissionais, comprometidas com a preservação do património cultural, promoção do conhecimento e atuação com integridade, transparência e responsabilidade.

Há um enquadramento de proteção da independência dos profissionais dos museus. O que falta é uma monitorização e uma aplicação consistentes para garantir que os museus possam operar num ambiente livre, independente e seguro.

Os museus são instituições democráticas essenciais. Fortalecem a empatia e o pensamento crítico e atuam como guardiões da memória. Para cumprir este papel, devem permanecer profissionalmente independentes, confiáveis e transparentes. A NEMO compromete-se a apoiar os museus na defesa da sua independência profissional, assim como os nossos membros, parceiros e decisores políticos.

Sobre a NEMO

A Rede de Organizações Europeias de Museus é uma organização de cúpula que representa a comunidade museológica europeia. Desde a sua fundação em 1992, a NEMO tem defendido os museus como agentes-chave na salvaguarda do património cultural, no fortalecimento da coesão social e na promoção de valores democráticos em toda a Europa.

Com membros em mais de 30 países, a NEMO apoia os museus disponibilizando recomendações de políticas, formando profissionais e facilitando a colaboração e troca de conhecimento. A NEMO representa os interesses dos museus junto das instituições europeias e trabalha ativamente para garantir que os museus sejam reconhecidos e apoiados enquanto instituições culturais, educativas e cívicas vitais.

NEMO - NETWORK OF EUROPEAN MUSEUM ORGANISATIONS

JULIA PAGEL

Across Europe and beyond, museums are increasingly confronted with political interference. While the nature and intensity of these pressures vary widely, the trend is clear: museums, because they engage with history, memory, and identity, are becoming battlegrounds in broader cultural and ideological conflicts.

Let me start by highlighting only a few (of many) examples:

- In Greece, a member of parliament physically attacked works on display in the National Gallery in Athens, claiming that the exhibition *The Allure of the Bizarre* insulted religious sentiments.
- In Slovakia, the Ministry of Culture dismissed the leadership of major national cultural institutions, including the Slovak National Museum and National Gallery, replacing them with individuals lacking professional experience. Staff reported institutional collapse, foreign partners withdrew cooperation, and a mass staff resignation followed in January 2025.
- In Germany, staff at memorial sites such as former concentration camps have faced digital and physical harassment from extremist groups, including death threats.
- In Estonia, a museum director in Narva is facing an arrest warrant from Russia after displaying anti-Putin content and critically engaging with WWII narratives near the Russian border.
- In the United States, public funding has been withdrawn from museums implementing DEI (Diversity, Equity, and Inclusion) initiatives.

While each case must be examined in its specific national and institutional context, the examples show a wide range of political influence—through governance (appointment of leadership), budget control, interference in programming and curatorial choices, or direct intimidation. Together these cases signal a broader erosion of cultural freedom that demands coordinated attention and action.

NEMO has responded to this alarming trend by listening, documenting, and identifying and opening various lines of actions. In January 2025, we published our Barometer on political influence in museums in Europe. Drawing on input from over 150 responses across 31 countries, the report revealed that 6 in 10 feel that their vision or programming is affected by political pressure.

The findings pointed to four main areas of political influence:

- **Funding and budgetary constraints:** Museums reliant on government funding face indirect control through budget cuts or conditional allocations.
- **Programming and exhibitions:** Topics are being altered, cancelled, or watered down because of political will or to avoid controversy.
- **Governance:** Leadership changes are political, with appointments made without proper process or professional standards.
- **Public pressure and interest groups:** Staff experience censorship, or self-censorship.

In response, NEMO has taken the following actions:

- **Creating safe spaces for peer exchange,** where museum professionals can confidentially share cases of political interference and learn from each other.
- **Mapping existing resources** to help institutions navigate politically sensitive contexts.
- **Advocating at the European level:** We have engaged with the Council of Europe, UNESCO, the European Commission (including Commissioner Micallef), and the European Parliament (including President Metsola) to raise awareness of this trend.
- **Cooperating across the cultural sector:** We are working with colleagues in theatre, music, and the visual arts to amplify our collective voice and demand stronger safeguards.
- **Providing legal and ethical guidance:** We are researching international standards and legal frameworks to support museum professionals in defending their independence.
- **Launching a resource page** on NEMO's website with tools and materials for museums operating under political pressure.
- **Publishing in-depth research:** A scientific article based on our barometer findings has been released, providing further analysis of political influence mechanisms.

Recommendation for European and National Policymakers

Europe is bound by robust principles and legal protections that defend freedom of expression and cultural independence. In addition, museums have clear professional standards and ethical frameworks, that they can base their functioning and work on.

EU Charter of Fundamental Rights affirms in Article 11 the freedom of expression and information, guaranteeing the right to receive and impart ideas without interference by public authorities. Article 13 further safeguards the freedom of the arts and sciences, stating that artistic expression and scientific research must be free from constraint and that academic freedom must be respected.

The Treaty on European Union, in Article 2, lays out the foundational values of the Union, including respect for human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law, and human rights.

The Council of Europe (CoE) Convention on Human Rights reinforces these freedoms in Article 10, which ensures the right to freedom of expression, including the freedom to hold opinions and share information and ideas without government interference.

The CoE Faro Convention highlights the right of individuals and communities to access and participate in cultural heritage and emphasises the need for democratic participation in heritage governance.

The UNESCO Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society defines the role of museums as vital public institutions and calls for the safeguarding of their curatorial and operational independence in accordance with professional and ethical standards.

The ICOM Museum Definition and Code of Ethics outlines the fundamental responsibilities of museums as trusted, inclusive, and professional institutions committed to preserving cultural heritage, promoting knowledge, and operating with integrity, transparency, and accountability.

The frameworks to protect museums' professionals' independence are there. What's missing is consistent monitoring and enforcement to ensure that museums can operate in a free, independent, and secure environment.

Museums are essential democratic institutions. They strengthen empathy and critical thinking and act as guardians of memory. To fulfil this role, they must remain professionally independent, trusted, and transparent. NEMO is committed to support museums in defending their professional independence—alongside our members, partners, and policymakers.

About NEMO

The Network of European Museum Organisations NEMO is an umbrella organisation representing the European museum community. Since its founding in 1992, NEMO has been advocating for museums as key players in safeguarding cultural heritage, strengthening social cohesion, and promoting democratic values across Europe.

With members in more than 30 countries, NEMO supports museums by providing policy recommendations, building professional capacity, and facilitating collaboration and knowledge exchange. NEMO represents the interests of museums to European institutions and actively works to ensure that museums are recognised and supported as vital cultural, educational, and civic institutions.



TELMA LUÍS

TELMA LUÍS

É Técnica Superior na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, onde coordena, desde 2022, a programação e a implementação estratégica do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua e do respetivo Centro de Criação. Tem desenvolvido trabalho nas áreas da gestão cultural, curadoria, redes internacionais e políticas de apoio à criação artística.

É membro do comité de direção da Circostrada Network desde 2022, representando o festival nas suas atividades desde 2019. Tem desempenhado funções na construção de parcerias europeias, coordenando projetos como Green Streets of Europe, Roundabout Europe, com enfoque na mobilidade artística, criação emergente e sustentabilidade.

Paralelamente, integra a equipa de programação cultural municipal em múltiplas frentes – salas de espetáculo, projetos itinerantes e iniciativas de apoio à criação local – assegurando a articulação com os sistemas de gestão de qualidade e os mecanismos de financiamento público.

serves as Officer at the Municipality of Santa Maria da Feira, where, since 2022, she has coordinated the programming and strategic implementation of Imaginarius – International Street Theatre Festival and its Creation Centre. She has developed work in cultural management, curatorship, international networks, and policies supporting artistic creation.

She has been a member of the Circostrada Network steering committee since 2022, representing the festival in its activities since 2019. She has played a role in building European partnerships, coordinating projects such as Green Streets of Europe and Roundabout Europe, focusing on artistic mobility, emerging creation, and sustainability.

In parallel, she is part of the municipal cultural programming team across multiple areas such as performance venues, touring projects, and initiatives supporting local creation, ensuring coordination with quality management systems and public funding mechanisms.

TELMA LUÍS

1. APRESENTAÇÃO DA REDE E DO SEU TRABALHO EM AMBIENTES POLÍTICA OU SOCIALMENTE SENSÍVEIS

Dimensões Cívicas, Éticas e Críticas da Ação Cultural

A Circostrada é uma rede europeia dedicada ao desenvolvimento das artes de rua e do circo contemporâneo. Fundada em 2003 e atualmente composta por mais de 170 organizações de mais de 45 países, a rede serve como plataforma de intercâmbio, investigação, promoção e capacitação.

Em contextos politicamente ou socialmente sensíveis, a Circostrada não intervém diretamente, mas desempenha um papel crucial na amplificação de vozes, facilitação de diálogo seguro e promoção da solidariedade entre pares. A rede reconhece que artistas e agentes culturais operam frequentemente na linha da frente da expressão democrática, particularmente em contextos em que o espaço público está sob pressão, onde se verifica a existência de censura e autocensura, ou a vigilância ameaça a liberdade criativa.

A Circostrada procura fomentar solidariedade, reciprocidade e mutualidade dentro do seu ecossistema internacional. Através de iniciativas como os eventos FRESH, SPARK e outros LABs temáticos, bem como grupos de trabalho temáticos, a rede oferece oportunidades estruturadas para os profissionais partilharem experiências, estabelecerem alianças transfronteiriças e ganharem visibilidade internacional. A rede investe também em investigação e documentação que possam fortalecer a legitimidade das práticas artísticas e contribuir para a formulação de políticas culturais.

O modelo de governação da Circostrada é não hierárquico e inclusivo, garantindo que os membros, especialmente de regiões frágeis, tenham voz na definição de prioridades estratégicas. Em vez de adotar uma abordagem descendente, a Circostrada constrói as suas estratégias em articulação com os seus membros, muitos dos quais são diretamente afetados por desafios sociopolíticos.

Desta forma, a Circostrada abraça a complexidade e a diferença, atuando como um quadro transnacional de resiliência, solidariedade, segurança e cuidado mútuo em tempos de incerteza.

2. CONTRIBUIÇÕES DA REDE PARA A RESILIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Estratégias de Resistência, Apoio e Proteção

Num período marcado por fragmentação, censura e erosão democrática, a Circostrada destaca-se como uma defensora da função democrática da cultura na Europa e além-fronteiras.

Defendemos o direito de criar e participar na cultura em todos os territórios e contextos sociais. As artes de rua e o circo levam a cultura diretamente às pessoas, criando encontros e plataformas sustentáveis, inclusivos, intergeracionais e interculturais para a participação comunitária. O circo contemporâneo e as artes de rua são inclusivos por natureza, conectando gerações, geografias e diferentes divisões socioeconómicas. Estas formas sustentáveis alcançam novos públicos em espaços públicos e não convencionais, maioritariamente fora da infraestrutura estabelecida de teatros, salas e edifícios, promovendo direitos culturais e resiliência democrática.

O espaço público é central nesta missão. Ao promover práticas fora das paredes institucionais, a Circostrada apoia modos de expressão cultural que convidam à participação cívica direta e ao envolvimento imaginativo com o espaço público. Em contextos polarizados ou frágeis, esta visibilidade pública torna-se um ato simbólico e prático de resistência.

A estratégia da Circostrada para apoiar a resiliência democrática opera em três dimensões principais:

1. Proteção

A rede defende os direitos culturais como princípios inegociáveis da cooperação e formulação de políticas da UE. Através de publicações, cartas conjuntas, declarações de política, cooperação ativa com outras redes de artes performativas e diálogo estratégico com instituições, defende o direito à liberdade artística em todos os territórios, incluindo aqueles em que o espaço público é contestado ou reprimido.

No âmbito da sua contribuição para a Bússola da Cultura para a Europa, a Circostrada apelou ao tratamento ético dos profissionais culturais e ao reconhecimento da liberdade artística como fundamental para a democracia. Esta ação de defesa continua com o pedido de apoio estrutural contra a censura e interferência política, especialmente para formas de arte não comerciais, localizadas e socialmente enraizadas.

2. Apoio

A Circostrada promove ecossistemas sustentáveis reforçando práticas justas, condições de trabalho equitativas e cooperação de longo prazo. Defende, ainda, um melhor acesso a fundos da UE, oportunidades de desenvolvimento de carreira e mobilidade transnacional, particularmente para artistas de geografias sub-representadas, como a Europa de Leste e do Sul, e em grande medida os países do sul.

A rede promove e apoia também práticas de aprendizagem localizadas, intergeracionais e informais, e defende os modelos de financiamento que vão além do contexto institucional. Através das suas atividades, a rede facilita processos de mentoria, competências transversais e formação contínua para profissionais do setor.

3. Salvaguarda

Através do seu modelo de rede, a Circostrada cria uma rede de segurança transnacional que protege vozes vulneráveis e assegura continuidade em tempos de instabilidade. Funciona como uma “infraestrutura cívica” capaz de absorver choques económicos, políticos ou sociais, mantendo a conexão, a solidariedade e o acesso ao conhecimento.

Plataformas como FRESH STREET e FRESH CIRCUS, resultados de investigação e projetos colaborativos proporcionam um espaço partilhado para reflexão e resistência. Estas iniciativas ajudam a salvaguardar o pluralismo das narrativas culturais e a prevenir a marginalização de práticas experimentais, críticas ou não conformistas.

Ao longo da sua existência, os exemplos seriam inúmeros. A amostra abaixo foca-se em eventos recentes:

- Entre 2021 e 2024, a Circostrada desenvolveu, através de um processo colaborativo entre membros, três cartas (Diversidade, Partilha, Sustentabilidade). Estas cartas definem os parâmetros iniciais a adotar pelos seus membros e pela rede, bem como ações mensuráveis capazes de reforçar a solidariedade e a mutualidade dos recursos e a filiação na Circostrada.
- FRESH STREET #5 (2025), realizado em Great Yarmouth, abordou a gentrificação, a resistência e a reconquista do espaço público. Co-projetado com parceiros locais, o programa, dividido em três partes, centrou-se nas pessoas, nos lugares e no futuro do circo contemporâneo e das artes de rua.
- Coligação das Artes Performativas (PAC), iniciativa que reúne algumas das redes mais importantes na área das Artes Performativas, Circostrada, ASSITEJ, IETM, EDN e EFA, com o objetivo de criar uma parceria mais equitativa e de base comunitária. Com um plano de três anos, a PAC abordará questões globais, como conflitos e o declínio dos direitos humanos em muitas partes do mundo, e tentará definir o papel da UE na promoção dos direitos culturais e da cultura como bem público.
- A Circostrada apoiou a Declaração de Bratislava, posicionando-se ao lado dos trabalhadores da cultura, artistas e organizações em toda a Europa, apelando a uma ação urgente para proteger a liberdade artística. A crescente interferência política e censura ameaçam os direitos culturais em vários Estados-Membros da UE, minando o trabalho do setor cultural e erodindo os fundamentos das sociedades democráticas. A Declaração propõe a criação de uma

Lei Europeia da Liberdade Artística, para assegurar financiamento justo, condições de trabalho seguras e fortes proteções legais à expressão cultural.

- A colaboração com as duas plataformas setoriais financiadas pela UE, IN SITU e circusnext, garante igualmente maior proteção para artistas politicamente envolvidos.
- Respostas públicas a cortes de financiamento e políticas autoritárias, como a coassinatura da carta “Let culture lead us forward” (Deixemos que a cultura nos faça avançar), apelando ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e aos Estados-Membros, lembrando os decisores do papel vital da cultura na Europa e defendendo um orçamento mais robusto para a Europa Criativa.

Fundamentalmente, a Circostrada atua como defensora cultural, reforçando a resiliência democrática ao garantir que a expressão artística permaneça visível, valorizada e protegida além-fronteiras, especialmente em contextos políticos desafiantes.

3. DESAFIOS E AMEAÇAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, CENSURA E INTERFERÊNCIA POLÍTICA

Numa Europa marcada por crescente polarização política, erosão do espaço cívico e ameaças à liberdade de expressão, a Circostrada desempenha um papel vital na defesa da função democrática da cultura. Enquanto rede europeia de circo contemporâneo e artes de rua, duas práticas por natureza inclusivas, móveis e voltadas para o público, a Circostrada fomenta ecossistemas artísticos que resistem à fragmentação e promovem coesão, diálogo e expressão crítica.

O circo contemporâneo e as artes de rua operam fora dos espaços tradicionais, alcançando comunidades em áreas rurais, periurbanas e marginalizadas. Desta forma, democratizam o acesso à vida cultural e dão visibilidade a vozes frequentemente excluídas das narrativas institucionais.

Nos últimos anos, artistas e organizações culturais na Europa e regiões vizinhas têm vindo a enfrentar crescentes ameaças à liberdade de expressão, muitas vezes sob a aparência de “segurança”, “ordem pública” ou “valores nacionais”. Estas ameaças são multifacetadas, cada vez mais subtis e sistémicas.

À medida que a polarização política e o autoritarismo aumentam, também se intensificam os desafios enfrentados por artistas que trabalham em espaços públicos e não convencionais. A Circostrada, em colaboração com os seus membros, identificou várias ameaças centrais:

1. Acesso Restrito ao Espaço Público

Muitas cidades e municípios adotam políticas restritivas quanto ao uso do espaço público para atividades culturais, incluindo:

- Aumento da presença policial em eventos públicos;
- Sistemas complexos de licenciamento e policiamento que dificultam a expressão artística espontânea;
- Censura informal através de “recusas suaves” ou falta de resposta das autoridades locais.

Estas restrições afetam especialmente as artes de rua, empurrando-as para fora do domínio público. Em contextos onde o espaço público não é neutro, o processo artístico local torna-se muito complexo e inseparável do ato contínuo de negociação com comunidades e instituições.

2. Precariedade e Dependência

A censura nem sempre surge pela repressão, muitas vezes manifesta-se através de pressão económica. Em muitos países, artistas e organizações independentes dependem de subsídios públicos ou financiamento privado limitado. Esta fragilidade económica, agravada pela redução atual do investimento público em cultura por muitos governos nacionais e regionais, torna-os vulneráveis a pressões, manipulação e silenciamento, especialmente quando o financiamento é politicamente controlado.

3. Instrumentalização Política da Cultura

Em vários países, a cultura é cada vez mais utilizada como ferramenta de construção de identidade nacional ou comunicação política, o que pode levar a:

- Financiamento e apoio institucional cada vez mais vinculados a agendas políticas, marginalizando vozes críticas ou independentes;
- Marginalização ou corte no financiamento a vozes independentes ou críticas.

Deste modo, os artistas enfrentam uma pressão crescente de autocensura, a fim de manter o apoio público.

4. Censura e Pressão Legal

Embora a censura explícita seja menos comum em contextos da Europa Ocidental, ainda existe, frequentemente sob a forma de:

- Desafios legais relativamente a apresentações consideradas “provocadoras” ou “ofensivas”;
- Processos de difamação;
- Violência ou campanhas públicas de difamação contra artistas.

5. Polarização e Hostilidade Pública

À medida que o discurso público se torna mais polarizado, os artistas que trabalham em temas sensíveis (migração, género, racismo, etc.) enfrentam cada vez mais hostilidade não apenas das instituições, mas também do público. Assédio *online*, ameaças e reações agressivas à arte pública criam um clima de medo e retraimento. Sem proteção institucional ou solidariedade pública, a liberdade de expressão torna-se um risco pessoal.

A Circostrada responde defendendo o acesso transparente e equitativo ao espaço público, exigindo reconhecimento do circo contemporâneo e das artes de rua, reforçando a necessidade de práticas justas e condições de trabalho equitativas e salvaguardando a mobilidade como direito cultural. A rede também procura oferecer espaços protegidos para a expressão artística.

4. RECOMENDAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A PROTEÇÃO, A CAPACITAÇÃO E O APOIO ESTRUTURAL

Em toda a Europa, os artistas enfrentam acesso restrito ao espaço público, vigilância e encargos administrativos. O financiamento cultural está cada vez mais sujeito a interferência política e a polarização intensificou a hostilidade pública contra artistas que abordam temas sensíveis. A precariedade, o subfinanciamento e os modelos de projetos de curta duração tornam o setor particularmente vulnerável à coerção e autocensura.

Para contrariar estas ameaças, a Circostrada defende políticas claras e orientadas para o futuro. Apela à UE e aos governos nacionais para legislar os direitos culturais, garantir padrões laborais justos, investir em educação e mobilidade e reconhecer a expressão cultural em espaço público como um direito democrático. Recomenda ainda a proteção e o reforço da Europa Criativa e de outros programas que permitam a cooperação transnacional a longo prazo.

Ao defender práticas culturais inclusivas e formas descentralizadas de criação, a Circostrada reforça os valores democráticos e promove a coesão social. Apoia não apenas os artistas, mas também as comunidades com que se envolvem, procurando fortalecer o tecido democrático e cultural da Europa desde a base.

CIRCOSTRADA

TELMA LUÍS

1. PRESENTATION OF THE NETWORK AND ITS WORK IN POLITICALLY OR SOCIALLY RISKY ENVIRONMENTS

Civic, Ethical and Critical Dimensions of Cultural Action

Circostrada is a European network committed to the development of outdoor arts and contemporary circus. Founded in 2003 and now gathering over 170 member organizations from more than 45 countries, the network serves as a platform for exchange, research, advocacy, and capacity-building.

In politically or socially risky environments, Circostrada does not intervene directly but rather plays a key role in amplifying voices, facilitating safe dialogue, and fostering peer-to-peer solidarity. The network recognizes that artists and cultural operators frequently operate on the frontlines of democratic expression—particularly in contexts where public space is under pressure, where censorship and self-censorship are active, or where surveillance threatens creative freedom.

Circostrada strives to foster solidarity, mutuality, and reciprocity within its international ecosystem. Through initiatives such as FRESH events, SPARK and other thematic LABs, and thematic working groups, the network offers structured opportunities for professionals to share lived experiences, establish cross-border alliances, and gain international visibility. The network also invests in research and documentation that strengthens the legitimacy of artistic practices and contributes to shaping cultural policies.

Its governance model is non-hierarchical and inclusive, ensuring that members -especially those based in fragile regions - have a voice in setting strategic priorities. Rather than operating with a top-down approach, Circostrada co-constructs its strategies together with its members, many of whom are directly affected by socio-political challenges.

In this way, Circostrada embraces complexity and difference, acting as a transnational framework for resilience, solidarity, safe place, and mutual care in times of uncertainty.

2. NETWORK'S CONTRIBUTIONS TO DEMOCRATIC RESILIENCE

Strategies for Resistance, Support and Safeguarding

At a time marked by fragmentation, censorship, and democratic erosion, Circostrada stands as a powerful advocate for the democratic function of culture in Europe and beyond.

We defend the right to create and participate in culture in all territories and social contexts. Outdoor arts and circus bring culture directly to the people, creating sustainable, inclusive, intergenerational, and intercultural encounters and platforms for community participation. Contemporary circus and outdoor arts are inclusive by nature, bridging generations, geographies, and socio-economic divides. These sustainable forms reach new audiences to the arts in public and unconventional spaces - mostly outside the recognised established infrastructure of theatres, venues and buildings - promoting cultural rights and democratic resilience.

Public space is central to this mission. By promoting practices that unfold outside institutional walls, Circostrada supports modes of cultural expression that invite direct civic participation and imaginative engagement with the public realm. In polarized or fragile contexts, this public visibility becomes a symbolic and practical act of resistance.

Circostrada's strategy for supporting democratic resilience operates across three key dimensions:

1. Protection

The network advocates for cultural rights as non-negotiable principles of EU cooperation and policy-making. Through publications, joint letters, policy statements, active cooperation with other performing art networks, and strategic dialogue with institutions, it defends the right to free artistic expression in all territories—including those where public space is contested or repressed.

As part of its contribution to the Culture Compass for Europe, Circostrada called for the ethical treatment of cultural professionals and the recognition of artistic freedom as fundamental to democracy. This advocacy extends to calling for structural support against censorship and political interference, especially for non-market, site-specific, and socially engaged art forms.

2. Support

Circostrada nurtures sustainable ecosystems by reinforcing fair practices, equitable working conditions, and long-term cooperation. This includes campaigning for improved access to EU funding, career development opportunities, and transnational mobility - particularly for artists from under-represented geographies, such as Eastern and Southern Europe and largely the global south.

The network also promotes and supports site-specific, intergenerational, and informal learning practices, and advocates for funding models that go beyond institutional settings. Through its own activities, the network facilitates mentoring processes, transversal competences and upskill training for professionals of the sector.

3. Safeguarding

Through its network model, Circostrada creates a transnational safety net that protects vulnerable voices and ensures continuity in times of instability. It acts as a “civic infrastructure” that can absorb shocks - economic, political, or social - by maintaining connection, solidarity, and access to knowledge.

Platforms like FRESH STREET and FRESH CIRCUS, research outputs, and collaborative projects provide a shared space for reflection and resistance. These initiatives help safeguard the pluralism of cultural narratives and prevent the marginalization of experimental, critical, or non-conforming practices.

Throughout its existence, the examples would be numerous, the sampling below is focused on recent events:

- Developed over the course of 2021-2024, Circostrada developed as the result of a collaborative process between members, 3 charters (Diversity, Common, Sustainability), Those Charters set out the initial parameters for the network and its members to take and measurable actions that enhance the solidarity and mutuality of Circostrada’s resources and membership.
- FRESH STREET #5 (2025), held in Great Yarmouth, addressed gentrification, resistance, and reclaiming public space. Co-designed with local partners, the program, divided in 3 parts, had focus on people, places and the future of contemporary circus and outdoor arts.
- Performing Arts Coalition (PAC), an initiative that joins some of the most important networks on the Performing Arts Field – Circostrada, ASSITEJ, IETM, EDN and EFA – aiming to create a more bottom-up and equal partnership. With a 3 years plan, PAC will embrace global issues, such as conflicts and the decay of human rights in many parts of the world, and will try to define the role of the EU in promoting cultural rights and culture as a public good.
- Circostrada has endorsed the Bratislava Declaration, standing with cultural workers, artists, and organisations across Europe in calling for urgent action to protect artistic freedom. Growing political interference and censorship are threatening cultural rights in several EU Member States, undermining the work of the cultural sector and eroding the foundations of democratic societies. To address this, the Declaration calls for the creation of a European Artistic Freedom Act to ensure fair funding, safe working conditions, and strong legal protections for cultural expression.

- Collaborations with the two sectorial UE funded platforms IN SITU and circusnext also ensure stronger protections for politically engaged artists.
- Public responses to funding cuts and authoritarian policies, such as co-signing the letter Let culture lead us forward, a call to the European Parliament, the European Commission, and Member States, reminding decision-makers of the vital role culture plays in Europe and advocating for a stronger budget for Creative Europe.

In essence, Circostrada operates as a cultural defender. It reinforces democratic resilience by ensuring that artistic expression remains visible, valued, and protected across borders, especially in challenging political climates.

3. CHALLENGES AND THREATS TO FREEDOM OF EXPRESSION, CENSORSHIP AND POLITICAL INTERFERENCE

In a Europe facing growing political polarization, erosion of civic space, and threats to freedom of expression, Circostrada plays a vital role in defending the democratic function of culture. As the European network for contemporary circus and outdoor arts—two inherently inclusive, mobile, and public-facing practices - Circostrada fosters artistic ecosystems that resist fragmentation and nurture cohesion, dialogue, and critical expression.

Contemporary circus and street arts operate outside traditional venues, reaching communities in rural, peri-urban, and marginalized areas. In doing so, they democratize access to cultural life and bring visibility to voices often excluded from institutional narratives.

In recent years, artists and cultural organizations across Europe and its neighbouring regions have faced growing threats to freedom of expression, often under the guise of “security”, “public order”, or “national values”. These threats are multifaceted, and increasingly subtle as well as systemic.

As political polarization and authoritarianism rise, so too do the challenges facing artists who work in public and unconventional space. Circostrada, in collaboration with its network members, has identified several core threats:

1. Restricted Access to Public Space

Many cities and municipalities are adopting restrictive policies regarding the use of public space for cultural activities. This includes:

- Increased policing of public gatherings.
- Complex permit systems and increasing police presence make spontaneous artistic expression difficult.
- Informal censorship through “soft refusals” or non-responsiveness from local authorities.

These restrictions affect especially outdoor arts, pushing them out of the public realm. In contexts where public space is far from neutral, the artistic process of working site-specifically is very complex and becomes inseparable from the ongoing act of negotiating with communities and institutions.

2. Precarity and Dependency

Censorship doesn't always come through repression. It often comes through economic pressure. In many countries, independent artists and organizations depend on public subsidies or limited private funding. This economic fragility increased by the current reduction of public spending for culture by many national and regional governments, makes them vulnerable to pressure, manipulation, and silence — especially when funding is politically controlled.

3. Political Instrumentalisation of Culture

In various countries, culture is increasingly framed as a tool for national identity-building or political messaging, which can lead to:

- Funding and institutional support are increasingly tied to political agendas, with critical or independent voices pushed to the margins.
- Marginalization or defunding of independent or critical voices.
- As a result, artists face growing pressure to self-censor in order to maintain public support.

4. Censorship and Legal Pressure

While explicit censorship may be less common in Western European contexts, it is still present — and often takes the form of:

- Legal challenges to performances deemed “provocative” or “offensive”,
- Defamation lawsuits,
- Violence or public smear campaigns against artists.

5. Polarization and Public Hostility

As public discourse becomes more polarized, artists working on sensitive topics (migration, gender, racism, etc.) increasingly face hostility not just from institutions but from audiences. Online harassment, threats, and aggressive reactions to public art can create a climate of fear and retreat. Without institutional protection or public solidarity, freedom of expression becomes a personal risk.

Circostrada responds by advocating for transparent and equitable access to public space, demanding recognition of contemporary circus and outdoor arts, reinforcing the need of fair practices and equitable working conditions, safeguarding mobility as a cultural right. The network also tries to offer protected spaces for expression.

4. POLICY RECOMMENDATIONS FOR PROTECTION, EMPOWERMENT AND STRUCTURAL SUPPORT

Across Europe, artists face restricted access to public space, surveillance, and administrative burdens. Cultural funding is increasingly subject to political interference, and polarization has amplified public hostility toward artists tackling sensitive themes. Precarity, underfunding, and short-term project models make the sector especially vulnerable to coercion and self-censorship.

To counter these threats, Circostrada advocates for clear, forward-looking policies. It calls on the EU and national governments to legislate cultural rights, ensure fair labor standards, invest in education and mobility, and recognize cultural expression in public space as a democratic right. It also urges the protection and reinforcement of Creative Europe and other programmes that enable long-term transnational cooperation.

In defending inclusive cultural practices and decentralized forms of creation, Circostrada reinforces democratic values and promotes social cohesion. It supports not only artists, but the communities they engage, trying to strengthen Europe's democratic and cultural fabric from the ground up.



FRANCISCA CARNEIRO FERNANDES

FRANCISCA CARNEIRO FERNANDES

Nascida no Porto, licenciou-se em Direito pela Universidade Católica Portuguesa e em Direção de Empresas da AESE – Escola de Direção de Negócios. Após estágio feito nos Serviços Jurídicos do Banco de Portugal, exerceu advocacia empresarial na Sociedade de Advogados “Carlos Osório de Castro, Eduardo Verde Pinho, J. J. Vieira Peres” no Porto. Em 2002 assumiu a subdireção do Teatro Nacional S. João, passando em 2007 a vogal e, em 2009, a Presidente do Conselho de Administração (cargo que exerceu até fevereiro de 2018). Entre fevereiro de 2018 e julho de 2022 foi Diretora Geral da Unidade Orgânica de Cultura da “Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M, S.A”, que gere o Teatro Municipal do Porto (onde foi também, cumulativamente, Diretora Executiva), o Campus Paulo Cunha e Silva, a Galeria Municipal, o Cinema Batalha, entre muito outros projetos. Desde então assumiu a Direção de Novos Projetos, destacando-se neles os futuros Centros Culturais Matadouro e CACE. Foi membro do Conselho Geral da Universidade do Porto. Foi Presidente da Direção da Performart – Associação para as Artes Performativas

em Portugal até novembro de 2023, data em que assumiu a vice-presidência desta Associação, cargo que exerceu até final de novembro de 2024. É membro do Conselho de Administração da União de Teatros da Europa e, em representação da Performart, membro da Comissão Executiva da PEARLE – Live Performance Europe. Entre 01 de dezembro de 2023 e 29 de novembro de 2024 assumiu funções como Presidente do Conselho de Administração do Centro Cultural de Belém. É atualmente Administradora Executiva da Empresa Municipal “Go Porto – Gestão e Obras do Porto”, assegurando, entre outros, a gestão do Mercado Municipal do Bolhão. Em maio de 2025, foi eleita Presidente da “PEARLE – Live Performance Europe” a Federação Europeia de Organizações de Música e Performance ao Vivo, que representa, por meio de seus membros, mais de 13.000 gestores de teatros, salas de concerto, companhias de produção teatral, orquestras, óperas, companhias de balé e dança, festivais, promotores e outras organizações profissionais das artes cénicas na Europa.

Born in Porto, Francisca Carneiro Fernandes holds a Law degree from the Universidade Católica Portuguesa and a Business Management degree from AESE – Business School. After completing an internship at the Legal Services of the Bank of Portugal, she practiced corporate law at the law firm Carlos Osório de Castro, Eduardo Verde Pinho, J. J. Vieira Peres, in Porto.

In 2002, she became Deputy Director of the S. João National Theatre, becoming a member of the Board in 2007 and, in 2009, Chair of the Board of Directors, a position she held until February 2018. Between February 2018 and July 2022, she served as General Director of the Cultural Unit of Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., which manages the Teatro Municipal do Porto (where she also served concurrently as Executive Director), the Paulo Cunha e Silva Campus, the Municipal Gallery, the Cinema Batalha, among many other projects.

Since then, she has taken on the Direction of New Projects, notably including the future Matadouro Cultural Center and CACE. She has been a member of the General Council of the University of Porto. She served as President of the

Board of Performart – Association for Performative Arts in Portugal until November 2023, when she assumed the vice-presidency of the association, a role she held until the end of November 2024.

She is a member of the Board of Directors of the Union des Théâtres de l'Europe and, representing Performart, a member of the Executive Committee of PEARLE – Live Performance Europe. Between December 1, 2023, and November 29, 2024, she served as Chair of the Board of Directors of the Centro Cultural de Belém.

She is currently Executive Director of the municipal company Go Porto, overseeing, among other responsibilities, the management of the Bolhão Municipal Market.

In May 2025, she was elected President of PEARLE – Live Performance Europe, the European Federation of Music and Live Performance Organizations, which represents, through its members, more than 13,000 managers of theatres, concert halls, theatre production companies, orchestras, opera and ballet companies, dance companies, festivals, promoters, and other professional performing arts organizations across Europe.

FRANCISCA CARNEIRO FERNANDES**1. Apresentação da rede e do seu trabalho em ambientes politicamente ou socialmente de risco**

Criada em 1991, a **Pearle – Live Performance Europe*** é a federação europeia que representa mais de 13.000 organizações e empresas nos setores da música, das artes performativas e dos eventos ao vivo. Enquanto associação patronal europeia, a **Pearle*** participa no diálogo social setorial europeu.

A filiação plena na **Pearle*** está aberta a associações nacionais europeias consolidadas que representem os interesses das organizações de música e artes performativas. Redes europeias que promovam um subsetor das atuações ao vivo, associações nacionais de países não europeus ou organizações individuais podem aderir como membros associados.

O objetivo desta organização internacional não governamental e sem fins lucrativos é o de estabelecer um ambiente estável, apoiando a sustentabilidade e a promoção das atuações ao vivo em toda a Europa.

Os seus objetivos são:

1. Troca de informação, experiências e ideias de interesse comum para os membros que atuam no setor das Artes Performativas;
2. Obtenção de informação sobre todas as questões europeias relevantes para os interesses dos membros;
3. Promoção de decisões coletivas em áreas de interesse comum;
4. Manifestação das posições da **Pearle*** em conversações com organismos cujas atividades sejam relevantes para a rede;
5. Lóbi junto da UE e outras autoridades de acordo com decisões coletivas alcançadas pelos representantes dos membros;
6. Realização de todas as atividades relacionadas com os objetivos acima mencionados.

2. Contributos da rede para a resiliência democrática

A **Pearle*** atua como um fórum de intercâmbio de informações relevantes para os seus membros, partilha de experiências em gestão cultural e com-

petências técnicas, apoio e assistência à formação de associações patronais, para além de servir como organismo representativo junto da Comissão Europeia e outras autoridades cujas decisões possam afetar o trabalho das atuações ao vivo na Europa.

3. Desafios e ameaças: liberdade de expressão, censura e interferência política

A liberdade de circulação é essencial para o setor das atuações ao vivo. Sem a capacidade de cruzar fronteiras livremente, os artistas não podem colaborar, fazer tournées ou aceder a oportunidades, o que mina diretamente a sua liberdade artística. A Pearle* adota uma abordagem proativa e construtiva para salvaguardar esta liberdade, não apenas através da sua defesa a nível europeu, mas também fornecendo aos seus membros orientações claras e práticas.

Trabalhamos continuamente para eliminar as barreiras à liberdade de circulação. Por exemplo, a Pearle* tem abordado ativamente as consequências do Brexit na mobilidade de artistas, destacando questões como vistos e autorizações de trabalho. A nossa abordagem combina uma intervenção direta junto dos decisores políticos com o apoio concreto aos nossos membros na navegação destes novos e frequentemente complexos enquadramentos.

Para além desta defesa de interesses, a Pearle* fornece aos seus membros ferramentas práticas e orientação atualizada para os ajudar a compreender e cumprir as regras que vão evoluindo. Isto inclui guias que ajudam os membros a entender as condições de entrada a curto e longo prazo, os procedimentos para obtenção de visto e o impacto das novas regulamentações a nível europeu ou nacional sobre os artistas em digressão (por exemplo, através dos nossos folhetos disponíveis para o setor). Também fornecemos aos nossos membros orientações sobre segurança social e notificações de trabalhadores.

Acreditamos firmemente que a liberdade de circulação deve andar de mãos dadas com a criação de condições equitativas baseadas nas regras europeias relacionadas com emprego e assuntos sociais, bem como com o acesso à segurança social. Promovemos, igualmente, práticas sustentáveis junto dos nossos membros e apoiamos modelos de digressão inteligentes, ambientalmente responsáveis, sem limitar o acesso a públicos internacionais.

A nossa abordagem é positiva, preventiva e orientada para o futuro. Integramos com as instituições da UE para dar conta das preocupações e moldar enquadramentos legislativos. Para a Pearle*, a liberdade artística está intrinsecamente ligada à liberdade de circulação de serviços e trabalhadores, pilares do modelo europeu, juntamente com a sustentabilidade. As nossas ações refletem esta visão holística, combinando a defesa política com o apoio prático para garantir que o setor se mantém informado, em conformidade e verdadeiramente móvel num contexto europeu em mudança.

4. Recomendações de política

Como todas as plataformas coletivas, a Pearle* enfrenta o desafio de equilibrar a neutralidade institucional com a necessidade de tomar uma posição em tempos de polarização.

A Pearle* representa uma grande diversidade de membros em muitos países. A neutralidade institucional é importante para garantir que todas as vozes sejam ouvidas. No entanto, quando princípios fundamentais como a liberdade artística estão em causa, tomar uma posição torna-se imperativo, não apenas para defender os valores orientadores do setor, mas também para salvaguardar os alicerces de uma sociedade pluralista e democrática.

Enquanto federação europeia e representante do setor da atuação ao vivo a nível europeu, nestes tempos de polarização é nosso papel defender a liberdade artística e a liberdade de expressão. Esta não é uma posição política, mas um compromisso com os princípios que permitem que a cultura prospere.

Abordamos estes momentos com cuidado. Consultamos os nossos membros, ouvimos as suas preocupações e refletimos as posições que melhor representam a comunidade, mantendo-nos enraizados na nossa missão como plataforma cultural europeia. A nossa comunicação é estruturada de forma a defender direitos fundamentais e a chamar a atenção para decisões políticas, nacionais ou europeias que possam ameaçar a saúde do ecossistema cultural.

Por exemplo, a Pearle* juntou-se a outras organizações e redes para emitir declarações públicas exigindo a proteção da liberdade de expressão e do Estado de Direito na Europa, particularmente em resposta a crescentes ameaças em países como a Hungria e a Eslováquia.

Também emitimos uma posição pública sobre o Relatório Anual do Estado de Direito da Comissão Europeia, onde continuamos a defender a inclusão da liberdade artística como tema específico. A liberdade artística é um direito fundamental consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e merece uma atenção sistemática. Levantámos esta questão junto do Parlamento Europeu, que acolheu o nosso apelo e solicitou formalmente a sua inclusão no Relatório.

Estas ações refletem a nossa convicção de que não é apenas legítimo, mas necessário, que as redes culturais se pronunciem quando as condições básicas para a liberdade, a criação e a participação estão em risco. Para que o façam, fornecemos informação e ferramentas, incluindo uma nova edição da série “cookbooks for the cultural manager” (livros de receitas para o gestor cultural), focada nas convenções internacionais e nos enquadramentos europeus sobre a liberdade artística.

Se a PEARLE* pudesse fazer uma recomendação prioritária à UE ou aos decisores nacionais para proteger a liberdade cultural em tempos de polarização, seria no sentido do estabelecimento de um mecanismo legal claro e aplicável, capaz de reconhecer e proteger expressamente a liberdade artística enquanto direito fundamental, e um apoio proativo às organizações e redes que a defendem.

Muitas vezes, a liberdade artística é tratada como uma questão periférica, reconhecida em princípio, mas não salvaguardada na prática. Sabemos, pelo nosso trabalho, que a liberdade artística está cada vez mais ameaçada: há artistas silenciados, atuações canceladas, financiamentos retirados às instituições e interferência na programação cultural por motivos políticos ou ideológicos.

A liberdade artística deve ser reconhecida formalmente como componente essencial de uma sociedade democrática, acompanhada do correspondente quadro jurídico, incluindo monitorização de violações da liberdade artística nos Estados-Membros, consequências para autoridades públicas que abusem do poder para a restringir, apoio e financiamento de organizações independentes e redes que defendam artistas, promovam o pluralismo e fomentem espaços culturais abertos.

Reflexão final: que questões permanecem?

Apesar da crescente consciência sobre os desafios à liberdade artística, permanecem muitas questões importantes. Como podemos ir além do simples reconhecimento desses direitos no papel e garantir que sejam protegidos e respeitados na prática? Isto exige não apenas quadros jurídicos mais fortes, mas também vontade política para agir quando esses direitos estão ameaçados.

Como proteger as instituições culturais da interferência política, preservando o seu papel público e a sua responsabilidade? Podemos desenvolver abordagens partilhadas para monitorizar as violações da liberdade artística na Europa, respeitando as competências nacionais?

Para redes como a Pearle*, apoiar os seus membros em ambientes cada vez mais complexos, especialmente onde tomar uma posição pública pode implicar riscos e, simultaneamente, trabalhar em conjunto para encontrar soluções e estratégias comuns é um desafio contínuo. Como equilibrar a inclusão e neutralidade da federação com a defesa firme de valores essenciais como a liberdade artística? A nossa resposta está em ouvir os membros e basear as nossas ações em princípios partilhados e não em posições políticas.

Ao mesmo tempo, questionamo-nos sobre como podemos ajudar o setor não só a reagir aos desafios, mas a ser proativo na salvaguarda de direitos fundamentais. Isso significa continuar a equipar os profissionais da cultura com ferramentas, conhecimentos e espaços necessários para enfrentar pressões de forma construtiva.

Finalmente, à medida que a polarização aumenta e os valores democráticos ficam sob pressão, como podem a UE e os governos nacionais reconhecer e apoiar verdadeiramente as redes culturais, não apenas como vozes do setor, mas como parceiros essenciais na defesa da liberdade, diversidade e dos pilares democráticos das nossas sociedades?

FRANCISCA CARNEIRO FERNANDES

1. Presentation of the network and its work in politically or socially risky environments

Created in 1991, **Pearle*-Live Performance Europe** is the European federation representing over 13,000 organisations and companies in the music, performing arts, and live event sectors. As a European employers' association, Pearle* takes part in the European sectoral social dialogue.

Full membership of **Pearle*** is open to established European national associations representing the interest of music and performing arts organisations. European networks promoting a subsector in the live performance, non-European national live performance associations, or individual organisations, may join as an associate member.

The aim of this non-profit making international non-governmental organisation is the establishing of a stable environment by supporting sustainability and promotion of the Live performance across Europe.

Its objects are as follows:

1. the exchange of information, experiences, and ideas of common interest to members working in the Performing Arts sector
2. the obtaining of information concerning all European issues relating to members' interests
3. facilitating collective decisions in areas of common interest
4. expressing Pearle*'s views in discussions with bodies whose activities are relevant to Pearle*
5. lobbying in accordance with collective decisions reached by the members' representatives to EU and other authorities
6. carrying out all activities connected with the above-mentioned activities.

2. Networks' contributions to democratic resilience

Pearle* acts as a forum for exchanging information of relevance to members, for sharing experiences in cultural management and technical skills, for supporting and assisting the formation of employers' associations..., in addition to serving as the body to make representations to the European Commission and any other authorities whose deliberations may affect the work of the Live performance in Europe.

3. Challenges and threats: Freedom of expression, censorship, political interference

Freedom of movement is essential to the live performance sector. Without the ability to cross borders freely, artists cannot collaborate, tour, or access opportunities, directly undermining their artistic freedom. Pearle* takes a proactive and constructive approach to safeguard this freedom, not only through advocacy at EU level, but also by equipping its members with clear and practical guidance.

We work continuously to address barriers to freedom of movement. For example: Pearle* has actively addressed the consequences of Brexit on artist mobility, highlighting issues such as visas, work permits. Our approach combines direct advocacy towards policymakers with concrete support for our members in navigating these new and often complex frameworks.

Beyond advocacy, Pearle* provides its members with practical tools and up-to-date guidance to help them understand and comply with evolving rules.

This includes guides supporting members in understanding both short- and long-term entry conditions, visa procedures, and the impact of new EU or national-level regulations on touring artists (such as through our series of booklets available to the entire sector). We also provide guidance on social security and posted worker notifications for our members.

We firmly believe that freedom of movement must go hand in hand with the creation of level playing field that is based on the European rules related to employment and social affairs, and access to social security. At the same time, we promote sustainable practices to our members and support smart touring models that are environmentally responsible without limiting access to international audiences.

Our approach is positive, preventive, and forward-looking. We engage with EU institutions to raise concerns, shape legislative frameworks. For Pearle*, artistic freedom is inherently connected to freedom of movement both for services and workers, being pillars of the European model, and sustainability. Our actions reflect this holistic vision, combining policy advocacy with practical support to ensure the sector remains informed, compliant, and truly mobile in a changing European landscape.

4. Policy recommendations

As all other collective platforms, PEARLE faces the challenge of balancing institutional neutrality with the need to take a stand in times of polarisation.

Pearle represents a wide diversity of members across many countries. Institutional neutrality is important to ensure all voices are heard. However, when fundamental principles like artistic freedom are at stake, taking a stand becomes imperative, not only to defend the guiding values of our sector, but also to uphold the foundations of a pluralistic and democratic society.

As a European federation and the representative of the live performance sector at European level, in these times of polarisation it is our role to defend artistic freedom, freedom of expression. This is not a political position; it is a commitment to the very principles that allow culture to thrive.

We are careful in how we approach such moments. We engage with our members, listen to their concerns, and reflect the positions that best represent our community while remaining rooted in our mission as a European cultural platform. Our messaging is framed in a way that defends fundamental rights and brings attention to policy decisions, whether at national or European level, that threaten the health of the cultural ecosystem.

For instance, Pearle* joined forces with other organisations and networks to issue public statements calling for the protection of freedom of expression and the Rule of Law in Europe, particularly in response to increasing threats in countries such as Hungary and Slovakia.

We also issued a public position on the European Commission's Annual Rule of Law Report, where we continue to advocate for the inclusion of artistic freedom as a dedicated topic. Artistic freedom is a fundamental right enshrined in the Charter of Fundamental Rights of the European Union, and it deserves systematic attention. We raised this issue with the European Parliament, which echoed our call and formally requested its inclusion in the Report.

These actions reflect our belief that it is not only legitimate, but necessary, for cultural networks to speak up when the basic conditions for freedom, creation, and participation are at risk. For this purpose, we equip them with information and tools, one of which will be a new edition in the series 'cook-books for the cultural manager' that will focus on the international conventions and European frameworks on artistic freedom.

If PEARLE could give one priority recommendation to the EU or national decision-makers to protect cultural freedom in times of polarisation, it would be to establish a clear and enforceable legal mechanism that expressly recognises and protects artistic freedom as a fundamental right and proactive support for the organisations and networks that defend it.

Too often, artistic freedom is treated as a peripheral issue, acknowledged in principle but not safeguarded in practice. Yet we know from our work that artistic freedom is increasingly under threat: artists have been silenced, performances cancelled, institutions defunded, and cultural programming interfered with on political or ideological grounds.

There must be formal recognition of artistic freedom as an essential component of a democratic society, and a legal framework to match it. That includes monitoring violations of artistic freedom across Member States; consequences for public authorities who abuse power to restrict it; support and funding for independent organisations and networks that defend artists, promote pluralism, and foster open cultural spaces.

Final reflection: what questions remain?

Despite growing awareness of the challenges to artistic freedom, many important questions remain. How can we move beyond simply recognising such rights on paper and ensure they are protected and upheld in practice? This requires not just stronger legal frameworks, but also the political will to act when those rights are under threat.

How do we protect cultural institutions from political interference while preserving their public role and accountability? Can we develop shared approaches to monitoring violations of artistic freedom across Europe, while respecting national competences?

For networks like Pearle*, an ongoing challenge is how to support our members in increasingly complex environments, especially where taking a public stance may come with risks, while also working together to find shared solutions and strategies. How do we strike the right balance between remaining inclusive and neutral as a federation, and standing firm when core values such as artistic freedom are at stake? Our answer lies in listening to our members and grounding our actions in shared principles rather than political positions.

At the same time, we ask ourselves how we can help the sector not only respond to challenges but be proactive in safeguarding fundamental rights. This means continuing to equip cultural professionals with the tools and knowledge, and space they need, to push back pressures in a constructive way.

Finally, as polarisation increases and democratic values come under pressure, how can the EU and national governments truly recognise and support cultural networks, not just as voices in the sector, but as essential partners in defending freedom, diversity, and the democratic pillars of our societies?



VITTORIO BIANCO

VITTORIO BIANCO

É presidente da Rede Europeia de Centros Culturais (ENCC) e gestor de projetos/ candidaturas a fundos em várias outras organizações sem fins lucrativos. Licenciado em Ciências Naturais, iniciou a sua carreira na Legambiente, a principal organização ambiental em Itália, com foco em ecologia urbana e desenvolvimento sustentável. Posteriormente, alargou a sua área de atuação a outros aspetos da sustentabilidade no contexto urbano, como inclusão social, saúde, economia solidária e cultura. Atualmente, dedica-se em particular aos impactos ambientais do setor cultural.

is the chairperson of the European Network of Cultural Centres and grant.writer/project manager for several other non-for-profit organisations. With a major in Natural Sciences, he started his career in Legambiente, the main environmental organisation in Italy, with a focus on urban ecology and sustainable development. He then expanded his field of activity to other aspects of sustainability in the urban context such as social inclusion, health, solidarity economy and culture. Currently he is focusing in particular on the environmental impacts of the cultural sector.

A REDE EUROPEIA DE CENTROS CULTURAIS

VITTORIO BIANCO

A Rede Europeia de Centros Culturais - ENCC, que celebrou o seu 30.º aniversário no ano passado, é uma organização quase tão antiga quanto a própria União Europeia. Fundada em junho de 1994, menos de um ano após a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, conta atualmente com mais de 170 membros de 39 países da Europa e de outros continentes. Muitos dos nossos membros são, eles próprios, redes que operam a nível nacional, regional ou local, o que significa que a ENCC conecta aproximadamente 6000 centros culturais.

O que os une é um entendimento partilhado de cultura ativamente envolvida na sociedade. A dimensão cívica da ação cultural está profundamente enraizada na nossa visão e nas nossas convicções, conforme estabelecido nos nossos estatutos:

- Perspetivamos uma sociedade emancipatória, solidária e sustentável, que deriva da cultura, da criatividade e das artes.
- Acreditamos que a participação ativa nas artes e na cultura a nível individual traz desenvolvimento pessoal, mas também coesão social.
- Acreditamos na importância de garantir equidade, justiça, igualdade e inclusão na prática das artes e da cultura.
- Acreditamos no papel decisivo da sociocultura como base para a construção de um mundo aberto, conectado e inclusivo e no seu potencial para antever respostas para os nossos desafios comuns.

Nesta medida, naturalmente que não podemos ficar indiferentes aos desenvolvimentos atuais na sociedade e na política, dentro e fora da Europa. Existem paralelos impressionantes e preocupantes entre a polarização de hoje e a que ocorreu entre as duas guerras mundiais: múltiplas crises (naquela altura, o trauma da Primeira Guerra Mundial e as suas consequências, a pandemia da Grande Gripe e a Grande Depressão; agora, a crise climática, a Grande Crise Financeira de 2007-2008, a pandemia de COVID-19 e os conflitos armados); as classes de rendimentos mais baixos a suportar o fardo (enquanto a elite mais rica, na sua maior parte, é bem sucedida durante as recentes crises, aumentando a sua riqueza global); e o descontentamento e a raiva generalizados a serem desviados dos responsáveis ou benefi-

ciários destas crises e direcionados para grupos mais vulneráveis, como migrantes e comunidades de diferentes etnias, nacionalidades ou religiões, acompanhados pela ascensão de partidos nacionalistas de extrema-direita.

É importante salientar que a necessidade de abordar a questão da polarização não surgiu de uma reunião da direção, passando à ação através da gestão da rede para os nossos membros, de forma descendente. Pelo contrário, emergiu com premência durante as nossas auscultações aos centros culturais e aos seus operadores, em particular durante a primeira sessão de partilha de ideias online realizada no âmbito do projeto FULCRUM.

O FULCRUM (<https://fulcrum-culture.eu/>) é um projeto Erasmus+ de três anos concebido para despertar as competências e o potencial dos trabalhadores socioculturais e das suas organizações nas áreas do desenvolvimento de comunidades e da sustentabilidade ambiental. Inteiramente concebido dentro da comunidade ENCC, sob a liderança do nosso membro belga cult! e em parceria com seis redes nacionais, uma rede local e a própria ENCC, o FULCRUM compreende dois programas de formação, sendo um focado no desenvolvimento das comunidades e no envolvimento do público e o outro centrado na sustentabilidade ambiental, juntamente com uma série de três grandes debates de ideias *online*. Estes encontros reúnem trabalhadores socioculturais de toda a Europa, proporcionando um espaço para trocar ideias, perspetivar o centro cultural do futuro e começar a trabalhar colaborativamente para o alcançar. Chamamos a esta jornada coletiva Visões para o Futuro.

Na primeira sessão, Análise do Presente, os participantes foram convidados a identificar as principais preocupações e desafios com que os centros socioculturais europeus se debatem. Entre as diversas, mas profundamente interligadas, questões consideradas mais urgentes, emergiram claramente as preocupações com a polarização política, a ascensão do populismo e o extremismo de direita. As discussões destacaram o facto de as manifestações locais desses fenómenos em diferentes partes da Europa apresentarem semelhanças notáveis e estarem intimamente interligadas entre si, bem como com dinâmicas continentais mais amplas. Além disso, foram observadas correlações entre estas questões e outras preocupações cruciais: a instabilidade social, económica e ambiental provoca medo e incerteza, prontamente explorados pelas narrativas populistas; adicionalmente, a rápida digitalização alimenta a polarização, à medida que os algoritmos das redes sociais criam câmaras de eco, bolhas onde as opiniões extremas encontram confirmação e são amplificadas.

É claro que estas questões não surgiram de forma inesperada. Enquanto rede, temos recebido cada vez mais relatos de organizações socioculturais que experienciam os efeitos da polarização política e do aumento das ideologias extremas: desde diretores artísticos que enfrentam reações adversas enraizadas no conservadorismo religioso simplesmente por acolherem espetáculos com temática LGBTQI+ até eventos recentes na Sérvia, nos quais trabalhadores culturais e artistas foram criminalizados e proibidos de viajar. Um padrão comum que observamos em países onde os partidos populistas detêm o poder é que o setor cultural está entre os primeiros a enfrentar cortes de financiamento. Esta é uma medida até certo ponto “lim-

pa”, parecendo quase neutra e formalmente justificada por restrições orçamentais públicas. Na realidade, serve para enfraquecer as organizações culturais, tornando-as mais dependentes e, em última análise, menos livres. Não surpreende o facto de o financiamento reduzido ser frequentemente redirecionado para organizações culturais e artistas alinhados com o partido no poder. Um exemplo recente ocorreu em Itália, onde fundos públicos substanciais foram atribuídos à produção de *Albatross*, um filme sobre a vida de um jornalista associado a movimentos de extrema-direita, que atraiu aos cinemas, em média, menos de quatro espectadores por sessão.

Monitorizar estes casos é um primeiro passo crucial e a ENCC está atualmente em conversação com outras redes sobre a possibilidade de estabelecer um observatório transnacional para acompanhar a retração dos espaços democráticos. Monitorizar também implica dar visibilidade a centros que enfrentam censura ou outras ações políticas adversas, quebrando o seu isolamento e conectando-os internacionalmente. A conexão é um dos pilares centrais da ENCC, juntamente com a promoção e o desenvolvimento de capacidades, métodos igualmente importantes através dos quais as redes internacionais apoiam os seus membros.

Em termos de defesa da causa, as redes europeias podem ajudar a aplicar pressão internacional sobre os governos que ameaçam a liberdade cultural. Esta abordagem foi demonstrada na nossa resposta à situação na Sérvia, após consulta ao nosso membro local Kulturanova. Apoiámos a Kooperativa, uma plataforma regional que compreende 40 membros, incluindo organizações, centros culturais e meios de comunicação independentes de oito países do Sudeste Europeu, nos seus esforços para aumentar a consciencialização sobre a detenção e as proibições de entrada que visam os trabalhadores culturais e para organizar um evento temático no Parlamento Europeu.

O projeto FULCRUM lançou recentemente um conjunto de ferramentas interativas, disponíveis nos sites da ENCC e do FULCRUM. As ferramentas foram desenvolvidas após a segunda sessão de partilha de ideias online, que se focou na cocriação de respostas eficazes para os desafios identificados na sessão inicial. Entre estes desafios, destacam-se dois: “Polarização e Diálogo” e “Ideologias Extremistas”.

Através destas ferramentas, os trabalhadores dos centros socioculturais podem aceder a orientações passo a passo e conselhos práticos sobre como abordar estas questões. O objetivo é transformar os centros culturais em espaços resilientes que sirvam como ferramentas poderosas para superar as divisões e promover a coesão social nas suas comunidades.

As ferramentas sugerem várias abordagens-chave, incluindo:

- Criar condições para um diálogo seguro;
- Desenvolver a capacidade de facilitação;
- Facilitar encontros entre diferenças;
- Capacitar os trabalhadores culturais para compreender e desarmar a lógica extremista.

Os centros socioculturais podem, assim, tornar-se espaços seguros onde diversas opiniões são trocadas através de um diálogo não violento e onde as ideologias extremistas são desafiadas, ultrapassando as câmaras de eco, frequentemente amplificadas pelas plataformas de redes sociais.

Centros socioculturais: espaços seguros para todos, com uma visão bem definida e independente

É importante esclarecer que defender os centros socioculturais como espaços seguros para um diálogo diversificado não implica que as organizações culturais devam permanecer neutras ou abster-se de tomar posições sobre questões sociais. Embora os trabalhadores culturais devam manter um papel neutro, sem julgamentos, enquanto facilitadores durante os debates, esta neutralidade é distinta de abandonar a sua visão ou o seu compromisso ativo com o desenvolvimento das suas comunidades.

Este equilíbrio está bem patente num dos princípios do conjunto de ferramentas, “Redesenhar a imagem institucional de fora para dentro”, que aconselha:

“Pergunte a alguém fora do seu vocabulário cultural como soa a sua mensagem. Se a mensagem é clara, mas o tom a faz desviar-se, mude o tom, não a visão.”

O argumento da neutralidade tem sido, por vezes, utilizado pelos governos para atingir organizações da sociedade civil que não se alinham com a sua agenda política. Isto inclui tentativas de impor a “neutralidade”, ameaçando cortar o financiamento público a organizações culturais, ou, no geral, a organizações sem fins lucrativos que tomam uma posição sobre questões sociais centrais ao debate político. Um exemplo recente vem da Alemanha, onde algumas ONGs se juntaram a centenas de milhares de manifestantes que protestavam contra os democratas-cristãos conservadores (CDU) depois de estes terem aprovado políticas de migração mais rigorosas, aliados com o partido de extrema-direita Alternative für Deutschland (AfD). Em consequência disso, membros da CDU/CSU ameaçaram escrutinar os programas de apoio federais para determinar os respetivos beneficiários e sugeriram a possibilidade de retirar o financiamento por completo a estas ONGs, alegando que tinham violado a “neutralidade política.”

Esta regra de neutralidade política, quando aplicada a organizações culturais financiadas publicamente, deve limitar-se a proibir o apoio ativo a qualquer partido político específico. No entanto, se for estendida para impedir que as organizações culturais tomem posições sobre questões sociais ou políticas, constitui uma restrição inaceitável à liberdade de expressão.

Pessoalmente, defendo a visão de que as redes culturais não devem manter a neutralidade institucional em questões sociais. De facto, a verdadeira neutralidade pode ser impossível. Esta perspetiva está ligada à forma como definimos a própria cultura. Partilho da definição de Ellen Key que diz: “Cultura é o que resta quando esquecemos tudo.”

Cultura não é meramente conhecimento, um conjunto de atividades ou obras artísticas. Não é uma indústria que compete por recursos ou audiências, nem uma mercadoria. Em essência, cultura não é algo que sabemos, fazemos ou possuímos, é algo que somos. Dada esta profunda conexão com a identidade, a cultura não pode ser forçada à neutralidade.

Estou plenamente ciente de que as minhas opiniões pessoais sobre a polarização expressas na introdução, particularmente a postura crítica sobre a desigualdade económica e a busca de bodes expiatórios políticos, podem ser percebidas como sendo de natureza política ou confrontacionais por aqueles que têm opiniões diferentes. No entanto, estas convicções são parte integrante de quem eu sou. Da mesma forma, o posicionamento da ENCC em questões políticas, como a invasão de Gaza, não é neutro. Pelo contrário, reflete as opiniões e identidades culturais dos seus membros. O que permanece essencial é expressar estas opiniões com respeito e estar aberto ao diálogo com pessoas ou organizações que defendem posições diferentes.

Esta noção de cultura como um componente central da identidade também faz parte do artigo primeiro da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2 de novembro de 2001), que afirma: “Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. (...) Constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada.” Com base nesta metáfora, assim como o ADN forma a base da diversidade biológica, incluindo a nossa própria espécie, servindo de *hardware*, a cultura forma a base da diversidade de indivíduos e sociedades, como *software*. Isto não implica que a cultura seja estática. Assim como o ADN evolui através de mutações aleatórias e da seleção natural, a cultura adapta-se em resposta a influências externas. No entanto, quando um grupo político ou instituição tenta alterar à força a cultura de um indivíduo ou de uma comunidade, isso constitui um ato violento de dominação.

Os centros socioculturais devem permanecer abertos à diversidade e promover ativamente condições seguras para o diálogo entre opiniões e culturas diversas, incluindo as polarizadas, resistindo simultaneamente às pressões externas que procuram comprometer a sua própria visão.

As redes culturais internacionais devem apoiar os seus membros nestes esforços através de monitorização, trabalho em rede, promoção, defesa e capacitação. Isto inclui a criação de oportunidades para diversificar as fontes de financiamento, aumentando assim a independência dos membros.

Então, qual é o papel dos decisores políticos e das instituições europeias?

Capacitar as organizações culturais para promover o diálogo e prevenir a instrumentalização da cultura: recomendação de políticas

Os decisores políticos e as instituições europeias desempenham um papel fundamental na criação das condições que permitem que os centros e as redes socioculturais respondam eficazmente aos desafios da polarização política e da divisão social. O seu apoio é essencial para capacitar as organizações culturais enquanto agentes de diálogo, resiliência e coesão social.

Os decisores políticos e as instituições europeias operam dentro de um complexo quadro de estratégias, regulamentos e instrumentos de financiamento que podem capacitar significativamente os centros e as redes socioculturais que abordam a polarização política, tendo a possibilidade de maximizar o impacto ao alinhar as suas ações com os compromissos de alto nível existentes e alocar estrategicamente os recursos. Múltiplas alavancas podem ser ativadas e usadas em sinergia.

1. Estabelecer e proteger quadros legais e financeiros favoráveis

- Garantir a liberdade cultural: os decisores políticos devem consagrar a liberdade cultural como um direito democrático inegociável, garantindo proteção legal contra a censura e a interferência política. Isso pode ser feito com base em quadros existentes, como o Plano de Ação para a Democracia Europeia (EDAP): os decisores políticos devem integrar o apoio ao setor cultural em esforços mais amplos para fortalecer a resiliência democrática, combater a desinformação e promover a inclusão social, conforme descrito no EDAP.
- Assegurar financiamento sustentável: desenvolver mecanismos de financiamento transparentes, justos e plurianuais que protejam as organizações culturais de agendas partidárias e da volatilidade orçamental; reduzir as barreiras burocráticas e fornecer apoio personalizado a pequenas organizações socioculturais, especialmente as de nível local ou que operam em contextos politicamente sensíveis, garantindo um acesso equitativo.
- Diversificar as fontes de financiamento: apoiar iniciativas que ajudem as organizações culturais a diversificar os seus recursos, incluindo parcerias público-privadas, oportunidades de financiamento transfronteiriço e modelos de financiamento coletivo capazes de impulsionar a autonomia e resiliência.

2. Promover políticas culturais inclusivas que priorizem o diálogo e a coesão social e investir na capacitação e inovação

- Apoiar intercâmbios interculturais e plataformas de diálogo: financiar programas que reúnam diversas comunidades para promover a compreensão no seio das divisões sociais, étnicas e políticas.

- Apoiar os centros socioculturais enquanto centros comunitários, espaços vitais para a educação, o diálogo e o envolvimento comunitário onde os diversos componentes da sociedade se encontram.
- Aumentar o apoio a iniciativas que equipem os trabalhadores socioculturais com competências para gerir a polarização e combater as narrativas extremistas, e alavancar as ferramentas digitais de forma construtiva; introduzir ou expandir subvenções no âmbito da Europa Criativa ou de outros programas especificamente destinados a projetos que promovam o diálogo, combatam o extremismo e construam a resiliência comunitária.
- Incentivar o envolvimento digital inovador: conceder subvenções a organizações culturais para experimentarem novas formas de envolver o público *online*, criando espaços digitais seguros capazes de resistir às câmaras de eco.

3. Melhorar a monitorização e a responsabilização

- Apoiar a criação de um observatório à escala europeia para monitorizar as restrições à liberdade cultural e ao espaço democrático, criando a capacidade de emitir relatórios regulares, coordenar e reagir rapidamente.
- Integrar indicadores de liberdade cultural nos Mecanismos do Estado de Direito da UE: defender a inclusão das liberdades do setor cultural como uma dimensão nos relatórios anuais do estado de direito da Comissão Europeia para garantir a responsabilização dos governos.

4. Promover a cooperação intersetorial e multinível

- Interligar as políticas culturais, educativas e sociais: incentivar estratégias colaborativas que abordem as causas profundas da polarização, incluindo a desigualdade social, a desinformação e a marginalização.
- Apoiar iniciativas de base e regionais: facilitar o fluxo de financiamento e conhecimento entre os níveis local, regional e europeu para garantir respostas coerentes e sensíveis ao contexto.

5. Defender o pluralismo e o diálogo como valores europeus fundamentais

- Reiterar regularmente os valores europeus fundamentais da diversidade cultural, do pluralismo e do diálogo aberto através de campanhas de comunicação de alto nível e discursos de líderes da UE.
- Assegurar que a cultura seja integrada em discussões mais amplas sobre democracia, direitos humanos, governação digital e coesão social nas instituições da UE e nos Estados-Membros.

Finalmente, uma breve ressalva. Embora eu espere plenamente que as instituições europeias estejam fortemente empenhadas em apoiar as organizações culturais que enfrentam restrições de alguns governos locais liderados por forças políticas extremistas, tenho algumas preocupações relativamente às organizações culturais críticas de certas políticas da UE. É comum que os concursos de projetos da UE exijam que os candidatos demonstrem alinhamento com as prioridades estabelecidas pela Comissão. Poder-se-ia questionar quão diferente isto é dos governos locais potencialmente com administrações extremas e antieuropeias, que favorecem as organizações culturais alinhadas com as suas opiniões através das decisões de financiamento.

Certas prioridades intersectoriais, como a mitigação das alterações climáticas, são amplamente aceites e baseadas no consenso científico, geralmente bem-vindas pelas organizações culturais. No entanto, pode haver casos em que a Comissão priorize agendas como ReArm Europe e a prontidão militar, que provocam críticas de organizações que defendem uma Europa comprometida com a paz e a rejeição da guerra como meio para resolver conflitos internacionais.

Para as organizações culturais permanecerem livres e eficazes atuando como uma ponte no meio da polarização, capazes de promover o diálogo entre as divisões, os requisitos para aderir estritamente às prioridades ou palavras-chave prescritas pelos governos, incluindo a UE, devem ser limitados a um pequeno conjunto de questões objetivamente definidas e amplamente aceites.

Por outras palavras, não são as organizações culturais que devem manter a neutralidade, mas sim os mecanismos de financiamento que as apoiam.

Embora seja compreensível, num contexto de escalada das tensões internacionais e de visões globais concorrentes, que as preocupações de segurança ocupem o plano principal, é crucial que a União Europeia não comprometa a sua identidade central ao adotar abordagens que possam ser vistas como a instrumentalização da cultura. Tal desvio arriscaria minar não só a sua autoridade moral, mas os próprios valores que sustentam a sua força. Em tempos de polarização e conflito, o maior trunfo da União Europeia, e caminho para o sucesso duradouro, reside em afirmar o seu compromisso com o diálogo democrático, a diversidade cultural e a paz.

THE EUROPEAN NETWORK OF CULTURAL CENTRES

VITTORIO BIANCO

The European Network of Cultural Centres, which celebrated its 30th anniversary last year, is an organisation nearly as old as the European Union itself. Established in June 1994, less than a year after the Maastricht Treaty came into force, it now comprises over 170 members from 39 countries across Europe and beyond. Many of our members are themselves networks operating at national, regional, or local levels, meaning the ENCC connects approximately 6,000 cultural centres.

What unites them is a shared understanding of culture as actively engaged in society. The civic dimension of cultural action is deeply embedded in our vision and beliefs, as set out in our statutes:

- *We envision an emancipatory, solidary and sustainable society, which derives from culture, creativity and the arts.*
- *We believe that active participation in arts and culture on an individual level brings personal development but also societal cohesion.*
- *We believe in the importance of ensuring fairness, justice, equality and inclusion in the practice of arts and culture.*
- *We believe in the decisive role of socio-culture as a basis for building an open, connected and inclusive world and in its potential to envision responses for our common challenges.*

Given this foundation, it is clear that the current developments in society and politics, in Europe and beyond, cannot leave us indifferent. There are striking and concerning parallels between today's polarisation and that which occurred between the two world wars: multiple crises (then, the trauma of the First World War and its aftermath, the Great Influenza pandemic, and the Great Depression; now, the climate crisis, the Great Financial Crisis of 2007-2008, the COVID-19 pandemic, and armed conflicts); lower-income classes bearing the brunt (while the wealthiest elite have largely navigated recent crises successfully, in fact increasing their global wealth); and widespread discontent and anger being diverted away from those responsible for or profiting from these crises, instead being directed

at more vulnerable groups such as migrants and communities of different ethnicities, nationalities, or religions, accompanied by the rise of far-right nationalist parties.

I believe it is important to emphasise that the need to address the issue of polarisation did not arise from a board meeting and subsequently cascade into action through the network's office to our members in a top-down manner. Rather, it emerged with urgency during our consultations with cultural centres and their operators, in particular during the first online brainstorm held in the frame of the FULCRUM project.

FULCRUM (<https://fulcrum-culture.eu/>) is a three-year Erasmus+ project designed to unlock the skills and potential of socio-cultural workers and their organisations in the fields of community building and environmental sustainability. Entirely conceived within the ENCC community, under the leadership of our Belgian member cult! and in partnership with six national networks, one local network, and the ENCC itself, FULCRUM comprises two training programmes—one focused on community building and audience engagement, and the other centred on environmental sustainability—alongside a series of three large online brainstorms. These gatherings bring together socio-cultural workers from across Europe, providing a space to exchange ideas, envision the cultural centre of the future, and collaboratively begin working towards it. We have named this collective journey *Visions for the Future*.

In the first session—*Scanning the Now*—participants were invited to identify the major concerns and primary challenges facing European socio-cultural centres. Among the diverse yet deeply interconnected issues considered most urgent, concerns about political polarisation, the rise of populism, and right-wing extremism emerged clearly. The discussions highlighted how local manifestations of these phenomena across different parts of Europe bear striking similarities and are closely interconnected with one another as well as with broader continental dynamics. Furthermore, correlations were noted between these issues and other key concerns: social, economic, and environmental instability provoke fear and uncertainty, which populist narratives readily exploit; additionally, rapid digitalisation fuels polarisation, as social media algorithms create echo chambers—bubbles where extreme opinions find confirmation and are amplified.

Of course, the emergence of such issues was not unexpected. As a network, we are increasingly receiving reports of socio-cultural organisations experiencing the effects of political polarisation and the rise of extreme ideologies: from artistic directors facing backlash rooted in religious conservatism simply for hosting LGBTQI+ themed performances, to recent events in Serbia, where cultural workers and artists have been criminalised and subjected to travel bans. A common pattern we have observed in countries where populist parties hold power is that the cultural sector is among the first to face funding cuts. This is a somewhat “clean” move — appearing almost neutral and formally justified by public budget constraints — but in reality, it serves to weaken cultural organisations, making them more dependent and ultimately less free. Unsurprisingly, the reduced funding is often redirected to cultural organisations and artists aligned with the ruling

party. A recent example occurred in Italy, where substantial public funds were awarded to the production of *Albatross*, a film about the life of a journalist associated with extreme right movements, which has attracted fewer than four viewers on average per screening in cinemas.

Monitoring such cases is a crucial first step, and the ENCC is currently in discussions with other networks about the possibility of establishing a transnational observatory to track the shrinking of democratic spaces. Monitoring also involves giving visibility to centres facing censorship or other adverse political actions, breaking their isolation and connecting them internationally. Connection is one of the ENCC's core pillars, alongside advocacy and capacity building, which are equally important methods through which international networks support their members.

In terms of advocacy, European networks can help apply international pressure on governments that threaten cultural freedom. This approach was demonstrated in our response to the situation in Serbia, following consultations with our local member Kulturanova. We supported Kooperativa—a regional platform comprising 40 members, including organisations, cultural centres, and independent media from eight Southeast European countries—in their efforts to raise awareness about the detention and entry bans targeting cultural workers, and to organise a thematic event at the European Parliament.

The FULCRUM project recently released an interactive toolkit, available on both the ENCC's and FULCRUM's websites. This toolkit was developed following the second online brainstorm, which focused on co-designing effective responses to the challenges identified in the initial session. Among these challenges, two stand out: "Polarisation and Dialogue" and "Extremist Ideologies."

By engaging with the toolkit, socio-cultural centre workers can access step-by-step guidance and practical advice on addressing these issues. The aim is to transform cultural centres into resilient spaces that serve as powerful tools for bridging divides and fostering social cohesion within their communities.

The toolkit suggests several key approaches, including:

- Creating Conditions for Safe Dialogue
- Building Facilitation Capacity
- Facilitating Encounters Across Difference
- Equipping Cultural Workers to Understand and Disarm Extremist Logic

Socio-cultural centres can thus become safe spaces where diverse opinions are exchanged through non-violent dialogue, and where extremist ideologies are challenged—beyond the echo chambers often amplified by social media platforms.

Socio-cultural centres: safe spaces for all, with a well defined, independent vision

It is important to clarify that advocating for socio-cultural centres as safe spaces for diverse dialogue does not imply that cultural organisations should remain neutral or refrain from taking stands on societal issues. While cultural workers should maintain a neutral and non-judgemental role as facilitators during debates, this neutrality is distinct from abandoning their vision or active commitment to their communities' development.

This balance is well captured in one of the toolkit's principles, "Redesign the Institutional Image from the Outside In," which advises:

"Ask how your messaging feels to someone outside your cultural vocabulary. If the message is clear but the tone alienates, change the tone—not the vision."

The argument of neutrality has at times been used by governments to target civil society organisations that do not align with their political agenda. This includes attempts to enforce "neutrality" by threatening to cut public funding to cultural organisations, or more generally, to non-profit organisations that take a stance on social issues central to political debate. A recent example comes from Germany, where NGOs joined hundreds of thousands of demonstrators protesting against the conservative Christian Democrats (CDU), after they approved stricter migration policies, in alliance with the far-right Alternative for Germany (AfD) party. Subsequently, members of the CDU/CSU threatened to scrutinise federal support programmes to determine who benefits from them, and suggested the possibility of withdrawing funding altogether on the grounds that these NGOs had violated "political neutrality."

This rule of political neutrality, when applied to publicly funded cultural organisations, should be limited to prohibiting active support for any specific political party. However, if it is extended to prevent cultural organisations from taking positions on social or political issues, it constitutes an unacceptable restriction on freedom of expression.

Personally, I hold the view that cultural networks ought not to maintain institutional neutrality on societal questions; indeed, true neutrality may be impossible. This perspective is connected to how we define culture itself. Ellen Key's definition resonates deeply with me: "Culture is what remains when we have forgotten everything."

Culture is not merely knowledge, a set of activities, or artistic works. It is not an industry competing for resources or audiences, nor a commodity. In essence, culture is not something we know, do, or possess — culture is something we are. Given this profound connection to identity, culture cannot be forced into neutrality.

I am fully aware that my personal views on polarisation expressed in the introduction—particularly the critical stance on economic inequality and political scapegoating—may be perceived as politically charged or confrontational by those holding different opinions. However, these beliefs are integral to who I am. Similarly, the ENCC's positioning on political matters, such as the invasion of Gaza, is not neutral; rather, it reflects the opinions

and cultural identities of its members. What remains essential is to express these views respectfully and to remain open to dialogue with people or organisations holding differing stances.

This notion of culture as a core component of identity also resonates with the first article of the UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity (2 November 2001), which states: “As a source of exchange, innovation and creativity, cultural diversity is as necessary for humankind as biodiversity is for nature. ... It is the common heritage of humanity and should be recognized and affirmed.” Building on this metaphor, just as DNA forms the basis of biological diversity—including our own species, as the hardware—culture forms the basis of the diversity of individuals and societies, as the software. This does not imply culture is static. Just as DNA evolves through random mutations and natural selection, culture adapts in response to external influences. However, when a political group or institution attempts to forcefully alter an individual’s or community’s culture, this constitutes a violent act of domination.

Socio-cultural centres should remain open to diversity and actively foster safe conditions for dialogue among diverse opinions and cultures—including polarised ones—while simultaneously resisting external pressures to compromise their own vision.

International cultural networks must support their members in these efforts through monitoring, networking, advocacy, and capacity building. This includes creating opportunities to diversify funding sources, thereby increasing members’ independence.

So, what then is the role of policymakers and European institutions?

Empowering cultural organisations to foster dialogue and prevent the weaponisation of culture: policy recommendations

Policymakers and European institutions play a pivotal role in shaping the conditions that enable socio-cultural centres and networks to effectively respond to the challenges of political polarisation and societal division. Their support is essential to empower cultural organisations as agents of dialogue, resilience, and social cohesion.

Policymakers and European institutions operate within a complex framework of strategies, regulations, and funding instruments that can significantly empower socio-cultural centres and networks addressing political polarisation. By aligning their actions with existing high-level commitments and strategically deploying resources, they can maximise impact. There are multiple levers that can be activated and used in synergy.

1. Establish and protect enabling legal and financial frameworks

- **Guarantee cultural freedom:** policymakers must enshrine cultural freedom as a non-negotiable democratic right, ensuring legal protections against censorship and political interference. This can be done building upon existing frameworks, such as the European Democracy Action Plan (EDAP): policymakers should integrate cultural sector support into broader efforts to strengthen democratic resilience, combat disinformation, and promote social inclusion as outlined in the EDAP.
- **Secure sustainable funding:** develop transparent, fair, and multi-year funding mechanisms that shield cultural organisations from partisan agendas and budget volatility; reduce bureaucratic barriers and provide tailored support to small socio-cultural organisations, especially those at local levels or operating in politically sensitive contexts, ensuring equitable access.
- **Diversify funding sources:** support initiatives that help cultural organisations diversify their resources, including public-private partnerships, cross-border funding opportunities, and crowd-sourced models to enhance autonomy and resilience.

2. Promote inclusive cultural policies that prioritise dialogue and social cohesion, and invest in capacity building and innovation

- **Support cross-cultural exchanges and dialogue platforms:** fund programmes that bring together diverse communities to build understanding across social, ethnic, and political divides.
- **Support socio-cultural centres as community hubs,** vital spaces for education, dialogue, and community engagement where the diverse components of society meet.
- **Increase support for initiatives that equip socio-cultural workers** with skills to manage polarisation, counter extremist narratives, and leverage digital tools constructively; introduce or expand grants within Creative Europe or other programmes specifically earmarked for projects fostering dialogue, countering extremism, and building community resilience.
- **Encourage innovative digital engagement:** provide grants for cultural organisations to experiment with new ways to engage audiences online, creating safe digital spaces that resist echo chambers.

3. Enhance monitoring and accountability

- **Support and facilitate a Europe-wide observatory** to monitor restrictions on cultural freedom and democratic space, creating systematic reporting, coordination, and rapid response capabilities.

- Integrate cultural freedom indicators into EU Rule of Law Mechanisms: advocate for the inclusion of cultural sector freedoms as a dimension in the European Commission's annual Rule of Law Reports to ensure governments accountability.

4. Foster cross-sectoral, multi-level Cooperation

- Link cultural, educational, and social policies: encourage collaborative strategies that address root causes of polarisation, including social inequality, misinformation, and marginalisation.
- Support grassroots and regional Initiatives: facilitate the flow of funding and knowledge between local, regional, and European layers to ensure coherent, context-sensitive responses.

5. Champion pluralism and dialogue as core European values

- Regularly reiterate the fundamental European values of cultural diversity, pluralism, and open dialogue through high-profile communication campaigns and speeches by EU leaders.
- Ensure that culture is mainstreamed within wider discussions on democracy, human rights, digital governance, and social cohesion within EU institutions and member states.

Finally, a brief caveat. While I fully expect European institutions to be strongly committed to supporting cultural organisations facing restrictions from some local governments led by extremist political forces, I do harbour some concerns regarding cultural organisations critical of certain EU policies. It is common for EU project calls to require applicants to demonstrate alignment with priorities set by the Commission. One might question how different this is from local governments—potentially with extreme, anti-European administrations—favouring cultural organisations aligned with their views through funding decisions.

Certain cross-sectoral priorities, such as climate change mitigation, are widely accepted and grounded in scientific consensus, generally welcomed by cultural organisations. However, there may be instances where the Commission prioritises agendas—such as Rearm Europe and military preparedness—that prompt criticism from organisations advocating for a Europe committed to peace and the rejection of war as a means to resolve international conflicts.

If cultural organisations are to remain free and effective in playing a bridging role amidst polarisation, able to foster dialogue across divisions, requirements to strictly adhere to prescribed priorities or keywords set by governments, including the EU, should be limited to a small set of objectively defined and broadly accepted issues.

In other words, it is not cultural organisations that must maintain neutrality, but rather the funding mechanisms that support them.

While it is understandable, in a context of escalating international tensions and competing global visions, that security concerns come to the fore, it is crucial that the European Union does not compromise its core identity by adopting approaches that might be seen as weaponising culture. Such a departure would risk undermining not only its moral authority but the very values that underpin its strength. In times of polarisation and conflict, the European Union's greatest asset—and path to lasting success—lies in affirming its commitment to democratic dialogue, cultural diversity, and peace.

PAINEL 4

REDES CULTURAIS NACIONAIS. ONDE NOS POSICIONAMOS E COMO ESTAMOS A INTERNALIZAR OS GRANDES TEMAS DA ATUALIDADE?

Portugal tem vindo a consolidar, nos últimos anos, um conjunto significativo de redes culturais nacionais, de âmbito temático e territorial. Mas qual o papel que estas redes assumem hoje na estruturação do setor cultural? Como se posicionam perante os grandes desafios europeus e globais — da transição digital à sustentabilidade, da precariedade à participação cidadã? Este painel propõe-se discutir o modo como estas redes estão a interpretar, adaptar e aplicar, no seu funcionamento interno e externo, os temas e valores que atravessam a política cultural contemporânea.

PARTICIPANTES

Moderação

Susana Menezes

Diretora do Teatro Luís de Camões

Luis Filipe Santos

Diretor-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
(DGLAB) | Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Alexandre Pais

Presidente da Museus e Monumentos de Portugal
Rede Portuguesa de Museus

Américo Rodrigues

Diretor-geral das Artes | Rede de Teatros e Cineteatros
Portugueses & Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

PANEL 4 NATIONAL CULTURAL NETWORKS. WHERE DO WE STAND AND HOW ARE WE INTERNALISING TODAY'S MAJOR CHALLENGES?

In recent years, Portugal has been consolidating a significant set of national cultural networks, both thematic and territorial. But what role do these networks play today in structuring the cultural sector? How do they position themselves in the face of major European and global challenges, from digital transition to sustainability, from precariousness to citizen participation? This panel aims to discuss how these networks are interpreting, adapting, and applying, in their internal and external operations, the themes and values that cross contemporary cultural policy.

PARTICIPANTS

Moderation

Susana Menezes

Director of Luís de Camões Theatre

Luis Filipe Santos

Director-General for Book, Archives and Libraries (DGLAB)

Portuguese Public Library Network (RNBP)

Alexandre Pais

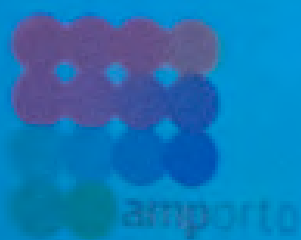
President of Museums and Monuments of Portugal (MMP)

Portuguese Network of Museums (RPM)

Américo Rodrigues

Director-General for Arts (DGARTES) | Portuguese Theatre Network

(RTCP) & Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC)



Centro Maria da Fátima
Câmara Municipal

GRANORTE



CULTUR NIUM MUNDO MUDANÇA





SUSANA MENEZES

SUSANA MENEZES

É licenciada em Design de Produto e foi bolsista na Hogeschool, departamento de design de produto, Antuérpia. Participou em workshops de criação e metodologia de projeto no Domaine de Boibuchet-Vitra. Fez pós-graduação em Gestão Cultural nas Cidades no INDEG/ISCTE e frequentou o mestrado em Comunicação e Cultura na mesma instituição. Lecionou disciplinas artísticas em diferentes níveis de ensino e colaborou com instituições como a Fundação de Serralves, Fundação Gulbenkian e Artemrede – Teatros Associados. Começou a trabalhar em programação cultural em 2001 com a abertura do Serviço Educativo do Teatro do Campo Alegre, Porto, tendo saído para criar o Programa para Crianças e Jovens do Teatro Maria Matos, onde programou ao longo de 12 anos. Em 2018 instalou o LU.CA Teatro Luis de Camões, único teatro municipal do país, com programa exclusivo para crianças e jovens, do qual é diretora artística.

has a degree in Product Design and was a scholarship holder at Hogeschool, product design department, Antwerp. She participated in creation and project methodology workshops at Domaine de Boibuchet-Vitra. She completed a post-graduate degree in Cultural Management in Cities at INDEG/ISCTE and attended a master's degree in Communication and Culture at the same institution. She taught artistic subjects at different levels of education and collaborated with institutions such as the Serralves Foundation, the Gulbenkian Foundation, and Artemrede – Associated Theatres. She started working in cultural programming in 2001 with the opening of the Educational Service of Teatro do Campo Alegre, Porto, and left to create the Programme for Children and Young People of the Maria Matos Theatre, where she programmed for 12 years. In 2018, she established LU.CA Luis de Camões Theatre, the country's only municipal theatre with an exclusive programme for children and young people, of which she is the artistic director.

ANÁLISE CRÍTICA DA MODERADORA DO PAINEL 4

SUSANA MENEZES

Síntese do Enquadramento e Objetivos do Painel:

O painel propôs-se refletir sobre o papel das redes públicas culturais na estruturação do setor cultural em Portugal, face aos desafios contemporâneos. Num contexto de aceleradas transformações sociais, tecnológicas e políticas, discutiu-se como estas redes se reposicionam, promovem novas metodologias, e constroem comunidades resilientes e capacitadas, valorizando a cocriação, a descentralização e o diálogo intersetorial.

Foram representadas quatro redes públicas:

- Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Luís Filipe Santos)
- Rede Portuguesa de Museus (Alexandre Pais)
- Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) (Américo Rodrigues)

Temas em Debate:

- Como é que estas redes estão a adaptar-se a formas mais horizontais de organização, participação e governação.
- A valorização de agentes culturais locais, fora dos grandes centros urbanos, e o equilíbrio entre participação comunitária e a autonomia da criação artística.
- A promoção da coprogramação, plataformas colaborativas e eventos híbridos.
- A permeabilidade das redes públicas às dinâmicas das redes independentes, comunitárias e locais, e a sua influência nas políticas públicas.

Principais Contributos dos Participantes:

Critérios de Participação - Devem contribuir para a democratização, acessibilidade e inclusão nos equipamentos culturais.

Financiamento - Necessidade de garantir apoio financeiro às entidades integrantes das redes para assegurar sustentabilidade e um impacto duradouro.

Formação - A formação contínua dos profissionais das redes é essencial para a sua atualização, capacidade de resposta e pertinência social.

Encontros e Colóquios - Importância de criar espaços de troca de experiências, reflexão crítica e construção de sinergias inter-redes.

Descentralização - Reforçar a visibilidade e o apoio a projetos artísticos fora dos centros urbanos, reconhecendo o seu papel no serviço público cultural e na justiça territorial.

Diagnóstico das Redes Culturais Nacionais:

Fragilidades

Escala excessiva pode comprometer a agilidade das redes.

Sustentabilidade financeira continua frágil e dependente de vontades políticas.

Potencialidades

Algumas redes têm papel ativo no advocacy, promovendo:

- Estudos, dados e diagnósticos sobre o setor
- Incidência política por políticas culturais mais participativas e inclusivas
- Defesa de liberdade de expressão e combate à censura
- Justiça social e acesso equitativo à cultura

Recomendações-Chave

Reforçar a articulação entre redes nacionais e internacionais para partilha de boas práticas e defesa conjunta de políticas culturais.

Valorizar verdadeiramente a participação na rede, ultrapassando uma adesão meramente simbólica ou instrumental.

Autonomizar as redes do poder político, garantindo a sua independência crítica e continuidade estratégica.

Apoiar financeiramente as redes e os seus membros, com mecanismos estáveis e adequados à diversidade do setor.

CRITICAL ANALYSIS BY PANEL 4 MODERATOR

SUSANA MENEZES

Outline of the Panel's Context and Objectives:

The panel aimed to reflect on the role of public cultural networks in structuring the cultural sector in Portugal, in the face of contemporary challenges. In a context of accelerating social, technological, and political transformations, the discussion focused on how these networks are repositioning themselves, promoting new methodologies, and building resilient and empowered communities, valuing co-creation, decentralization, and intersectoral dialogue.

Four public networks were represented:

- Portuguese Public Library Network (RNBP) - Luís Filipe Santos
- Portuguese Network of Museums (RPP) - Alexandre Pais
- Portuguese Theatre Network (RTCP) and Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC) - Américo Rodrigues

Topics in Debate:

- How these networks are adapting to more horizontal forms of organization, participation, and governance.
- The valorisation of local cultural agents, outside major urban centres, and the balance between community participation and the autonomy of artistic creation.
- The promotion of co-programming, collaborative platforms, and hybrid events.
- The permeability of public networks to the dynamics of independent, community, and local networks, and their influence on public policies.

Key Contributions from Participants:

Participation Criteria - Must contribute to democratization, accessibility, and inclusion in cultural facilities.

Funding - Need to ensure financial support for entities within the networks to ensure sustainability and lasting impact.

Training - Continuous training for network professionals is essential for their updating, responsiveness, and social relevance.

Meetings and Colloquia - Importance of creating spaces for exchanging experiences, critical reflection, and building inter-network synergies.

Decentralization – Reinforcement of the visibility and support for artistic projects outside urban centres, recognizing their role in public cultural service and territorial justice.

Diagnosis of National Cultural Networks:

Weaknesses

Excessive scaling can compromise network agility.

Financial sustainability remains fragile and dependent on political will.

Potential

Some networks play an active role in advocacy, promoting:

- Studies, data, and diagnoses on the sector.
- Political advocacy for more participatory and inclusive cultural policies.
- Defence of freedom of expression and fight against censorship.
- Social justice and equitable access to culture.

Key Recommendations

To strengthen coordination between national and international networks for sharing best practices and promoting a joint defence of cultural policies.

To truly value participation in the network, moving beyond merely symbolic or instrumental adherence.

To grant networks autonomy from political power, ensuring their critical independence and strategic continuity.

To financially support networks and their members, with stable mechanisms appropriate to the diversity of the sector.



LUÍS FILIPE SANTOS

LUÍS FILIPE SANTOS

É licenciado em Língua e Cultura Portuguesas (ensino de) pela Universidade da Beira Interior, pós-graduado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências de Informação pela Universidade de Évora e Mestre em Ciências Documentais, especialização em Biblioteconomia pela Universidade da Beira Interior. Possui, ainda, entre outra formação superior especializada, o Curso Avançado de Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração.

Desde 2006 que exerce funções em Bibliotecas Municipais como Técnico Superior de Biblioteca e Documentação, destacando-se a Biblioteca Municipal de Castelo Branco, Biblioteca Municipal de Alter do Chão e Biblioteca Municipal António Botto (Abrantes). Em 2015, foi designado Subdiretor-geral da Direção-Geral do Livro, Arquivos

e Bibliotecas, tendo exercido funções até 2020. Entre 2022 e 2024, exerceu funções como Chefe da Divisão de Património Cultural e Bibliotecas no Município de Loures e, até há pouco tempo, era Chefe de Divisão de Museus e Cultura, em comissão de serviço, na Câmara Municipal de Castelo Branco, já que desde o final de agosto de 2024 integra o Gabinete da Ministra da Cultura, presidido pela Dra. Dalila Rodrigues, com as funções de Técnico Especialista.

Desde o passado dia 3 de fevereiro, exerce as funções de Diretor-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB). Integra ainda o quadro docente da Pós-Graduação em Promoção e Dinamização Cultural e Educativa de Arquivos e Bibliotecas, da Universidade Autónoma de Lisboa.

Luís Filipe Santos holds a degree in Portuguese Language and Culture (teaching) from the University of Beira Interior, a postgraduate degree in Archives, Libraries, and Information Sciences from the University of Évora, and a master's degree in Documentary Sciences, specializing in Librarianship, from the University of Beira Interior. Among other specialized higher education training, he also completed the Advanced Public Management Course from the Portuguese Administration Institute (INA).

Since 2006, he has worked in Municipal Libraries as a Senior Library and Documentation Officer, notably at the Municipal Library of Castelo Branco, the Municipal Library of Alter do Chão, and the António Botto Municipal Library (Abrantes). In 2015, he was ap-

pointed Deputy Director-General of Book, Archives, and Libraries, a position he held until 2020. Between 2022 and 2024, he served as Head of the Cultural Heritage and Libraries Department, in the Municipality of Loures, and, until recently, as Head of the Museums and Culture Department, in the Municipality of Castelo Branco. Since the end of August 2024, he became part of the Office of the Minister of Culture, chaired by Dalila Rodrigues, as an expert officer.

From this year's February 3rd he was appointed Director-General of Book, Archives, and Libraries (DGLAB). He is also part of the teaching staff of the Postgraduate Programme in Cultural and Educational Promotion of Archives and Libraries at the Autonomous University of Lisbon (UAL).

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

LUÍS FILIPE SANTOS

Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui hoje para falar de um pilar fundamental da nossa sociedade: a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. E começo com uma frase que resume a missão civilizacional da RNBP.

“Uma biblioteca pública é um direito essencial em qualquer comunidade democrática”

Esta não é apenas uma frase bonita; é a essência do que a RNBP representa. Hoje, vamos explorar a importância de ter uma rede estruturada e coordenada de bibliotecas públicas em Portugal. Veremos como estas bibliotecas são mais do que meros depósitos de livros; são centros vivos de conhecimento, cultura e coesão territorial. Naquela que é a Rede mais antiga do país (39 anos) e, além da rede de equipamentos escolares, a maior rede de equipamentos do país (481)

Em Portugal, onde a dispersão populacional pode ser um desafio, as bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à informação e no reforço da cidadania cultural, garantindo que ninguém é deixado para trás.

Apresentação da RNBP

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) é uma iniciativa estruturante da política cultural portuguesa, que visa garantir o acesso universal ao conhecimento, à informação e à leitura. A RNBP não nasceu por acaso. A sua criação, em 1987, com o Programa da Rede Nacional de Leitura Pública, promovido pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura, foi uma visão estratégica para o país. Este programa foi solidificado pelo Decreto-Lei n.º 58/97, de 3 de março, que formalizou a criação da Rede, definindo os seus princípios e objetivos.

Atualmente coordenada pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), a RNBP constitui-se como um instrumento fundamental para a promoção da coesão social e territorial, através do apoio à criação, modernização e qualificação das bibliotecas municipais.

Os objetivos eram claros e ambiciosos: apoiar a criação e modernização de bibliotecas públicas em todo o território nacional, e promover o acesso equitativo à informação, cultura e conhecimento para todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica ou condição social. Hoje, a RNBp é uma realidade robusta, com mais de 250 bibliotecas integradas em todo o país.

É uma vasta rede de conhecimento ao serviço das comunidades.

Neste percurso, o papel da DGLAB tem sido central. Somos responsáveis pela coordenação, pelo apoio técnico, pela definição de normas e pela formação, garantindo a coesão e a qualidade de serviço em toda a Rede.

As bibliotecas públicas são pilares essenciais das sociedades democráticas. Espaços abertos, plurais e acessíveis, promovem a igualdade de oportunidades, o pensamento crítico e a inclusão de todos os cidadãos. A apresentação da RNBp pretende focar o percurso realizado, a sua relevância atual e os desafios do futuro, destacando a importância de uma rede articulada que responde às necessidades das comunidades locais.

O Modelo de Biblioteca Pública Apoiado pela Rede

O modelo de biblioteca pública que a RNBp apoia e promove assenta em critérios técnicos rigorosos para garantir a qualidade dos serviços. Falamos de acessibilidade – física e digital –, de modernização das infraestruturas e dos equipamentos, de coleções diversificadas e atualizadas, e, crucialmente, de recursos humanos qualificados e empenhados.”

A criação de uma biblioteca na Rede envolve várias fases: desde o projeto técnico, à construção ou adaptação dos espaços, ao equipamento, à informatização dos sistemas e, claro, à formação contínua das equipas. Para além do serviço de empréstimo e leitura, incentivamos a criação de serviços inovadores que chegam mais longe: desde as bibliotecas móveis que visitam aldeias remotas, a serviços de extensão que levam a biblioteca a lares e escolas, e parcerias locais com as comunidades.”

O nosso objetivo é a normalização de serviços e a promoção de boas práticas em todas as bibliotecas. Queremos que um cidadão encontre um padrão de qualidade e diversidade, seja qual for a biblioteca da Rede que visite.

O impacto da RNBp nas comunidades é tangível. Anualmente, registamos milhões de utilizadores, milhões de empréstimos e milhares de atividades culturais e educativas. São números que refletem uma procura e uma relevância crescente.

Serviços e Atividades Atuais (Dados de 2023):

- A RNBp em 2023 abrangia 253 municípios e 479 bibliotecas (incluindo centrais e pólos), com 65 bibliotecas itinerantes.
- Registou 6.929.222 entradas e tinha 2.093.697 utilizadores inscritos.

- O número de documentos existentes atingiu 17.349.103, com uma média de 69.120 documentos por biblioteca. Monografias representam 87% da coleção.
- Empréstimos domiciliares totalizaram 2.084.309 livros, 60.540 DVDs, 15.344 CDs e 33.452 revistas/jornais. O empréstimo interbibliotecas registou uma descida ligeira face ao ano anterior, apesar do aumento de respostas, o que reflete o crescente recurso a este serviço entre as bibliotecas das redes intermunicipais.
- Em termos tecnológicos, as bibliotecas dispunham de 2.822 computadores para uso público (média de 12 por biblioteca). As sessões de acesso à internet via computadores foram 405.471 e via Wi-Fi 727.219.
- 97% das bibliotecas possuem catálogo informatizado e 85% estão disponíveis para consulta online. 15% permitem inscrição online e 15% permitem efetuar propostas de aquisição de documentos.
- A percentagem de bibliotecas com site próprio aumentou, e a presença em redes sociais continua a crescer, com o Facebook sendo a plataforma mais utilizada (175 presenças em 2023).
- 59% das bibliotecas possuem biblioteca digital ou repositório digital.
- Os serviços à comunidade incluem apoio a estabelecimentos de ensino/bibliotecas escolares (95%), lares e centros de dia (70%), centros de saúde/hospitais (17%), e prisões (12%).
- As atividades de dinamização confirmam uma tendência de crescimento, com a percentagem de bibliotecas a promover ações de promoção da leitura e literacias a aumentar.
- A despesa total das bibliotecas em 2023 foi de €46.319.706, com aumento de investimento em aquisição de documentos e meios informáticos, refletindo investimentos em requalificação e ampliação.

Impacto nas Comunidades

As bibliotecas são verdadeiros centros de transformação social. São espaços de inclusão social e digital, combatendo o analfabetismo funcional e digital. São motores da promoção da leitura e da literacia em todas as idades, desde os bebés aos seniores. E são polos de dinamização cultural e cidadania ativa, onde se debatem ideias, se criam projetos e se vive a cultura. Alguns exemplos concretos das nossas boas práticas incluem os clubes de leitura que fomentam o pensamento crítico e a partilha; as bibliotecas inclusivas com recursos para pessoas com deficiência; os serviços digitais que permitem o acesso a e-books e cursos online; e as parcerias estratégicas com escolas, associações e empresas, enriquecendo a oferta e o alcance da biblioteca.

Presente e Futuro da RNBP

Deste modo, desde 2017, a ação da DGLAB no âmbito das bibliotecas públicas tem sido no sentido de as transformar, focando-se na inovação e na sua função social, cultural e de desenvolvimento de competências e fomento das aprendizagens.

Muito mais do que o sempre repetido conceito de espaço para aceder a livros, as bibliotecas públicas devem hoje preparar os cidadãos e as comunidades para enfrentar os desafios sociais da atualidade.

Questões associados com os direitos humanos, a democracia, a liberdade, a diversidade e o exercício de uma cidadania ativa, tornam as bibliotecas públicas como espaços essenciais.

Saliento, neste ponto que a ação da DGLAB para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas está em total sintonia com as orientações das organizações internacionais e europeias para o setor, tal como a IFLA, a EBLIDA, UE e o NAPLE, sendo que neste momento a DGLAB integra o Board do NAPLE – National Authorities on Public Libraries in Europe e o Grupo de Trabalho OMC da UE para as bibliotecas.

A ação das bibliotecas na promoção e desenvolvimento das multiliteracias é ainda uma área de trabalho que pode ser bastante potenciando e aproveitados pelos países da UE. O próprio envolvimento das bibliotecas (públicas) no âmbito da Agenda 2030 e dos 17 ODS são a prova das potencialidades das bibliotecas que os países ainda podem valorizar e fomentar. A partir do momento em que se olha para as bibliotecas como espaços de acesso à informação (independentemente do suporte do tema ou do assunto) e não como serviços de acesso ao livro e fomento da leitura, conseguimos cumprir os objetivos do Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas e deste modo ter mais impacto na sociedade.

Documentos como as recomendações do Conselho da Europa, o Plano de Trabalho para a Cultura ou o Rough Guide to Citizen Engagement posicionam as bibliotecas públicas com equipamentos públicos de proximidade com valências culturais, educativas (não escolares), sociais e de cidadania que não têm paralelo face a outros equipamentos por questões de quantidade, localização, horários, gratuidade e atendimento ao público.

Julgo ser de salientar a criação do Grupo de Trabalho OMC (Open Method of Coordination) da UE para as bibliotecas (onde a DGLAB participa), através do Plano de Trabalho para a Cultura 2023-2026, que prevê a produção de um relatório que apresente e demonstre como as mais de 65 mil bibliotecas públicas existentes na UE estão a contribuir para a democracia, a coesão social e a promoção dos valores europeus, muito para além do simples acesso ao livro e a promoção da leitura. As bibliotecas de hoje são espaços de acesso à informação e de construção de identidades, em pleno respeito pela diversidade e os valores da liberdade. Tem sido esta diversidade no contexto dos equipamentos da cultura que tem valorizado o papel das

bibliotecas públicas em diversos países europeus e não só, através da sua ação direta e intervenção individual mas também coletiva na valorização dos princípios globais dos direitos humanos, da igualdade, da diversidade, da democracia e da cidadania.

No contexto atual, marcadamente digital e pós-pandémico, a missão da RNBP é ainda mais vital. Tivemos de nos reinventar e de acelerar a nossa transição digital.

É por isso que temos vários projetos em curso que definem o nosso futuro e a Biblioteca Pública para Leitura e Empréstimo Digital, vulgo Biblioled é um dos nossos grandes focos. Queremos um acesso ainda mais facilitado a conteúdos digitais, a qualquer hora e em qualquer lugar. Além disso, as bibliotecas estão a tornar-se verdadeiros centros de competências, onde se adquirem novas qualificações, se desenvolvem projetos e se promove a inovação local.

Contudo, enfrentamos desafios. A sustentabilidade financeira e técnica é uma constante preocupação. O rejuvenescimento de públicos e de equipas é essencial para garantirmos a relevância e a continuidade. E a integração das bibliotecas na agenda da transição digital e da coesão territorial continua a ser uma prioridade estratégica.

Daí em 2024, relativamente à formalização de Redes Intermunicipais de Bibliotecas, termos conseguido fechar o mapa de Portugal Continental (21 CIM + 2 AM).

Encerramento

As bibliotecas públicas são muito mais do que prédios com livros: são espaços vivos de encontro, de criação e de partilha. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas continua a afirmar-se como um instrumento decisivo para uma sociedade mais justa, informada e coesa. Através do trabalho conjunto entre o Estado e os municípios, podemos continuar a construir comunidades mais fortes, com base na leitura, no conhecimento e na liberdade de acesso à cultura.

Mais do que edifícios, as bibliotecas são pontes. Pontes entre pessoas, saberes e futuros. Elas são o elo que conecta o passado ao presente e nos projeta para o futuro, garantindo que o conhecimento e a cultura são um bem partilhado por todos.

Termino como comecei, uma biblioteca pública é um direito essencial em qualquer comunidade democrática.

GENERAL DIRECTORATE FOR BOOK, ARCHIVES AND LIBRARIES

LUÍS FILIPE SANTOS

Good afternoon, everyone. It is a pleasure to be here today to talk about a fundamental pillar of our society: the Portuguese Public Library Network (RNBP). And I start with a sentence that summarizes the civilizational mission of the RNBP.

“A public library is an essential right in any democratic community.”

This is not just a nice sentence. It is the essence of what the RNBP represents. Today, we will explore the importance of having a structured and coordinated network of public libraries in Portugal. We will see how these libraries are more than mere repositories of books. They are living centres of knowledge, culture, and territorial cohesion in the oldest network in the country (39 years) and, in addition to the network of school facilities, the largest network of facilities in the country (481).

In Portugal, where population dispersion can be a challenge, public libraries play a crucial role in democratizing access to information and strengthening cultural citizenship, making sure that no one is left behind.

Presentation of the RNBP

The Portuguese Public Library Network (RNBP) is a structuring initiative of Portuguese cultural policy, aiming to guarantee universal access to knowledge, information, and reading. The RNBP was not born by chance. Its creation in 1987, within the public reading national network programme, promoted by the Portuguese Institute for Book and Reading (IPLL), was a strategic vision for the country. This programme was solidified by Decree-Law no. 58/97, March 3, which established the creation of the network, defining its principles and objectives.

Currently coordinated by the General Directorate for Book, Archives and Libraries (DGLAB), the RNBP constitutes a fundamental instrument for the promotion of social and territorial cohesion, by supporting the creation, modernization, and qualification of municipal libraries.

The objectives were clear and ambitious: to support the creation and modernization of public libraries throughout the national territory, and to promote equitable access to information, culture and knowledge for all citizens, regardless of their geographical location or social condition. Today, the RNBP is a robust reality, integrating over 250 libraries across the country.

It is a vast network of knowledge at the service of communities.

The DGLAB has been playing a central role along this journey. We are responsible for the coordination and technical support, for setting standards and training, and for ensuring cohesion and quality of service throughout the network.

Public libraries are essential pillars of democratic societies. Open, plural, and accessible spaces, they promote equal opportunities, critical thinking, and the inclusion of all citizens. The presentation of the RNBP aims to focus on the journey undertaken, its current relevance and future challenges, highlighting the importance of an articulated network that responds to the needs of local communities.

The Public Library Model Supported by the Network

The public library model that the RNBP supports and promotes is based on rigorous technical criteria to ensure the quality of services. This includes physical and digital accessibility, modernization of infrastructures and equipment, diversified and updated collections, and, crucially, qualified and committed human resources.

The creation of a library within the network involves several stages: from the technical project to the construction or adaptation of spaces, from equipment to the computerization of systems and, of course, the continuous training of teams. In addition to borrowing and reading services, we encourage the creation of innovative services that reach further: from mobile libraries that visit remote villages, to extension services that bring the library to homes and schools, and local partnerships with communities.

Our goal is the standardization of services and the promotion of best practices in all libraries. We want every citizen to find a standard of quality and diversity, no matter which network library they visit.

The impact of the RNBP on communities is tangible. Annually, we register millions of users, millions of books borrowed, and thousands of cultural and educational activities. These numbers reflect growing demand and relevance.

Current Services and Activities (2023 Data):

- In 2023, the RNBP covered 253 municipalities and 479 libraries (including central and branch libraries), with 65 mobile libraries.
- It registered 6,929,222 entries and had 2,093,697 registered users.

- The number of existing documents reached 17,349,103, with an average of 69,120 documents per library. Monographs represent 87% of the collection.
- Borrowings totalled 2,084,309 books, 60,540 DVDs, 15,344 CDs, and 33,452 magazines/newspapers. Interlibrary borrowings registered a slight decrease compared to the previous year, in spite of the increasing offer, which reflects the growing use of this service among libraries in the intermunicipal network.
- In technological terms, libraries had 2,822 computers for public use (an average of 12 per library). We registered 405,471 Internet access sessions via computers and 727,219 via Wi-Fi.
- 97% of libraries have a computerized catalogue and 85% are available for online consultation. 15% allow online registration and 15% allow proposals for document acquisition.
- The percentage of libraries with their own website increased, and presence on social media continues to grow, with Facebook being the most used platform (175 presences in 2023).
- 59% of libraries have a digital library or digital repository.
- Services provided on behalf of the community include support for educational institutions/school libraries (95%), nursing homes and day centres for the elderly (70%), health care centres/hospitals (17%), and prisons (12%).
- There is a growth trend on the activities offer, with the percentage of libraries promoting reading and literacy actions increasing.
- The total expenditure of libraries in 2023 was €46,319,706, with an increase in investment in document acquisition and IT resources, reflecting investments in requalification and expansion.

Impact on Communities

Libraries are true centres of social transformation. They are spaces for social and digital inclusion, combating functional and digital illiteracy. They are drivers of reading and literacy promotion at all ages, from babies to seniors. And they are hubs for cultural dynamism and active citizenship, where ideas are debated, projects are created, and culture is experienced. Some concrete examples of our best practices include reading clubs that foster critical thinking and sharing; inclusive libraries with resources for people with disabilities; digital services that allow access to e-books and online courses; and strategic partnerships with schools, associations, and companies, enriching the library's offer and reach.

Since 2017, the DGLAB's action within public libraries has been aimed at transforming them, focusing on innovation and their social, cultural, and skills development functions, and fostering learning.

Much more than the oft-repeated concept of a space to access books, public libraries today must prepare citizens and communities to face current societal challenges.

Issues associated with human rights, democracy, freedom, diversity, and the exercise of active citizenship make public libraries essential spaces.

I must emphasize that the DGLAB's action within the national network of public libraries is in full alignment with the guidelines of international and European organizations for the sector, such as IFLA, EBLIDA, EU, and NAPLE, with DGLAB currently integrating the board of NAPLE – National Authorities on Public Libraries in Europe and the EU OMC Working Group for libraries.

The action of libraries in promoting and developing multiliteracies is still a work area that can be greatly leveraged and used by EU countries. The very involvement of (public) libraries within the scope of the 2030 Agenda and the 17 SDGs is proof of the potential of libraries that countries can still value and foster. From the moment libraries are seen as spaces for access to information (regardless of the medium, theme, or subject) and not as services for access to books and promotion of reading, we can fulfil the objectives of the UNESCO Public Library Manifesto and thus have a greater impact on society.

Documents such as the recommendations of the Council of Europe, the Work Plan for Culture, or the Rough Guide to Citizen Engagement position public libraries as local public facilities with cultural, educational (non-school), social, and citizenship competencies that are unparalleled compared to other facilities due to quantity, location, opening hours, free access, and public service.

I believe it is important to highlight the creation of the EU OMC (Open Method of Coordination) Working Group for libraries (in which DGLAB participates), through the Work Plan for Culture 2023-2026, which foresees the production of a report that presents and demonstrates how the more than 65,000 public libraries existing in the EU are contributing to democracy, social cohesion, and the promotion of European values, far beyond providing simple access to books and the promotion of reading. Today's libraries are spaces for access to information and the construction of identities, in full respect for diversity and the values of freedom. It is this diversity in the context of cultural facilities that has enhanced the role of public libraries in various European countries and beyond, through their direct action and individual but also collective intervention in valuing the main global principles of human rights, equality, diversity, democracy, and citizenship.

In the current, markedly digital and post-pandemic context, the mission of RNBP is even more vital. We had to reinvent ourselves and accelerate our digital transition.

That is why we have several ongoing projects that define our future. The public library for digital reading and borrowing, known as Biblioled, is one of our major focuses. We want even easier access to digital content, anytime, anywhere. Furthermore, libraries are becoming true competence centres, where new qualifications are acquired, projects are developed, and local innovation is promoted.

However, we face challenges. Financial and technical sustainability is a constant concern. Reaching out to younger audiences and teams is essential to ensure relevance and continuity. And the integration of libraries into the digital transition and territorial cohesion agenda remains a strategic priority.

Hence, in 2024, regarding the formalization of intermunicipal library networks, we managed to complete the map of continental Portugal (21 Intermunicipal Communities + 2 Metropolitan Areas).

Closing

Public libraries are much more than buildings with books: they are living spaces for getting together, creating and sharing. The national network of public libraries continues to assert itself as a decisive instrument for a more just, informed, and cohesive society. Through joint work between the State and the municipalities, we can continue to build stronger communities, based on reading, knowledge, and freedom of access to culture.

More than buildings, libraries are bridges. Bridges between people, knowledge, and futures. They are the link that connects the past to the present and projects us into the future, ensuring that knowledge and culture are a common good shared by all.

I conclude as I began, a public library is an essential right in any democratic community.



ALEXANDRE PAIS

ALEXANDRE PAIS

Presidente da Museus e Monumentos de Portugal, é licenciado em História da Arte pela Universidade de Lisboa, mestre pela Universidade Nova de Lisboa, doutorado em Artes Decorativas pela Universidade Católica Portuguesa, e pós-graduado em Gestão das Artes. Foi diretor do Museu Nacional do Azulejo (2021-2024), trabalhou no Instituto Português de Conservação e Restauro, e foi investigador no Palácio Nacional da Pena. Lecionou em várias instituições e tem vasta experiência como orador e autor.

Chair of Museums and Monuments of Portugal, Alexandre Pais holds a degree in Art History from the University of Lisbon, a master's degree from Nova University of Lisbon, a doctorate in Decorative Arts from the Universidade Católica Portuguesa, and a postgraduate degree in Arts Management. He was director of the National Tile Museum (2021-2024), worked at the Portuguese Institute for Conservation and Restoration), and was a researcher at the Pena National Palace. He has taught at several institutions and has extensive experience as speaker and author.

MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL

ALEXANDRE PAIS

As Redes e a Teia. Diversidade e especificidades da Museus e Monumentos de Portugal

A Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.(M.M.P.) integra 37 equipamentos – museus, monumentos, palácios, casas-museu e até um vasto complexo arqueológico – constituindo, assim, a mais importante rede de património cultural nacional. Disseminados por todo o território continental, do interior ao litoral, do norte ao sul do país, este conjunto abarca uma cronologia vasta de mais de 2.000 anos e associa diferentes conceitos que chegam mesmo ao imaterial, nomeadamente com um espaço que congrega o segundo idioma oficial de Portugal, o mirandês.

Sendo este conjunto de equipamentos culturais uma rede, de facto, ele aglutina diferentes micro redes que se pretende que incentivem as especificidades e uma relação mais direta de diálogo entre si, nomeadamente o conjunto dos imóveis Património da Humanidade; o núcleo de museus com espólio arqueológico; o grupo dos palácios e casas-museu, etc.

Para além de toda esta riqueza patrimonial que reflete momentos históricos, personalidades que marcaram a nossa cultura, objetos icónicos para o país, memórias de acontecimentos a não esquecer, a M.M.P. integra ainda outras redes, estruturas que se interligam com outras áreas da Cultura e do Saber.

Uma destas redes é associada ao Laboratório José de Figueiredo (L.J.F.), a principal instituição nacional de Conservação e Restauro, onde são restaurados os Tesouros Nacionais e que se pretende como a instituição de referência nos campos da intervenção em obras de arte. Pelas suas oficinas estagiam muitos dos conservadores-restauradores que exercem no país, sempre em diálogo com os restantes técnicos de conservação e restauro que se encontram nos diferentes equipamentos da M.M.P.

A rede que o Laboratório José de Figueiredo encabeça possui especificidades que a distanciam do olhar do público, mas que constitui uma mais-valia com os diferentes laboratórios e espaços onde a conservação e restauro é levada a cabo, mesmo aqueles com especialidades ausentes do seu espaço sede, como a arqueologia, o mosaico ou o azulejo.

Uma segunda rede, esta mais vasta e com maior visibilidade, é a Rede Portuguesa de Museus (R.P.M.). Esta estrutura, “que visa a qualificação, descentralização e cooperação entre instituições, atuando como um instrumento da política museológica nacional para promover o setor e os seus profissionais” é responsável pela credenciação das organizações museológicas nacionais, compondo hoje um universo de cerca de 169 instituições. Não obstante a adesão ser voluntária, a credenciação que a R.P.M. concede, mediante uma avaliação que se pretende cada vez mais rigorosa e que irá visitar as previamente concedidas, no intuito de caucionar um rigoroso cumprimento da missão de cada uma das estruturas, permite assegurar financiamentos através do Programa ProMuseus, que apoia financeiramente e mediante candidatura prévia projetos e atividades anuais nas entidades reconhecidas pela R.P.M. No entanto, não é só esta possibilidade que interessa aos seus aderentes, é também o prestígio que significa passar o crivo e integrar a principal organização museológica nacional, alargando o contacto a uma vasta plataforma de realidades que integram todo o tipo de estruturas que compõem o tecido patrimonial português.

Atualmente, uma rede muito mais vasta e que interceta com a R.P.M. visto estar, pela primeira vez, a ser presidida pela M.M.P. é o Ibermuseus, uma plataforma muito alargada que integra unidades museológicas de todo o mundo ibero-americano, ampliando o diálogo nacional a realidades muito distintas, mas com uma riqueza de visões que permitirá pluralidade e maior representatividade a todos os parceiros nacionais disponíveis para essa partilha. Por outro lado, a atribuição da presidência do Programa a Portugal, para o período 2025-2027, permite colocar a nossa realidade noutros contextos, mostrando a sua riqueza e especificidades, amplificando o diálogo e a experimentação, enriquecendo a visão que, de outro modo, poderia tender a uma certa cristalização.

A terceira rede que a M.M.P. tutela é a Coleção de Arte Contemporânea do Estado (C.A.C.E.), uma estrutura que congrega a representatividade dos artistas portugueses dos últimos 50 anos, pontuada por obras de autores estrangeiros que introduzem contexto e enquadramento à produção nacional. Esta estrutura possui características únicas, pois é uma coleção que se reinventa em permanência, apresentada em sítios diversos por todo o território nacional e mesmo internacional, estabelecendo sempre novos diálogos e olhares enriquecedores em cada contexto onde é integrada. Esta é uma coleção que não pretende existir num espaço específico, antes ser fluída e reinventada em permanência em cada novo local, mediante cada desafio que lhe é proposto. Trata-se de uma coleção aberta, sendo anualmente estabelecido um valor para novas aquisições propostas por um grupo de personalidades também elas renovadas anualmente, garantindo uma diversidade de visões e pensamentos, possibilitando a inclusão de jovens talentos e uma tessitura rica de expressões contemporâneas.

Por último, importa destacar que a M.M.P. tem, em fase de implantação, uma quarta rede, a consolidar num futuro próximo, que acolhe arquivos e bibliotecas sob a sua gestão. Responsável por duas das mais emblemáticas bibliotecas históricas do país - a do Palácio Nacional de Mafra e a do Palácio Nacional da Ajuda - bem como importantes arquivos que integram os seus museus, ricos em documentação inédita, especializada e fundamental para a compreensão das estruturas artísticas nacionais, a M.M.P. pretende, ao estabelecer uma rede mais clara para estas entidades, dar visibilidade a um vasto espólio, muitas vezes esquecido ou ignorado.

A riqueza de equipamentos que se encontram sob a alçada da M.M.P. constitui, sem dúvida, mais do que um conjunto de redes, uma teia, que interseta grande parte das tipologias do universo cultural nacional, permitindo estabelecer diálogos e parcerias, estando disponível para enriquecer cada vez mais, não só os nossos equipamentos, dando-lhes novos significados e alargando as leituras das suas identidades, mas todas as estruturas disponíveis para essa interlocução.

As oportunidades estão aqui, há espaço para o diálogo e vontade de trabalhar em parceria, este é o tempo para a ação, estamos prontos.

MUSEUMS AND MONUMENTS OF PORTUGAL

ALEXANDRE PAIS

The Networks and the Web. Diversity and Specificities of Museums and Monuments of Portugal

The Museums and Monuments of Portugal (Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. - M.M.P.) integrates 37 facilities that include museums, monuments, palaces, house-museums, and even a vast archaeological complex, thus constituting the most important network of national cultural heritage. Dispersed throughout the continental territory, from the interior to the coast, from the north to the south of the country, this collection spans a vast chronology of more than 2,000 years and associates different concepts that even extend to intangible heritage, namely covering Portugal's second official language, *mirandês*.

As this set of cultural facilities is indeed a network, it brings together different micro-networks that are intended to encourage specificities and a more direct dialogue among themselves, namely the set of World Heritage properties; the core of museums with archaeological collections; the group of palaces and house-museums, etc.

In addition to all this patrimonial richness that reflects historical moments, personalities who marked our culture, iconic objects, memories of events not to be forgotten, the MMP also integrates other networks, structures that interconnect with other areas of culture and knowledge.

One of these networks is associated with the José de Figueiredo Laboratory (LJF), the main national institution for Conservation and Restoration, where national treasures are restored and which aims to be the reference institution in the fields of intervention in works of art. Many of the conservation/restoration practitioners who work in the country attend internships in its workshops, always in dialogue with the other conservation and restoration practitioners working in the different MMP facilities.

The network headed by the LJF has specificities that distance it from the public eye, but which constitute an added value with the different laboratories and spaces where conservation and restoration are carried out, even those with expertise areas to be found out of its headquarters, such as archaeology, mosaic, or tile.

A second network, this one broader and with greater visibility, is the Portuguese Network of Museums (RPM). This structure, “which aims at the qualification, decentralization, and cooperation among institutions, acting as an instrument of national museological policy to promote the sector and its professionals”, is responsible for the accreditation of national museological organizations, currently comprising a universe of about 169 institutions. Although adherence is voluntary, the accreditation granted by the RPM, through an evaluation that is intended to be increasingly rigorous and that will revisit those previously granted, in order to guarantee a strict fulfilment of the mission of each structure, allows for funding through the ProMuseus programme, which financially supports, upon prior application, annual projects and activities in entities recognized by the RPM. However, it is not only this possibility that interests its members, but also the prestige of passing the scrutiny and integrating the main national museological organization, extending contact to a vast platform of realities that integrate all types of structures that make up the Portuguese patrimonial fabric.

Currently, a much broader network that intersects with the RPM, as it is, for the first time, being chaired by the MMP, is Ibermuseum, a very extensive platform that integrates museological units from all over the Ibero-American world, expanding national dialogue to very distinct realities, but with a richness of visions that will allow plurality and greater representativeness to all national partners willing to this sharing. On the other hand, the attribution of the programme’s presidency to Portugal, for the period 2025-2027, allows us to place our reality in other contexts, showing its richness and specificities, amplifying dialogue and experimentation, enriching a vision that, otherwise, could tend towards a certain crystallization.

The third network managed by the MMP is the State’s Contemporary Art Collection (CACE), a structure that brings together the representativeness of Portuguese artists from the last 50 years, punctuated by works by foreign authors that introduce context and framework to national production. This structure has unique characteristics, as it is a collection that is permanently reinvented, presented in various locations throughout the national and even international territory, always establishing new dialogues and enriching perspectives in each context where it is integrated. This is a collection that is not intended to settle in a specific space, but rather to be fluid and permanently reinvented in each new location, following different challenges. It is an open collection, being granted an annual amount for new acquisitions proposed by a group of personalities who are also annually replaced, thus ensuring a diversity of visions and thoughts, and enabling the inclusion of young talents and a rich tapestry of contemporary expressions.

Finally, it is important to highlight that the MMP has been implementing a fourth network, to be consolidated in the near future, which houses archives and libraries under its management. Responsible for two of the country's most emblematic historical libraries, one in the Mafra National Palace and the other one in the Ajuda National Palace, as well as for important archives integrated into its museums, rich in unpublished, specialized, and fundamental documentation for understanding national artistic structures, the MMP intends, by establishing a clearer network for these entities, to give visibility to a vast collection of items, often forgotten or ignored.

The richness of equipment under the MMP's purview constitutes, without a doubt, more than a set of networks, a web, that intersects a large part of the typologies of the national cultural universe, allowing for the establishment of dialogues and partnerships, being available to increasingly enrich, not only our equipment, giving them new meanings and broadening the readings of their identities, but all structures available for this dialogue.

The opportunities are here. There is room for discussion and a willingness to work in partnership. This is the time for action, we are ready.



AMÉRICO RODRIGUES

AMÉRICO RODRIGUES

É Mestre em Ciências da Fala e da Audição pela Universidade de Aveiro e licenciado em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade da Beira Interior. É natural da cidade da Guarda onde exerceu funções de animador e programador cultural na Casa de Cultura da Juventude da Guarda/FAOJ (1979-1989) e na Câmara Municipal da Guarda (1989-2005). Foi Diretor do Teatro Municipal da Guarda (2005-2013) e Coordenador da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (2015-2018). Foi um dos fundadores do coletivo Aquilo Teatro, da Associação Luzlinar e do Calafrio, Associação Cultural / Teatro do CalaFrio. Coordenou os cadernos de poesia, Aquilo (1982-1997) e foi codiretor da revista Boca de Incêndio (2004-2006), entre outras publicações. Ator e encenador de diversas obras teatrais, apresen-

tadas em vários países. Criador de poesia sonora/sound poetry, com vários trabalhos discográficos publicados. Dirigiu festivais como “Ó da Guarda, festival de novas músicas”, “Correntes de ar”, Acto seguinte: Festival Internacional de Teatro da Guarda, “Dizsonante”, “jazz nas alturas”, “Ovni: objetos e formas animadas”, etc. Autor de diversas obras de teatro, poesia, crónicas, ensaio e literatura para a infância. É Diretor-Geral das Artes desde 2019, tendo coordenado os grupos de trabalho de revisão do modelo de apoio às artes, de regulamentação da rede de teatros e cineteatros portugueses (RTCP) e da implementação da rede portuguesa de arte contemporânea (RPAC), entre outros. Em 2011 recebeu a medalha de mérito cultural atribuída pelo Ministério da Cultura de Portugal.

Américo Rodrigues holds a master's degree in Speech and Hearing Sciences from the University of Aveiro and a degree in Portuguese Language and Culture from the University of Beira Interior. He was born in the city of Guarda, where he worked as an activity leader and cultural programmer at the Guarda Culture House for Youth /FAOJ (1979-1989) and at the Guarda City Council (1989-2005). He was Director of the Guarda Municipal Theatre (2005-2013) and Coordinator of the Eduardo Lourenço Municipal Library (2015-2018). He was one of the founders of the Aquilo Teatro collective, the Luzlinar Association, and Calafrio, Cultural Association/ CalaFrio Theatre. He coordinated the poetry notebooks, Aquilo (1982-1997) and was co-director of the magazine Boca de Incêndio (2004-2006), among other publications.

Actor and director of several theatrical works, presented in various countries. Creator of sound poetry, with several published recordings. He directed festivals such as "Ó da Guarda, festival de novas músicas", "Correntes de ar", Acto seguinte: Guarda International Theater Festival, "Dizsonante", "jazz nas alturas", "Ovni: objetos e formas animadas", etc. Author of various works of theatre, poetry, chronicles, essays, and children's books. He has been Director-General for Arts since 2019, having coordinated working groups for the revision of the arts support model, the regulation of the Portuguese Theatre Network (RTCP), and the implementation of the Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC), among others. In 2011, he received the cultural merit medal awarded by the Portuguese Ministry of Culture.

DIREÇÃO-GERAL DAS ARTES

AMÉRICO RODRIGUES

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) são redes de constituição recente, pelo que os propósitos da sua criação e a configuração do seu funcionamento encontram correspondência com a necessidade de resposta aos grandes desafios europeus e globais identificados para este painel, como a transição digital, a sustentabilidade, a polarização social, a precariedade e a participação cidadã.

É responsabilidade da Direção-Geral das Artes (DGARTES) definir e implementar estratégias de desenvolvimento para estas duas redes, monitorizando e avaliando as atividades desenvolvidas, promovendo os procedimentos de adesão às redes, promovendo a constituição de parcerias e a obtenção de mecenato e patrocínios, coordenando programas de apoio à criação e programação, ações de formação e outros projetos e iniciativas destinados às instituições aderentes às redes.

1 – Sobre a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

Missão e objetivos

A lei N.º 81/2019, de 2 de setembro, cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e o programa de apoio à programação dos teatros e cineteatros que a integram, bem como o regime de credenciação dos mesmos.

A RTCP é um sistema organizado, de adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização de recursos, o planeamento, a mediação, a qualificação e a cooperação entre os teatros e cineteatros existentes no País, bem como a promoção da qualificação dos recursos humanos a eles afetos.

A RTCP prossegue, como missões, a prossecução do serviço público e afirmação dos teatros e cineteatros como instituições abertas à sociedade, a promoção do direito à fruição e criação cultural qualificada de toda a popu-

lação, em todo o território, a promoção e a circulação da criação artística no domínio das artes performativas e musicais, bem como exibição cinematográfica, a valorização, qualificação e articulação dos teatros e cineteatros e dos respetivos projetos artísticos, a cooperação institucional entre entidades públicas, de forma a promover a articulação entre teatros e cineteatros e a circulação dos projetos artísticos, a correção de assimetrias e a promoção da coesão territorial, a difusão da informação relativa aos teatros e cineteatros e suas atividades, a inclusão dos teatros e cineteatros nacionais em redes de circulação nacional e internacional, a difusão e a articulação do Plano Nacional das Artes.

Evolução e desafios recentes

Existem atualmente 101 equipamentos credenciados na RTCP, de Norte a Sul do País. O primeiro ciclo de apoio teve início em 2022 e termina em 2025, com um apoio a 38 entidades, num valor total de 19.600.000,00€; o segundo ciclo de apoio decorre de 2024 a 2027, com um apoio a 18 entidades, num valor total de 8.000.000,00€ e muito em breve é lançado o terceiro ciclo de apoio à programação RTCP, para o ciclo de 2026 a 2029, com a previsão de um valor de 24.000.000,00€. Este financiamento integra programação nacional e internacional.

Como desafios presentes pode destacar-se a consolidação e afirmação da relevância da rede para o dinamismo do sistema artístico, o fomento das dinâmicas de funcionamento em rede, o aprofundamento da relação com as comunidades locais e regionais, o incremento do quadro de relação com o tecido artístico português, o desenvolvimento de projetos de cooperação com redes internacionais e com as redes nacionais que operam no território português, designadamente com a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e com a Rede Portuguesa de Museus.

2 – Sobre a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

Missão e objetivos

A Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021 de 11 de maio, e surge da vontade de priorizar uma política cultural sustentada e de proximidade, que promova a descentralização e desconcentração territorial, e um mais amplo acesso às artes.

Pretende-se que a RPAC se posicione como uma plataforma de referência na valorização e dinamização da arte contemporânea portuguesa, que congregue, por via da sua estrutura reticular, as diversas instituições de arte contemporânea dispersas no território, apoiando e potenciando a sua interação, o trabalho em rede, e a circulação e divulgação nacional e internacional dos artistas e das diferentes coleções públicas e privadas existentes no país.

A RPAC promove objetivos de responsabilidade social, cultural e artística, nomeadamente na aproximação dos cidadãos à arte contemporânea, na

formação das equipas e profissionalização dos espaços, na multidisciplinaridade, na multiculturalidade, nas acessibilidades, na mobilidade, e na internacionalização.

São também objetivos da RPAC promover programas direcionados para os públicos infantil e juvenil, em articulação com o Plano Nacional das Artes, assim como estimular projetos pluridisciplinares nacionais e internacionais, nomeadamente através de exposições, performances, seminários e conferências, e fomentar a investigação no âmbito das artes visuais e cruzamentos disciplinares e desenvolver uma política editorial.

Evolução e desafios recentes

Atualmente a RPAC integra 82 equipamentos de 73 entidades com 52 coleções. Trata-se de um número de equipamentos muito representativo e que irá a aumentar em breve com a aprovação de pedidos de adesão em análise. A tipologia de equipamentos que integram a RPAC é bastante diversa e contempla museus, centros de arte, espaços de residências, galerias, entre outros, dispersos por todo o território nacional.

A adesão é voluntária, sob o compromisso das entidades proprietárias e/ou gestoras dos equipamentos culturais, cumprirem os critérios definidos no Despacho n.º 8789/2022.

Através do primeiro concurso de apoio RPAC, foram apoiados 19 projetos (projetos realizados através de 63 parcerias estabelecidas, entre 41 entidades), a serem executados entre 1 de junho de 2024 e 31 de maio 2026, com um montante global disponível de 2.000.000,00€. O próximo concurso de apoio deverá abrir em setembro de 2025, com um montante global disponível de 2.000.000,00€.

Destaca-se, relativamente à RPAC, o mesmo conjunto de desafios referenciados para a RTCP, designadamente a consolidação e afirmação da relevância da rede para o dinamismo do sistema artístico, o fomento das dinâmicas de funcionamento em rede, o aprofundamento da relação com as comunidades locais e regionais, o incremento do quadro de relação com o tecido artístico português, o desenvolvimento de projetos de relação/cooperação com redes internacionais e com as redes nacionais que operam no território português, designadamente com a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e com a Rede Portuguesa de Museus.

3 - Integração dos grandes temas da política cultural contemporânea

A RTCP e a RPAC procuram ser operadores ativos na reflexão sobre os “temas e valores que atravessam a sociedade e a política cultural contemporânea” e na identificação de medidas e práticas que respondam adequadamente às interpelações que nos desafiam em termos estruturais e no dia-a-dia. A resposta direta à primeira questão formulada para a nossa intervenção neste painel (Como estão as redes culturais nacionais a adaptar-se aos novos paradigmas da política cultural?) encontramos-la refletida nos seguintes eixos estratégicos e áreas de intervenção da RTCP e da RPAC:

- Consolidação da rede e do trabalho conjunto e descentralizado no território, podendo aqui destacar-se os programas de apoio a projetos com financiamento da DGARTES:
- Depois de um primeiro Programa de Apoio a Projetos RPAC, com atividade a decorrer entre 1 de junho de 2024 e 31 de maio 2026, está prevista a abertura de um 2º Programa até setembro de 2025.
- Relativamente à RTCP, o primeiro ciclo de apoio teve início em 2022 e termina em 2025, o segundo decorre de 2024 a 2027 e em breve será lançado o terceiro ciclo de apoio à programação RTCP, para o ciclo de 2026 a 2029.
- Promoção do debate e reflexão em torno da arte na sua relação com a sociedade, destacando-se:
- A realização da 1.ª Conferência RPAC – “Arte e Contemporaneidade: Expressão, Relação e Transformação”, em dezembro de 2024; a participação da RPAC, desde 2022, na ARCOLisboa, com conversas temáticas integradas no programa Millennium Art Talks).
- A organização anual da Conferência RTCP (que conta com 3 edições) e dos Diálogos em Rede. A RTCP associa-se e participa, também, em iniciativas que promovam as relações entre programadores, criadores e mediadores, nacionais e internacionais (quatro exemplos recentes: FITEI PRO, Westay Lab, Mate 2024 e Feira Ibérica do Fundão).
- A realização da primeira edição do Curso de Mediação Cultural e Artística, organizado pelo Plano Nacional das Artes, em colaboração com o Instituto Politécnico de Leiria e com a Direção-Geral das Artes, promoveu a candidatura de técnicos de autarquias e/ou de equipamentos culturais integrados nas Redes (Arte Contemporânea, Teatros e Cineteatros, Cineclubes, Museus e Bibliotecas).

Formação e capacitação profissional, assinalando-se aqui:

- O 1º Programa de Formação e Capacitação da RPAC. Trata-se de um programa de continuidade, estando atualmente a ser definidas as temáticas e modo de operacionalização da 2.ª edição.
- A 3ª edição do Plano de Valorização e Qualificação de Recursos Humanos da RTCP, que decorreu entre novembro de 2024 e maio de 2025, incluindo pela primeira vez formadores internacionais. Até ao final de 2025 será lançado o próximo programa.
- Divulgação da criação artística contemporânea portuguesa, promoção da sua internacionalização e estabelecimento de redes de atuação:
- Destaca-se, no contexto da RPAC, a presença na ARCOLisboa / IFEMA – Institucion Ferial de Madrid, a participação em iniciativas organizadas no âmbito dos EEA Grants, nomeadamente nos encontros “Green Museums for Sustainable Future” realizado em agosto de 2024, na Roménia, e “Common Grounds: Working together for a free and resilient cultural sector”, realizado em fevereiro de 2025, na Noruega, e nos encontros bilaterais com parceiros noruegueses em Portugal.

- No quadro da RTCP salienta-se duas iniciativas de âmbito ibérico:
- As Jornadas de Cooperação Ibérica (organizadas com a ARTEMAD – Associação de Empresas Produtoras de Artes do Espectáculo da Comunidade de Madrid e promotora da MADferia – Feira de Artes do Espectáculo de Madrid, e com os dirigentes da ESTE - Estação Teatral e promotora da Feira Ibérica de Teatro do Fundão e a DGARTES). Trabalha-se atualmente na proposta de um Manual de Boas Práticas, com informação sobre legislação comum aos dois países, e na Criação de um Circuito Ibérico das Artes Performativas.
- No âmbito de um protocolo assinado, através da RTCP, entre a DGARTES e LA RED, esta rede espanhola de Teatros, Auditórios, Circuitos e Festivais, de titularidade pública deslocou-se a Portugal, em junho de 2025, com uma delegação de membros (programadores) para conhecer diferentes modelos de gestão dos espaços de artes performativas portuguesas, assim como entidades artísticas contemporâneas, com visitas a espaços e entidades de Lisboa, Montemor-o-Novo, Coimbra, Porto e Braga.
- Promoção das acessibilidades e equidade de acesso e participação na cultura
- Salienta-se aqui o protocolo celebrado entre a DGARTES e a EMPA - Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades, assinado em julho de 2024, que visa a colaboração desta entidade na implementação das normas técnicas de acessibilidade e assessoria à RPAC e RTCP nestas matérias.

A DGARTES e a EMPA organizaram o Encontro Diversidade Funcional – promover a inclusão na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e na Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (Águeda, julho de 2024).

- Promoção da sustentabilidade nas artes
- A DGARTES assinou um protocolo com a Universidade de Coimbra, com incidência na questão da Transição Ecológica e Sustentabilidade Ambiental, que inclui a realização de seminários com convidados internacionais e formação na área da Sustentabilidade na Cultura, tendo já sido realizadas várias ações, em articulação com o curso de Pós-graduação em Gestão Cultural e Sustentabilidade.

No âmbito deste protocolo está a ser planeado, a partir da RTCP e da RPAC, um Encontro/Conferência em torno da temática da Sustentabilidade na Cultura.

Importa ainda destacar, no quadro desta parceria, o apoio à realização do relatório “a parte pelo todo - relatório do Inquérito Práticas Ecológicas e Sustentáveis nas Artes Performativas em Portugal”, documento que aponta recomendações para as políticas públicas no setor das artes, colocando-nos o desafio de aprofundarmos a reflexão sobre as recomendações efetuadas e equacionarmos a forma de as operacionalizar.

Esta dimensão de trabalho será reforçada com a possibilidade de alargamento do protocolo ao INR (Instituto Nacional de Reabilitação) que, entre

outras áreas, poderá passar pela formação e pelo desenvolvimento de modelos de boas práticas nas áreas das acessibilidades.

Assinala-se também aqui a participação do grupo de trabalho da RPAC no Encontro “Green Museums for Sustainable Future” realizado em Sibiu, na Roménia, em 2024, no âmbito dos EEA Grants.

- Transição digital

Os equipamentos que integram a RPAC e que sejam elegíveis no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, podem requerer o apoio a equipamentos de projeção digital. Estão em fase de estudo outras iniciativas a realizar neste âmbito.

Nos dois primeiros Programas de Apoio a Programação da RTCP e no primeiro Programa de Apoio a Projetos da RPAC, já realizados, os projetos candidatos deviam prever obrigatoriamente atividade presencial pública a decorrer nos equipamentos/espços RPAC, podendo esta ser complementada por atividade difundida por meios digitais.

4 - Práticas de cooperação, gestão partilhada e escuta ativa

Nos programas e iniciativas desenvolvidas pela Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e pela Rede Portuguesa de Arte Contemporânea têm vindo a ser implementadas iniciativas de escuta ativa, práticas de cooperação e de gestão partilhada, envolvendo as partes interessadas na sua construção. Saliento as seguintes:

- O financiamento de projetos através do Programa de Apoio RTCP e do Programa de Apoio RPAC (que incentivam o funcionamento em rede e as práticas de cooperação).
- A Constituição e funcionamento de um Conselho Consultivo da RTCP, com representantes de várias áreas da sociedade, e da equipa da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, composta por um representante da DGARTES, pelo Curador da CACE e por um conjunto de personalidades.
- O trabalho das Comissões de Acompanhamento da RCTP e da RPAC.
- O Estudo de Impacto da RTCP, contratualizado com a Universidade de Aveiro (avaliação, mediação e resultados).
- A Realização da Conferência RTCP (3ª Conferência RTCP sobre “Mediação e Participação”, em outubro de 2023/Portalegre) e da Conferência RPAC (1ª Conferência RPAC sobre “Arte e Contemporaneidade: Expressão, Relação e Transformação”, em dezembro de 2024/Sines).
- A realização da primeira Assembleia de Programadores da RTCP e do Encontro Diálogos em Rede (maio de 2025), no Auditório Augusto Cabrita do Barreiro.

- A realização do Programa de Formação e Capacitação da RPAC e do Plano de Valorização e Qualificação de Recursos Humanos da RTCP.
- Parcerias com o Plano Nacional das Artes (financiamento de curso de Mediação) e com o Plano Nacional do Cinema;

5 – Conexão com redes internacionais

A divulgação da criação artística contemporânea portuguesa, a promoção da sua internacionalização e o estabelecimento de redes de atuação integrada, enquanto eixo estratégico de intervenção, o estabelecimento de linhas de cooperação com redes internacionais.

No âmbito da RTCP, enquadra-se neste propósito o protocolo assinado, entre a DGARTES e LA RED (rede espanhola de Teatros, Auditórios, Circuitos e Festivais, de titularidade pública), bem como a parceria com a ARTEMAD – Associação de Empresas Produtoras de Artes do Espectáculo da Comunidade de Madrid.

De constituição mais recente, a RPAC iniciou atividades no domínio da internacionalização através da participação em iniciativas organizadas no âmbito dos EEA Grants / Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e da ARCOLisboa / IFEMA – Institución Ferial de Madrid. No contexto desta rede, tem-se procurado, embora ainda numa fase inicial, estabelecer contatos e estudar o desenvolvimento de futuras parcerias internacionais, designadamente com o espaço europeu, com o Brasil e com os PALOP.

6 - Recomendações e propostas para o futuro

Salienta-se a importância dos seguintes propósitos e vetores de atuação:

- Desenvolver quadros de intervenção interministerial, através do estabelecimento de protocolos com as diferentes áreas governativas, que possibilitem o desenvolvimento de estratégias conjuntas e integradas com vista ao fomento da criação artística, ao reforço da projeção internacional dos artistas e da cultura portuguesa, e ao cumprimento do direito de todos os cidadãos à fruição cultural.
- Promover a articulação entre os organismos do Ministério da Cultura, Juventude e Desporto para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas no quadro de uma estratégia comum.
- Estabelecer um quadro de cooperação da RPAC e da RTCP com outras redes em funcionamento, designadamente com a Rede Portuguesa de Museus, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e a Rede Portuguesa de Arquivos.
- Prosseguir e reforçar a atividade e intervenções em todos os eixos estratégicos da RTCP e da RPAC e aumentar a sua cobertura territorial.

- Desenvolver projetos de edição e investigação no âmbito da RPAC, área de trabalho já iniciada na RTCP, em parceria com Universidades e centros de investigação.
- Aprofundar, no âmbito da RTCP e da RPAC, a relação entre programadores e artistas.
- Fomentar a valorização dos artistas locais e o envolvimento das comunidades, valorizando o papel da mediação, a criação/funcionamento de redes territoriais de proximidade e o funcionamento articulado entre os equipamentos das diversas redes existentes.
- Promover o estudo do impacto territorial do conjunto das redes e da relação existente entre os equipamentos de cada uma das redes.
- Criar condições para que a gestão da RTCP e da RPAC seja progressivamente assumida pelos membros que integram estas redes, podendo identificar-se como primeiro passo deste propósito a realização da 1ª Assembleia de Programadores realizada em maio de 2025.

DIRECTORATE-GENERAL FOR ARTS

AMÉRICO RODRIGUES

Portuguese Theatre Network (RTCP) and Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC)

The RTCP and the RPAC are recently established networks. Therefore, the purposes of their creation and the configuration of their operation seek to respond to the major European and global challenges identified for this panel, such as digital transition, sustainability, social polarization, precariousness, and citizen participation.

It is the responsibility of the Directorate-General for Arts (DGARTES) to define and implement development strategies for these two networks, monitoring and evaluating the activities developed, promoting the procedures for joining the networks, promoting the establishment of partnerships and obtaining patronage and sponsorships, coordinating support programmes for creation and programming, training actions, and other projects and initiatives aimed at institutions adhering to the networks.

1 – About the Portuguese Theatre Network (RTCP)

Mission and objectives

Law No. 81/2019, September 2, created the Portuguese Theatre Network and the support outline for the programming of the theatres that are part of it, as well as their accreditation regime.

The RTCP is an organized system, of voluntary adherence, progressively configured, and aims at the decentralization of resources, planning, mediation, qualification, and cooperation among the existing theatres in the country, as well as the qualification of the human resources assigned to them.

The missions of the RTCP are: the pursuit of public service and the affirmation of theatres as institutions open to society; the promotion of the right to qualified cultural enjoyment and creation for the entire population, throughout the territory; the promotion and circulation of artistic creation in the field of performing and musical arts, as well as cinema screening; the

valorisation, qualification, and joint work of theatres and their artistic projects; the institutional cooperation between public entities, to promote the communication between theatres and the circulation of artistic projects; the correction of asymmetries and the promotion of territorial cohesion; the dissemination of information related to theatres and their activities; the inclusion of national theatres in national and international circulation networks; the dissemination and management of the National Arts Plan.

Evolution and recent challenges

There are currently 101 accredited facilities in the RTCP across the country. The first support stage began in 2022 and ends in 2025, covering 38 entities, totalling €19,600,000.00; the second support stage runs from 2024 to 2027, covering 18 entities, totalling €8,000,000.00. Very soon the third support stage for RTCP programming will be launched, for the 2026 to 2029 period, with an estimated amount of €24,000,000.00. This funding includes national and international programming.

Current challenges include the consolidation and affirmation of the network's relevance for the dynamism of the artistic system, the promotion of network operating dynamics, the deepening of the relationship with local and regional communities, the widening of the relationship with the Portuguese artistic fabric, the development of cooperation projects with international networks and with national networks operating in Portuguese territory, namely with the Portuguese Public Library Network and the Portuguese Network of Museums.

2 – About the Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC)

Mission and objectives

The Portuguese Network of Contemporary Art (RPAC) was created through the Resolution of the Council of Ministers No. 50/2021, May 11, and arises from the desire to prioritize a sustained cultural policy of proximity, which promotes decentralization and territorial deconcentration, and broader access to the arts.

The RPAC aims to position itself as a reference platform for the valorisation and revitalization of Portuguese contemporary art, bringing together, through its reticular structure, the various contemporary art institutions scattered across the territory, supporting and enhancing their interaction, networking, and the national and international circulation and dissemination of artists and the different public and private collections existing in the country.

The RPAC promotes objectives of social, cultural, and artistic responsibility, namely in bringing citizens closer to contemporary art, in team training and professionalization of spaces, in multidisciplinary, multiculturalism, accessibility, mobility, and internationalization.

The RPAC also aims to promote programmes dedicated to children and young people, together with the National Arts Plan, as well as to stimulate multidisciplinary national and international projects, namely through exhibitions, performances, seminars and conferences, and to foster research in visual arts and disciplinary crossovers, developing an editorial policy.

Evolution and recent challenges

Currently, the RPAC integrates 82 facilities from 73 entities with 52 collections. This is a very representative number of facilities and will soon increase with the approval of pending membership applications. The typology of facilities that are part of the RPAC is quite diverse and includes museums, art centres, residency spaces, galleries, among others, spread throughout the national territory.

Membership is voluntary, under the commitment of the owning and/or managing entities of the cultural facilities to comply with the criteria defined in Dispatch No. 8789/2022.

The first RPAC support tender covered 19 projects (carried out through 63 established partnerships, among 41 entities), to be executed between June 1, 2024, and May 31, 2026, with a total available amount of €2,000,000.00. The next support tender is expected to open in September 2025, with a total available amount of €2,000,000.00.

Regarding the RPAC, the same set of challenges referenced for the RTCP stands out, namely the consolidation and affirmation of the network's relevance for the dynamism of the artistic system, the promotion of networking dynamics, the deepening of the relationship with local and regional communities, the widening of the relationship with the Portuguese artistic fabric, the development of relationship/cooperation projects with international networks and with national networks operating in Portuguese territory, namely with the Portuguese Public Library Network and the Portuguese Network of Museums.

3 - Integration of major themes of contemporary cultural policy

The RTCP and the RPAC seek to be active operators in reflecting on the “themes and values that cross society and contemporary cultural policy” and in identifying measures and practices that adequately respond to the challenges that confront us in structural terms and in everyday life. The direct answer to the first question formulated for our intervention in this panel (How are national cultural networks adapting to the new paradigms of cultural policy?) is reflected in the following strategic lines and areas of intervention of the RTCP and the RPAC:

- Consolidation of the network and of the joint and decentralized work conducted in the territory, with special mention to the project support programmes funded by DGARTES:

After a first RPAC project support programme, with activities taking place between June 1, 2024, and May 31, 2026, the opening of a 2nd programme is planned by September 2025.

Regarding the RTCP, the first support stage began in 2022 and ends in 2025, the second runs from 2024 to 2027, and the third stage of support for RTCP programming will be launched soon, covering the period from 2026 to 2029.

- Promotion of debate and reflection on art in its relationship with society, highlighting:

The 1st RPAC conference – “Art and Contemporaneity: Expression, Relationship and Transformation”, held in December 2024; RPAC’s participation, since 2022, in ARCOLisboa, with thematic conversations integrated into the Millennium Art Talks programme.

The annual organization of the RTCP conference (already with 3 editions) and of network discussions (Diálogos em Rede). RTCP also associates with and participates in initiatives that promote relationships between national and international programmers, creators, and mediators (four recent examples: FITEI PRO, Westay Lab, Mate 2024, and Fundação Iberian Fair).

The first edition of the cultural and artistic mediation course, organized by the National Arts Plan in collaboration with the Polytechnic University of Leiria and DGARTES, with applications of practitioners from the city councils and/or cultural facilities integrated into the networks (contemporary art, theatres, film clubs, museums and libraries).

- Training and professional development, highlighting:

The 1st RPAC training and capacity building programme. This programme is to be continued, and we are still in the process of defining the themes and operating mode for its 2nd edition.

The 3rd edition of the RTCP human resources valorisation and qualification plan, which took place between November 2024 and May 2025, including international trainers for the first time. The next programme will be launched by the end of 2025.

- Dissemination of contemporary Portuguese artistic creation, promotion of its internationalization, and establishment of action networks:

As far as RPAC is concerned, highlights include our presence at ARCOLisboa / IFEMA – Institución Ferial de Madrid, participation in initiatives organized under the EEA Grants, namely the “Green Museums for Sustainable Future” meetings, held in August 2024, in Romania, and “Common Grounds: Working together for a free and resilient cultural sector”, held in February 2025, in Norway, and bilateral meetings with Norwegian partners in Portugal.

Within the RTCP framework, two Iberian initiatives stand out:

The Iberian Cooperation Days (organized with ARTEMAD, the association of performing arts companies of Madrid and promoter of MADferia – the Madrid performing arts fair, the directors of ESTE - Estação Teatral, promoter of the Fundão Iberian Theatre Fair, and DGARTES). Work is currently underway on a proposal for a Manual of Best Practices, with information on common legislation for both countries, and on the Creation of an Iberian Performing Arts Circuit.

Under a protocol signed, through RTCP, between DGARTES and LA RED, this Spanish network of theatres, auditoriums, circuits, and festivals, publicly owned, brought a delegation of members (programmers) to Portugal, in June 2025, to learn about different management models of Portuguese performing arts spaces, as well as contemporary artistic entities, with visits to spaces and entities in Lisbon, Montemor-o-Novo, Coimbra, Porto and Braga.

- Promotion of accessibility and equity of access and participation in culture:

Special mention goes to the protocol signed in July 2024 between DGARTES and EMPA (Mission Structure for the Promotion of Accessibility), which aims at the collaboration of this entity in the implementation of technical accessibility standards and providing counselling to RPAC and RTCP in these matters.

The DGARTES and the EMPA organized the Functional Diversity Meeting - promoting inclusion in the Portuguese Theatre Network and in the Portuguese Network of Contemporary Art (Águeda, July 2024).

- Promotion of sustainability in the arts:

The DGARTES signed a protocol with the University of Coimbra, focusing on the issue of ecological transition and environmental sustainability, which includes holding seminars with international guests and training in the field of sustainability in culture, with several actions already carried out, together with the post-graduate course in Cultural Management and Sustainability.

Within the scope of this protocol, a meeting/conference on the theme of sustainability in culture is being planned, based on the RTCP and the RPAC.

It is also important to highlight, within the framework of this partnership, the support for the production of the report “A parte pelo todo - relatório do Inquérito Práticas Ecológicas e Sustentáveis nas Artes Performativas em Portugal (The part for the whole - report of the Survey on Ecological and Sustainable Practices in the Performing Arts in Portugal”, a document that points out recommendations for public policies in the arts sector, challenging us to deepen our reflection on the recommendations made and to consider how to operationalize them.

This work dimension will be reinforced with the possibility of extending the protocol to the INR (National Institute for Rehabilitation), which, among other areas, may involve training and the development of best practice models in accessibility.

The participation of the RPAC working group in the “Green Museums for Sustainable Future” meeting held in Sibiu, Romania, in 2024, within the scope of the EEA Grants, must also be noted here.

- Digital transition:

The facilities that are part of the RPAC and eligible under the Recovery and Resilience Plan (PRR) can request support for digital projection equipment. Other initiatives to be carried out in this area are under study.

In the first two RTCP programming support lines and in the first RPAC project support programme, already carried out, candidate projects had to mandatorily foresee public in-person activities taking place in RPAC facilities/spaces, which could be complemented by activities disseminated through digital means.

4 - Cooperation, shared management and active listening practices

Active listening initiatives, cooperation and shared management practices are being implemented in the programmes and initiatives developed by the RTCP and by RPAC, involving stakeholders in their construction. I highlight the following:

- The financing of projects through the RTCP and the RPAC support programmes (which encourage networking and cooperation practices).
- The constitution and operation of an RTCP advisory council, with representatives from various areas of society, and the team of the RPAC, composed of a representative of DGARTES, the curator of CACE and a group of personalities.
- The work of the RCTP and RPAC monitoring committees.
- The RTCP impact study, contracted with the University of Aveiro (evaluation, mediation and outcome).
- The holding of the RTCP conference (3rd RTCP conference, on Mediation and Participation, in October 2023/Portalegre) and the RPAC conference (1st RPAC conference, on Art and Contemporaneity: Expression, Relation and Transformation, in December 2024/Sines).
- The holding of the first assembly of RTCP programmers and the Network Dialogues meeting (May 2025), at the Augusto Cabrita Auditorium, in Barreiro.
- The holding of the RPAC Training and Capacity Building Programme and the RTCP Human Resources Valorisation and Qualification Plan.

- Partnerships with the National Arts Plan) (funding for a mediation course) and with the Plano Nacional do Cinema (national cinema plan).

5 - Connection with international networks

The dissemination of contemporary Portuguese artistic creation, the promotion of its internationalization and the establishment of action networks include, as a strategic line of intervention, the establishment of lines of co-operation with international networks.

Within the scope of the RTCP, the protocol signed between DGARTES and LA RED (Spanish network of publicly owned theatres, auditoriums, circuits and festivals) fits this purpose, as well as the partnership with ARTEMAD.

More recently established, the RPAC began internationalization activities through participation in initiatives organized within the scope of the EEA Grants and ARCOLisboa / IFEMA – Institución Ferial de Madrid. In the context of this network, efforts have been made, although still at an early stage, to establish contacts and study the development of future international partnerships, namely with the European space, with Brazil and with the PALOP.

6 - Recommendations and proposals for the future

The importance of the following purposes and lines of action is highlighted:

- To develop interministerial intervention frameworks, through the establishment of protocols with different government areas, enabling the development of joint and integrated strategies aimed at fostering artistic creation, strengthening the international projection of Portuguese artists and culture, and fulfilling the right of all citizens to cultural enjoyment.
- To promote coordination between the bodies of the Ministry of Culture, Youth and Sport for the development of joint initiatives as part of a common strategy.
- To establish a framework for cooperation between RPAC and RTCP and other existing networks, namely with the Portuguese Network of Museums, the Portuguese Public Library Network and the Portuguese Network of Archives.
- To continue and strengthen the activity and interventions in all strategic lines of RTCP and RPAC and increase their territorial coverage.
- To develop publishing and research projects within RPAC, a work area already initiated in RTCP, in partnership with universities and research centres.

- To deepen, within the scope of RTCP and RPAC, the relationship between programmers and artists.
- To promote the appreciation of local artists and the involvement of communities, valuing the role of mediation, the creation/operation of local territorial networks and the combined operation of the facilities of the various existing networks.
- To promote the study of the territorial impact of all networks and the connection established between the facilities of each network.
- To create conditions for the management of RTCP and RPAC to be progressively assumed by the members that comprise these networks, the first step towards this purpose having been the 1st programmers' assembly, held in May 2025.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DISCURSO CULTURAL, VOZ, REDES E PODER NUM MUNDO EM MUDANÇA

JORGE BARRETO XAVIER

Conselheiro Cultural da Embaixada de
Portugal e Diretor do Camões - Centro
Cultural Português de Paris

CLOSING CONFERENCE CULTURAL DISCOURSE, VOICE, NETWORKS AND POWER IN A CHANGING WORLD

JORGE BARRETO XAVIER

Cultural Counsellor to the Portuguese
Embassy and Director of Camões -
Portuguese Cultural Centre in Paris



JORGE BARRETO XAVIER

JORGE BARRETO XAVIER

É conselheiro cultural da embaixada de Portugal e diretor do Camões – Centro Cultural Português de Paris.

Foi secretário de Estado da Cultura, na dependência do primeiro-ministro, no XIX Governo Constitucional. Por inerência da função, foi membro do Conselho Europeu dos ministros da cultura e da educação, da Conferência Ibero-Americana de ministros da cultura, da Conferência dos ministros da cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foi diretor-geral das Artes do Ministério da Cultura, vereador da Cultura, Juventude e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Oeiras, diretor municipal da Educação, Desenvolvimento Social e Cultura da Câmara Municipal de Oeiras, administrador não executivo do Instituto da Juventude. Fundou e presidiu ao Clube Português de Artes e Ideias, fundou e dirigiu o Lugar Comum, Centro de Experimentação Artística, criou e coordenou o Programa Paideia, Arte nas Escolas e o Programa Jovens Criadores. Foi coordenador da Comissão Interministerial Educação Cultura do XV Governo Constitucional. Foi membro do Conselho Nacional da

Educação, consultor da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação das Descobertas, Centro Cultural de Belém, da Fundação de Serralves, da Reitoria da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Foi diretor do Departamento de Cultura e Entretenimento da NEOM Authority, na Arábia Saudita, foi diretor geral da 7ª Bienal de Jovens Criadores da Europa e do Mediterrâneo, fundador e diretor geral da 1ª e 2ª Bienal de Jovens Criadores dos Países Lusófonos. Foi professor convidado do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, onde lecionou as cadeiras de mestrado de Gestão das Indústrias Criativas e de Políticas Públicas de Cultura e investigador associado do CIES/IUL. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tem o diploma de Estudos Avançados em Ciência Política da Universidade Nova de Lisboa. Tem diversa obra publicada (ensaios, contos, direção de publicações, artigos) e exposições fotográficas realizadas no país e no estrangeiro. É Académico Honorário da Academia Portuguesa de História e Oficial da Ordem das Artes e das Letras de França.

Jorge Barreto Xavier is cultural counsellor to the Portuguese Embassy and director of Camões – Portuguese Cultural Centre in Paris.

He was Secretary of State for Culture, under the Prime Minister, in the 19th Constitutional Government. By virtue of his position, he was a member of the European Council of Ministers of Culture and Education, the Ibero-American Conference of Ministers of Culture, and the Conference of CPLP's Ministers of Culture. He was Director-General of the Arts at the Ministry of Culture, Councillor for Culture, Youth and Consumer Protection at the Oeiras City Council, Municipal Director of Education, Social Development and Culture at the Oeiras City Council, non-executive director of the Youth Institute. He founded and presided over the Clube Português de Artes e Ideias, founded and directed Lugar Comum, a centre for artistic experimentation, created and coordinated the Paideia, Art in Schools and Young Creators programmes. He was coordinator of the Interministerial Education Culture Commission of the 15th Constitutional Government. He was a member of the National Education Council, consultant to the Calouste Gulben-

kian Foundation, the Descobertas foundation, the Centro Cultural de Belém, the Serralves Foundation, the Rectorate of the University of Lisbon, the Faculty of Fine Arts of the University of Lisbon.

He was head of the Culture and Entertainment Department of NEOM Authority, in Saudi Arabia, he was director-general of the 7th Biennial of Young Artists from Europe and the Mediterranean, founder and director-general of the 1st and 2nd Biennial of Young Creators from Portuguese-speaking Countries. He was a visiting professor at ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, where he taught master's courses in Creative Industries Management and Public Culture Policies and an associate researcher at CIES/IUL. He has a degree in Law from the Faculty of Law of the University of Lisbon, and a diploma of Advanced Studies in Political Science from the Nova University of Lisboa. He has various published works (essays, short stories, direction of publications, articles) and photograph exhibitions held in the country and abroad. He is an Honorary Academician of the Portuguese History Academy and an Officer of France's Order of Arts and Letters.

DISCURSO CULTURAL, VOZ, REDES E PODER NUM MUNDO EM MUDANÇA

JORGE BARRETO XAVIER

No passado mês de Junho, numa visita a La Rochelle, aluguei uma bicicleta, para conhecer o centro histórico e o lado do mar. De tarde, pedalei em direção a um café, o Café de La Paix. Moveu-me a nostalgia de uma experiência que nunca vivi - a tertúlia nos grandes cafés históricos. Também contribuiu o saber que Georges Simenon, durante dez anos da sua vida, aqui veio amiúde, para escrever.

Estacionei as duas rodas bem perto do lugar onde Simenon deixava o seu cavalo, no largo da Catedral de Saint Louis.

Antes de entrar no café, um impulso levou-me ao templo. Percorri a sua nave central, a abside e as capelas laterais, marcadas pela França, pela cidade e pelo lugar de outras gerações.

A primeira igreja no local, foi construída no século XI, como igreja católica de São Bartolomeu. Em 1568, seria saqueada e destruída pelos Huguenotes¹, tal como as restantes igrejas católicas de La Rochelle. Com o cerco da cidade entre 1627 e 1628, o cardeal Richelieu, ministro de Luís XIII, termina o domínio Huguenote. Nas décadas seguintes, ocorre a sua emigração massiva para países protestantes europeus, América do Norte e Caraíbas. É também no século XVII, que o edifício deixa de ser “o grande templo protestante”, e passa a denominar-se “catedral de Saint Louis”, em homenagem ao rei Luís IX. Este episódio, ocorre no contexto das guerras religiosas que assolaram a França e a Europa em geral, nos séculos XVI e XVII, entre católicos e protestantes.

¹ Nome pelo qual ficaram conhecidos os protestantes franceses da época.

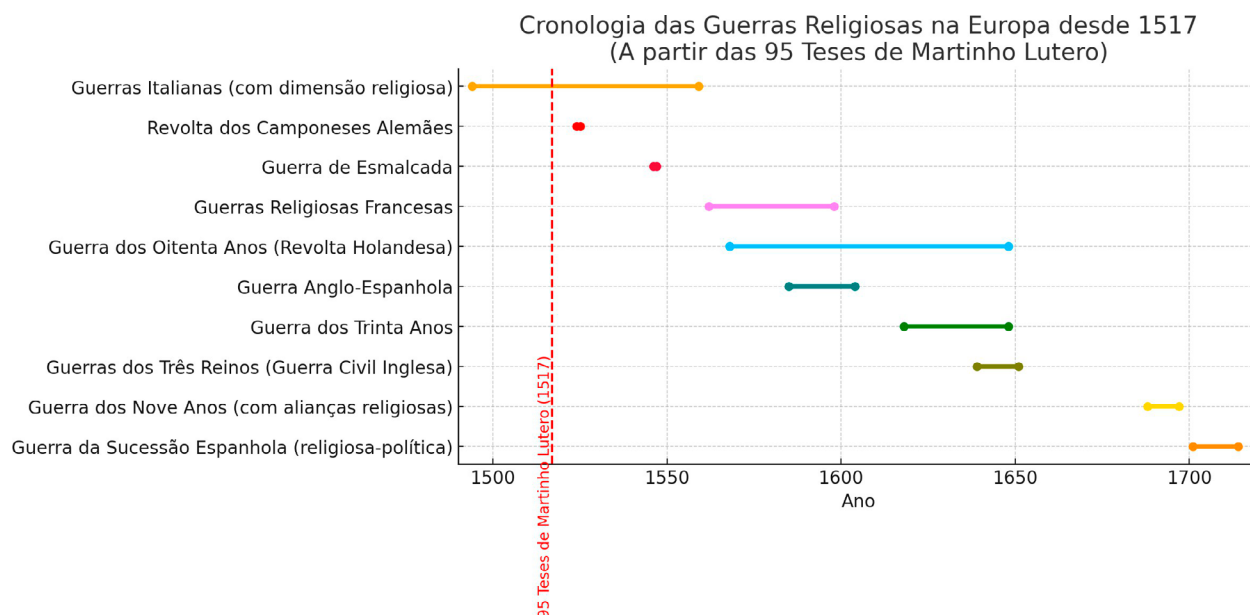


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Ocorreu-me uma questão, sem nenhuma base científica²: existe algum paralelismo entre os tempos dos séculos XVI e XVII e o tumultuoso momento que vivemos, hoje, na Europa?

A 31 de Outubro de 1517, Martinho Lutero tornou públicas as suas 95 teses. Apesar de haver sinais³, críticas⁴ e movimentos⁵ anteriores, a propósito do comportamento da Igreja Católica da época, este marco representa um momento chave, um *trigger*, para um conjunto de transformações históricas, através de guerras, migrações, redesenho de Estados e territórios, que ocorrem durante dois séculos, acompanhadas pela morte de milhões de pessoas⁶. Todas estas recomposições, abriram oportunidades para as grandes mudanças históricas dos séculos XVIII e XIX ocidental, nomeadamente, a Revolução Americana, a Revolução Francesa, o constitucionalismo, o movimento iluminista, novos modelos económicos, a preparação da Revolução Industrial.

O que esteve na base dos movimentos transformadores dos séculos XVI e XVII, em concorrência com razões económicas e políticas, foram razões religiosas, e os valores a elas associados. Parte das elites europeias e da população, estavam cansadas da forma como a Igreja Católica e o Vaticano se apresentavam e exerciam o seu ministério. A venda de indulgências, a hipocrisia associada à ideia de salvação da alma pelo comércio do perdão, a fraca formação dos clérigos, a corrupção clerical, constituíram a gota que fez transbordar o copo da saturação.

Nos séculos XV e XVI, tal acontece no quadro de várias mudanças: o desenvolvimento de regimes políticos modernos, de novas formas de estruturação social e económica, acompanhados por ideais científicos e artísticos, tecnologias e conhecimentos sobre o mundo.

Vivemos, agora, várias mudanças estruturais e um estado de saturação. Sendo que o quadro não é o mesmo, é evidente que também hoje ocorrem eventos no âmbito de tendências longas, com poder de alterações substantivas nos nossos modos de vida.

² Não encontrei estudos comparativos sobre esta matéria, apesar de observar edições como Parker, Geoffrey. "Global Crisis: War, Climate Change and Catastrophe in the Seventeenth Century". Yale University Press, 2013.

³ Nomeadamente, no seio dos poderes do Sacro Império Romano-Germânico de que são exemplo as Gravamina Nationis Germanicae, edições de 1455, 1461, 1510; no seio da Igreja Católica, os pedidos de reforma dos concílios de Pisa (1409), de Constância (1414–18), de LatráoV (1512–17).

⁴ Por exemplo, Wycliffe, John. "De Civili Dominio", 1376; "De Ecclesia", 1378; Wimpfeling, Jakob. Adolescentia, 1500; Reuchlin, Johannes. De Arte Predicandi, 1503; Erasmos de Roterdão, "Enchiridion militis Christiani", 1503; Lefèvre d'Étaples, Jacques. "Epistolae Pauli", 1512.

⁵ De que são exemplo os movimentos pré-reformistas na Europa como os Valdenses (França e Itália, a partir do final do século XII), os Franciscanos (Itália, séculos XIII–XIV), os Lollardos (Inglaterra, final do século XIV – início do século XVI), o Devotio Moderna (Países Baixos, final do século XIV–século XV), os Hussitas (Boémia, início do século XV).

⁶ Estimadas, através de diferentes fontes, entre 7 a 13 milhões de mortes.

⁷ Expressão popularizada, nomeadamente, por Noam Chomsky, Tim Kasser, Larry Gonick.

Onde estão as raízes da saturação atual, do transbordar do copo, das transformações sociais, políticas, valorativas, com impacto em todos os aspetos da nossa vida?

A Europa pós II Guerra Mundial viveu um período de desenvolvimento contínuo relevante. O Estado Social afirmou-se, as políticas públicas alargaram o seu campo de presença, nomeadamente, no domínio da Cultura. Novas organizações globais e europeias foram criadas, como as Nações Unidas, o FMI, a CEE. A Europa dividiu-se em dois blocos – Ocidental e de Leste. O bloco ocidental desenvolveu uma economia capitalista e um regime democrático, associado aos Estados Unidos, e o bloco ocidental desenvolveu uma economia planificada e um regime comunista, associado à URSS. Com a queda do muro de Berlim e a Perestroika, Europa Ocidental e Europa de Leste convergem, nomeadamente, no quadro da União Europeia e da NATO, e no triunfo do modelo capitalista de economia.

O capitalismo – baseado nas ideias de propriedade, economia de mercado e lucro – conseguiu, sucessivamente, garantir estes três parâmetros e o seu ascendente nos modelos económicos, políticos e sociais. Assim foi desde o mercantilismo da Idade Moderna, ao capitalismo industrial, ao financeiro, ao consumista, ao digital, no que hoje, eventualmente, podemos chamar *hipercapitalismo*⁷.

Ao mesmo tempo, como nos séculos XV e XVI, nas últimas décadas, revoluções científicas, culturais, tecnológicas, religiosas, estão a promover alterações sociais importantes.

Frequentemente, num erro que é, essencialmente, dos meios intelectuais e académicos da chamada Europa Ocidental, esquecemos, ou não reconhecemos a importância das transformações religiosas hodiernas. Nos séculos XX e XXI, entre outros momentos, são de assinalar o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação, o alargamento das igrejas e seitas cristãs evangelistas e pentecostais, o reforço do mundo muçulmano (nomeadamente, a revolução islâmica do Irão, a difusão do Salafismo e do Wahhabismo), o desenvolvimento do judaísmo ortodoxo, do hinduísmo conservador, de movimentos como as Testemunhas de Jeová, os Cientologistas, os Mórmons, a afirmação de religiões sem religião, como as dinâmicas difusas de meditação e *wellbeing*.

Se nos lembrarmos que há no mundo, aproximadamente, 2,3 biliões de cristãos, 2 biliões de muçulmanos, 1,2 biliões de hindus, 300 milhões de budistas (só para falar nas religiões com maior número de seguidores), totalizando 5,8 biliões de seres humanos⁸, e que mais de 70% da população da União Europeia se considera religiosa⁹, percebemos o erro crítico do marxismo e dos intelectuais europeus que desvalorizaram ou desvalorizam a importância cultural, política, económica e social do fator religioso e das ordens valorativas a ele associadas, como elementos construtores de dinâmicas pessoais e sociais. À consideração do fator religioso e valores conexos como elemento explicativo contemporâneo, adiciono outros aspetos: as mudanças de referenciais ético-normativos determinadas pelos Estados nas últimas décadas, e as mudanças nos modelos de trabalho. Estes aspetos, podem ser lidos à luz dos movimentos sociais e valorativos associados ao Maio de 68 e aos anos 70, que tiveram como reivindicações principais a autonomia crítica e valorativa do indivíduo e a defesa da segurança no trabalho, com impacto na normatividade estatal e no modelo de gestão das empresas¹⁰. Atualmente, do lado dos modelos de trabalho, existe uma transição de um modelo fordista-industrial, centrado em estabilidade, hierarquia e tarefas repetitivas, para formas flexíveis, digitais e cada vez mais instáveis, com vínculos atípicos, mediadas por tecnologias digitais e algoritmos. Essa transição, no século XXI, foi impulsionada pela globalização, pela revolução digital e pelas crises económicas, gerando uma tensão entre produtividade e proteção social.

⁸ <https://www.pewresearch.org/religion/dados> de 2020.

⁹ Global Religious Landscape. Pew Research Center; 2012. Religious Composition by Country, 2010-2020, Pew Research Center, 2025.

¹⁰ Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. "Le nouvel esprit du capitalisme", Gallimard, 2011.

Em concomitância face às dinâmicas referidas, ocorreram drásticas mudanças valorativas, que articulam diferentes aspetos da vida social. Apresento-as num quadro comparativo:

Gráfico Comparativo de Valores

Transição de valores morais e éticos (1945-2024)	
Fé dogmática	Pluralismo espiritual
Crescimento ilimitado	Sustentabilidade
Uniformidade	Diversidade
Coerção	Consentimento
Tradição	Inovação moral
Hierarquia	Igualdade
Autoridade	Autonomia

Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Estas mudanças, provocaram várias reações:

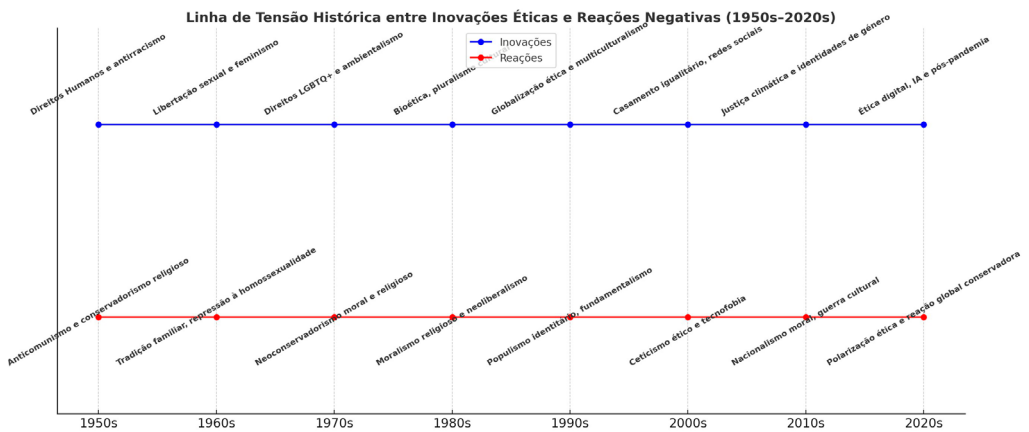


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

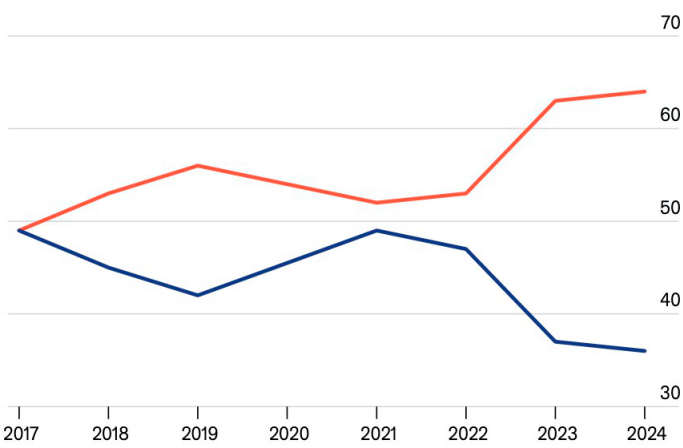
Concorrendo com as reações positivas, as reações negativas às inovações morais não se limitam a resistências retrógradas, mas revelam conflitos reais de visão de mundo, identidade e ordem social. Nas democracias, a incapacidade de compreensão destas tensões pelas elites é elemento importante, se bem que não único, para perceber a progressiva insatisfação com o desempenho dos regimes democráticos.

Satisfaction with democracy across 12 high-income, democratic countries is down in recent years

Median % who are satisfied with the way democracy is working in their country

Satisfied
Dissatisfied

Note: Percentages are medians across 12 advanced economies: Canada, France, Germany, Greece, Italy, Japan, The Netherlands, South Korea, Spain, Sweden, the United Kingdom and the United States. Starting in 2021, U.S. data is from Pew Research Center's online American Trends Panel; older data is from telephone surveys.
Source: Pew Research Center.



© The Economist Intelligence Unit Limited 2025

A insatisfação é correlativa da diminuição da percentagem de países democráticos no mundo e da transição de votos dos partidos tradicionais para partidos populistas nos países democráticos.

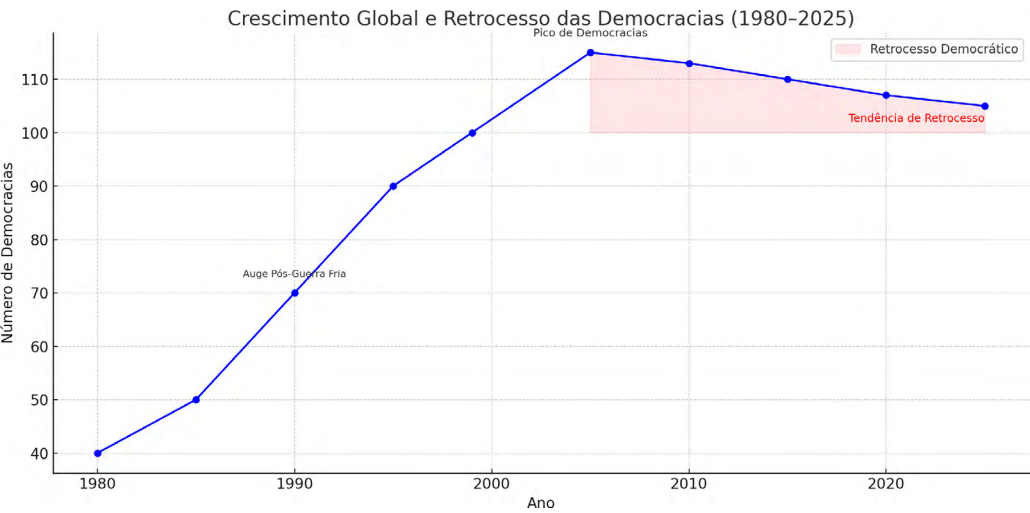
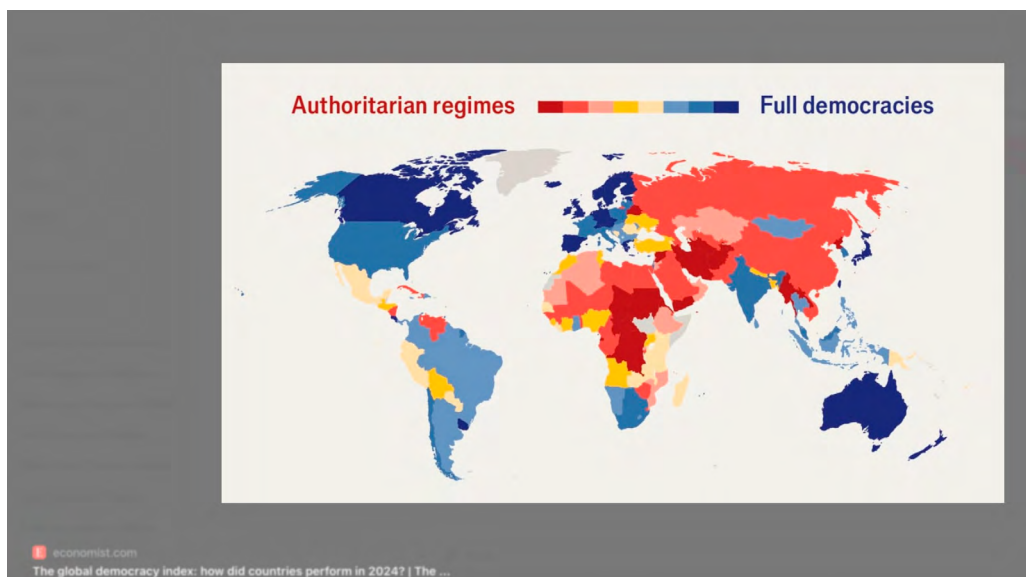


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT



No Global Democracy Index relativo a 2024, publicado pelo The Economist em Fevereiro de 2025, as 25 “full democracies” no mundo - nas quais Portugal se integra - representam menos de 7% da população mundial.

Nestes países, os direitos humanos, processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, cultura política e participação política¹¹, têm a mais forte correlação positiva e solidez em termos globais. Sendo assim, porque votam em partidos populistas percentagens cada vez maiores da população ocidental?

É fator explicativo a divergência entre valores de parte importante das populações e valores normativos estatais?

Têm as crescentes desigualdades provocadas pelos atuais modelos de trabalho e de rendimento um papel?

Não há uma única razão explicativa. É todavia, essencial, se queremos ser efetivos na nossa intervenção, perceber o estado das comunidades onde queremos intervir, e qual o reconhecimento e a vontade de receção que as nossas intervenções podem obter por parte dos destinatários.

As dinâmicas de reconhecimento e receção remetem para o conhecimento do contributo dos meios digitais para a situação atual.

Veja-se o timeline da evolução e penetração das tecnologias digitais e a sua relação com o decréscimo da democracia:

¹¹ Os cinco parâmetros utilizados para as taxinomias do Global Democracy Index do The Economist.

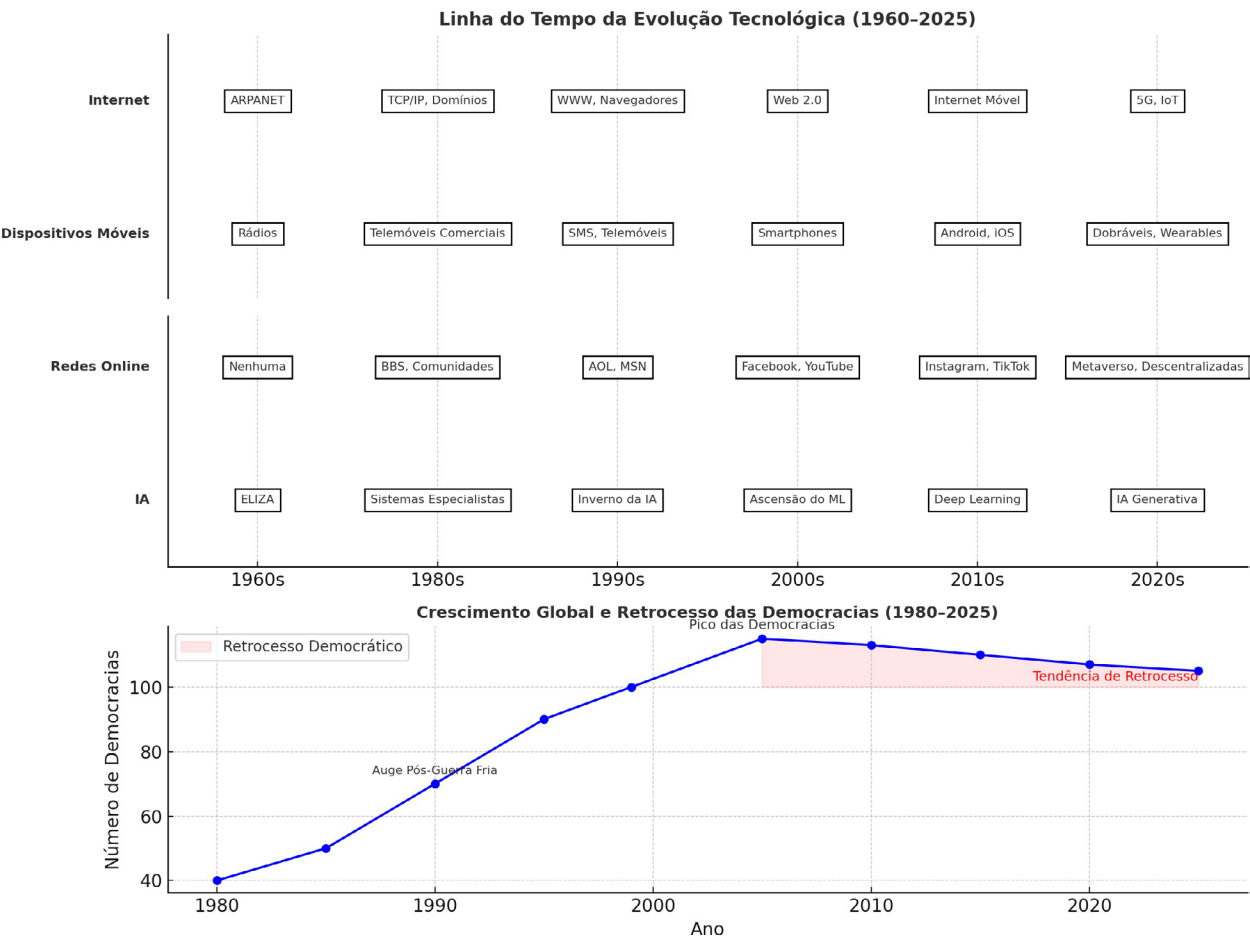


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Estes quadros podem ser sintetizados na seguinte correlação:

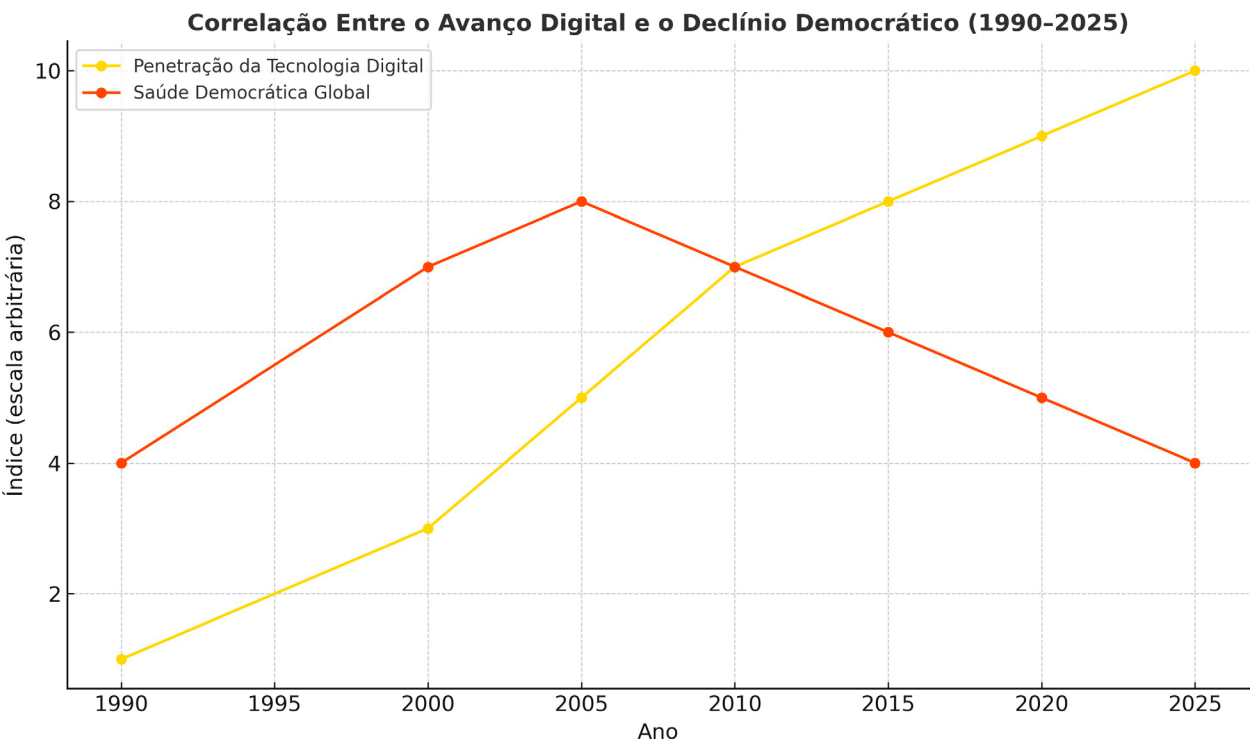


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Embora as tecnologias digitais, nas últimas décadas do século passado, tenham reforçado a participação democrática, permitiram, desde então, ferramentas sofisticadas de controlo autoritário, desinformação e polarização social. As tecnologias digitais tornaram-se, simultaneamente, um instrumento e um terreno de luta democrática. Embora ofereçam oportunidades de capacitação, a sua trajetória atual revela uma forte correlação com a erosão da governação democrática em todo o mundo. Os sacerdotes, intelectuais e políticos, *influencers* doutros tempos - nas sociedades analógicas - foram substituídos por novos *influencers* nas sociedades digitais. O centro da atenção e os seus oráculos, desviaram-se dos parâmetros modelares que antes estatuíam as dinâmicas de receção, de reconhecimento e da respetiva autoridade.

A conjugação dos fatores políticos, sociais, económicos e valorativos referidos, assim como, nomeadamente, a consciência de que mais educação já não é garante de funcionamento do elevador social¹² e que existe uma correlação entre pobreza percebida e aumento dos populismos¹³ serão razões para declarar que vivemos, agora, um novo incêndio social, cultural, político, económico, de largas proporções, no tempo e no espaço?

Um incêndio tendo por rastilho fortes antagonismos nos valores pessoais e sociais de referência e a afirmação de novas vozes autoritativas?

No século XXI, nas dinâmicas discursivas incendiárias, há diferenças estruturais, em relação ao discurso enunciado nas 95 teses de Calvino, que sintetizou tempos de desconfiança e descontentamento do seu tempo em palavras poderosas. E, insidiosamente, parte das transformações referidas neste século, remetem para uma discursividade incendiária movida pelo fanatismo.

Militantes islâmicos fundamentalistas tiveram, durante décadas, em gestação, um fogo lento, que deflagrou, abertamente, com o ataque às Twin Towers de Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2001. Este ataque, é defendido num texto de 2002, a “Carta à América”, de Osama Bin Laden. Entre outras razões, invoca a humilhação cultural e moral do Islão, a imoralidade e a decadência social dos Estados Unidos, e propõe a conversão ao Islão.

Evidentemente, nenhuma razão invocada, moral, ética ou legal, pode justificar o assassinio, a chacina, o genocídio. Não no século XVI, não no século XX, não no século XXI, independentemente de quem seja o autor e o local onde ocorre.

¹² Goldthorpe, John H. “Social Class Mobility in Modern Britain: Changing Structure, Constant Process” *Sociology*, Vol. 50, No. 3 (2016): 406–422; Piketty, Thomas. “Capital and Ideology” (2019).

¹³ Margalit, Yotam. “Economic Insecurity and the Causes of Populism: Reconsidered”, *Journal of Economic Perspectives* (2019); Algan, Yann et al. “The Rise of Populism and the Collapse of the Left-Right Paradigm” (2017, CEPR).

O incêndio propagado em 2001, continua a alastrar. Os radicalismos islâmicos incentivaram os conservadorismos cristãos exacerbados e isolacionistas e o populismo de direita. Mesmo se nem todo o conservadorismo cristão é exacerbado e isolacionista, e nem todo o populismo de direita tem esta raiz¹⁴. Quanto mais cresce a intolerância de um lado, mais cresce do outro, no que alguns desejam que se configure como um choque de civilizações¹⁵, um simplismo perigoso¹⁶ e demagógico.

¹⁴ Roy, Olivier. "Globalized Islam: The Search for a New Ummah". Columbia University Press, 2004; Marzouki, Nadia; McDonnell, Duncan; Roy, Olivier (eds.) "Is Europe Christian?" Rowman & Littlefield, 2016; Kaya, Ayhan. "Islamophobia in Western Europe: A Comparative and Multi-Level Study". In European Islamophobia Report 2016, SETA Foundation, 2017; Mudde, Cas. "The Far Right Today". Polity Press, 2020.
Lindholm, Tore; Roald, Anne Sofie; Moe, Christian. "Religious Exclusivism and Support for Political Extremism among European Youth." Frontiers in Psychology, vol. 12, 2021; Canopy Forum (Emory University). "The Rise of the Christian Right in Europe", 2024. <https://canopyforum.org/2024/11/06/the-rise-of-the-christian-right-in-europe>.
¹⁵ Huntington, Samuel P. "The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order". New York: Simon & Schuster, 1996.
¹⁶ Sen, Amartya. "Identity and Violence: The Illusion of Destiny". New York: W. W. Norton & Company, 2006.
¹⁷ Pippa Norris & Ronald Inglehart. "Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism " (2019); Arlie Russell Hochschild. "Strangers in Their Own Land " (2016); Cas Mudde. The Far Right Today (2019); Francis Fukuyama. "Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment" (2018).

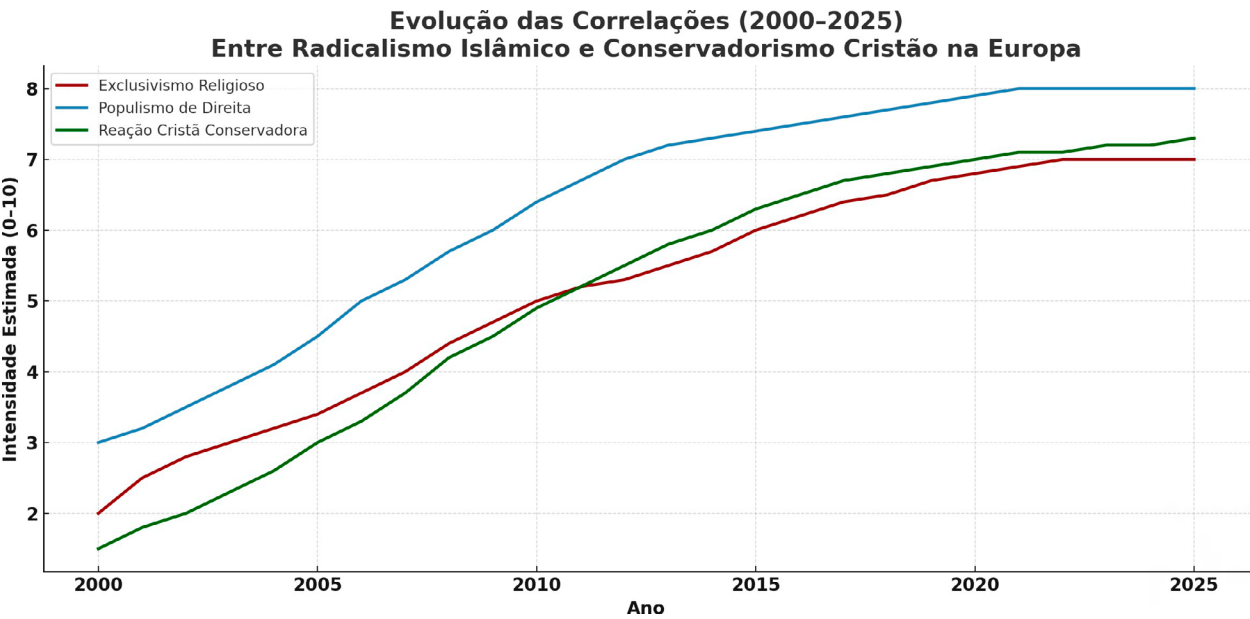


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Claro que os incêncios só alastram quando o território lhe propicia boas oportunidades, quando existe muito material combustível por perto. A rapidez do alastramento da intolerância, do divisionismo, da segregação, do tribalismo nos países democráticos significa que as proteções contra os incêndios sociais e valorativos eram, são, fracas.

Até que ponto, hoje, a conjugação entre o sentimento de humilhação cultural e moral, a ascensão dos populismos, e a decadência democrática na Europa, se correlacionam¹⁷?

Para obter respostas em termos quantitativos e qualitativos, utilizei as seguintes variáveis dependentes da “humilhação cultural e moral”:

- a) *Sensação de desrespeito pelos valores tradicionais* (religiosos, nacionais);
- b) *Percepção de estar moralmente condenado pelas “elites cosmopolitas”*;
- c) Medo de “substituição cultural” devido à imigração global;
- d) *Nostalgia por uma sociedade “moralmente coerente” do passado.*

Eis aqui os dados mais recentes obtidos :

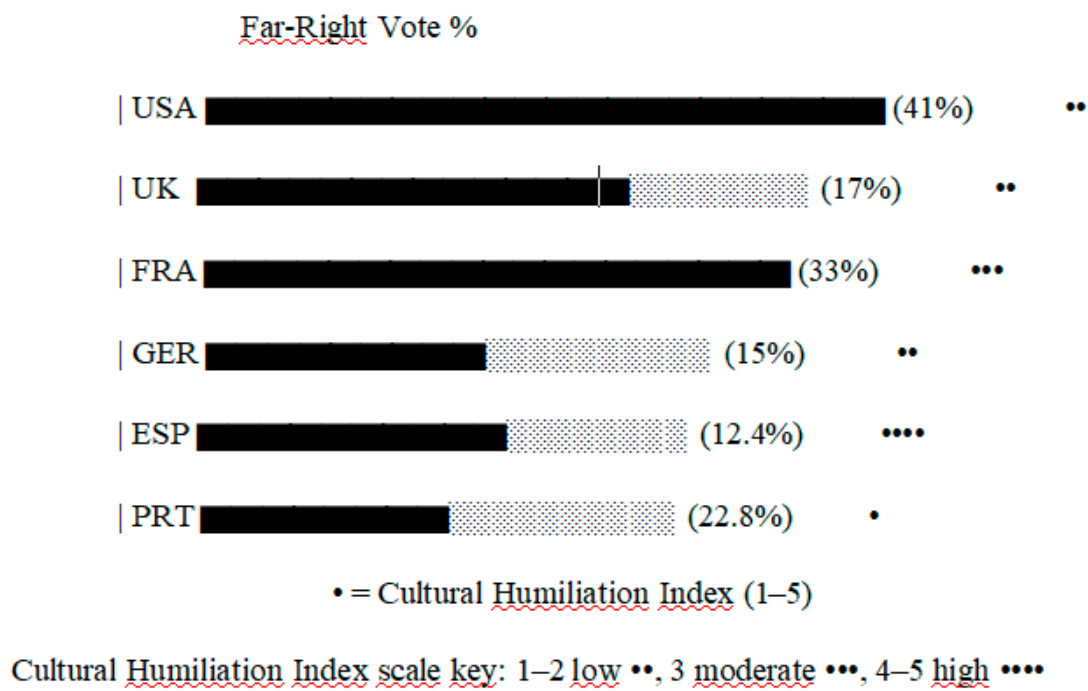


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

A humilhação cultural e moral — frequentemente expressa através da percepção de desrespeito, ameaça à identidade e perda de dignidade — desempenha, como se verifica, um papel significativo no fomento das tendências populistas. Estas tendências são amplificadas por narrativas políticas que prometem restaurar o orgulho, a ordem e a coesão cultural. Seja no século XVI, seja no século XX, seja no século XXI, com diferentes contextos, formas de ação e consequências, a correlação entre sentimentos culturais e morais e as tendências comportamentais pessoais e sociais, é efetiva.

A razão pela qual fiz este caminho - desde que deixei a minha bicicleta à entrada do Café de La Paix em La Rochelle - é a mesma que me faz perguntar: Qual é o caminho que orienta a ação das redes culturais europeias face às necessidades de presença da Cultura no contexto atual e, mais precisamente, na União Europeia, um reduto de democracia no mundo?

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, na Carta de Missão do actual Comissário Europeu para Justiça Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, de 17 de Setembro de 2024, determina que o Comissário deve desenvolver uma nova Bússola Cultural – European Compass, no original - um quadro estratégico abrangente para orientar e aproveitar as múltiplas dimensões da cultura¹⁸. O Comissário, numa comunicação ao Parlamento Europeu, em 21 de março passado, dizia que a Cultura é o coração da Europa e que os agentes culturais são a energia que o alimenta¹⁹. Na comunicação que fez neste mesmo seminário, o Comissário defendeu três pilares: os valores, as pessoas, a diplomacia cultural. Estas afirmações vão de encontro ao “Cultural Deal for Europe”²⁰, proposto, em 2020, por três redes culturais europeias aqui presentes, e que teve por mote a união, a democracia e a resiliência²¹, correspondendo à convergência de esforços

¹⁸ https://commission.europa.eu/document/c8b8682b-ca47-461b-bc95-c98195919eb0_en

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=QdIEzmzNHgc>

²⁰ <https://cultureactioneurope.org/projects/culturaldealeu-campaign/>

²¹ <https://culturalfoundation.eu/wp-content/uploads/2024/12/Statement-CDEU-2024.pdf>

²² <https://culturalfoundation.eu/stories/cdeu-culture-the-compass-for-europes-future-report/>

feitos a partir da pandemia do Covid 19 e que, ano após ano, tem obtido, como esta manhã foi referido, resultados concretos.

A 4 de fevereiro deste ano, os proponentes deste acordo organizaram um encontro, em Bruxelas, sob o tema “Culture: The Compass for Europe’s Future”. Disso resultou o respetivo relatório, apresentado em março passado²².

O relatório, começa por dizer que “atravessamos uma tempestade” e que “o único caminho certo a seguir é aquele baseado nos nossos valores”.

Mais uma vez, a ênfase nos valores. Mais quais valores, neste caso?

Sendo o tema dos valores um elemento importante nas reivindicações populistas, de que valores europeus falam estas redes culturais?

São enunciados os valores de sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e direitos humanos - por esta ordem.

Na constituição americana de 1786 e na declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, no quadro da Revolução Francesa, inscreviam-se os valores da liberdade e a igualdade. “Liberté, Egalité, Fraternité”, apareceriam mais tarde, como divisa oficial da II República Francesa, na Constituição de 1848.

Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Sustentabilidade, Diversidade, Inclusão, e, de uma forma geral, Direitos Humanos, são, mais do que valores, meta-valores. São valores-quadro, que exigem valores operativos para se tornarem efetivos, no contexto de dada sociedade.

Refiro quais são os valores e as preocupações dos europeus segundo os inquéritos mais recentes:

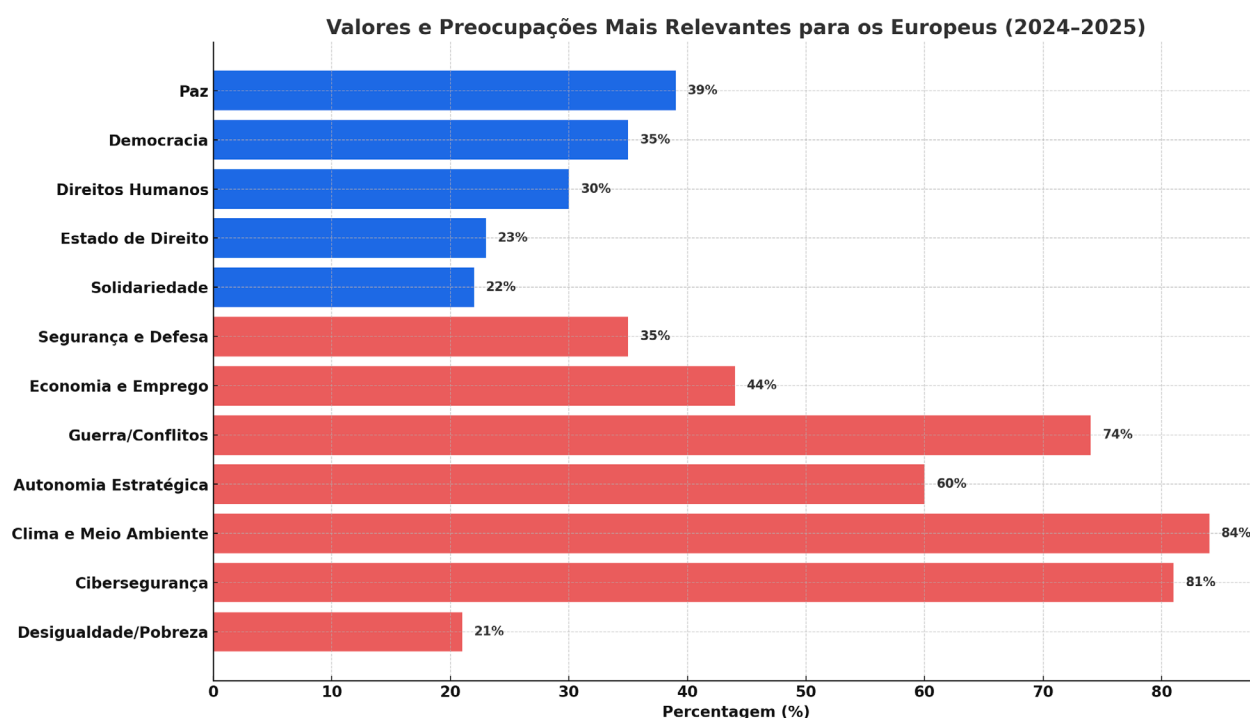


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Se é verdade que os europeus prezam os valores da democracia, da paz, dos direitos humanos²³, se consideram a cultura e o património importantes²⁴, também é verdade que, proporcionalmente, o reconhecimento destes valores não corresponde a uma mobilização a favor dos mesmos²⁵. E, ao lado destes valores, há outros valores, que em relação a estes, podem ser considerados anti-valores, em crescendo, também na Europa, já referidos: a intolerância, a segregação, as identidades exacerbadas, a exclusão do outro, que se refletem na xenofobia, no antissemitismo, na islamofobia, no discurso de ódio e anti-imigração, no retrocesso nos direitos das minorias de género²⁶.

Falemos, pois, da mobilização dos europeus para os valores que reconhecem como positivos, e de como a cultura pode favorecer a democracia, tendo nas redes culturais um dos pilares.

Intitulei esta comunicação “Discurso cultural, voz, redes e poder num mundo em mudança”.

A propósito do conceito de discurso, Michel Foucault dizia que “ (...) o discurso não é, simplesmente, aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e uma vez que – e isto a História não nos cessa de ensinar – o discurso (...) não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”²⁷

Esta definição do exercício discursivo orienta-nos para a totalidade que o discurso representa, para o seu sentido último enquanto manifestação e objeto de poder nas sociedades humanas.

O discurso cultural contemporâneo e o seu poder são consistentes com o propósito de, através da Cultura termos mais e melhor democracia na Europa?

O discurso, para ser efetivo, para lá das dinâmicas das suas intenções e produção, precisa de distribuição, receção, reconhecimento e operatividade.

²³ Eurobarómetro Março-Abril 2025, https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3492?utm_source=chatgpt.com

²⁴ Eurobarómetro especial Cultura, Maio 2025, https://www.ne-mo.org/news-events/article/culture-unties-new-eurobarometer-shows-strong-support-for-culture/?utm_source=chatgpt.com

²⁵ Eurobarometer 2025 – Special Report on Culture and Identity; European Parliament Briefing on Creative Europe and Culture Compass (2025); Europa Nostra / ENCATC Consultations with Commissioner Micallef; European Cultural Foundation – “Culture Is Not a Luxury” Report (2025).

²⁶ Zerka, Pawel. “Welcome to Barbieland: European sentiment in the year of wars and elections”. European Cultural Foundation, European Council on Foreign Relations, September 2024. <https://ecfr.eu/publication/welcome-to-barbieland-european-sentiment-in-the-year-of-wars-and-elections/#-summary>

²⁷ Foucault, Michel, “A ordem do discurso”, Relógio d'Água Editores, 1997.

Hoje, face à saturação do espaço das vozes discursivas, face à dissolução do sentido de discurso legítimo e de autoridade institucional a favor de novas vozes, face à erosão do sentido de espaço público e espaço privado, como colocar o discurso cultural, ou melhor dizendo, que discursos culturais, por que meios, são ou poderão ser vozes poderosas em ordem a uma democracia mais forte?

As redes culturais europeias, na sua maioria, são organizações da sociedade civil, parte do Terceiro Sector. Têm estas redes, através do seu exercício, influência, poder transformador, no quadro da Europa presente?

Nos anos 80, e 90 do século passado, a agenda que movia estas redes era a sua criação e desenvolvimento no quadro de uma Europa em alargamento. No primeiro quartel deste século, procurou-se a sua consolidação, gerar programas regulares, promover o intercâmbio, representar os interesses dos associados face aos poderes públicos e influenciá-los.

Face aos desafios atuais, muitos falam, nas redes, da necessidade de resistir aos movimentos populistas ou de regenerar dinâmicas sociais e a Natureza. Gostaria de olhar de outra forma para a questão, e de dizer que se torna necessário **compreender e construir**.

A maior parte dos artistas, intérpretes, autores, escritores, críticos, académicos, gestores culturais, programadores, curadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, técnicos e assistentes na área da Cultura, enfim, agentes do que chamerei *ecossistema cultural*, aspiram a uma sociedade mais democrática, coesa, inclusiva e desenvolvida.

O trabalho deste ecossistema cultural tem contribuído para a efetivação desta sociedade?

Ou o resultado da sua ação, mesmo quando é crítica dos poderes estabelecidos e dos perigos reinantes, não é, acima de tudo, uma válvula de escape de tensões dentro do sistema, que acaba por não contribuir para potenciais reformas ou transformações sistémicas?

Serão as dinâmicas críticas do sistema cultural, produzidas no âmbito do hipercapitalismo e da erosão estatal, acima de tudo, um remédio que permite que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma? Seremos os bobos na corte de novas aristocracias e oligarquias, ocupando o povo no circo do desejo e no pão do entretenimento?

Os ativistas culturais promovem redes com recursos escassos e alguma ingenuidade, no que se refere ao poder de impacto, face às suas exigentes agendas. Outras redes – económicas, comerciais, políticas – competem no quadro global e europeu, bem mais estruturadas, profissionais e dotadas de recursos manifestamente superiores, para levar a bom porto as suas.

Agendas em ordem ao consumismo exacerbado e ao entretenimento em todos os domínios da vida, agendas baseadas num modelo impossível de manter, o de promover o crescimento industrial contínuo, que está a matar o planeta e os seus recursos e a destruir as sociedades humanas contemporâneas.

Por vezes, estas redes, estão associadas a agendas de conquista, manutenção e manipulação do poder político, económico, social e cultural, a nível local, regional, nacional ou internacional, visando pessoas, grupos e comunidades inteiras.

Entre estas redes globais, têm um papel importante o que Cooley, Heathershaw e Oliveira chamam “transnational uncivil society”²⁸. Atores que na cena internacional se afirmam numa ordem de mobilização e network de autocratas, cleptocratas (“uncivil elites”²⁹) e dispositivos que os suportam e legitimam. Estes dispositivos, eventualmente, tornam imperceptível a linha que distingue instituições, pessoas e ações sérias e meritórias e outras que são de violência, roubo, corrupção, tirania, lucro indevido, agressão ambiental. É o caso, por exemplo, da utilização por estas “uncivil elites” da filantropia³⁰.

É urgente empreender, construir, num momento em que outros procuram desarmar, diminuir ou mesmo destruir as comunidades democráticas, através da desvalorização e/ou da predação das instituições estatais e regulatórias³¹, do edifício normativo³², do Estado Social³³, da livre concorrência³⁴ e da intoxicação comunicacional³⁵.

²⁸ Cooley, A., Heathershaw, J., & Soares de Oliveira, R. (2023). “Transnational uncivil society networks: kleptocracy’s global fightback against liberal activism”. *European Journal of International Relations*, 30(2), 382-407. <https://doi.org/10.1177/13540661231186502> (2024).

²⁹ Idem, pp. 278.

³⁰ Ibidem, pp. 278.

³¹ Levitsky, Steven & Ziblatt, Daniel. “How Democracies Die”. Crown, 2018; Eurofound. “Trust in crisis: Europe’s social contract under threat”, 2 maio 2024; OECD, “Survey on Drivers of Trust in Public Institutions – 2024”; David-Barrett, Elizabeth. “State Capture: How democracy can be systematically corrupted.” *Journal of Cyber Policy*, 2023; Brookings Institution. “Tracking regulatory changes in the second Trump administration”, 2025.

³² Bloomfield, Alan. “Norm antipreneurs and theorising resistance to normative change.” *Review of International Studies*, Available on CJO 2015 doi:10.1017/S026021051500025X.

³³ Judis, John B. *The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics*. Columbia Global Reports, 2016; Piketty, Thomas. *Capital and Ideology*. Translated by Arthur Goldhammer, Harvard University Press, 2020. Originally published in French, 2019; Rodrik, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. W. W. Norton & Company, 2011; Crouch, Colin. *Post-Democracy*. Polity Press, 2004; Mudde, Cas, and Cristóbal Rovira Kaltwasser. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2017; Polanyi, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Farrar & Rinehart, 1944.

³⁴ Tepper, Jonathan, and Denise Hearn. *The Myth of Capitalism: Monopolies and the Death of Competition*. Wiley, 2018; Mazzucato, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. Anthem Press, 2013.; Christophers, Brett. *Rentier Capitalism: Who Owns the Economy, and Who Pays for It?* Verso, 2020.

³⁵ Morozov, Evgeny. “The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom” (2011); Wardle, Claire & Derakhshan, Hossein. “Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework” (Council of Europe, 2017); UNESCO. “Addressing the Information Disorder” (2021); Castells, Manuel. “Ruptura: A Crise da Democracia Liberal” (2020); European Commission, “Strengthened Code of Practice on Disinformation.”, 2022.

³⁶ Eurostat, dados referentes a 2024.

Documentos e interações como o “Cultural Deal for Europe” ou o “Culture, the compass for Europe’s future” são importantes, para mobilizar as redes culturais.

É urgente passar à fase seguinte – a afirmação de valores para lá dos metavalores que aí são referidos. Precisamos da mobilização dos agentes culturais e a mobilização cidadã para a construção cultural no quadro democrático, através da concretização de plataformas de ação que ultrapassem os circuitos habituais da comunidade profissional da Cultura e cheguem, efetivamente, à maior parte da população, e não só às elites.

Para este efeito, faço breves enunciados a partir de dados quantitativos, faço perguntas relacionadas, e concluo com algumas sugestões:

Nos 27 Estados da União Europeia, trabalham, grosso modo, 8 milhões de pessoas na área da Cultura, representando 3,8% do emprego total³⁶.

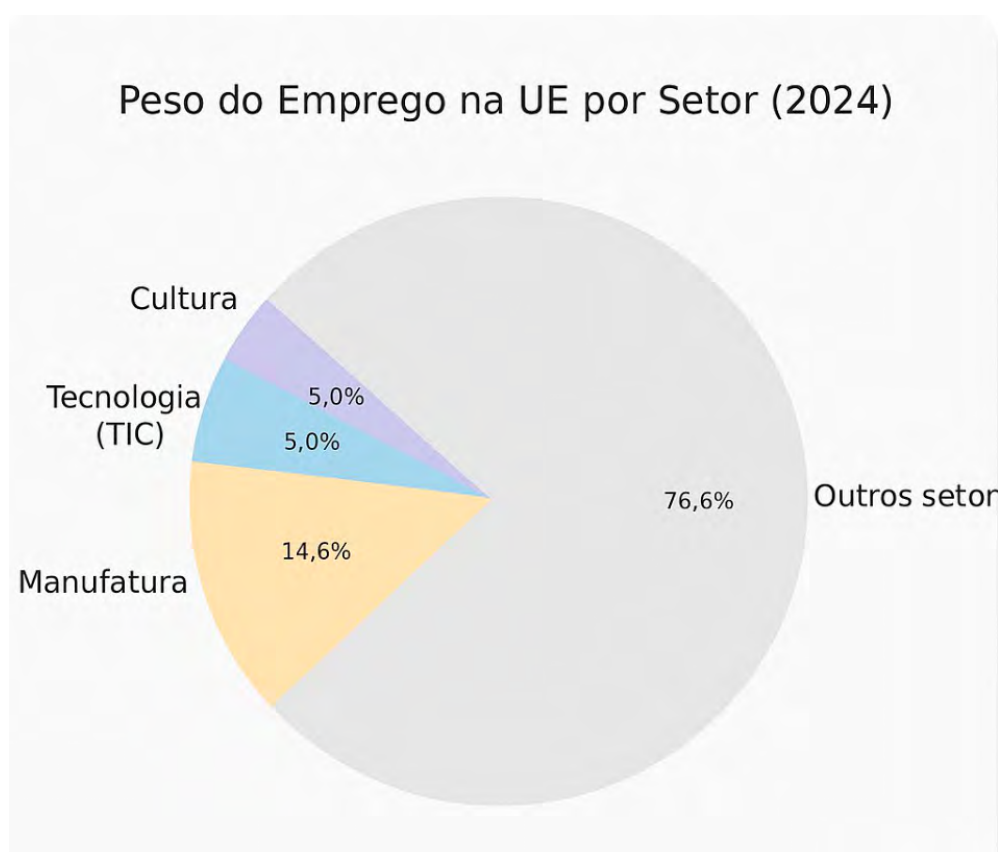


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

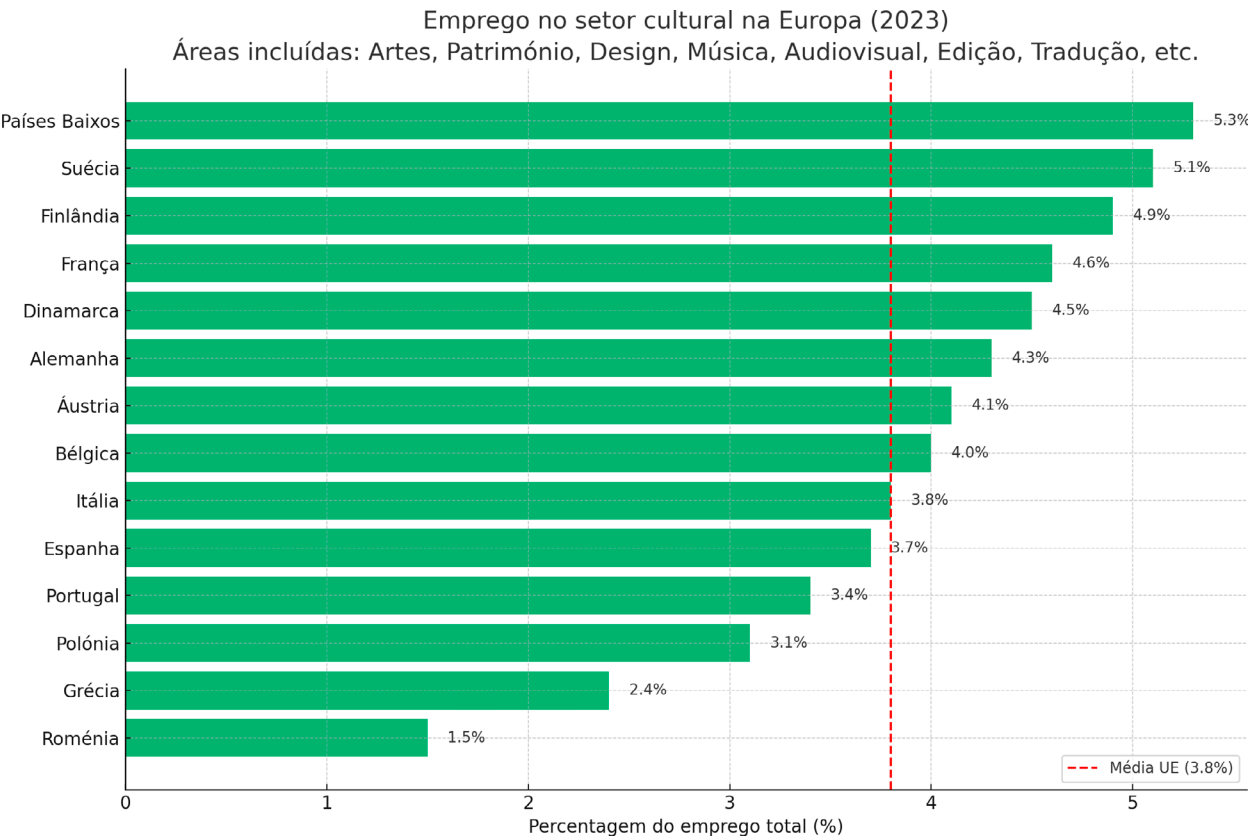


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

O que está a ser feito nas e pelas redes culturais para envolver num programa a favor da democracia na Europa os trabalhadores da Cultura em geral?

Conseguimos que a Cultura integre o vetor democracia nos pilares estratégicos da União Europeia?

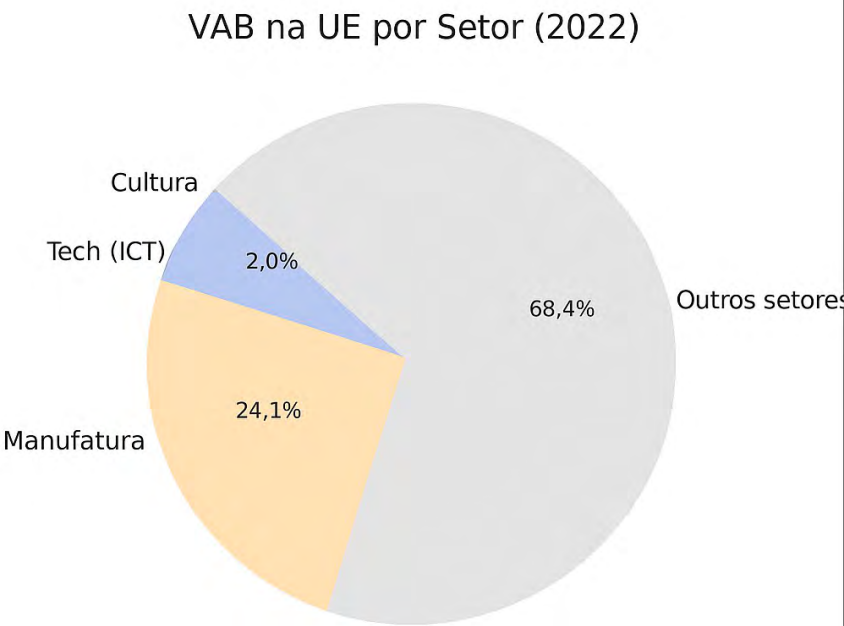


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

VAB por Setor

(ilustrativo, incluindo externalidades positivas)

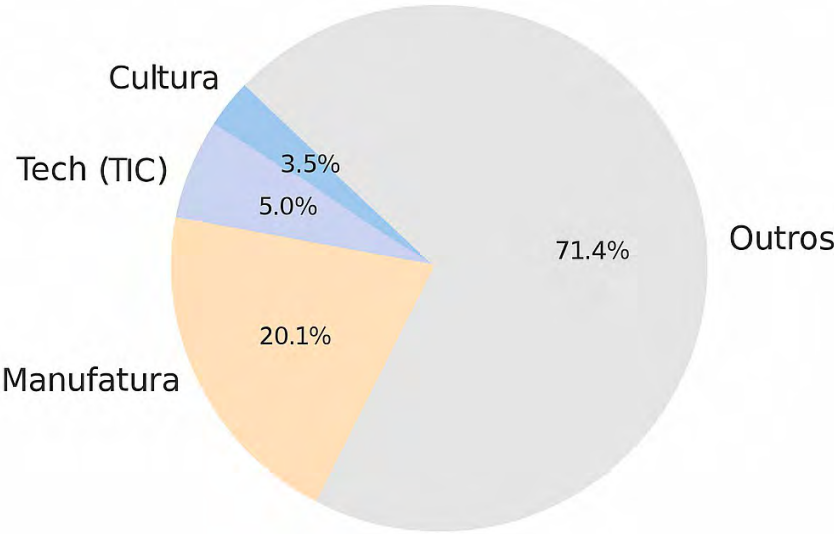


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

É preciso obter do Eurostat e das entidades estatísticas nacionais o ajustamento de parâmetros que permitam calcular o VAB da Cultura tomando em conta as externalidades positivas diretamente geradas.

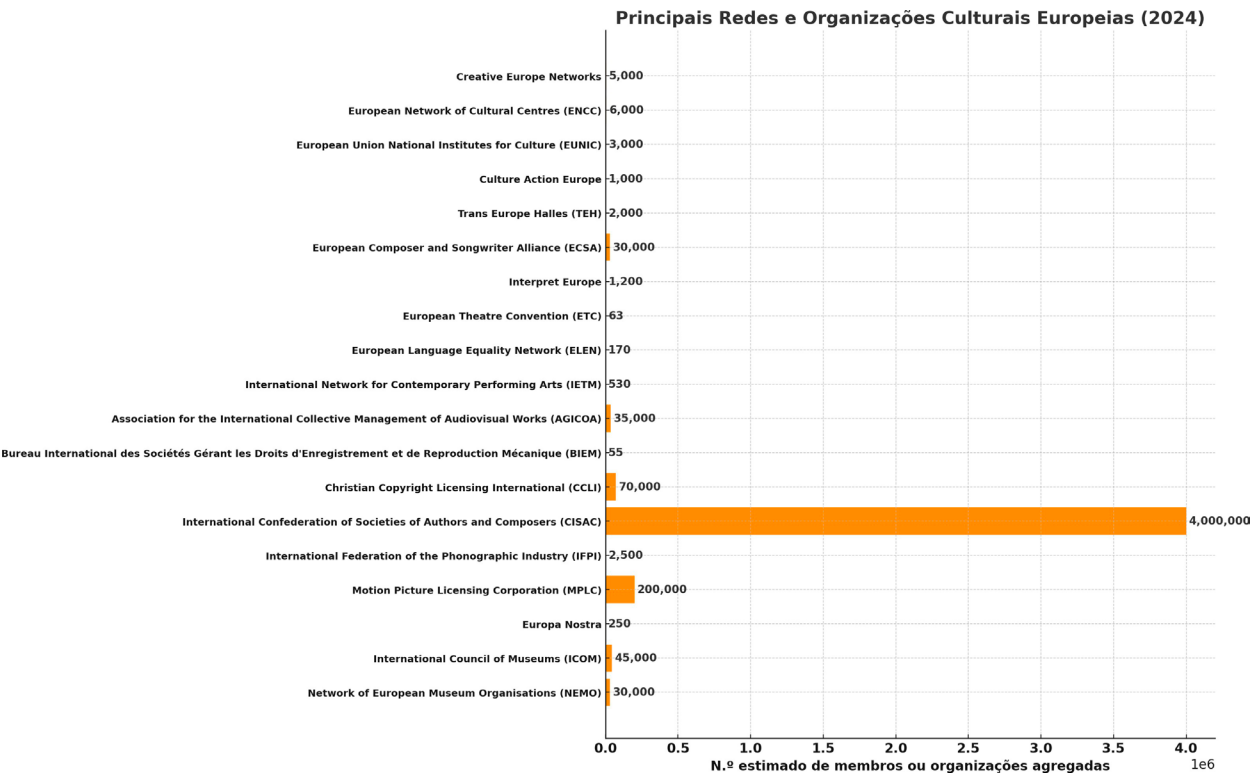


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Quais as articulações existentes entre estas 19 redes culturais?
Quais os pontos comuns de agenda possíveis em ordem à construção democrática?

Distribuição Estimada da Riqueza na Europa (2024)

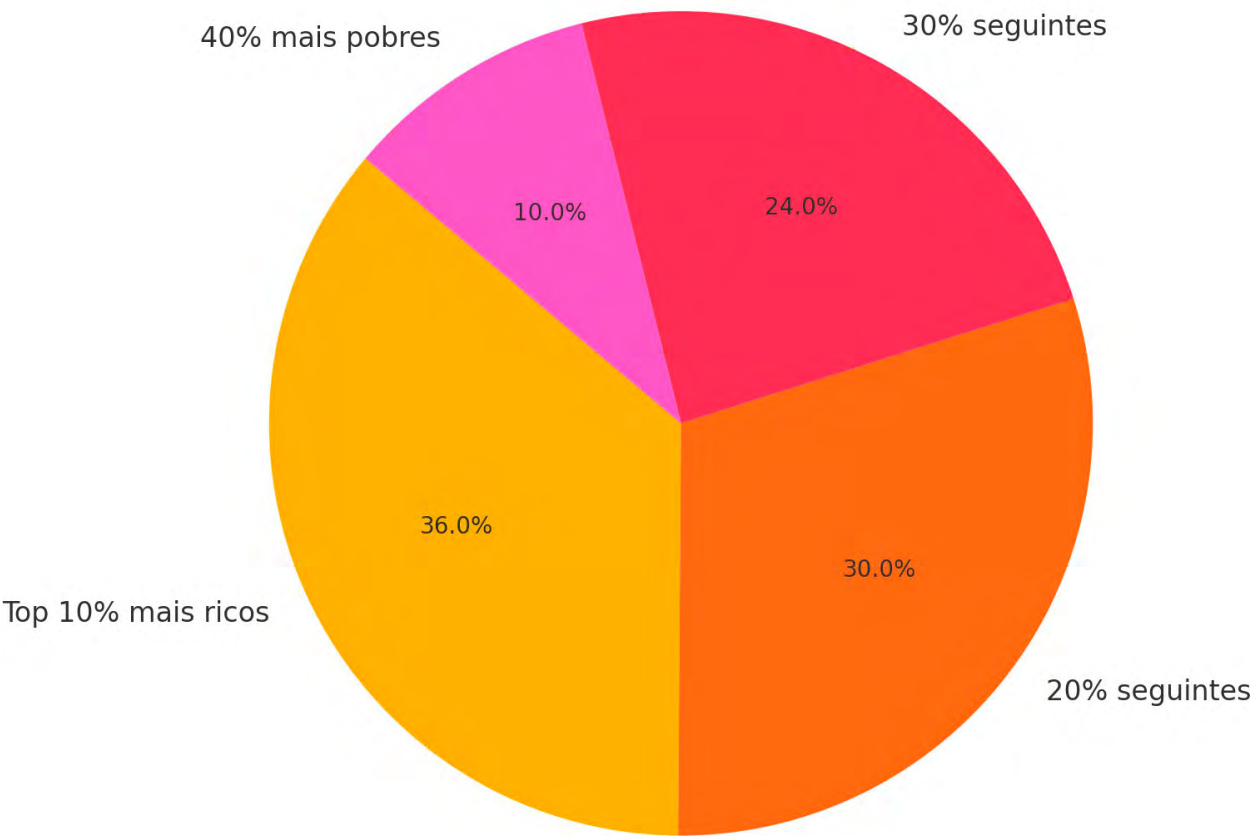


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Não somos o continente do mundo com maior grau de desigualdade na distribuição da riqueza. Mas ela existe e é grande, assim como a sua perceção.

Distribuição da População por Classe de Rendimento na UE (2023)

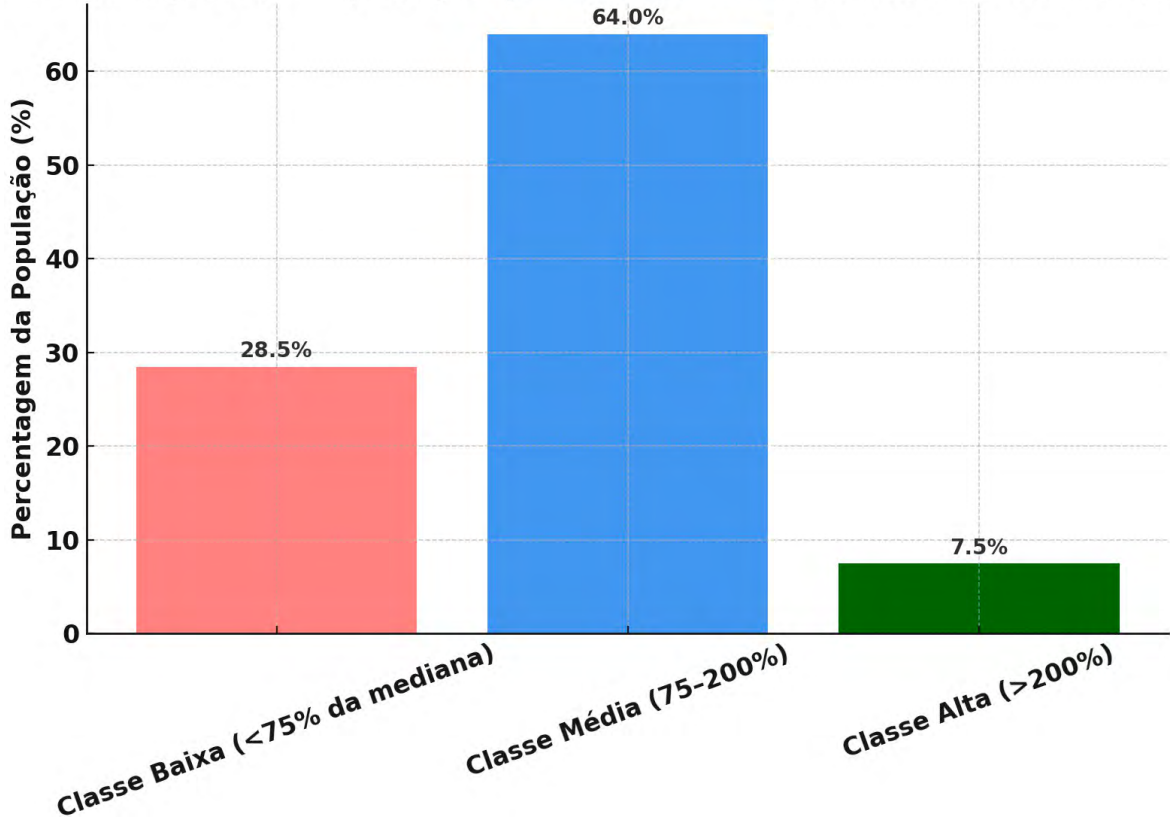


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

Que trabalho cultural estamos a fazer junto da classe média e da classe baixa?

Percentagem do Tempo Ativo Diário Dedicado às Redes Sociais por Faixa Etária (Europa, 2024)

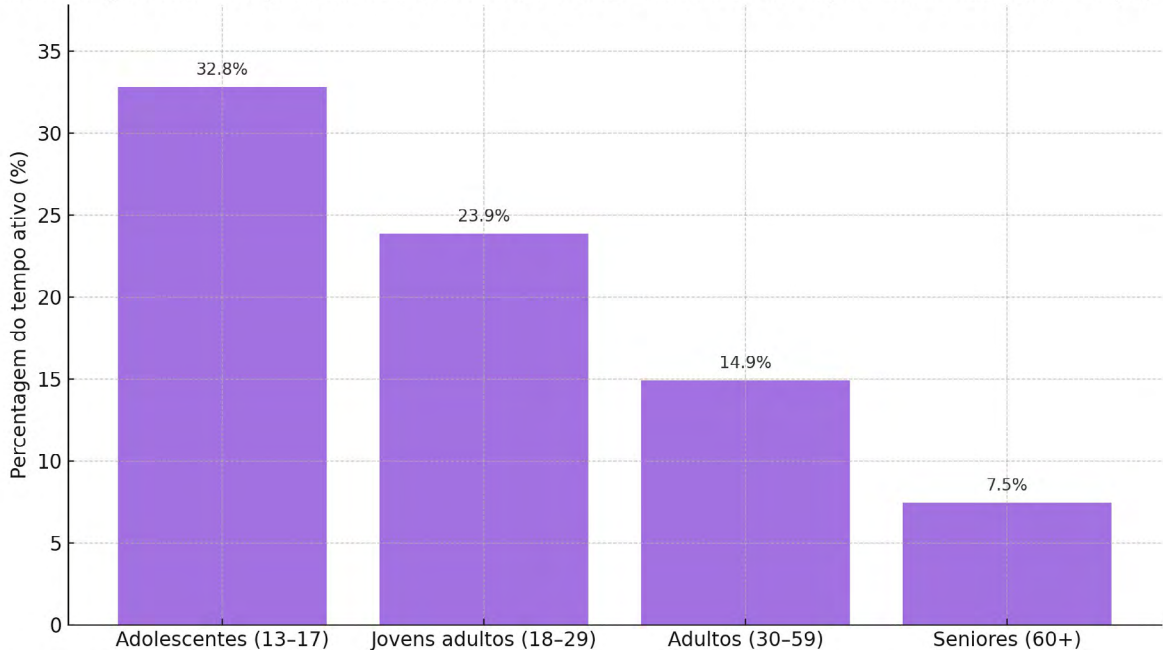


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT
Fontes: Data Reportal 2023, Global Web Index, Eurostat/Sprinklr, Eurostat/Facebook, através de ChatGPT

As redes culturais desenvolvem projetos de presença no espaço digital customizadas de acordo com as idades e interesses dos destinatários?

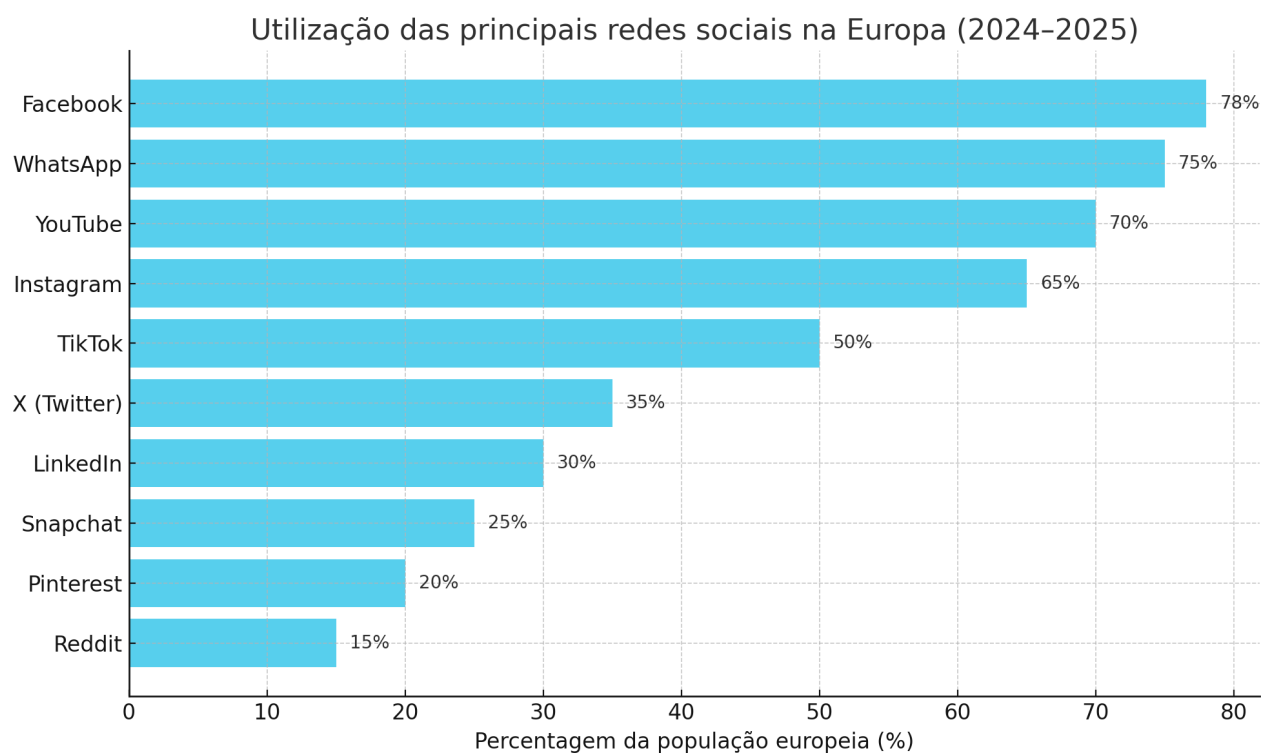


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT

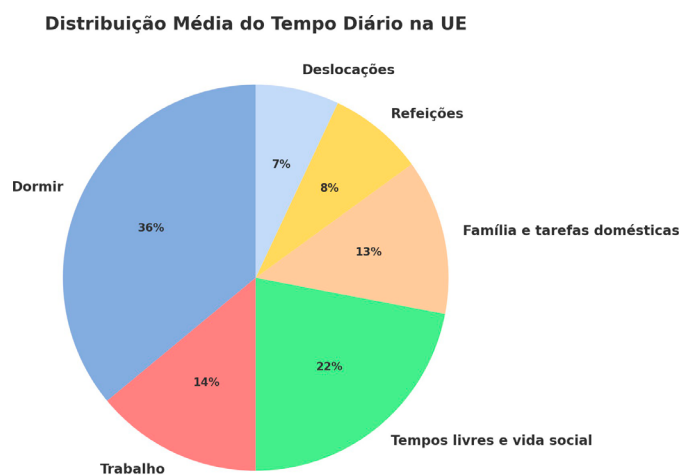
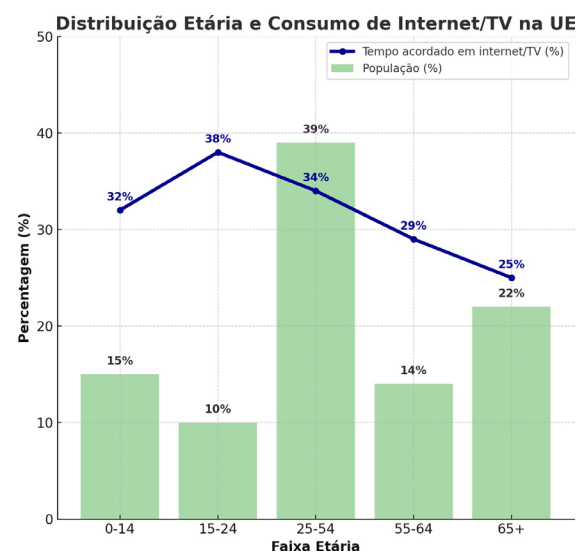


Gráfico realizado com apoio de CHATGPT



Qual a presença das redes culturais europeias nas principais redes sociais, qual o impacto e qual o projeto que está na base dessa presença?

Concluo a minha comunicação com dez sugestões, enunciadas sem hierarquia entre as mesmas:

- As redes culturais europeias precisam de gerar articulações fortes e sistêmicas, de que aquelas em torno do “Cultural deal for Europe” e do “Culture, the new compass for Europe’s future” são sinal, alargando as relações entre as diferentes redes, nomeadamente, as que referi, e aprofundando uma agenda operacional integrada seja para as relações com os poderes públicos, seja para a intervenção direta no espaço público.
- Para esse efeito, é preciso consensualizar valores e objetivos-chave comuns e ser capaz de os transformar em comunicação e projetos operativos para o curto, médio e longo prazo.
- A mobilização para a ação tem de ser informada, constantemente atualizada, articulada e dedicada, o que implica equipas em permanência.
- As dinâmicas operacionais precisam de ter uma presença muito mais ativa nas redes sociais e uma articulação com as autoridades públicas europeias, nacionais, regionais e locais, numa agenda comum.
- A intervenção no território físico urbano e rural, através das políticas de património cultural, das artes contemporâneas e das indústrias criativas, é fundamental, mostrando o valor da memória, da diversidade e da pluralidade.
- A colaboração com programas educativos formais, não formais e informais precisa de ser estruturada numa agenda cívica comum.
- O livro, a leitura e a expressão oral são elementos indispensáveis da consolidação do espírito crítico e por isso precisam de ser valorizados no trabalho em rede.
- A articulação efetiva entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social precisa de ter voz nos projetos culturais em rede, assim como mecanismos de co-decisão e de co-criação.
- É preciso ir de encontro aos valores, preocupações e expectativas dos cidadãos como ponto de partida para uma comunicação positiva e transformadora, em vez de procurar impôr vozes e valores minoritários como ponto de partida.
- Torna-se necessário constituir capacidade de operação *online* robusta, através de softwares apropriados, técnicos competentes e recurso intensivo às possibilidades oferecidas pelas redes sociais e pela Inteligência Artificial.

Estas sugestões só ganham força se se afirmarem num discurso coerente que gera uma voz comum.

Estas sugestões, se não concretizarem em conjunto, não têm tração suficiente para serem efetivas. E só o discurso coerente e uma voz comum são capazes de se constituir como poder.

Só este poder terá efetividade para dar um contributo ao modelo cultural, social, político e económico que favoreça a democracia.

Como sabemos, os dispositivos culturais tanto podem favorecer a democracia como as ditaduras. Tanto podem servir a liberdade como a repressão. A orientação dos dispositivos para um lado ou para o outro, depende dos vários atores com o poder para os manobrar.

O relógio não pára. Espera-se que as boas intenções e as palavras sejam acompanhadas pela ação no terreno, junto das populações, nomeadamente, das mais desfavorecidas. Muitas forças comprimem-nos, como se fôssemos objeto submetido a uma gravidade da qual não podemos escapar.



Overachiever, 2019

Anodized aluminum, pigment, resin, high-density foam, stainless steel

José Taborda

José Taborda, o artista plástico que criou esta peça, chamou-lhe “*Overachiever*”.

Não queremos comprimir nada nem ninguém. Mas precisamos de ser *Overachievers*, criar dispositivos novos para ganhar a escala necessária de intervenção e agir.

Por vezes, uma imensa melancolia, talvez medo e abandono, instalam-se dentro de nós, face à guerra, às diferentes formas de violência, à escala dos desafios e ao peso dos conflitos contemporâneos.

É por isso que as emocionalidades positivas, como a alegria, a amizade, são essenciais, para o sucesso dos propósitos que nos movem. Numa Europa onde as emoções à flor da pele, a degradação da saúde mental³⁷, e os antagonismos valorativos abundam, é preciso criar o novo património emocional a que possamos chamar “bem comum”.

Tenho confiança nos discursos e nas vozes das redes culturais, para serem poder, para neste mundo em mudança, serem atores do lado que importa, promotores dos ideais que professamos, de pluralidade, empoderamento pessoal e social, criatividade, do papel da Cultura na construção de pessoas e comunidades mais equilibradas e felizes.

A História do futuro não está escrita. Escreve-se agora, cada um, e todos os dias. Obrigado.

Jorge Barreto Xavier

09.07.25

³⁷ Illouz, Eva. *Explosive Modernité, malaise dans la vie intérieure*. Gallimard, 2025.

CULTURAL DISCOURSE, VOICE, NETWORKS AND POWER IN A CHANGING WORLD

JORGE BARRETO XAVIER

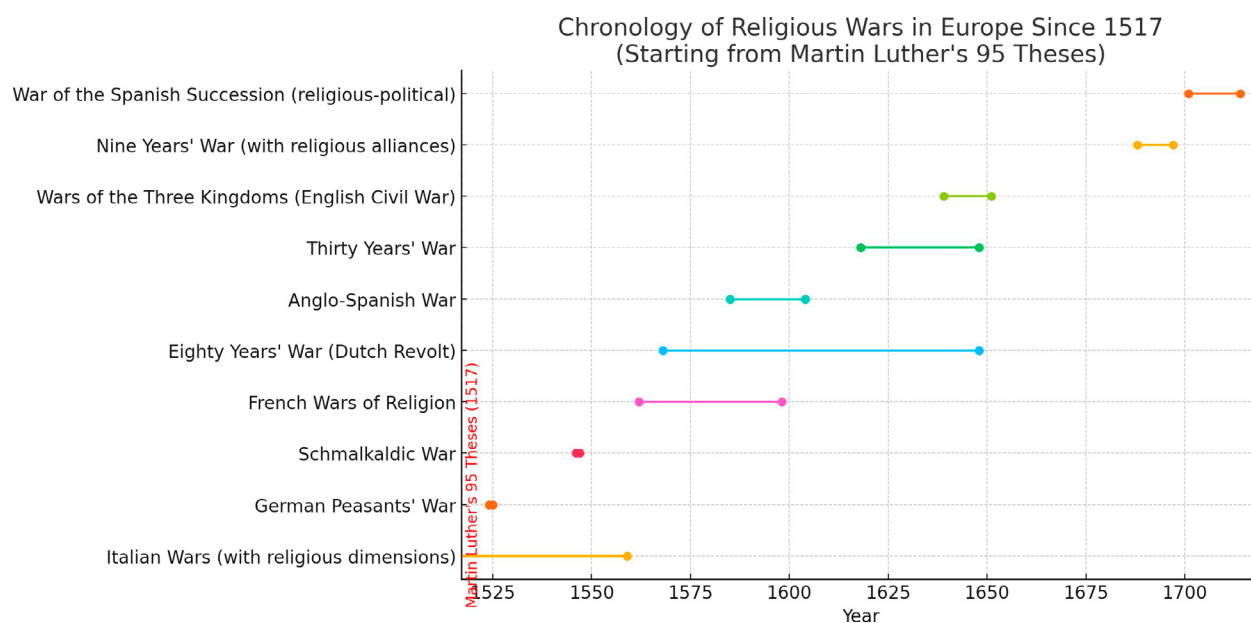
Last June, on a visit to La Rochelle, I rented a bicycle to explore the historic center and the seafront. In the afternoon, I pedaled towards a café, Café de La Paix. I was moved by nostalgia for an experience I'd never had - the sit around talking in the great historic cafés. It also helped to know that Georges Simenon often came here to write for ten years of his life.

I parked my two-wheelers very close to where Simenon left his horse, in the square of Saint Louis Cathedral.

Before entering the café, an impulse took me to the temple. I walked through its central nave, apse and side chapels, marked by France, the city and the place of other generations.

The first church on the site was built in the 11th century as the Catholic church of St. Bartholomew. In 1568, it was sacked and destroyed by the Huguenots¹, like the other Catholic churches in La Rochelle. With the siege of the city between 1627 and 1628, Cardinal Richelieu, Louis XIII's minister, ended Huguenot rule. In the following decades, they emigrated in masse to Protestant European countries, North America and the Caribbean. It was also in the 17th century that the building ceased to be "the great Protestant temple" and was renamed "Saint Louis Cathedral" in homage to King Louis IX. This episode took place in the context of the religious wars that ravaged France and Europe in general in the 16th and 17th centuries, between Catholics and Protestants.

¹ The name by which the French Protestants of the time were known.



Graphic made with support from CHATGPT

A question occurred to me, without any scientific basis²: are there any parallels between the times of the 16th and 17th centuries and the tumultuous times we are experiencing in Europe today?

On October 31, 1517, Martin Luther published his 95 Theses. Although there were signs³, criticisms⁴ and previous movements⁵ regarding the behavior of the Catholic Church at the time, this milestone represents a key moment, a *trigger*, for a set of historical transformations, through wars, migrations, redesign of states and territories, which take place over two centuries, accompanied by the deaths of millions of people⁶. All these recompositions opened up opportunities for the great historical changes of the 18th and 19th centuries in the West, namely the American Revolution, the French Revolution, Constitutionalism, the Enlightenment movement, new economic models and the preparation for the Industrial Revolution.

What underpinned the transformative movements of the 16th and 17th centuries, in competition with economic and political reasons, were religious reasons and the values associated with them. Part of the European elite and the population were tired of the way the Catholic Church and the Vatican presented themselves and exercised their ministry. The sale of indulgences, the hypocrisy associated with the idea of the salvation of the soul through the trade of forgiveness, the poor training of the clergy and clerical corruption were the straw that broke the camel's back.

In the 15th and 16th centuries, this happened in the context of various changes: the development of modern political regimes, new forms of social and economic structuring, accompanied by scientific and artistic ideals, technologies and knowledge about the world.

We are now experiencing several structural changes and a state of saturation. Although the picture is not the same, it is clear that events are also occurring today within the framework of long trends, with the power to make substantive changes to our ways of life.

² I couldn't find any comparative studies on this subject, although I did look at editions such as Parker, Geoffrey. "Global Crisis: War, Climate Change and Catastrophe in the Seventeenth Century". Yale University Press, 2013.

³ In particular, within the powers of the Holy Roman Empire, such as the *Gravamina Nationis Germanicae*, editions of 1455, 1461, 1510; within the Catholic Church, the calls for reform from the Councils of Pisa (1409), Constance (1414-18), Lateran (1512-17).

⁴ For example, Wycliffe, John. "De Civili Dominio", 1376; "De Ecclesia", 1378; Wimpfeling, Jakob. *Adolescentia*, 1500; Reuchlin, Johannes. *De Arte Predicandi*, 1503; Erasmus of Rotterdam, "Enchiridion militis Christiani", 1503; Lefèvre d'Étaples, Jacques. "Epistolae Pauli", 1512.

⁵ Examples include pre-reformist movements in Europe such as the Waldensians (France and Italy, from the end of the 12th century), the Franciscans (Italy, 13th-14th centuries), the Lollards (England, end of the 14th century - beginning of the 16th century), the *Devotio Moderna* (Netherlands, end of the 14th-15th century), the Hussites (Bohemia, beginning of the 15th century).

⁶ Estimates from different sources range from 7 to 13 million deaths.

⁷ Expression popularized notably by Noam Chomsky, Tim Kasser, Larry Gonick.

Where are the roots of the current saturation, of the overflowing glass, of the social, political and evaluative transformations that impact on all aspects of our lives?

Post-World War II Europe experienced a period of significant continuous development. The Welfare State asserted itself, public policies broadened their scope, particularly in the field of culture. New global and European organizations were created, such as the United Nations, the IMF and the EEC. Europe was divided into two blocs - Western and Eastern. The Western bloc developed a capitalist economy and a democratic regime, associated with the United States, and the Eastern bloc developed a planned economy and a communist regime, associated with the USSR. With the fall of the Berlin Wall and Perestroika, mostly, Western Europe and Eastern Europe converged, particularly within the framework of the European Union and NATO, and in the triumph of the capitalist economic model.

Capitalism - based on the ideas of property, market economy and profit - has successively managed to secure these three parameters and its ascendancy in economic, political and social models. This has been the case since the Mercantilism of the Modern Age, to industrial capitalism, to financial capitalism, to consumerist capitalism, to digital capitalism, in what we might now call *hyper-capitalism*.⁷

At the same time, as in the 15th and 16th centuries, in recent decades scientific, cultural, technological and religious revolutions are bringing about major social changes.

Often, in a mistake that is essentially the responsibility of many intellectual and academic circles in so-called Western Europe, we forget or fail to recognize the importance of today's religious transformations. In the 20th and 21st centuries, among other moments, the Second Vatican Council, Liberation Theology, the expansion of Evangelical and Pentecostal Christian churches and sects, the strengthening of the Muslim world (particularly the Islamic revolution in Iran, the spread of Salafism and Wahhabism), the de-

velopment of Orthodox Judaism, Conservative Hinduism, movements such as the Jehovah's Witnesses, Scientologists, Mormons, the affirmation of religions without religion, such as the diffuse dynamics of meditation and *wellbeing*.

If we remember that there are approximately 2.3 billion Christians in the world, 2 billion Muslims, 1.2 billion Hindus, 300 million Buddhists (just to mention the religions with the largest number of followers), totaling 5.8 billion human beings⁸, and that more than 70% of the population of the European Union considers itself religious⁹, we can see the critical error of Marxism, Neo-Marxism and European intellectuals in general who have devalued or devalue the cultural, political, economic and social importance of the religious factor and the value orders associated with it, as building blocks of personal and social dynamics.

To the consideration of the religious factor and related values as a contemporary explanatory element, I would add other aspects: the changes in ethical-normative references determined by states in recent decades, and the changes in working models. These aspects can be read in the light of the social and evaluative movements associated with May 68 and the 1970s, whose main demands were the critical and evaluative autonomy of the individual and the defense of safety at work, with an impact on state regulations and the management model of companies¹⁰. Currently, on the work model side, there is a transition from a Fordist-industrial model, centered on stability, hierarchy and repetitive tasks, to flexible, digital and increasingly unstable forms, with atypical links, mediated by digital technologies and algorithms. This transition in the 21st century has been driven by globalization, the digital revolution and economic crises, generating tension between productivity and social protection.

At the same time as these dynamics, there have been drastic changes in values, which articulate different aspects of social life. I present them in a comparative chart:

⁸<https://www.pewresearch.org/religion/> 2020 data.

⁹ Global Religious Landscape. Pew Research Center; 2012. Religious Composition by Country, 2010-2020, Pew Research Center, 2025.

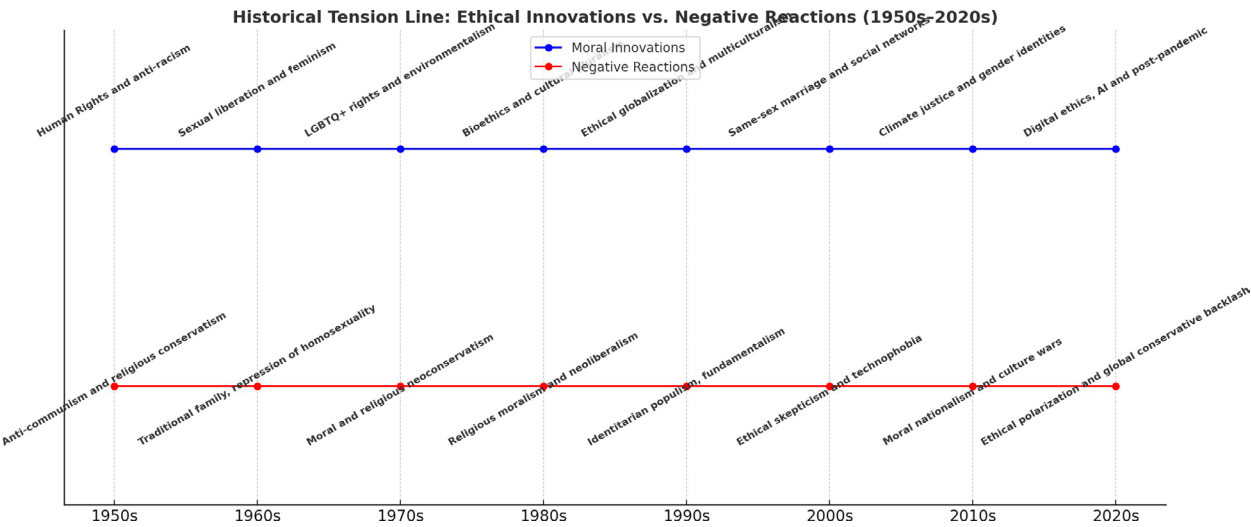
¹⁰ Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. "Le nouvel esprit du capitalisme", Gallimard, 2011.

Values Comparison Chart

Transição de valores morais e éticos (1945-2024)	
Fé dogmática	Pluralismo espiritual
Crescimento ilimitado	Sustentabilidade
Uniformidade	Diversidade
Coerção	Consentimento
Tradição	Inovação moral
Hierarquia	Igualdade
Autoridade	Autonomia

Graph made with the support of CHATGPT

These changes have provoked various reactions:



Graph made with the support of CHATGPT

Alongside the positive reactions, the negative reactions to moral innovations are not limited to retrograde resistance, but reveal real conflicts of worldview, identity and social order. In democracies, the inability of elites to understand these tensions is an important element, although not the only one, in understanding the progressive dissatisfaction with the performance of democratic regimes.

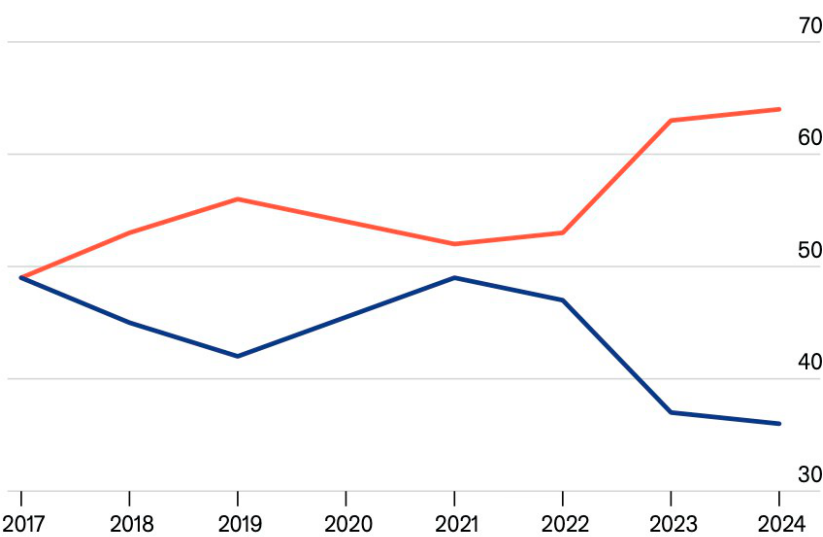
Satisfaction with democracy across 12 high-income, democratic countries is down in recent years

Median % who are satisfied with the way democracy is working in their country

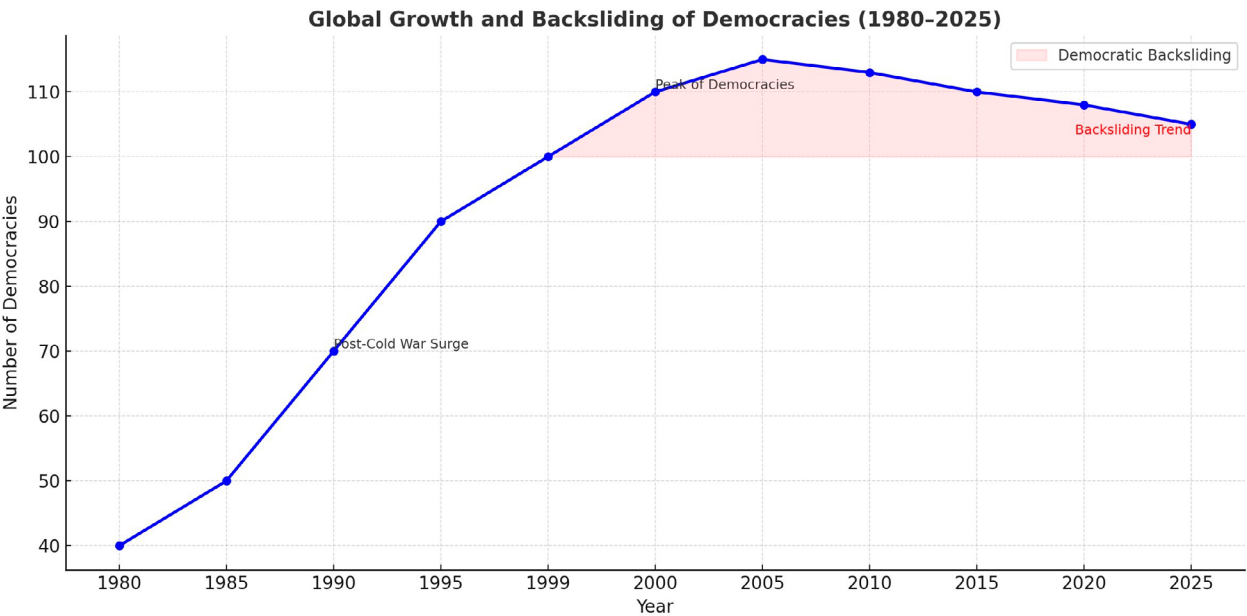
— Satisfied
— Dissatisfied

Note: Percentages are medians across 12 advanced economies: Canada, France, Germany, Greece, Italy, Japan, The Netherlands, South Korea, Spain, Sweden, the United Kingdom and the United States. Starting in 2021, U.S. data is from Pew Research Center's online American Trends Panel; older data is from telephone surveys.

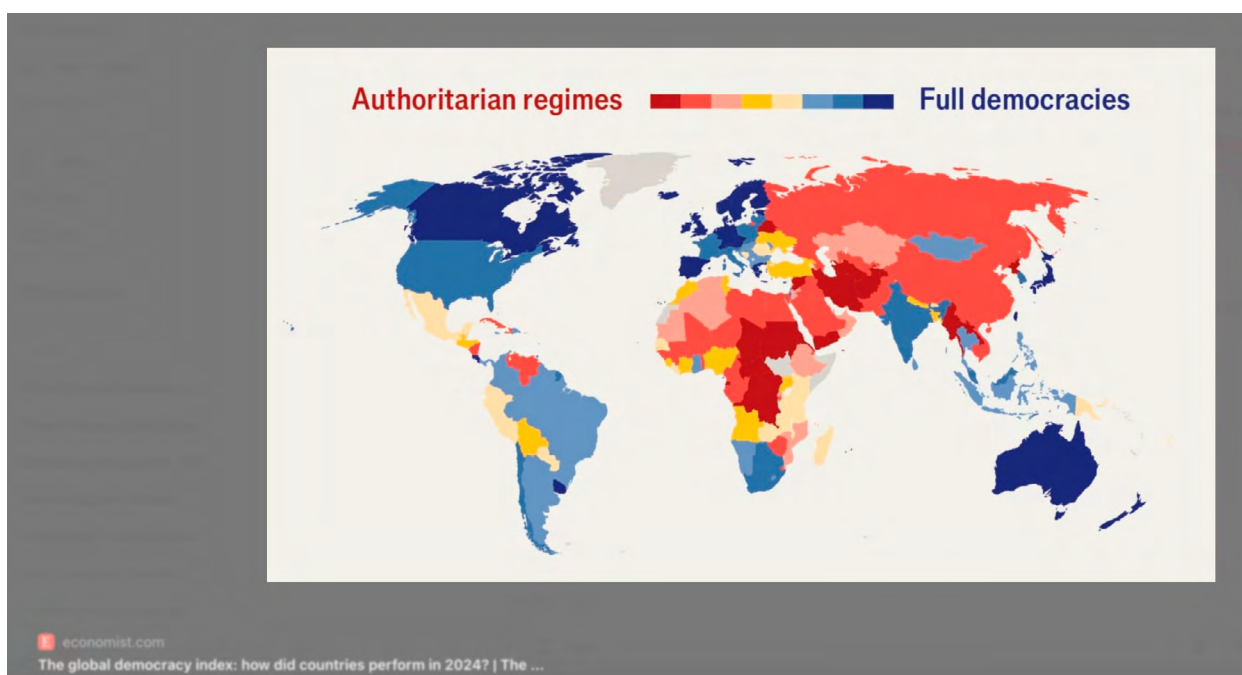
Source: Pew Research Center.



This dissatisfaction is correlated with the decrease in the percentage of democratic countries in the world and the transition of votes from traditional parties to populist parties in democratic countries.



Graph made with the support of CHATGPT



In the Global Democracy Index for 2024, published by The Economist in February 2025, the 25 “full democracies” in the world represent less than 7% of the world’s population.

In these countries, human rights, electoral process and pluralism, the functioning of government, political culture and political participation¹¹, have the strongest positive correlation and solidity in global terms. So why are ever larger percentages of the Western population voting for populist parties?

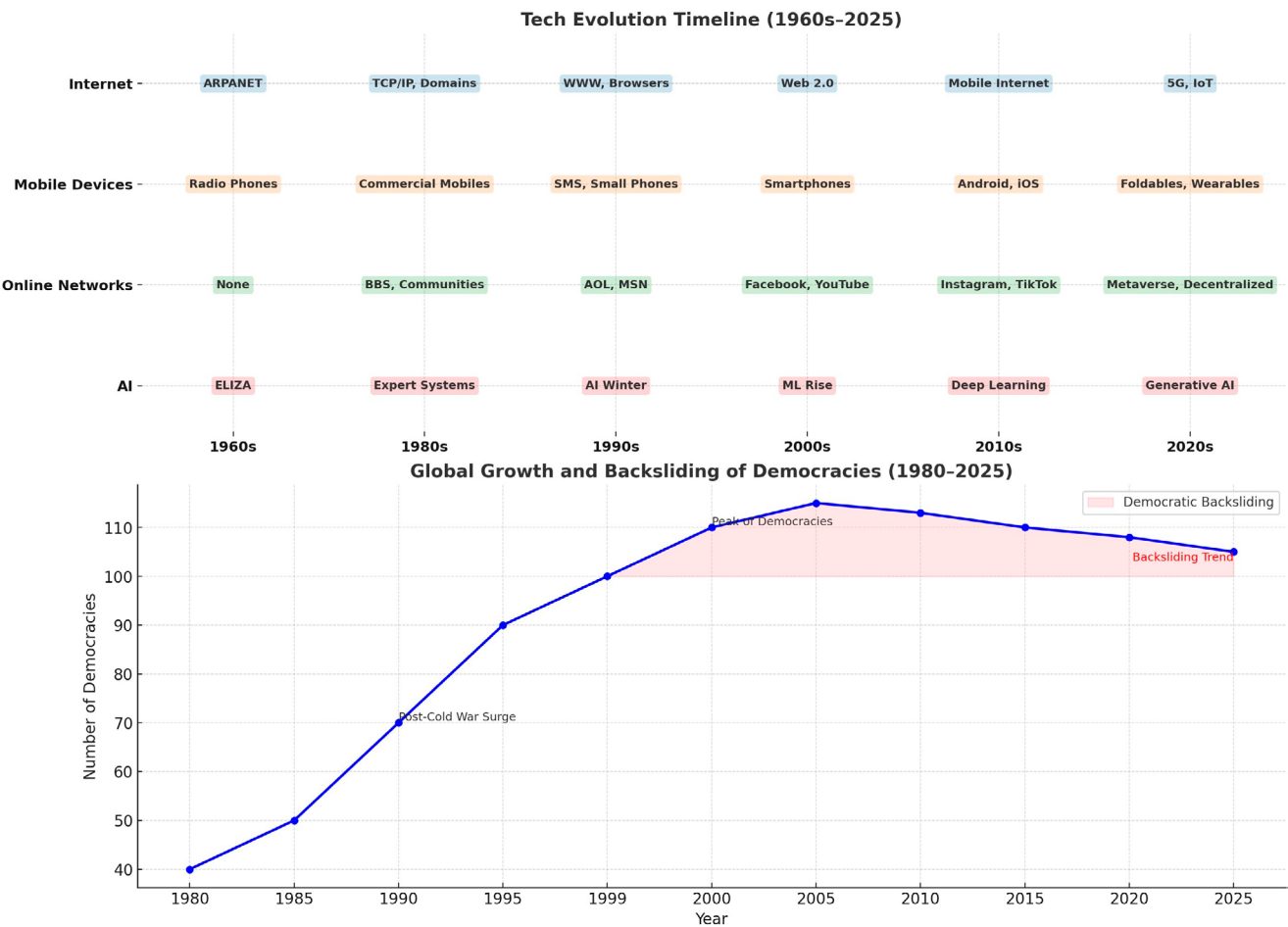
Is the divergence between the values of a large part of the population and the normative values of the state an explanatory factor?

Do the growing inequalities caused by the current work and income models play a role?

There is no single explanatory reason. However, it is essential, if we want to be effective in our intervention, to understand the state of the communities where we want to intervene, and what recognition and willingness to receive our interventions can obtain from the recipients.

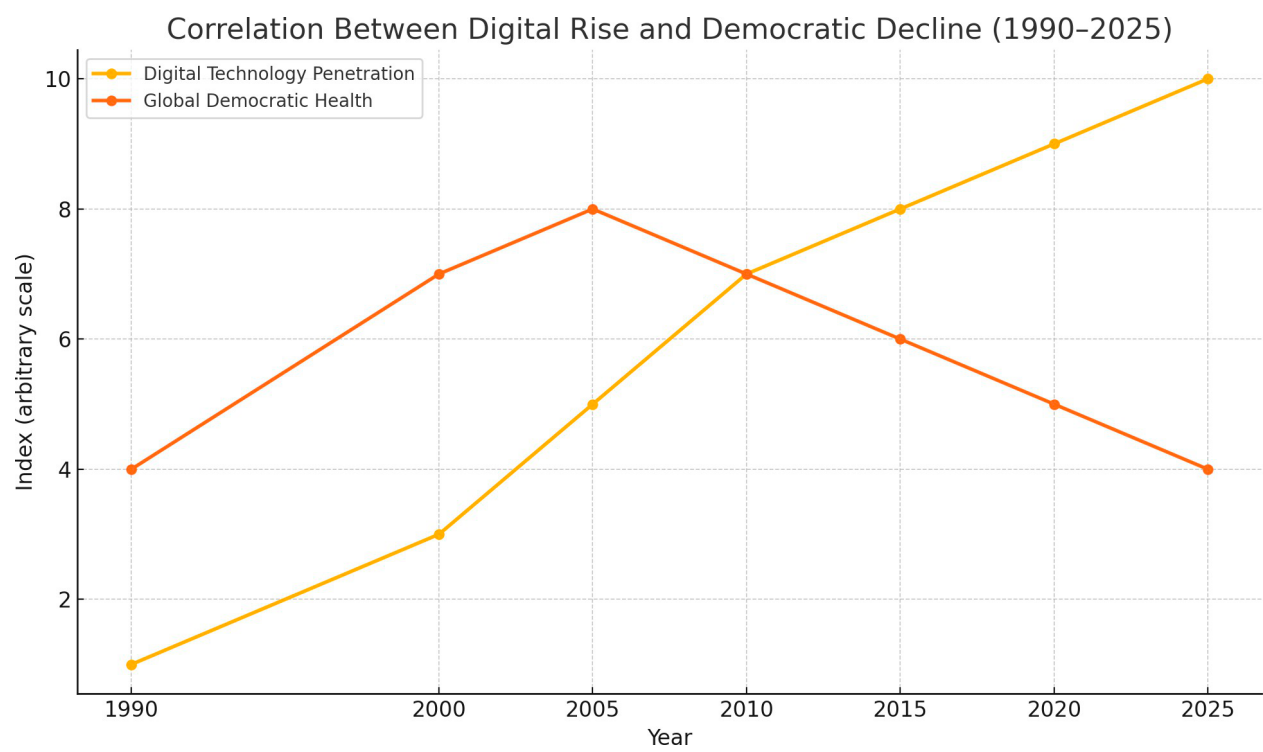
The dynamics of recognition and reception refer to knowledge of the contribution of digital media to the current situation.

See the timeline of the evolution and penetration of digital technologies and their relationship with the decline of democracy:



Graph made with the support of CHATGPT

These charts can be summarized in the following correlation:



Graph made with the support of CHATGPT

Although digital technologies strengthened democratic participation in the last decades of the last century, they have since become sophisticated tools for authoritarian control, disinformation and social polarization. Digital technologies have become both a tool and a terrain for democratic struggle.

While they offer opportunities for empowerment, their current trajectory reveals a strong correlation with the erosion of democratic governance around the world. The priests, intellectuals and politicians, *influencers* of yesteryear - in analog societies - have been replaced by new *influencers* in digital societies. The center of attention and its oracles have shifted away from the model parameters that once governed the dynamics of reception, recognition and authority.

The combination of the aforementioned political, social, economic and evaluative factors, as well as the awareness that more education is no longer a guarantee that the social elevator will work¹² and that there is a correlation between perceived poverty and the rise of populism¹³ are reasons to declare that we are now living through a new social, cultural, political and economic fire of vast proportions in time and space?

A fire whose fuse is strong antagonisms in personal and social values of reference and the affirmation of new authoritative voices?

In the 21st century, there are structural differences in the incendiary discursive dynamics compared to the discourse enunciated in Calvino's 95 Theses, which synthesized the times of distrust and discontent of his time in powerful words.

¹² Goldthorpe, John H. "Social Class Mobility in Modern Britain: Changing Structure, Constant Process" *Sociology*, Vol. 50, No. 3 (2016): 406-422; Piketty, Thomas. "Capital and Ideology" (2019).

¹³ Margalit, Yotam. "Economic Insecurity and the Causes of Populism: Reconsidered", *Journal of Economic Perspectives* (2019); Algan, Yann et al. "The Rise of Populism and the Collapse of the Left-Right Paradigm" (2017, CEPR).

¹⁴ Roy, Olivier. "Globalized Islam: The Search for a New Ummah". Columbia University Press, 2004; Marzouki, Nadia; McDonnell, Duncan; Roy, Olivier (eds.) "Is Europe Christian?" Rowman & Littlefield, 2016; Kaya, Ayhan. "Islamophobia in Western Europe: A Comparative and Multi-Level Study". In *European Islamophobia Report 2016*, SETA Foundation, 2017; Mudde, Cas. "The Far Right Today". Polity Press, 2020. Lindholm, Tore; Roald, Anne Sofie; Moe, Christian. "Religious Exclusivism and Support for Political Extremism among European Youth." *Frontiers in Psychology*, vol. 12, 2021; Canopy Forum (Emory University). "The Rise of the Christian Right in Europe", 2024. <https://canopyforum.org/2024/11/06/the-rise-of-the-christian-right-in-europe>.

¹⁵ Huntington, Samuel P. "The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order". New York: Simon & Schuster, 1996.

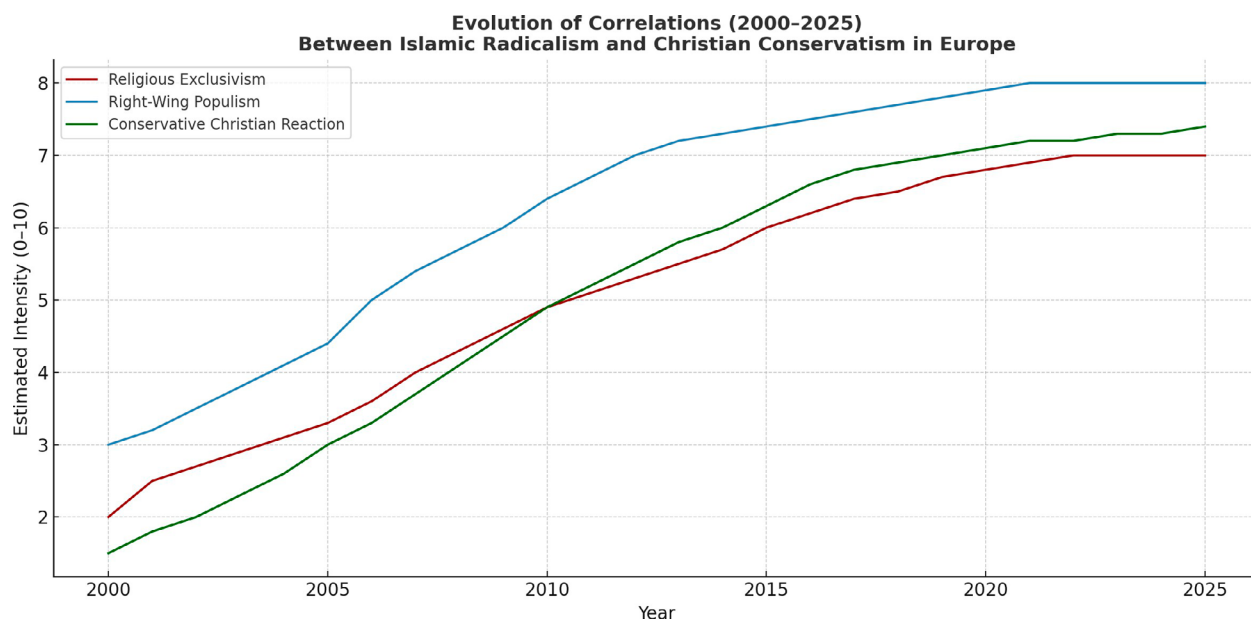
¹⁶ Sen, Amartya. "Identity and Violence: The Illusion of Destiny". New York: W. W. Norton & Company, 2006.

And, insidiously, part of the transformations referred to in this century refer to a fiery discourse driven by fanaticism.

Fundamentalist Islamic militants have had a slow burn in the making for decades, which broke out openly with the attack on the Twin Towers in New York on September 11, 2001. This attack is defended in a 2002 text, Osama Bin Laden's "Letter to America". Among other reasons, it invokes the cultural and moral humiliation of Islam, the immorality and social decadence of the United States, and proposes conversion to Islam.

Of course, no reason invoked, moral, ethical or legal, can justify murder, slaughter or genocide. Not in the 16th century, not in the 20th century, not in the 21st century, regardless of who did it and where it happened.

The fire that spread in 2001 continues to spread. Islamic radicalism has encouraged exacerbated and isolationist Christian conservatism and right-wing populism. Even if not all Christian conservatism is exacerbated and isolationist, and not all right-wing populism has this root¹⁴. The more intolerance grows on one side, the more it grows on the other, in what some would like to see as a clash of civilizations¹⁵, a dangerous simplism¹⁶ and demagogic.



Graph made with the support of CHATGPT

Of course, fires only spread when the territory offers good opportunities, when there is a lot of combustible material nearby. The rapid spread of intolerance, divisionism, segregation and tribalism in democratic countries means that protection against social and value fires was, and is, weak.

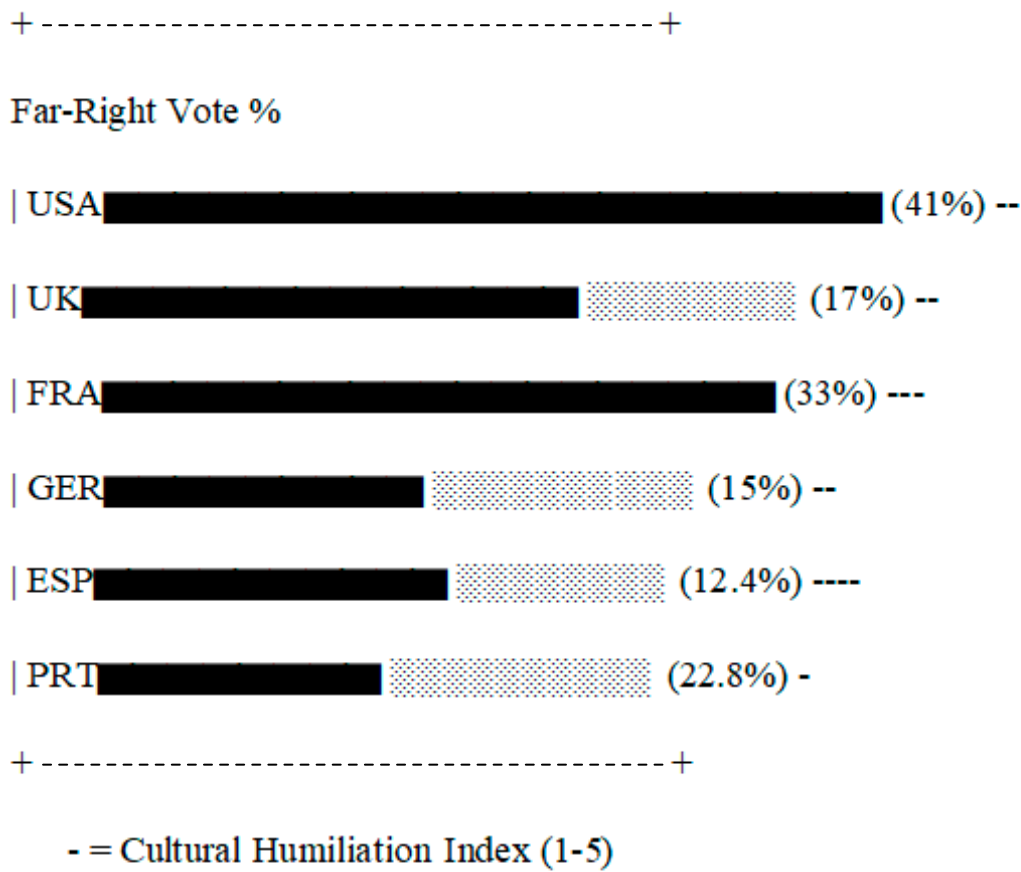
To what extent, today, the combination of the feeling of cultural and moral humiliation, the rise of populism, and democratic decay in Europe correlate?¹⁷

To obtain quantitative and qualitative answers, I used the following dependent variables of “cultural and moral humiliation”:

- a) *Feeling of disrespect for traditional values* (religious, national);
- b) *Perception of being morally condemned by “cosmopolitan elites”*;
- c) *Fear of “cultural substitution”* due to global immigration;
- d) *Nostalgia for a “morally coherent” society of the past.*

¹⁷ Pippa Norris & Ronald Inglehart. “Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism” (2019); Arlie Russell Hochschild. “Strangers in Their Own Land” (2016); Cas Mudde. *The Far Right Today* (2019); Francis Fukuyama. “Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment” (2018).

Here is the most recent data obtained :



Cultural Humiliation Index scale key: 1-2 low --, 3 moderate ---, 4-5 high ----

Graph made with the support of CHATGPT

Cultural and moral humiliation - often expressed through perceptions of disrespect, threat to identity and loss of dignity - plays a significant role in fostering populist tendencies. These tendencies are amplified by political narratives that promise to restore pride, order and cultural cohesion. Whether in the 16th century, the 20th century or the 21st century, with different contexts, forms of action and consequences, the correlation between cultural and moral sentiments and personal and social behavioral tendencies is effective.

The reason why I have taken this journey - since I left my bike at the entrance to the Café de La Paix in La Rochelle - is the same reason why I ask: What is the path that guides the action of European cultural networks in the face of the need for Culture to be present in the current context and, more precisely, in the European Union, a stronghold of democracy in the world?

The President of the European Commission, Ursula von der Leyen, in the Mission Letter of the current European Commissioner for Intergenerational Justice, Youth, Culture and Sport, of September 17, 2024, states that the Commissioner must develop a new Cultural Compass - European

Compass, in the original - a comprehensive strategic framework to guide and harness the multiple dimensions of culture¹⁸. The Commissioner, in a communication to the European Parliament on March 21, said that Culture is the heart of Europe and that cultural operators are the energy that feeds it¹⁹. In his speech at this seminar, the Commissioner defended three pillars: values, people and cultural diplomacy. These statements are in line with the "Cultural Deal for Europe"²⁰, proposed in 2020 by three European cultural networks present here, and whose motto was unity, democracy and resilience,²¹ corresponding to the convergence of efforts made since the Covid 19 pandemic and which, year after year, has achieved concrete results, as was mentioned this morning.

On February 4 this year, the proponents of this agreement organized a meeting in Brussels under the theme "Culture: The Compass for Europe's Future". This resulted in a report, presented last March.²²

The report begins by saying that "we are going through a storm" and that "the only right way forward is based on our values".

Once again, the emphasis on values. But which values, in this case?

Since the theme of values is an important element in populist demands, what European values are these cultural networks talking about?

The values of sustainability, inclusion, diversity, equality and human rights are mentioned - in that order.

The American Constitution of 1786 and the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen of 1789, as part of the French Revolution, enshrined the values of liberty and equality. "Liberté, Égalité, Fraternité" would later appear as the official motto of the Second French Republic in the Constitution of 1848.

Freedom, Equality, Fraternity, Sustainability, Diversity, Inclusion and, in general, Human Rights, are more than values, they are meta-values. They are framework values, which require operative values in order to become effective in the context of a given society.

Here are the values and concerns of Europeans according to the most recent surveys:

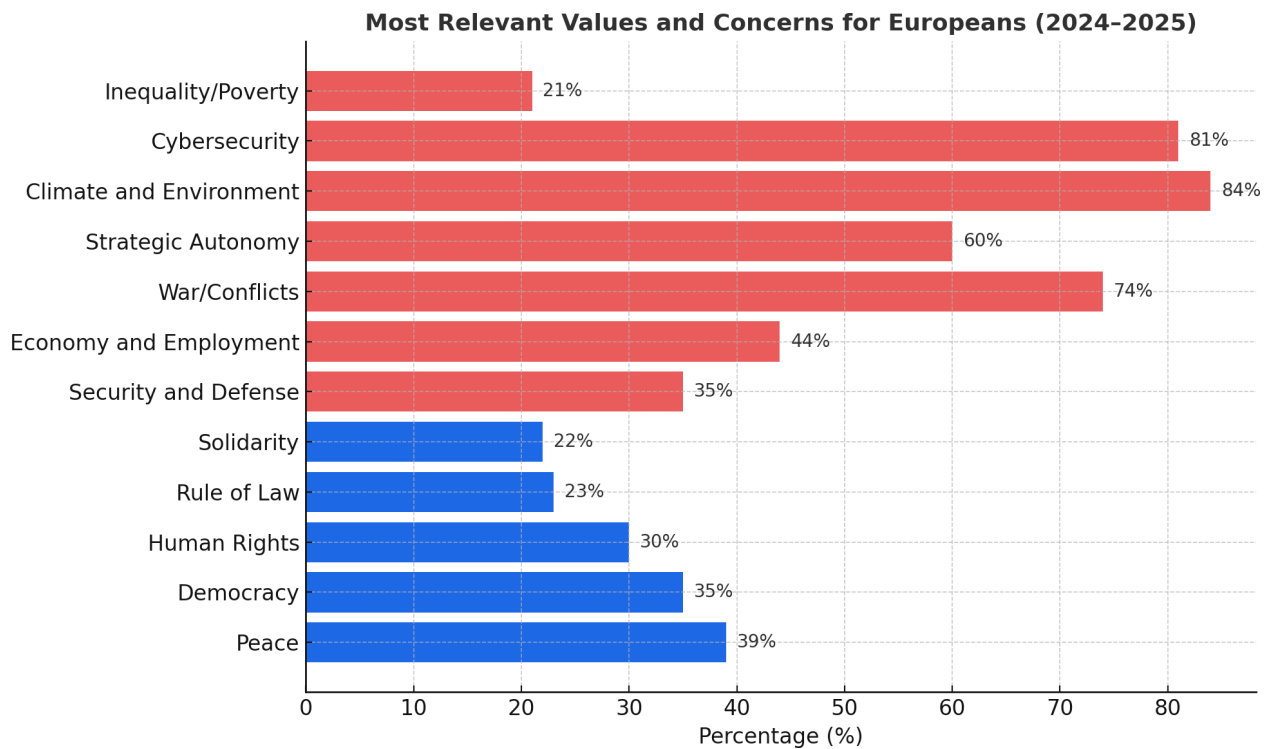
¹⁸ https://commission.europa.eu/document/c8b8682b-ca47-461b-bc-95-c98195919eb0_en

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=QdIEzmzNHgc>

²⁰ <https://cultureactioneurope.org/projects/culturaldealeu-campaign/>

²¹ <https://culturalfoundation.eu/wp-content/uploads/2024/12/Statement-CDEU-2024.pdf>

²² <https://culturalfoundation.eu/stories/cdeu-culture-the-compass-for-europes-future-report/>



Graph made with the support of CHATGPT

While it is true that Europeans hold dear the values of democracy, peace and human rights²³, and consider culture and heritage to be important²⁴, it is also true that, proportionally, recognition of these values does not correspond to mobilization in favour of them²⁵. And alongside these values, there are other values, which in relation to these can be considered anti-values, which are on the rise in Europe too, as already mentioned: intolerance, segregation, exacerbated identities, the exclusion of the other, which are reflected in xenophobia, anti-Semitism, Islamophobia, hate speech and anti-immigration, the regression in the rights of gender minorities.²⁶

So let's talk about mobilizing Europeans for the values they recognize as positive, and how culture can foster democracy, with cultural networks as one of the pillars.

I have entitled this communication "Cultural discourse, voice, networks and power in a changing world".

Regarding the concept of discourse, Michel Foucault said that "(...) discourse is not simply that which manifests (or conceals) desire; it is also that which is the object of desire; and since - and this is what history never ceases to teach us - discourse (...) is not simply that which translates struggles or systems of domination, but that for which, and with which, we struggle, the power of which we want to seize."²⁷

This definition of discursive exercise directs us towards the totality that discourse represents, towards its ultimate meaning as a manifestation and object of power in human societies.

Is contemporary cultural discourse and its power consistent with the aim of having more and better democracy in Europe through culture?

²³ Eurobarometer March-April 2025, https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3492?utm_source=chatgpt.com

²⁴ Special Eurobarometer Culture, May 2025, https://www.ne-mo.org/news-events/article/culture-unties-new-eurobarometer-shows-strong-support-for-culture/?utm_source=chatgpt.com

²⁵ Eurobarometer 2025 - Special Report on Culture and Identity; European Parliament Briefing on Creative Europe and Culture Compass (2025); Europa Nostra / ENCATC Consultations with Commissioner Micallef; European Cultural Foundation - "Culture Is Not a Luxury" Report (2025).

²⁶ Zerka, Pawel. "Welcome to Barbieland: European sentiment in the year of wars and elections". European Cultural Foundation, European Council on Foreign Relations, September 2024. <https://ecfr.eu/publication/welcome-to-barbieland-european-sentiment-in-the-year-of-wars-and-elections/#summary>

²⁷ Foucault, Michel, "The Order of Discourse", Relógio d'Água Editores, 1997

In order to be effective, beyond the dynamics of its intentions and production, discourse needs distribution, reception, recognition and operation.

Today, in the face of the saturation of the space of discursive voices, in the face of the dissolution of the sense of legitimate discourse and institutional authority in favor of new voices, in the face of the erosion of the sense of public space and private space, how can cultural discourse be placed, or rather, which cultural discourses, by which means, are or could be powerful voices for a stronger democracy?

The majority of European cultural networks are civil society organizations, part of the Third Sector. Through their work, do these networks have influence and transformative power within the framework of today's Europe?

In the 1980s and 1990s, the agenda driving these networks was their creation and development within the framework of an enlarging Europe. In the first quarter of this century, the aim was to consolidate them, generate regular programs, promote exchanges, represent the interests of members vis-à-vis public authorities and influence them.

Faced with the current challenges, many are talking on the web about the need to resist populist movements or to regenerate social dynamics and nature.

I'd like to look at the issue in another way, and say that we need to **understand** and **build**.

Most artists, performers, authors, writers, critics, academics, cultural managers, programmers, curators, museologists, archivists, librarians, technicians and assistants in the field of culture, in short, agents of what I will call the *cultural ecosystem*, aspire to a more democratic, cohesive, inclusive and developed society.

Has the work of this cultural ecosystem contributed to making this society a reality?

Or is the result of its action, even when it is critical of the established powers and the prevailing dangers, not, above all, an escape valve for tensions within the system, which ends up not contributing to potential systemic reforms or transformations?

Are the critical dynamics of the cultural system, produced in the context of hyper-capitalism and state erosion, above all a remedy that allows something to change so that everything stays the same? Will we be the jesters in the court of new aristocracies and oligarchies, occupying the people in the circus of desire and the bread of entertainment?

Cultural activists promote networks with scarce resources and a certain naivety when it comes to the power of impact in the face of their demanding agendas. Other networks - economic, commercial, political - are competing in the global and European context, much more structured, professional and with clearly superior resources to carry out their agendas.

These are agendas aimed at exacerbated consumerism and entertainment in all areas of life, agendas based on a model that is impossible to maintain, that of promoting continuous industrial growth, which is killing the planet and its resources and destroying contemporary human societies.

Sometimes these networks are associated with agendas to conquer, maintain and manipulate political, economic, social and cultural power at local, regional, national or international level, targeting people, groups and entire communities.

Among these global networks, what Cooley, Heathershaw and Oliveira call the “transnational uncivil society” plays an important role²⁸. Actors who assert themselves on the international stage in an order of mobilization and networking of autocrats, kleptocrats (“uncivil elites”²⁹) and devices that support and legitimize them. These devices eventually make the line between serious and worthy institutions, people and actions and those of violence, theft, corruption, tyranny, undue profit and environmental aggression imperceptible. This is the case, for example, with the use of philanthropy by these “uncivil elites”.³⁰

It is urgent to undertake, to build, at a time when others are seeking to disarm, diminish or even destroy democratic communities, by devaluing and/or predating state and regulatory institutions³¹, the normative edifice³², the welfare state³³, free competition³⁴ and communicational intoxication.³⁵

Documents and interactions such as the “Cultural Deal for Europe” or “Culture, the compass for Europe’s future” are important for mobilizing cultural networks.

We urgently need to move on to the next stage - affirming values beyond the meta-values mentioned there. We need the mobilization of cultural agents and citizen mobilization for cultural construction within a democratic framework, through the implementation of action platforms that go beyond the usual circuits of the professional cultural community and actually reach the majority of the population, and not just the elites.

To this end, I make brief statements based on quantitative data, ask related questions and conclude with some suggestions:

In the 27 states of the European Union, roughly 8 million people work in the field of Culture, representing 3.8% of total employment.³⁶

²⁸ Cooley, A., Heathershaw, J., & Soares de Oliveira, R. (2023). "Transnational uncivil society networks: kleptocracy's global fightback against liberal activism". *European Journal of International Relations*, 30(2), 382-407. <https://doi.org/10.1177/13540661231186502>. (2024)

²⁹ Idem, pp. 304.

³⁰ Ibidem, pp. 304.

³¹ Levitsky, Steven & Ziblatt, Daniel. "How Democracies Die." Crown, 2018; Eurofound. "Trust in crisis: Europe's social contract under threat," May 2, 2024; OECD, "Survey on Drivers of Trust in Public Institutions - 2024"; David-Barrett, Elizabeth. "State Capture: How democracy can be systematically corrupted." *Journal of Cyber Policy*, 2023; Brookings Institution, "Tracking regulatory changes in the second Trump administration," 2025.

³² Bloomfield, Alan. "Norm antipreneurs and theorizing resistance to normative change." *Review of International Studies*, Available on CJO 2015 doi:10.1017/S026021051500025X.

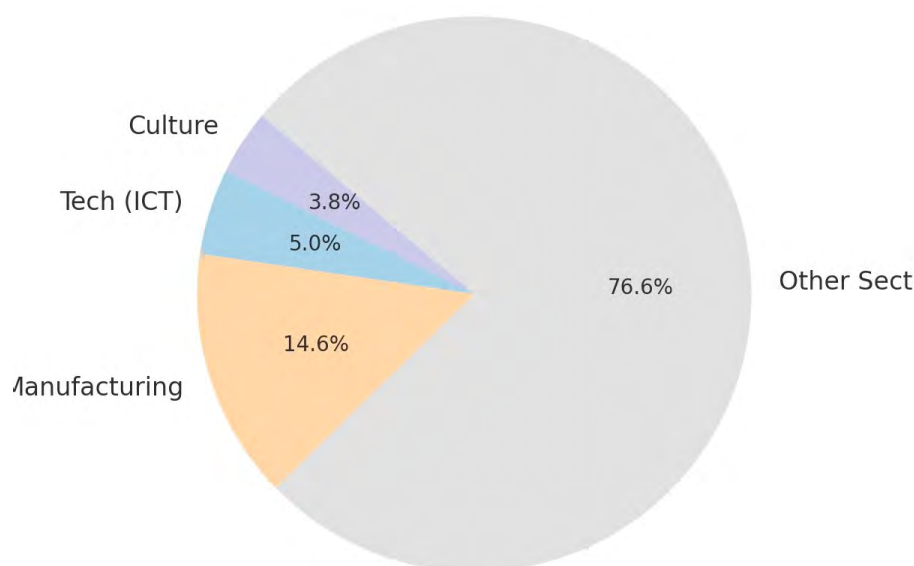
³³ Judis, John B. *The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics*. Columbia Global Reports, 2016; Piketty, Thomas. *Capital and Ideology*. Translated by Arthur Goldhammer, Harvard University Press, 2020. Originally published in French, 2019; Rodrik, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. W. W. Norton & Company, 2011; Crouch, Colin. *Post-Democracy*. Polity Press, 2004; Mudde, Cas, and Cristóbal Rovira Kaltwasser. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2017; Polanyi, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Farrar & Rinehart, 1944.

³⁴ Tepper, Jonathan, and Denise Hearn. *The Myth of Capitalism: Monopolies and the Death of Competition*. Wiley, 2018; Mazzucato, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. Anthem Press, 2013; Christophers, Brett. *Rentier Capitalism: Who Owns the Economy, and Who Pays for It?* Verso, 2020.

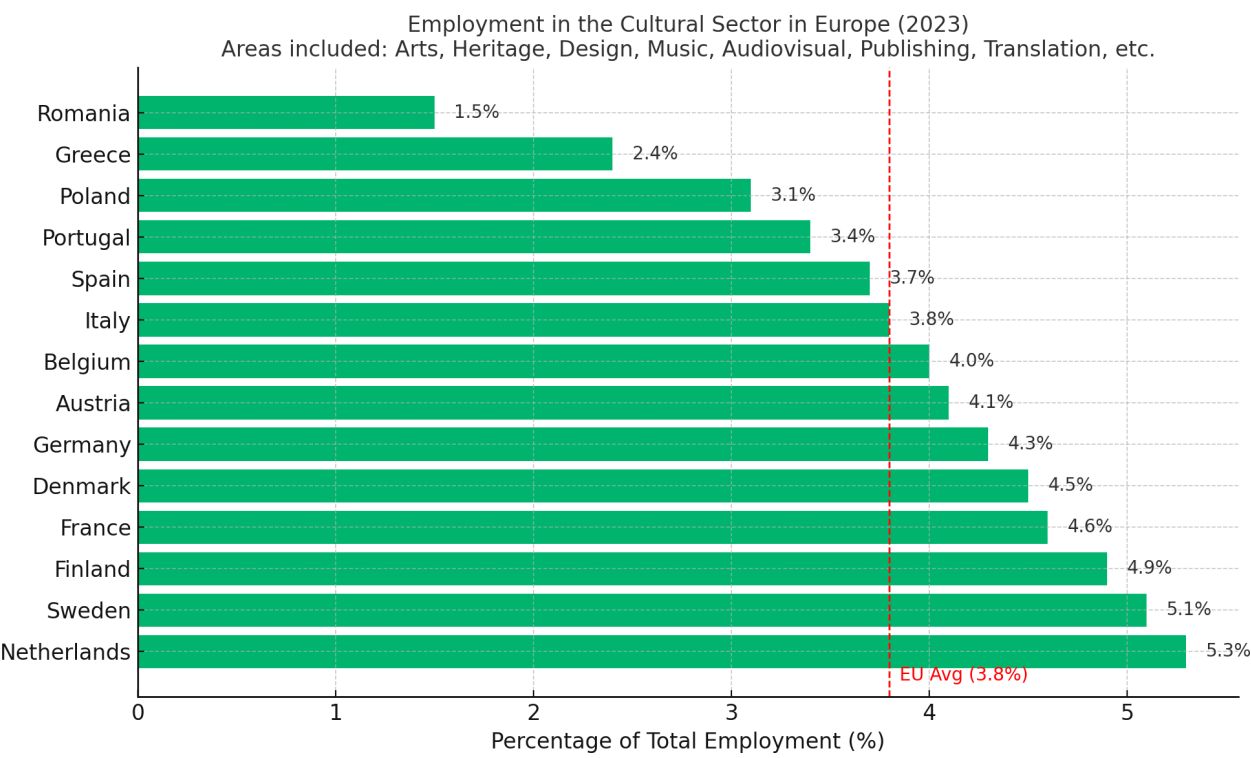
³⁵ Morozov, Evgeny. "The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom" (2011); Wardle, Claire & Derakhshan, Hossein. "Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework" (Council of Europe, 2017); UNESCO. "Addressing the Information Disorder" (2021); Castells, Manuel. "Rupture: The Crisis of Liberal Democracy" (2020); European Commission, "Strengthened Code of Practice on Disinformation," 2022.

³⁶ Eurostat, data for 2024.

Employment Share in EU by Sector (2024)



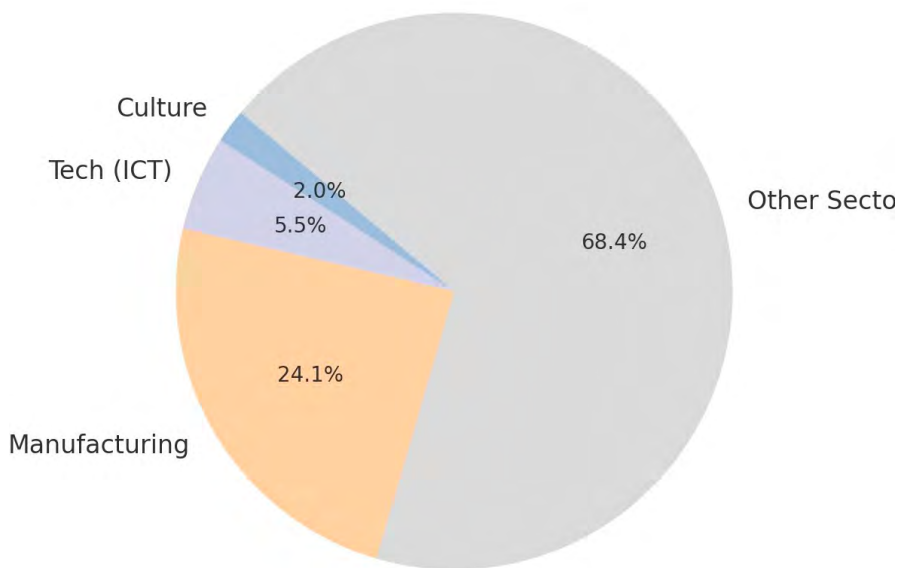
Graph made with the support of CHATGPT



Graph made with the support of CHATGPT

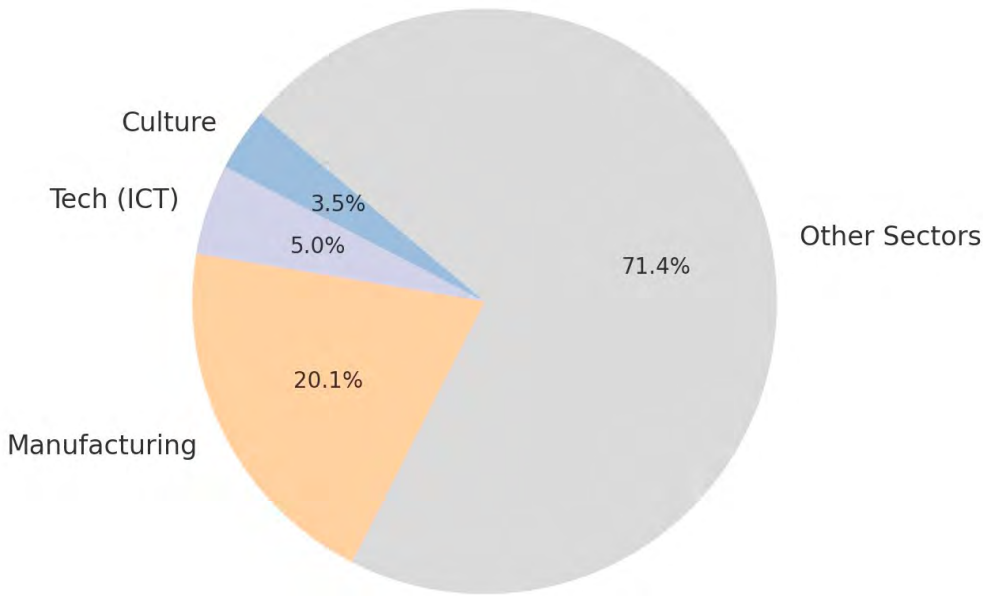
What is being done in and by cultural networks to involve culture workers in general in a pro-democracy program in Europe? Have we succeeded in getting culture to integrate the democracy vector into the strategic pillars of the European Union?

Value Added Share in EU by Sector (2022)



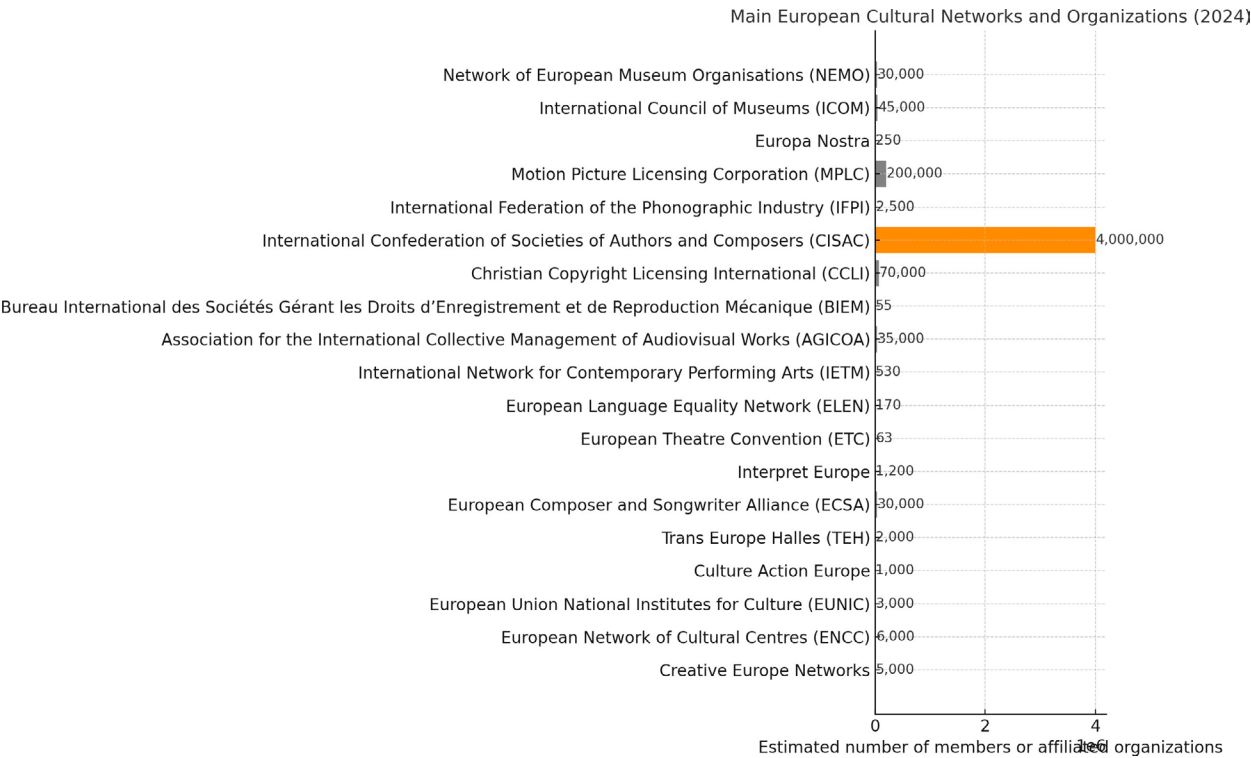
Graph made with the support of CHATGPT

Adjusted Value Added by Sector (Illustrative, incl. Externalities)



Graph made with the support of CHATGPT

We need to get Eurostat and the national statistical authorities to adjust the parameters that make it possible to calculate Culture’s GVA, taking into account the positive externalities directly generated.

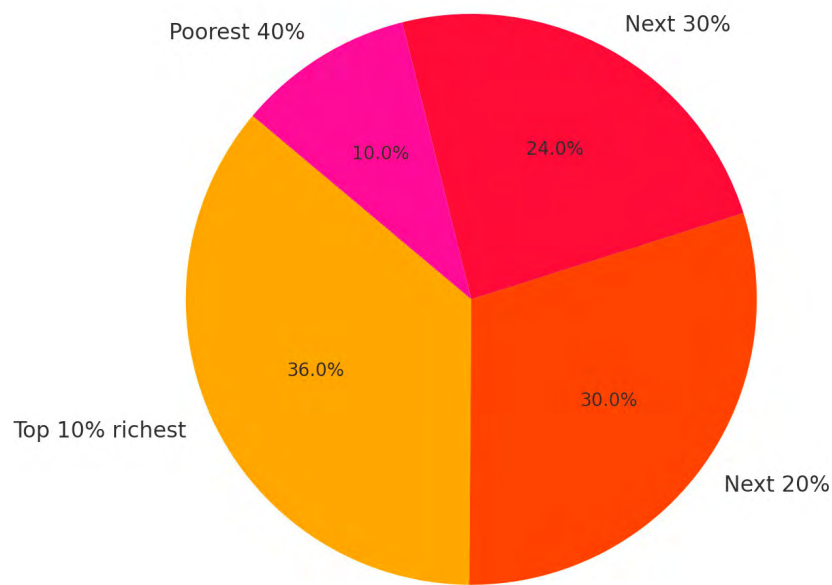


Graph made with the support of CHATGPT

What links exist between these 19 cultural networks?

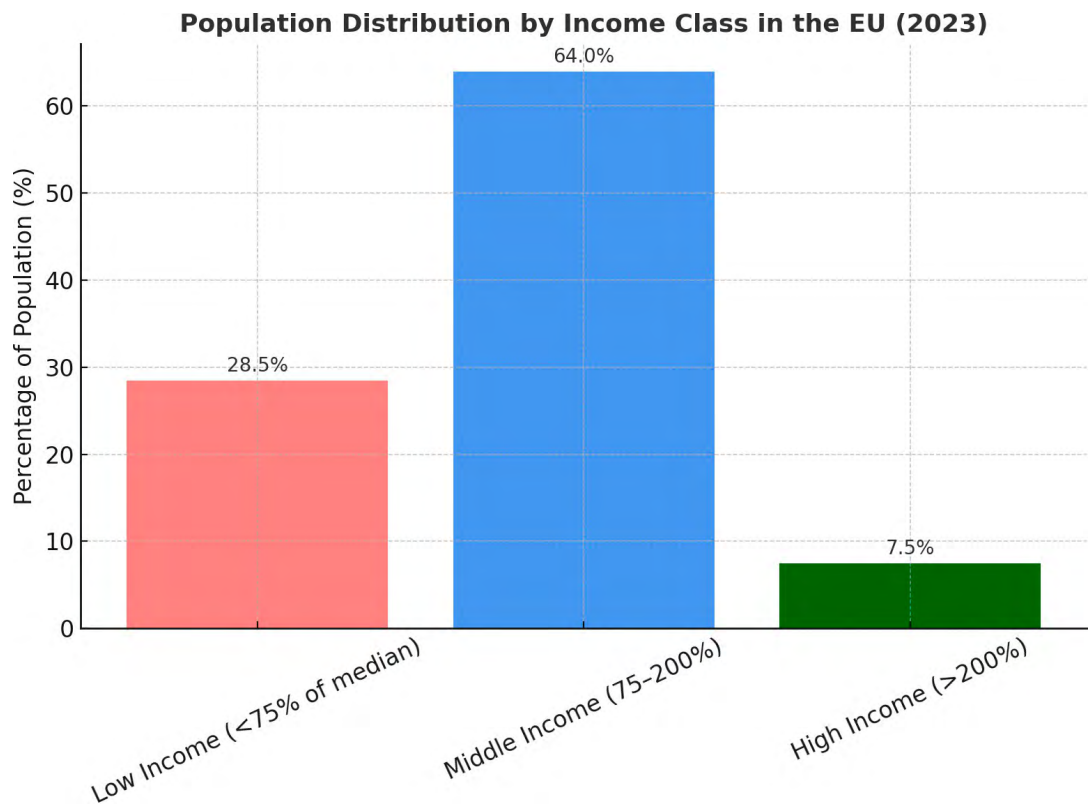
What common agenda points are possible in order to build democracy?

Estimated Wealth Distribution in Europe (2024)



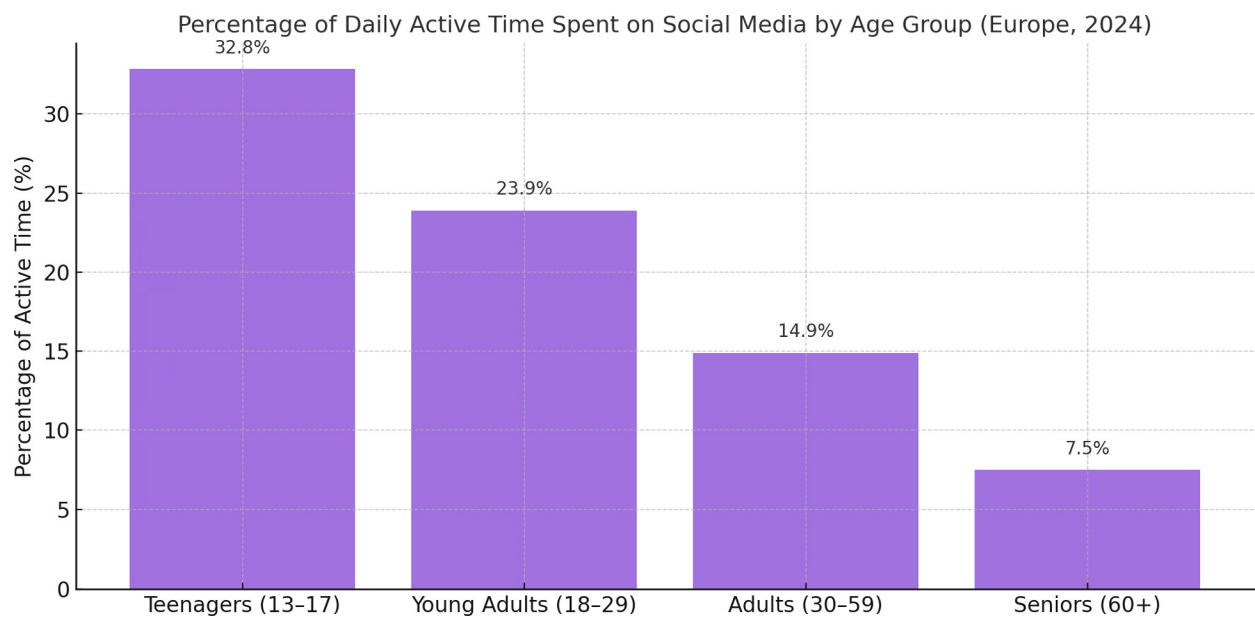
Graph made with the support of CHATGPT

We are not the continent in the world with the greatest degree of inequality in the distribution of wealth. But it does exist and it’s large, as is its perception.



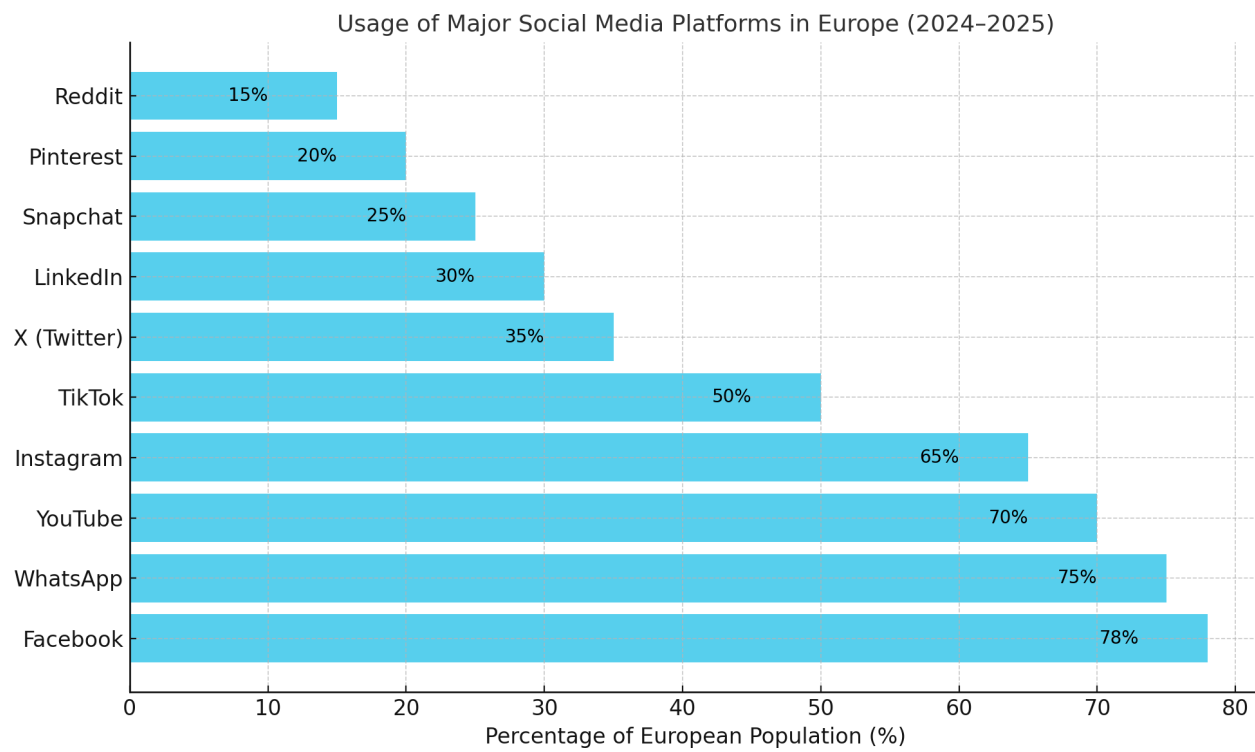
Graph made with the support of CHATGPT

What cultural work are we doing with the middle and lower classes?



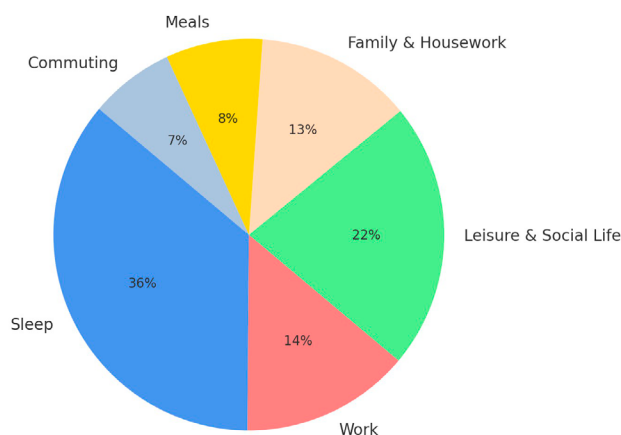
Graph made with the support of CHATGPT
Sources: Data Reportal 2023, Global Web Index, Eurostat/Sprinklr, Eurostat/Facebook, via ChatGPT

Do cultural networks develop presence projects in the digital space that are customized according to the ages and interests of the recipients?

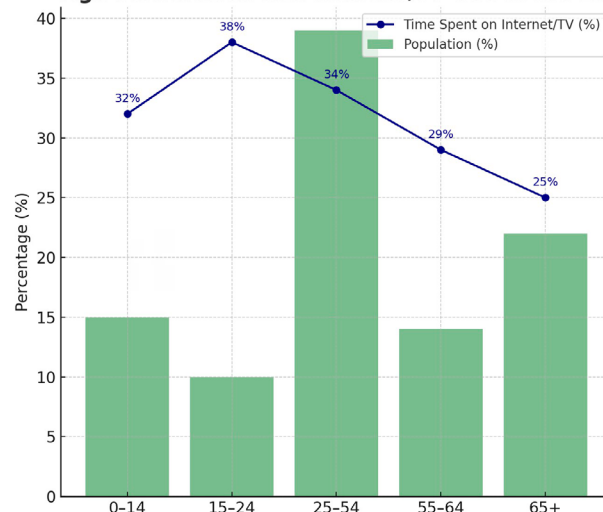


Graph made with the support of CHATGPT

Average Daily Time Distribution in the EU



Age Distribution and Internet/TV Use in the EU



Graph made with the support of CHATGPT

What is the presence of European cultural networks on the main social networks, what is their impact and what is the project behind this presence?

I conclude my communication with ten suggestions, listed without any hierarchy between them:

- European cultural networks need to generate strong and systemic links, of which those around the “Cultural deal for Europe” and “Culture, the new compass for Europe’s future” are a sign, broadening relations between the different networks, particularly those I mentioned, and deepening an integrated operational agenda both for relations with public authorities and for direct intervention in the public space.
- To do this, we need to agree on common values and key objectives and be able to transform them into communication and operational projects for the short, medium and long term.
- Mobilization for action has to be informed, constantly updated, articulated and dedicated, which implies permanent teams.
- Operational dynamics need to have a much more active presence on social networks and coordination with European, national, regional and local public authorities on a common agenda.
- Intervention in the physical urban and rural territory, through cultural heritage policies, contemporary arts and creative industries, is fundamental, showing the value of memory, diversity and plurality.
- Collaboration with formal, non-formal and informal educational programs needs to be structured around a common civic agenda.
- Books, reading and oral expression are indispensable elements in the consolidation of critical thinking and therefore need to be valued in networking.

- The effective articulation between environmental sustainability and social sustainability needs to have a voice in networked cultural projects, as well as mechanisms for co-decision and co-creation.
- Citizens' values, concerns and expectations need to be addressed as a starting point for positive and transformative communication, rather than trying to impose minority voices and values as a starting point.
- It is necessary to build up a robust online operating capacity, through appropriate software, competent technicians and intensive use of the possibilities offered by social networks and Artificial Intelligence.

These suggestions will only gain strength if they are affirmed in a coherent discourse that generates a common voice.

If these suggestions are not implemented together, they do not have enough traction to be effective. And only coherent discourse and a common voice can constitute power.

Only this power will be effective in contributing to the cultural, social, political and economic model that favors democracy.

As we know, cultural devices can be as conducive to democracy as they are to dictatorships. They can serve freedom as well as repression. The orientation of the devices towards one side or the other depends on the various actors with the power to maneuver them.

The clock is ticking. It is to be hoped that good intentions and words are matched by action on the ground, with the people, particularly the most disadvantaged. Many forces are squeezing us, as if we were an object subjected to a gravity from which we cannot escape.



Overachiever, 2019

Anodized aluminum, pigment, resin, high-density foam, stainless steel

José Taborda

José Taborda, the artist who created this piece, called it “Overachiever”.

We don’t want to compress anything or anyone. But we do need to be *Over-achievers*, to create new devices in order to gain the necessary scale for intervention and action.

Sometimes we feel immense melancholy, perhaps fear and abandonment, in the face of war, the different forms of violence, the scale of the challenges and the weight of contemporary conflicts.

That’s why positive emotions, such as joy and friendship, are essential for the success of the purposes that move us. In a Europe where emotions are running high, mental health is deteriorating³⁷, and value antagonisms abound, we need to create a new emotional heritage that we can call the “common good”.

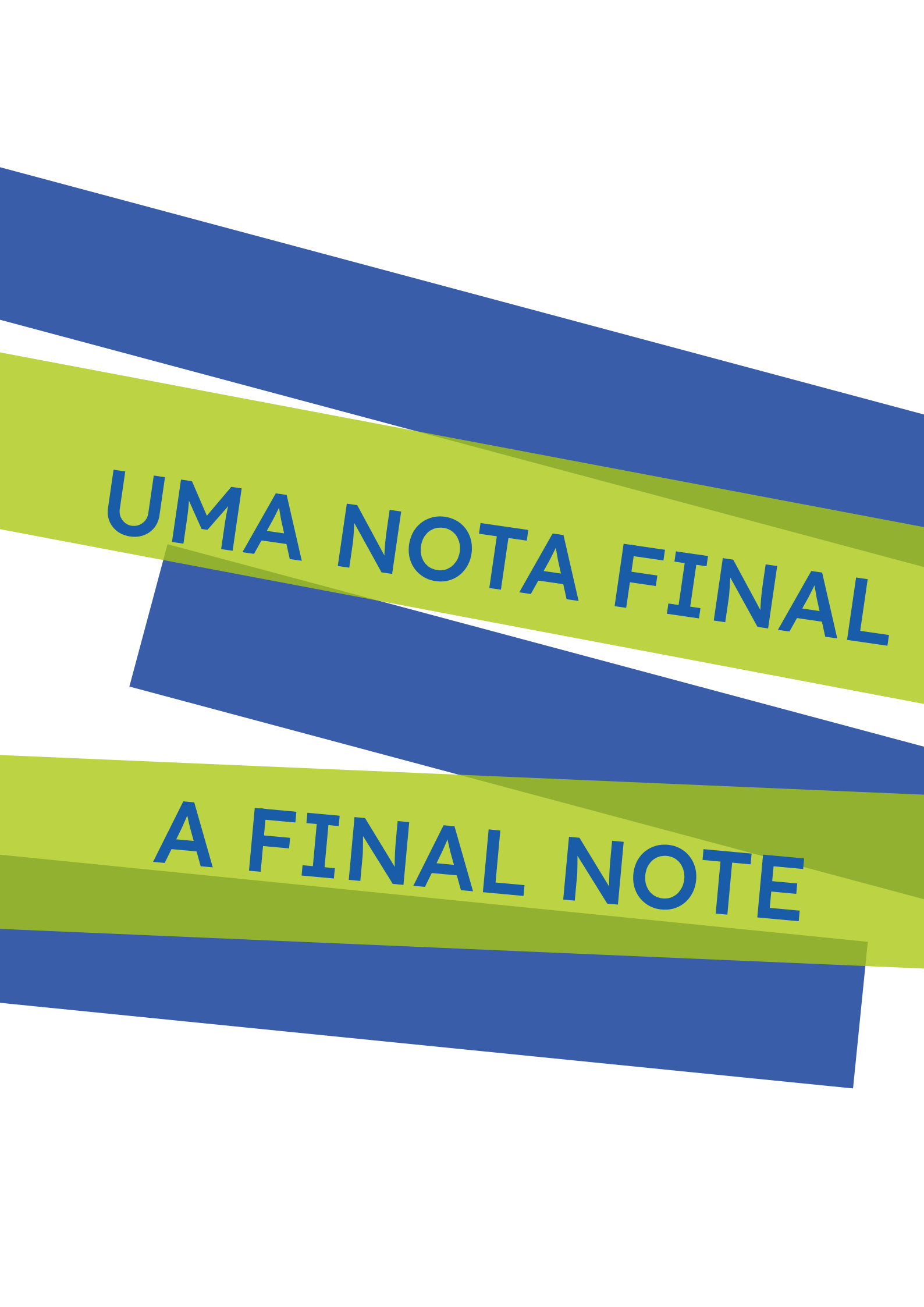
I have confidence in the speeches and voices of cultural networks to be powerful, to be actors on the side that matters in this changing world, promoters of the ideals we profess, of plurality, personal and social empowerment, creativity, of the role of culture in building more balanced and happier people and communities.

The history of the future has not been written. It is written now, each and every day.

Jorge Barreto Xavier

09.07.25

³⁷ Illouz, Eva. *Explosive Modernité, malaise dans la vie interieure*. Gallimard, 2025.



UMA NOTA FINAL

A FINAL NOTE

UMA NOTA FINAL

SUZANA MENEZES

O seminário “Redes Culturais num Mundo em Mudança”, realizado em 09 de julho de 2025, em Santa Maria da Feira, veio confirmar que, no atual contexto de instabilidade social, transformação tecnológica e mutação das formas de sociabilidade, as redes culturais se constituem como um dos dispositivos mais relevantes de mediação e coesão nas sociedades democráticas. A sua importância transcende a lógica setorial ou disciplinar, porquanto nelas convergem dimensões simbólicas, económicas e políticas, e nelas se joga a capacidade do espaço público europeu preservar a **diversidade cultural, a liberdade artística e o direito à participação cidadã**.

A reflexão desenvolvida ao longo do encontro permitiu observar que o papel das redes não pode ser reduzido a um mero instrumento de programação, difusão ou financiamento. As redes culturais são hoje infraestruturas de conhecimento, instâncias de tradução de valores e plataformas de governança cultural. O seu contributo ultrapassa a soma das instituições e projetos que as integram, residindo na criação de um ecossistema de cooperação que sustenta a vida democrática e torna possível a continuidade de práticas culturais plurais num contexto de fragmentação crescente.

Ao longo das discussões, emergiu uma perceção partilhada de que as democracias contemporâneas enfrentam um processo de erosão simultaneamente simbólico e estrutural. A polarização discursiva, a desinformação massiva e a instrumentalização política da cultura fragilizam a confiança social e deslegitimam o papel crítico das artes. Neste quadro, a cultura não pode ser tratada como um apêndice da economia, do turismo ou da comunicação. Ela é, em toda a sua força, um campo de disputa por sentido e por reconhecimento, cuja autonomia é condição da própria liberdade democrática. A defesa dessa autonomia, através de políticas consistentes, de financiamento adequado e de modelos de governança que respeitem a pluralidade, tornou-se, agora, um imperativo civilizacional.

A análise das comunicações e debates mostrou também que a fragilidade financeira estrutural do setor cultural é o principal obstáculo à consolidação das redes como infraestruturas permanentes. O predomínio de lógicas de financiamento pontual e de curta duração impede a maturação de processos colaborativos e condena muitas redes à intermitência. Sem tempo, não

há relação; sem continuidade, não há rede. A sustentabilidade financeira não é apenas uma questão de recursos, mas antes, de concepção política, implicando reconhecer que as redes produzem valor público (simbólico, social e económico) e que esse valor requer investimento estável, planeamento de longo prazo e políticas de apoio à capacitação das equipas que as sustentam.

A questão laboral e a precariedade sistémica do trabalho cultural constituem outra dimensão crítica. As redes, enquanto espaços de partilha e *advocacy*, têm contribuído para tornar visível a vulnerabilidade dos profissionais da cultura e para exigir políticas de proteção social compatíveis com a natureza descontínua do trabalho artístico. A ausência de dispositivos adequados compromete não apenas a dignidade do trabalho, mas a própria qualidade democrática da cultura, uma vez que a dependência e a insegurança inibem o risco criativo e a liberdade de expressão. Assim, as redes culturais assumem também um papel ético e político de defesa do trabalho e da criação enquanto direitos fundamentais.

Outro eixo de análise recorrente neste seminário disse respeito às tensões entre a autonomia cultural e a interferência política. Se, por um lado, a cultura é inevitavelmente política porque participa da construção da cidadania e do imaginário coletivo, por outro, a sua politização instrumental ameaça a sua natureza crítica e emancipadora. A discussão permitiu clarificar que a neutralidade é uma ficção: o essencial é garantir modelos de governança que impeçam a captura ideológica e assegurem a diversidade de vozes. As redes, pela sua estrutura descentralizada e colaborativa, podem funcionar como espaços de contrapeso democrático, reforçando a transparência e a participação, desde que disponham de reconhecimento institucional e de condições de autonomia efetiva.

Também se evidenciou a necessidade de compreender as redes culturais como parte integrante das políticas de desenvolvimento territorial. Longe de serem estruturas periféricas, as redes constituem-se como dispositivos de inovação social e económica. Elas conectam recursos dispersos, promovem a circulação de conhecimento, fomentam a criação de valor simbólico e impulsionam a regeneração urbana e comunitária. A cultura, quando pensada em rede, deixa de ser um setor isolado e torna-se um vetor transversal de sustentabilidade ambiental, social e económica. Assim, a política cultural deve abandonar a lógica setorial para se inscrever num paradigma intersectorial, onde cultura, educação, ambiente, turismo, coesão social e inovação tecnológica se articulam numa estratégia comum de transformação dos territórios.

O debate revelou, ainda, a urgência de integrar a dimensão tecnológica e a dimensão climática no pensamento cultural contemporâneo. A digitalização, a inteligência artificial e as novas formas de mediação transformam profundamente os modos de criação, circulação e fruição cultural, mas também geram riscos éticos e desigualdades no acesso. O mesmo se aplica à crise climática. Os impactos ambientais ameaçam patrimónios e práticas, exigindo novas formas de sustentabilidade e responsabilidade. A cultura, através das suas redes, tem a capacidade de traduzir esses desafios globais em consciência coletiva, de promover literacias e de desenvolver práticas

exemplares de adaptação e mitigação. Esta dupla transição digital e ecológica só será efetiva se integrar a cultura como dimensão estruturante da mudança e não apenas como *veículo de comunicação*.

Outro ponto de reflexão profunda foi a necessidade de repensar os modelos de avaliação e de sucesso no campo cultural. A medição exclusiva de *outputs* quantificáveis (número de eventos, públicos, visitantes ou receitas) revela-se insuficiente (e desajustada) para captar o verdadeiro impacto da ação cultural. As redes evidenciam que o valor da cultura reside tanto na produção de sentido e de confiança quanto na criação de bens tangíveis. Avaliar o impacto cultural implica medir a qualidade das relações, o fortalecimento das comunidades, a capacidade de gerar pensamento crítico e a contribuição para a coesão democrática. Tal requer métricas mistas, qualitativas e quantitativas, e um olhar interdisciplinar capaz de reconhecer o valor simbólico e relacional do trabalho cultural.

Por fim, a análise global do seminário permitiu afirmar que as redes culturais constituem hoje um dos instrumentos mais eficazes para reequilibrar o espaço público europeu. Ao articular a liberdade artística, a inclusão social e a sustentabilidade, elas transformam a cultura num campo operativo de democracia. As redes não substituem o Estado nem o mercado, mas introduzem entre ambos uma esfera de responsabilidade partilhada, baseada na cooperação e na confiança. Essa é, talvez, a sua maior contribuição: a de lembrar que a cultura não é apenas um conjunto de práticas, mas um modo de estar em comum, um espaço onde se ensaia a possibilidade de futuro.

O legado intelectual deste seminário reside, assim, na formulação de uma visão de política pública centrada na cultura como *Bem Comum* e nas redes como forma contemporânea de infraestrutura democrática. Reforçar as nossas redes culturais não é apenas garantir melhores condições para o setor cultural, mas afirmar um modelo de sociedade que reconhece na diversidade, na criação e na liberdade os fundamentos da sua própria continuidade. O desafio que daqui decorre não é o de definir novos *slogans* ou programas, mas o de consolidar um pensamento político e institucional capaz de traduzir esta evidência em políticas sustentáveis, inclusivas e transformadoras.

Em tempos de incerteza, as redes culturais revelam-se laboratórios de resiliência e de esperança. A sua força não provém da escala, mas da densidade das relações que produzem; não do consenso, mas da capacidade de manter o dissenso vivo; não da uniformidade, mas da pluralidade que sustentam. É nesse espaço entre a criação e a política, entre a memória e o futuro, que se inscreve o verdadeiro sentido da cultura e é essa consciência que este seminário procurou afirmar, com lucidez e convicção, perante um mundo em mudança.

Este livro de atas, que reúne o conjunto das comunicações apresentadas no Seminário Internacional *Redes Culturais num Mundo em Mudança*, constitui mais do que um registo documental de um encontro científico. Ele é um instrumento de reflexão crítica e de trabalho prospetivo para todos aqueles que participaram diretamente neste espaço de debate, e igualmente para os que, não tendo estado presentes, aqui encontrarão uma síntese viva das

interrogações, propostas e perspectivas que hoje marcam o pensamento e a prática das políticas culturais. As contribuições reunidas, provenientes de alguns dos mais relevantes agentes públicos e privados do setor cultural, em Portugal e na Europa, oferecem um retrato plural e exigente do tempo presente, mas também um convite à ação informada e ao pensamento partilhado sobre o futuro das redes culturais enquanto dimensão estratégica da construção democrática.

Suzana Menezes

Curadora Científica do Seminário
Internacional Redes Culturais
num Mundo em Mudança

A FINAL NOTE

SUZANA MENEZES

The seminar “Cultural Networks in a Changing World”, held on July 9, 2025, in Santa Maria da Feira, confirmed that, in the current context of social instability, technological transformation, and changing forms of sociability, cultural networks constitute one of the most relevant devices for mediation and cohesion in democratic societies. Their importance transcends sectoral or disciplinary logic, as symbolic, economic, and political dimensions converge within them, and they play a crucial role in the European public space’s capacity to preserve cultural diversity, artistic freedom, and the right to citizen participation.

The reflection developed throughout the meeting allowed us to observe that the role of networks cannot be reduced to a mere instrument of programming, dissemination, or funding. Cultural networks today are knowledge infrastructures, instances for translating values, and platforms for cultural governance. Their contribution surpasses the sum of the institutions and projects that comprise them, lying in the creation of a cooperation ecosystem that sustains democratic life and enables the continuity of plural cultural practices in a context of increasing fragmentation.

Throughout the discussions, a shared perception emerged that contemporary democracies face a process of erosion that is simultaneously symbolic and structural. Discursive polarization, massive disinformation, and the political instrumentalization of culture weaken social trust and delegitimize the critical role of the arts. In this framework, culture cannot be treated as an appendix to the economy, tourism, or communication. It is, in all its strength, a field of dispute for meaning and recognition, whose autonomy is a condition for democratic freedom itself. The defense of this autonomy, through consistent policies, adequate funding, and governance models that respect plurality, has now become a civilizational imperative.

The analysis of the communications and debates also showed that the structural financial fragility of the cultural sector is the main obstacle to the consolidation of networks as permanent infrastructures. The predominance of ad hoc and short-term funding logics prevents the maturation of collaborative processes and condemns many networks to intermittency. Without time, there is no relationship; without continuity, there is no net-

work. Financial sustainability is not just a matter of resources, but rather, of political conception, implying the recognition that networks produce public value (symbolic, social, and economic) and that this value requires stable investment, long-term planning, and policies to support the capacity building of the teams that sustain them.

Labor issues and the systemic precariousness of cultural work constitute another critical dimension. Networks, as spaces for sharing and advocacy, have contributed to making visible the vulnerability of cultural professionals and to demanding social protection policies compatible with the discontinuous nature of artistic work. The absence of adequate mechanisms compromises not only the dignity of work but also the democratic quality of culture itself, as dependence and insecurity inhibit creative risk and freedom of expression. Thus, cultural networks also assume an ethical and political role in defending work and creation as fundamental rights.

Another recurring axis of analysis in this seminar concerned the tensions between cultural autonomy and political interference. While, on the one hand, culture is inevitably political because it participates in the construction of citizenship and collective imagination, on the other hand, its instrumental politicization threatens its critical and emancipatory nature. The discussion clarified that neutrality is fiction: the essential is to guarantee governance models that prevent ideological capture and ensure diversity of voices. Networks, due to their decentralized and collaborative structure, can function as spaces of democratic counterweight, reinforcing transparency and participation, provided they have institutional recognition and conditions for effective autonomy.

The need to understand cultural networks as an integral part of territorial development policies was also highlighted. Far from being peripheral structures, networks constitute devices for social and economic innovation. They connect dispersed resources, promote the circulation of knowledge, foster the creation of symbolic value, and drive urban and community regeneration. Culture, when conceived as a network, ceases to be an isolated sector and becomes a transversal vector of environmental, social, and economic sustainability. Thus, cultural policy must abandon the sectoral logic to be inscribed in an intersectoral paradigm, where culture, education, environment, tourism, social cohesion, and technological innovation are articulated in a common strategy for territorial transformation.

The debate also revealed the urgency of integrating the technological and climatic dimensions into contemporary cultural thought. Digitalization, artificial intelligence, and new forms of mediation profoundly transform the modes of cultural creation, circulation, and enjoyment, but also generate ethical risks and inequalities in access. The same applies to the climate crisis. Environmental impacts threaten heritage and practices, demanding new forms of sustainability and responsibility. Culture, through its networks, has the capacity to translate these global challenges into collective awareness, to promote literacies, and to develop exemplary practices of adaptation and mitigation. This dual digital and ecological transition will only be effective if it integrates culture as a structuring dimension of change and not merely as a communication vehicle.

Another point of deep reflection was the need to rethink models of evaluation and success in the cultural field. The exclusive measurement of quantifiable outputs (number of events, audiences, visitors, or revenues) proves insufficient (and inadequate) to capture the true impact of cultural action. Networks show that the value of culture lies as much in the production of meaning and trust as in the creation of tangible goods. Evaluating cultural impact implies measuring the quality of relationships, the strengthening of communities, the capacity to generate critical thinking, and the contribution to democratic cohesion. This requires mixed, qualitative, and quantitative metrics, and an interdisciplinary perspective capable of recognizing the symbolic and relational value of cultural work.

Finally, the overall analysis of the seminar allowed us to affirm that cultural networks today constitute one of the most effective instruments for rebalancing the European public space. By articulating artistic freedom, social inclusion, and sustainability, they transform culture into an operative field of democracy. Networks do not replace the state or the market, but introduce between them a sphere of shared responsibility, based on cooperation and trust. This is, perhaps, their greatest contribution: to remind us that culture is not just a set of practices, but a common way of being, a space where the possibility of the future is rehearsed.

The intellectual legacy of this seminar thus lies in the formulation of a vision of public policy centered on culture as a Common Good and on networks as a contemporary form of democratic infrastructure. Strengthening our cultural networks is not just about ensuring better conditions for the cultural sector but about affirming a model of society that recognizes diversity, creation, and freedom as the foundations of its own continuity. The challenge that arises from this is not to define new slogans or programs, but to consolidate political and institutional thought capable of translating this evidence into sustainable policies, inclusive and transformative.

In times of uncertainty, cultural networks prove to be laboratories of resilience and hope. Their strength does not come from scale, but from the density of the relationships they produce; not from consensus, but from the ability to keep dissent alive; not from uniformity, but from the plurality they sustain. It is in this space between creation and politics, between memory and the future, that the true meaning of culture is inscribed, and it is this awareness that this seminar sought to affirm, with lucidity and conviction, in the face of a changing world.

This book of proceedings, which gathers all the communications presented at the International Seminar Cultural Networks in a Changing World, is more than a documentary record of a scientific meeting. It is an instrument for critical reflection and prospective work for all those who directly participated in this debate space, and for those who, not having been present, will find here a vivid synthesis of the questions, proposals, and perspectives that today mark the thought and practice of cultural policies. The collected contributions, from some of the most relevant public and private agents in the cultural sector, in Portugal and Europe, offer a plural and demanding portrait of the present time, but also an invitation to informed action and shared thinking about the future of cultural networks as a strategic dimension of democratic construction.

Suzana Menezes

Scientific Curator of the
International Seminar Cultural
Networks in a Changing World



**CONSTRUINDO
REDE**

**BUILDING
NETWORK**





















































